



1150078011

FE

T/UNICAMP Af28r

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

Estados Emocionais e os Modelos Organizadores do Pensamento:
um estudo sobre violência de gênero

Autor: Suselei Aparecida Bedin Affonso

Orientador: Prof Dr. Ulisses Ferreira de Araújo

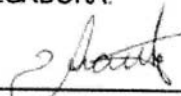
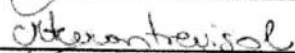
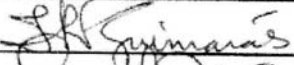
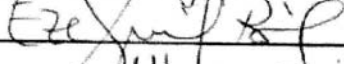
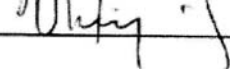
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida
por Suselei Aparecida Bedin Affonso e aprovada pela Comissão
Julgadora.

Data: 06/03/2008

Assinatura:

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

2008

UNICAMP - FE - DIRETORIA

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Af28e	Affonso, Suselei Aparecida Bedin. Estados emocionais e os modelos organizadores do pensamento : um estudo sobre violência de gênero / Suselei Aparecida Bedin. -- Campinas, SP: [s.n.], 2008. Orientador : Ulisses Ferreira de Araújo. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1. Emoções. 2. Afetividade. 3. Modelos organizacionais. 4. Gênero. 5. Violência. I. Araújo, Ulisses Ferreira de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
08-079/BFE	

Título em inglês : Emotional states and the organizing models of the thought : a study on gender violence.

Keywords : Emotional states; Affectivity; Organizing models; Gender; Violence

Área de concentração : Ensino, Avaliação e Formação de Professores

Titulação : Doutor em Educação

Banca examinadora : Prof. Dr. Ulisses Ferreira de Araújo (Orientador)
Profa. Dra. Valéria Amorim Arantes Araújo
Profa. Dra. Maria Tereza Ceron Trevisol
Profª. Drª. Isaura Rocha Figueiredo Magalhães
Prof. Dr. Ezequiel Theodoro da Silva

Data da defesa: 06/03/2008

Programa de Pós-Graduação : Educação

e-mail : suseaffonso@hotmail.com

*Ao meu pai (in memoriam),
que me ensinou o gosto pelos livros e
o prazer de descobrir o mundo...*

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Ulisses Ferreira de Araújo, pelos ensinamentos, orientação e incentivo. Pelas leituras incansáveis, e valiosos conselhos que possibilitaram o amadurecimento de idéias e a concretização deste trabalho.

À profa. Dra. Valéria Arantes Araújo, pela sua disponibilidade, por suas contribuições teóricas e sugestões que colaboraram, de forma sempre afetuosa, para o aprimoramento desta pesquisa.

Aos professores da Faculdade de Educação, pelos conhecimentos compartilhados e reflexões proporcionadas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse estudo se concretizasse.

À escola que cordialmente nos recebeu e à sua equipe pedagógica que não mediu esforços em nos auxiliar.

Aos homens e mulheres participantes dessa pesquisa, por terem depositado sua confiança nesse trabalho e nos presenteado com sua espontaneidade e riqueza de depoimentos.

À todos meus companheiros de jornada, que compartilharam diálogos, interlocuções, e incentivo.

E finalmente, agradeço aos meus muito amados Affonso, Pedro, João e Beatriz, por sua tolerância com minhas ausências físicas durante esse período de trabalho e por terem sido meu porto seguro, diante de todas as inquietações que surgiram.

RESUMO

Considerando a influência exercida pelos aspectos afetivos nos processos de aprendizagem e construção de conhecimentos, esse trabalho teve por objetivo discutir as relações entre a afetividade e a cognição na organização do pensamento humano. Para atender esse objetivo, foi realizada uma investigação na qual, buscou-se identificar a influência que os estados emocionais do sujeito podem exercer na forma como seu pensamento se organiza para interpretar e solucionar um conflito hipotético, de natureza ética. O referencial teórico que deu suporte à pesquisa foi a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento de Moreno, Sastre, Bovet e Leal (1999). A metodologia adotada para desenvolvê-la foi constituída de uma dinâmica realizada com grupos de sujeitos, com o objetivo de possibilitar que os mesmos fossem imersos em estados emocionais específicos, e da resolução posterior de um conflito envolvendo violência de gênero, que possibilitou também a obtenção de indícios das influências exercidas pelos padrões culturais de conduta masculinos e femininos. A análise dos dados obtidos comprovaram que a dimensão afetiva exerce forte influência na organização do pensamento juntamente com as capacidades cognitivas.

Palavras –chave: afetividade, modelos organizadores, violência de gênero.

ABSTRACT

Considering the influence exerted by affective elements on learning processes and knowledge building, this work aimed at the discussion of the relationships between the affectivity and the cognition in the organization of the human thought. To get that objective, an investigation was carried out in order to identify the influence that the subject's emotional states have on the way his thinking organizes itself in order to interpret and solve a hypothetical conflict of ethical nature. The theory that supported the research was the Theory of Organizing Models (Moreno, Sastre, Bovet and Leal, 1999). The methodology to do the investigation involved a dynamics with groups of subjects, making them immerse in specific emotional states and the resolution, afterwards, of a conflict related to gender violence; the methodology also generated some hints about the influences exercised by cultural norms of conduct by males and females. The data analysis showed that the affective dimension has great influence in the organization of thinking as well as the cognitive capabilities.

Key-words : affectivity, organizing models, gender violence

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I. O estatuto da afetividade no funcionamento psíquico	9
1.Considerações iniciais	9
2.Um panorama das diferentes perspectivas no estudo da afetividade	11
2.1. A emoção como atividade fisiológica, subordinada à razão	
2.2 A razão subordinada a emoção	21
2.3 A emoção como atividade cognitiva articulada a razão	23
2.4. Emoção e razão integradas dialeticamente	31
3. Entendendo os sentimentos e emoções	47
CAPÍTULO II :As possíveis relações entre gênero, afetividade e violência	53
1 Diferentes abordagens de gênero	53
2.Relações de gênero	60
3. Reflexões sobre gênero no Brasil e o papel da mulher em nossa sociedade	65
4. Gênero e Violência	68
5. Gênero e Afetividade	72
CAPÍTULO III: Aspectos cognitivos e afetivos presentes na organização do pensamento do sujeito psicológico	79
1.Teoria da Complexidade	79
2. O sujeito psicológico	81
3.A afetividade e as dimensões constituintes do sujeito	85
CAPÍTULO IV: A Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento	87
1. Origens da Teoria	87
A. Modelos Mentais	88
B. Teoria Piagetiana	90
2. Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento	93
3. Contribuições da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento	

ao estudo da afetividade	96
CAPÍTULO V: Plano de Investigação	103
1. Problema de Pesquisa	105
2. Metodologia	108
CAPÍTULO VI- Apresentação dos dados obtidos	115
1.Descrição dos modelos organizadores	116
2. Apresentação das categorias de modelos organizadores do pensamento aplicados	140
3. Apresentação dos Resultados Obtidos	143
CAPÍTULO VII- Análise e discussão dos resultados	187
CAPÍTULO VIII- Considerações finais e implicações educacionais	210
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215
ANEXOS	227

LISTA DE TABELAS

-Tabela1:	
Distribuição dos Modelos Organizadores por Gênero Questão 1	123
-Tabela 2:	
Distribuição dos Modelos Organizadores por Estados Afetivo Questão 1	123
-Tabela 3:	
Distribuição Geral dos Modelos Organizadores - Questão 1	124
-Tabela 4:	
Distribuição dos Modelos Organizadores por Gênero - Questão 2	131
-Tabela 5:	
Distribuição dos Modelos Organizadores por Estados Afetivos -Questão 2	131
-Tabela 6:	
Distribuição Geral dos Modelos Organizadores- Questão 2	132
-Tabela 7	
Distribuição dos Modelos Organizadores por Gênero -Questão 3	138
-Tabela 8.:	
Distribuição dos Modelos Organizadores por Estado Afetivo- Questão 3	138
-Tabela 9:	
Distribuição Geral dos Modelos Organizadores -Questão 3	139
-Tabela 10:	
Categorias de Modelos Organizadores	142

LISTA DE GRÁFICOS

-Gráfico 1: Distribuição dos Modelos Organizadores aplicados -Questão 1	144
-Gráfico 2: Distribuição dos Modelos Organizadores aplicados pelo grupo feminino Questão 1	145
-Gráfico 3:Distribuição dos Modelos Organizadores aplicados pelo grupo masculino Questão 1	146
-Gráfico 4:Comparação dos Modelos Organizadores Masculinos e Femininos Questão 1	148
-Gráfico 5: Comparação categorias de Modelo aplicadas pelos diferentes sexos Questão 1	149
-Gráfico 6 :Distribuição de respostas que mencionam a violência nos grupos feminino e masculino	150
-Gráfico 7: Distribuição de respostas masculinas e femininas no modelo 1	152
-Gráfico 8 :Distribuição de Modelos-Estado afetivo positivo	153
-Gráfico 9:Distribuição de Modelos- Estado afetivo negativo	154
-Gráfico 10: Distribuição de Modelos por estados emocionais	155
-Gráfico 11 : Distribuição modelos femininos por estados afetivos	157
-Gráfico 12:Distribuição modelos masculinos por estados afetivos	158
-Gráfico 13: Comparação de categorias de modelos por estados afetivos	159
-Gráfico 14: Distribuição de Modelos Organizadores aplicados na questão 2	160
-Gráfico 15: Distribuição Modelos aplicados pelo grupo feminino –Questão 2	161
-Gráfico 16:Distribuição Modelos aplicados pelo grupo masculino na questão 2	162
-Gráfico 17:Comparação entre os modelos aplicados pelos diferentes gêneros Questão 2	164
-Gráfico 18 :Distribuição Modelos aplicados pelo grupo positivo –Questão 2	166
-Gráfico 19 :Distribuição Modelos aplicados pelo grupo negativo- Questão 2	167
-Gráfico 20: Comparação de Modelos Organizadores aplicados nos diferentes estados emocionais – Questão 2	167
-Gráfico 21: Distribuição de Modelos Organizadores femininos por estados afetivos – Questão 2	168
-Gráfico 22: Distribuição das respostas femininas do modelo 4 por estados afetivos	169
-Gráfico 23:Distribuição dos modelos organizadores masculinos por estados afetivos – Questão 2	170
-Gráfico 24: Distribuição de respostas masculinas do Modelo 4 por estados afetivos	171
-Gráfico 25 : Distribuição Geral dos Modelos Organizadores Aplicados pelo total dos sujeitos da amostra à questão 3	172

-Gráfico 26: Distribuição dos Modelos aplicados pelo grupo feminino - Questão 3	173
-Gráfico 27: Distribuição dos Modelos aplicados pelo grupo masculino	
Questão 3	173
-Gráfico 28: Comparação entre os Modelos Organizadores aplicados	
pelos diferentes sexos - Questão 3	173
-Gráfico 29: Comparação das categorias de Modelos Organizadores aplicados	
pelos diferentes gêneros –Questão 3	175
-Gráfico 30 : Distribuição de Modelos Questão 3 –estado positivo	176
-Gráfico 31: Distribuição de Modelos Questão 3 – estado negativo	177
-Gráfico 32: Comparação entre os modelos aplicados nos diferentes	
estados emocionais – Questão 3	177
-Gráfico 33:Distribuição dos Modelos Organizadores do Grupo Positivo por Gênero	178
-Gráfico 34:Distribuição dos Modelos Organizadores aplicados pelo grupo	
negativo por gênero	179
-Gráfico 35: Distribuição dos modelos organizadores femininos por estado	
emocional – Questão 3	180
-Gráfico 36: Modelos por gênero e estados afetivos	181
-Gráfico 37: Comparação das categorias de modelos organizadores aplicados	
por estado afetivo –Questão 3	182
-Gráfico 38: Variação intrapessoal nas categorias de modelo por estado emocional	183
-Gráfico 39 : Variações de modelos por questões	184

Introdução

“Lembro-me com clareza de todas as minhas professoras, mas me lembro de uma em particular. Ela se chamava Dona Ilka. Curioso: porque escrevi “Dona Ilka” e não Ilka? Talvez por medo de que ela se materializasse aqui do meu lado e exigisse o “Dona”, onde se viu tratar professora pelo primeiro nome, menino?

No meu tempo ainda não se usava o “tia”. Elas podiam ser boas e até maternais, mas decididamente não eram nossas tias. A Dona Ilka não era maternal. Era uma mulher pequena com um perfil de passarinho. Um pequeno passarinho loiro. E uma fera.

Eu era um aluno “bem-comportado”. Era um vagabundo, não aprendia nada, vivia distraído. Mas comportamento, 10. Por isto até hoje faço verdadeiras faxinas na memória, procurando embaixo de tudo e em todos os nichos a razão de ter sido, um dia, castigado pela Dona Ilka. Alguma eu devo ter feito, mas não consigo lembrar o quê. O fato é que fui posto de castigo. Que consistia em ficar de pé num canto da sala de aula, com a cara virada para a parede. (Isto tudo, já dá para ver, foi mais ou menos lá pela Idade Média.) Mas o que eu nunca esqueci foi a Dona Ilka ter me chamado de “santinho do pau oco”.

Ser bem-comportado em aula não era uma decisão minha, nem era nada de que me orgulhasse. Era só o meu temperamento. Mas a frase terrível da Dona Ilka sugeria que a minha boa conduta era uma simulação. Eu era um falso. Um santo falsificado! Não vou dizer que todas as minhas dúvidas existenciais datem do epíteto da Dona Ilka, mas, depois disso, pelo resto da vida, não foram poucas às vezes em que um passarinho imaginário com perfil de professora pousou no meu ombro e me chamou de fingido. Os santinhos do pau oco passam a vida se questionando.

Já em outra oportunidade, quase destruíu para sempre qualquer pretensão minha à originalidade literária. Era para fazer uma redação em aula sobre a ociosidade, e eu não tinha a menor idéia do que era ociosidade. Se a palavra fora mencionada em aula, tinha certamente sido num dos meus períodos de devaneio, em que o corpo ficava ali, mas a mente ia passear. E então, me achando formidável, fiz uma redação inteira sobre um aluno que precisa fazer uma redação sobre a ociosidade sem saber o que é isso, sua agonia e finalmente sua decisão de fazer uma redação sobre a ociosidade, etc. A professora chamou a atenção de toda a classe para a minha redação. Eu era um exemplo de quem acha que, com esperteza, pode-se deixar de estudar e, por isto, estava ganhando um zero exemplar. Só faltou me chamar de original do pau oco.

Enfim, sobrevivi. No ginásio, todos os professores eram homens, mas não lembro de nenhuma marca que algum deles tenha deixado. As relações com as nossas pseudo-mães, no primário, eram muito mais profundas. As duas histórias que eu contei não têm nenhuma importância. Mas olha as cicatrizes...”

Luis Fernando Veríssimo, O Santinho.

Explorando nossas memórias do período escolar, é quase impossível deixarmos de localizar em nossas lembranças, as “marcas” deixadas pela dimensão afetiva das relações estabelecidas na escola, com nossos professores e professoras, em nossas relações atuais com o mundo e com os objetos do conhecimento.

Apesar das práticas disciplinares rígidas e impessoais e das condições controladas de ensino, as emoções e sentimentos não respeitam os limites da sala de aula. Emergem, contagiam e impulsionam ações, fazendo com que nos lembremos que os sujeitos ali envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem, são sujeitos de pensamentos, ações, sentimentos e emoções.

No entanto, poucos são os lugares reservados à reflexão das vivências afetivas no espaço escolar.

No dia-a-dia de nosso sistema educacional, a presença da dicotomia entre afetividade e cognição pode ser percebida através das práticas educativas que reforçam o desenvolvimento do intelecto e da dimensão racional e científica e relegam os aspectos emocionais e afetivos da vida cotidiana dos educandos a um segundo plano.

A educação tradicional, os currículos escolares e os objetivos do ensino, ao proporem um trabalho pedagógico de abordagem puramente cognitiva dos diversos conteúdos, acabam por priorizar apenas um dos aspectos constituintes do psiquismo humano. Não consideram a importância e a influência exercida pelos aspectos afetivos nos processos de aprendizagem e construção de conhecimentos. Difícilmente é oferecida aos alunos a oportunidade de vivenciar um processo educativo que integre aspectos afetivos e cognitivos do raciocínio para promover o progresso no campo das relações inter-pessoais, proporcionar a aprendizagem da cooperação, do trabalho coletivo e da construção de estratégias adequadas para a solução conjunta de problemas e conflitos.

Embora a escola seja imprescindível para desenvolver modalidades de pensamento específicas e possibilitar a apropriação da experiência culturalmente acumulada, garantindo o acesso das crianças ao conhecimento científico e organizado, não podemos nos esquecer que as relações que ocorrem no contexto escolar, em todas suas dimensões, também são marcadas pela afetividade.

Na realidade do dia-a-dia, a criança traz como bagagem para o ambiente escolar, tanto os conhecimentos a respeito do mundo que já construiu a partir de suas vivências cotidianas, como também seus sentimentos, emoções, desejos e expectativas. Dessa forma, aspectos afetivos e cognitivos se fazem presentes, quando professores/as e alunos/as estão interagindo entre si e com os objetos do conhecimento.

Alves (1993) reforça que o prazer em aprender é fundamental para o processo de ensino aprendizagem. Segundo o autor, “*o prazer disciplina : indisciplinados são os que não tem paixão por coisa alguma*” (p. 18) . A qualidade das relações inter-pessoais e das intervenções pedagógicas que ocorrem na sala de aula são essenciais para conferir um sentido afetivo para os objetos de conhecimento a partir das experiências vividas, interferindo na aprendizagem.

Os estudo de Fernandez (1991), Dantas (1992) e Snyders (1993), entre outros, também defendem que o afeto é indispensável na atividade de ensinar, entendendo que as relações entre ensino e aprendizagem são movidas pelo desejo e pela paixão e que, portanto, é possível identificar e prever condições afetivas favoráveis, que facilitem a aprendizagem.

Nessa linha, temos ainda os trabalhos de Almeida (1999), Pereira (1998) e Tassoni (2000) que buscaram identificar a presença de aspectos afetivos na relação professor-aluno e as possíveis influências destes no processo de aprendizagem, reconhecendo a relevância da dimensão afetiva na constituição do sujeito e na construção do conhecimento.

Além disso, é também através da escola que a criança amplia seu contato com o mundo, adquirindo novos amigos, aprendendo a conviver em grupo, a resolver conflitos resultantes do convívio social e a construir regras de convivência. Isso ocorre através de relações concretas, numa rede complexa de interações, onde a afetividade se faz presente.

A dificuldade das instituições escolares em considerar as dimensões afetivas da vida das crianças no trabalho pedagógico realizado pode, em parte, ser entendida como resultado da influência histórica que a representação dualista do ser humano exerceu na educação, influenciando a forma de organização do sistema de ensino, dos currículos e planos educacionais.

Tal representação, construída desde a antiguidade pelos pensadores e filósofos, predominou durante muito tempo em nossa cultura ocidental, considerando a razão e a emoção como aspectos claramente diferenciados e opostos do raciocínio humano e instituindo uma hierarquia entre essas instâncias, onde a razão tem supremacia sobre a emoção, sendo essa última considerada como elemento desagregador da racionalidade. Portanto, nessa perspectiva, para o pleno desenvolvimento do intelecto, os aspectos afetivos devem ser dominados

e controlados através dos mecanismos institucionais educacionais, com destaque para a família e escola.

De forma semelhante, os estudos iniciais desenvolvidos pela psicologia científica a respeito do processo de ensino e aprendizagem, que subsidiaram as práticas pedagógicas, fortaleceram essa visão racionalista à medida que, enfatizaram a importância dos aspectos cognitivos envolvidos nesse processo e se dedicaram a investigar os processos cognitivos e afetivos em separado, oferecendo dessa forma, explicações parciais e fragmentadas do ser humano.

Também no campo da psicologia moral, a adoção dos pressupostos do racionalismo iluminista por meio de seus principais autores, privilegiou o juízo moral em seus aspectos cognitivos, em detrimento dos aspectos afetivos e/ou sociais, relegando à dimensão afetiva, um papel secundário nas explicações sobre a forma com que se organizam os juízos morais e seu desenvolvimento.

Embora as relações entre as dimensões afetiva e cognitiva do ser humano sejam inegáveis, foram desenvolvidos poucos trabalhos que mostrassem, dentro de uma perspectiva integrada, como razão e emoção se articulam e contribuem para a aprendizagem e para a formação de pessoas capazes de resolver os conflitos cotidianos de forma eticamente adequada. Daí a dificuldade das teorias clássicas em explicar o descompasso que pode existir entre o raciocínio do sujeito e sua ação no dia-a-dia, entre o julgamento que o sujeito faz de uma situação cotidiana com que se defronta e seu comportamento, quando tem que intervir diretamente nessas situações.

Mais recentemente, e em especial durante as últimas décadas do século XX, o surgimento de novas concepções teóricas criou as condições para estudos que, ainda que marcados por diferentes perspectivas e indagações, tem contribuído para a configuração de uma visão mais integradora do ser humano, que defende o entrelaçamento entre os aspectos cognitivos e afetivos, além da relevância de ambos para o processo de construção do conhecimento. Apesar das divergências quanto à maneira de interpretar essas relações e quanto ao grau de relevância dos aspectos afetivos e cognitivos no funcionamento psíquico, esses estudos vieram confirmar a indissociabilidade das relações entre as dimensões afetiva e cognitiva dos sujeitos em seus pensamentos e ações.

Porém, ainda parece ser de essencial importância que, para o avanço dos estudos que buscam compreender as relações entre a afetividade e a cognição e

sua influência nos juízos construídos e ação, as investigações a respeito do funcionamento psíquico humano deixem de lado o pensamento simplificador e reducionista e tenham como referência novos paradigmas que incorporem a idéia de complexidade, discutida por Morin (1997).

Nessa perspectiva, como afirma Morin, os fenômenos psíquicos devem ser compreendidos a partir sua quantidade extrema de interações e interferências entre um número muito grande de elementos, considerando-se que os mesmos, também estão sujeitos a incertezas, indeterminações e fenômenos aleatórios.

Psicologicamente, podemos entender essas complexas relações, reconhecendo que cada sujeito psicológico é, ao mesmo tempo, um ser biológico, afetivo, social e cognitivo, em constante interação com seu mundo interno e externo, e, nessa relação, constrói uma capacidade cognitiva de organizar e reorganizar as experiências vividas. Concordamos com o modelo de funcionamento psicológico proposto por Araújo (1999), que considera que a forma como se constitui o sujeito psicológico, ou seja, sua

“maneira de ser, de agir, de pensar, de sentir, de valorar, é resultante da coordenação dos vários sistemas ou dimensões que constituem o sujeito (biológica, sociocultural, afetiva e cognitiva), que se inter-relacionam entre si e com o mundo externo, num sistema complexo que define nossa individualidade” (p. 67).

Para o autor, embora metodologicamente, para melhor compreender esse ser psicológico complexo, seus aspectos cognitivos, afetivos, socioculturais e biológicos e suas relações com o mundo físico, inter-pessoal e sociocultural à sua volta, possam ser estudados separadamente, não se deve, porém, perder a perspectiva de totalidade e de organização interna e externa desses sistemas. Isso porque as diferenças que encontramos nas ações e nos juízos dos sujeitos psicológicos são resultantes de determinadas inter-relações desses sistemas, que se manifestam no momento da experiência com o mundo externo e interno.

Motivados a refletir sobre a temática da afetividade, buscando entender melhor suas relações com os processos cognitivos no funcionamento psíquico, nos aprofundamos no estudo de alguns referenciais teóricos que consideram uma abordagem sistêmica do funcionamento do psiquismo humano.

Dentro dessa perspectiva, este trabalho de pesquisa buscou discutir a correlação entre os estados emocionais e funcionamento cognitivo, subjacentes

ao funcionamento psíquico humano, investigando como esses aspectos interagem na elaboração do juízo e representação da ação. Mais especificamente procuramos entender qual a influência que os estados emocionais do sujeito pode exercer na forma como seu pensamento se organiza para interpretar um conflito hipotético de natureza ética e para decidir sua ação sobre ele.

Entendemos ser esse um tema bastante complexo e reconhecemos que sua leitura à luz de várias áreas do conhecimento tais como a filosofia, neurologia, entre outras, poderia trazer grandes contribuições para sua compreensão. Optamos, todavia por refletir sobre o tema da afetividade a partir de um recorte no campo da psicologia, considerando suas implicações no contexto educacional.

Reconhecemos que essa não é uma discussão nova dentro da psicologia e que muitos teóricos já se dedicaram a discuti-la sob diferentes enfoques. Acreditamos porém que, ao optarmos por desenvolver nosso estudo a partir da análise de situações e conflitos vividos no cotidiano, poderemos contribuir com mais elementos para a compreensão dessa temática.

Dentro da complexidade e riqueza de situações que poderíamos tomar como tema para realizarmos essa discussão dos aspectos do funcionamento psicológico, optamos por focar como conteúdo de nossa pesquisa uma situação hipotética envolvendo violência de gênero, trabalhada através de um conflito inter-pessoal.

A escolha da resolução de uma situação hipotética de conflito como instrumento de pesquisa deveu-se ao fato de considerarmos que a resolução de um conflito inter-pessoal é uma situação que mobiliza, conjuntamente, afeto e conhecimento e que, portanto, pode fornecer informações que permitam um melhor entendimento de como estes aspectos interagem na elaboração do pensamento e estratégias de ação em um dado contexto cultural.

A escolha da temática, violência de gênero para o conflito hipotético, justificou-se pelo fato de que, pensar em relações de gênero corresponde a pensar nos papéis e valores atribuídos a homens e mulheres pela sociedade e sua cultura, bem como nos comportamentos e regras de conduta decorrentes desses valores.

Talvez, em função da manutenção desses estereótipos no processo de socialização das novas gerações, o Brasil ainda permanece como uma sociedade

profundamente patriarcal, apresentando em seu cotidiano muitas situações de discriminação ligadas ao gênero, tanto no âmbito público quanto privado, incluindo a prática da violência contra a mulher.

Considerando nosso interesse em investigar como os recursos cognitivos e afetivos interagem num determinado contexto para a construção do juízo e representação da ação, acreditamos ser oportuno incorporar essa temática em nossa pesquisa. Os sentidos que os sujeitos masculinos e femininos atribuem uma dada situação, bem como o juízo que elaboram e o tipo de manifestação afetiva que a mesmo desencadeia, poderão nos oferecer indícios das influências exercidas pelas referências e expectativas construídas na interação social, acerca dos padrões afetivos e cognitivos de homens e mulheres, tidos como adequados dentro de determinada cultura.

Além disso, acreditamos que permitir que conflitos reais vividos no cotidiano ligados a esse tema sejam objeto de reflexão e debate, possibilita a desconstrução dos preconceitos e estereótipos.

Para realizar a discussão a respeito da influência da afetividade na organização dos processos cognitivos para elaboração do juízo e ação, tendo como foco um conflito hipotético envolvendo violência de gênero, nos aprofundamos inicialmente no estudo de perspectivas teóricas que ao longo dos tempos contemplaram as relações entre afetividade e cognição no funcionamento psíquico.

No primeiro capítulo apresentamos uma recuperação de algumas das principais perspectivas teóricas, discutindo o estatuto conferido à afetividade na elaboração do raciocínio em cada uma delas, e buscamos entender um pouco mais os tipos de sentimentos e emoções, presentes em nossa dimensão afetiva, buscando descrevê-los e distingui-los a partir de suas orientações.

No capítulo II, tratamos as diferentes abordagens do gênero, entendendo os aspectos sociais que norteiam sua construção e a influência cultural na determinação de padrões masculinos e femininos de pensar e sentir. Discutimos ainda as relações entre gênero e afetividade e entre gênero e violência, apontando a naturalização do uso da violência como forma de perpetuar as relações de poder.

No capítulo III enfocamos, mais especificamente, como entendemos o sujeito psicológico, sua constituição e as relações entre os aspectos cognitivos e afetivos presentes na organização do pensamento do sujeito psicológico.

No quarto capítulo, nos aprofundamos na Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, de Moreno Marinón, Sastre, Bovet e Leal (2000), cujos subsídios teóricos nortearam esse estudo.

No quinto capítulo, discutiremos o plano de nossa investigação e os procedimentos que utilizamos para realizarmos nossa pesquisa e coleta de dados.

No capítulo VI apresentamos os dados obtidos nessa investigação, descrevendo os modelos organizadores do pensamento obtidos nas respostas oferecidas pelos sujeitos de nossa pesquisa e realizamos algumas discussões, à luz das referências que embasaram nosso trabalho e de nossas reflexões pessoais.

No capítulo VII realizamos a análise dos dados obtidos, tendo em vista a obtenção de respostas às questões que nortearam nossa investigação.

Finalizando, no capítulo VIII, apresentamos nossas considerações finais e algumas implicações educacionais decorrentes de nossas descobertas.

Temos consciência que os resultados revelados por nossa pesquisa ainda são incipientes para conclusões definitivas. Acreditamos, porém, que as discussões aqui apresentadas possam ser de utilidade para a atividade e intervenção docente no âmbito escolar.

Ao aceitarmos a presença da afetividade que invade a sala de aula e se articula com os processos cognitivos e, vislumbrarmos outras formas de explicação do processo de ensino e aprendizagem, além dos puramente racionais, poderemos oferecer aos professores elementos que lhes permitirão subsidiar uma ação docente mais eficaz, construindo e interpretando sua prática de maneira comprometida com o desenvolvimento das crianças, articulando ações que considerem a complexidade do funcionamento psíquico de seus alunos.

CAPÍTULO I

O estatuto da afetividade no funcionamento psíquico.

1. Considerações iniciais

Para realizar nossa pesquisa acerca da influência da afetividade na organização dos processos cognitivos para elaboração do juízo e ação, inicialmente buscamos subsídios em perspectivas teóricas e científicas que nos apontassem caminhos para o entendimento da dimensão afetiva do ser humano, através da compreensão de sua estrutura, funções, formas de expressão e relações com outros aspectos do psiquismo, em especial com os processos cognitivos.

Ao realizarmos a revisão da literatura a respeito dessa temática, constatamos que o estudo da afetividade e dos seus determinantes constituiu um domínio de investigação partilhado por uma variedade de campos de conhecimento, tais como a filosofia, sociologia, psicologia e neurociências, entre outros. Essas diferentes perspectivas e objetivos de estudos contribuíram para tornar mais difícil a integração de um corpo de conhecimentos construídos em torno do assunto, tornando-o multifacetado.

Apresentaremos, portanto, um panorama das diferentes abordagens de estudo da afetividade encontradas na literatura científica, tendo em conta que, embora situemos algumas contribuições de outras áreas do conhecimento para a compreensão do estatuto da afetividade no funcionamento psicológico, nosso trabalho se insere no campo da Psicologia e será sob esse olhar específico que centraremos nossas discussões e diálogos.

Antes porém, de abordarmos estas perspectivas, julgamos importante tecer algumas considerações iniciais a respeito da imprecisão quanto à utilização dos termos que se referem à afetividade, percebida ao longo de nossa pesquisa bibliográfica. Os autores apontam o que contém a afetividade, qual sua origem, em que situações ela ocorre, qual sua natureza, mas não há definições precisas desse termo. É bastante comum encontrarmos na literatura, trabalhos que apresentam os termos sentimento, emoção e paixão, utilizados como sinônimos,

o que parece expressar a dificuldade em isolar esses fenômenos para conceituá-los.

O caráter vago da utilização desses termos foi uma preocupação dos estudos realizados por Engelmann (1978). Ao tentar classificar os relatos verbais das pessoas a respeito de seus estados subjetivos, fez uma profunda revisão dos termos referentes aos fenômenos afetivos, procurando precisar as peculiaridades de significado de cada um deles. Percebeu a dificuldade de realizar tal conceituação, em virtude das sucessivas transformações semânticas que os primeiros termos utilizados para designar os fenômenos afetivos foram sofrendo historicamente, decorrentes principalmente da variação de idiomas. Tais variações agregaram também diferentes sentidos ao significado original, possibilitando que os termos relacionados aos fenômenos afetivos estudados, em diferentes épocas e lugares, carregassem significados diferentes. Disso resultou a dificuldade de construir um consenso entre os pesquisadores da área para estabelecer as diferenciações, embora todos concordem com a necessidade de distinções.

Almeida (1999) acredita, no entanto que, embora os termos afeto, sentimentos, emoções, estados de ânimo e paixão sejam comumente utilizados de forma indiscriminada, como sinônimos de afetividade, por serem formas de expressão muito relacionadas, parece haver um mínimo consenso entre os estudos que,

“ao nos referirmos à afetividade estamos identificando um domínio funcional abrangente que inclui um conjunto de fenômenos psicológicos que são expressos sob diferentes formas, abarcando desde as manifestações de tonalidades afetivas basicamente orgânicas relacionadas a prazer/dor, satisfação/insatisfação, agrado/desagrado, tristeza/alegria, até as diferenciadas como as emoções, estados de ânimo, sentimentos e paixões.” (Almeida, 1999, p. 28)

Resta-nos ainda considerar que, apesar da pouca clareza acerca da definição dos fenômenos afetivos, ao tratar da dimensão afetiva, estamos nos referindo a experiências subjetivas que se referem à forma como cada sujeito se relaciona com os sentidos que os acontecimentos têm para ele.

Para que esses acontecimentos, provenientes das relações do sujeito com o mundo físico e sociocultural à sua volta, possam adquirir um significado

específico para o sujeito e conferir um sentido afetivo ao conjunto da realidade que forma seu contexto (lugares, pessoas, objetos), é preciso que essas experiências vividas sejam organizadas cognitivamente a partir de referências sociais e culturais internalizadas pelo sujeito.

Isso evidencia a importância de buscarmos estudar a afetividade, não como uma dimensão isolada, mas considerando suas inter-relações com as outras dimensões constitutivas do ser humano, uma vez que afeto e conhecimento, cultura e organismo parecem ser mobilizados conjuntamente no funcionamento psicológico. É, portanto, nessa linha que buscamos desenvolver nossa pesquisa.

Feitas essas considerações iniciais, vamos então à apresentação de algumas diferentes perspectivas de estudos sobre a afetividade, que têm contribuído para a compreensão da dimensão afetiva do ser humano e de suas relações com outros aspectos do psiquismo.

2. Um panorama das diferentes perspectivas no estudo da afetividade

Ao focalizarmos a variedade de enfoques oferecidos pelas diferentes áreas do conhecimento ao estudo da afetividade e, os diferentes estatutos conferidos aos sentimentos e emoções no funcionamento psíquico por cada um deles, podemos perceber que, mesmo partindo de diferentes objetivos, todos reconhecem a existência de relações entre os sistemas afetivos e cognitivos na elaboração do pensamento e encaminhamento da ação. Nossas discussões se organizaram, portanto, em torno da natureza das relações entre razão e emoção, implícitas nesses estudos. Assim sendo, apresentaremos as perspectivas, presentes nos estudos sobre a afetividade, que reconhecem diferentes relações entre a razão e a emoção, partindo de concepções em que essas relações são concebidas de maneira menos integrada, até chegarmos a uma perspectiva que reconheça o caráter dialético da relação razão-emoção na organização do pensamento.

2.1. A emoção como atividade fisiológica, subordinada à razão

Abordaremos nesta primeira perspectiva, as primeiras investigações que discutiram o estatuto da afetividade no funcionamento psíquico, realizadas nos campos da filosofia, biologia e psicologia e que se dedicaram a compreender os sentimentos e emoções, a partir de um enfoque fisiológico, que implicou o estabelecimento de uma oposição entre esses dois aspectos do psiquismo humano.

Nesses estudos, as emoções foram situadas como opostas à razão e consideradas como processos fisiológicos localizados no corpo, desencadeados diante dos acontecimentos, controlados pelos processos cognitivos. Embora admitissem a existência de componentes cognitivos nas emoções, esses estudos não reconheceram a participação das emoções no desenrolar dos processos cognitivos, a não ser como elemento desagregador da razão.

Partindo de uma revisão histórica das investigações a respeito da afetividade, podemos verificar que, conforme nos aponta Sterns (2000), as primeiras reflexões sobre essa temática tiveram suas origens na antiguidade, através da filosofia, em decorrência da investigação de temas mais amplos, tais como a análise dos fenômenos mentais em geral e a investigação do conhecimento moral. Não pretendemos nos aprofundar no pensamento destes filósofos. Nosso objetivo é proporcionar uma breve contextualização histórica de algumas idéias iniciais que geraram alguns dos principais pressupostos que se encontram por trás das teorias atuais e ainda hoje exercem alguma influência.

Os primeiros teóricos começaram a investigar a afetividade a partir do estudo das emoções, buscando entender sua natureza, identificar sua localização fisiológica e origem, bem como reconhecer seu lado comportamental.

Ao retrocedermos no ponto em que começam a surgir as primeiras referências significativas à respeito da afetividade nos relatos filosóficos, encontramos na obra de Platão algumas reflexões sobre a dimensão afetiva da natureza humana decorrentes de sua tentativa de entender os fenômenos mentais e a origem do conhecimento.

Em “A República” (1980), ao estudar a origem do conhecimento, Platão dividiu o conhecimento humano nitidamente em dois níveis: o conhecimento sensível, empírico, que se refere à experiência particular, podendo ser mutável e relativo, e o conhecimento intelectual, universal e absoluto, proveniente das idéias eternas e universais, que ilumina o primeiro conhecimento, mas que dele não deriva. Estava convencido de que o saber intelectual é superior ao saber sensível, assim como acreditava que das sensações e experiências particulares advindas do conhecimento empírico, não se poderia extrair o conceito universal, imutável, absoluto, bem como não poderia o conhecimento sensível explicar os valores de beleza, verdade e bondade, que estão efetivamente presentes no espírito humano. No mundo material e provisório, portanto, não há ciência, devido à sua natureza inferior; apenas é possível, no máximo, um conhecimento sensível. O conhecimento racional, universal e verdadeiro, do qual depende a ação moral, pela sua natureza superior, só pode ser adquirido através da contemplação do mundo ideal, transcendental.

A estrutura responsável por essa contemplação e mediação entre o mundo real e o ideal é a alma humana, unida a um corpo dotado de atividade sensitiva e vegetativa, ao qual ela comunica a ordem e a harmonia contemplada. Para possibilitar o entendimento dessa atividade mediadora, Platão, desenvolve o conceito de uma alma tripartida, que contém a razão, a emoção e o apetite. Os aspectos sensitivo e vegetativo da alma são subordinados à razão que, ligada aos princípios do mundo ideal, deve controlar os demais aspectos.

Segundo Solomon (1984), embora no contexto de suas reflexões Platão tenha admitido que o homem é também sensibilidade e emoção, prevalece a idéia do ser humano como ser essencialmente racional, uma vez que sua verdadeira natureza está na contemplação intuitiva do mundo ideal pela dimensão racional da alma, só alcançada através da disciplinarização do corpo, dos sentidos, e das tendências naturais, entre as quais, a emoção. Parece claro que Platão instituiu uma hierarquia entre cognição e afetividade, considerando-as como aspectos independentes e opostos à medida que desvalorizou a emoção na constituição das faculdades superiores.

A dimensão afetiva voltou a ser investigada por Aristóteles em suas indagações sobre o conhecimento moral. Interessou-se pelo estudo da emoção em um contexto ético, ao tentar entender em que circunstâncias as emoções poderiam ser justificadas ou controladas pela razão, favorecendo um comportamento virtuoso. Encontramos estas discussões presentes nas suas obras “Retórica”, “Da Alma” e “Ética a Nicómaco”.

Em suas reflexões sobre ética, Aristóteles afirmou que o propósito da vida humana era a busca da felicidade, traduzida pelo alcance do “Bem supremo”, através de uma vida boa e harmoniosa. Isso significava que o homem precisava viver de modo que, em todas suas formas de sentir e pensar, buscasse alcançar o bem, através do equilíbrio ou medida justa e ideal de suas disposições naturais, particulares a cada um, e que constituem o caráter. O equilíbrio, entendido como o meio termo situado entre a ausência ou o excesso dessas disposições, constitui a virtude. Esse meio termo só pode ser conhecido pela razão e portanto, para Aristóteles, a felicidade nada mais era que a atividade da vida de acordo com a razão.

As emoções, como reações naturais e particulares aos acontecimentos do mundo que nos cerca, interessaram a Aristóteles enquanto disposições e tendências afetivas naturais que poderiam ser governadas e cultivadas pela razão. Para ele, a emoção adequada, no contexto adequado, contribuiria para a construção de uma conduta virtuosa.

Em “Ética a Nicómaco” (1985), estudando diversas emoções como a raiva, medo, e piedade, discutiu a necessidade de moldar nossas emoções através da educação e hábitos para uma vida virtuosa. Segundo o filósofo

“A virtude recebe do ensino a geração e o desenvolvimento, por isso necessita de experiência e tempo; a ética provem do hábito (...) portanto as virtudes não se geram pela natureza ou contra a natureza, mas se geram em nós, nascidos para recebê-las e aperfeiçoá-las mediante o hábito” (p.72)

Não se referiu às emoções como respostas irracionais e descontroladas a uma situação. Ao contrário, considerava as emoções como importantes componentes que afetam os julgamentos que fazemos. Conforme as circunstâncias, a presença e intensidade de nossas emoções podem ser reações totalmente justificadas e adequadas às situações.

Enquanto Aristóteles considerou as emoções como essenciais para uma vida virtuosa, sendo muitas vezes apropriadas e perspicazes para a condução de nossas ações, Solomon (1993) em seu trabalho sobre a filosofia das emoções, argumenta que os filósofos estoicos que lhe seguiram, como Crisipo de Solis e Sêneca entre outros, persistiram na importância de buscar a felicidade através de uma vida baseada na lei racional da natureza, considerando as emoções como erros de conceito que conduziām à miséria.

A Ética defendida por esses filósofos consistia em viver de acordo com a natureza, isto é, conforme as leis gerais do universo, controlado pela razão suprema. O homem deve escolher fazer o que é moral e objetivamente bom e isso leva à felicidade. A virtude

“é o bem supremo que deve ser atingida pela inteligência (saber o que é bom e mau), pela bravura (saber o que temer ou não temer), pela justiça (saber o que cabe a cada um) e pelo auto-controle (saber quais paixões moderar ou extinguir)”. (Solomon, 1993, p.5)

As ações virtuosas devem ser realizadas conforme o dever, fundamentadas numa razão superior que transcendem as futilidades do mundo. O estado de espírito, no qual alguém cumpre seus deveres, sem estar de modo algum dominado pela emoção, permite o domínio de si mesmo e livra-o de sobrepor seus próprios desejos e as inconstâncias da sorte aos deveres.

Assim, aderindo à ordem natural do universo, os estoicos durante muitos séculos defenderam a idéia de que o sábio deveria buscar atingir a apatia ou indiferença diante dos acontecimentos e chegar à felicidade através de uma vida serena, livre das emoções. Tais idéias contribuíram para a construção da representação da supremacia da razão sobre a emoção, que predomina até hoje em nossa cultura ocidental, que coloca a razão e a emoção como aspectos claramente diferenciados e opostos da ação humana, onde a ação de um deles impede ou exclui a presença do outro.

Durante a idade média, as pesquisas dominadas pela perspectiva da moral cristã se voltaram às tentativas de compreensão da natureza humana. As restritas reflexões a respeito da afetividade e mais especificamente das emoções, que daí surgiram, estavam prioritariamente ligadas a questões éticas.

Essa estreita ligação entre o estudo da emoção e a ética fica particularmente evidente na questão discutida por Solomon (1993) de que, pelo

fato de acreditar que as emoções estavam essencialmente conectadas com desejos e ligadas sempre ao prazer ou à dor, a moral cristã fez com que algumas emoções, juntamente com as paixões e desejos, acabassem sendo designadas como pecados, como, por exemplo, a raiva, inveja, ganância, luxúria e orgulho, passando, portanto, a serem entendidos como algo inferior, prejudicial, capaz de levar o ser humano à perdição. Da mesma forma, as maiores virtudes como amor, esperança e fé, não foram classificadas como emoções em si, mas sim elevadas a um maior status, equivalentes à razão.

A visão da ética cristã, que privilegiou a supremacia da razão e controle das emoções, prevaleceu até o século XVI, quando, revendo a literatura clássica e medieval a respeito das emoções, os estudos de Descartes trouxeram outras explicações aos fenômenos emocionais.

Apesar de estar longe das preocupações éticas, Descartes (2006) defendeu uma dicotomia entre cognição e afetividade, ao pregar sua concepção do ser humano em uma dualidade corpo-mente. Para esse autor, o universo consistia de duas diferentes substâncias: a mente, ou substância pensante, responsável pela razão e conhecimento, e a matéria, ou corpo fisiológico, sendo basicamente quantitativa, teoricamente explicável em leis científicas e fórmulas matemáticas. Embora no ser humano as duas substâncias se juntassem em uma união substancial, *"a união da alma com o corpo se faz conjuntamente em todas as partes do corpo e não se situa em apenas um local."* (p. 88.), havia uma clara separação entre um corpo fisiológico e uma mente.

Descartes situou as emoções na mente e tornou-as um assunto exclusivamente humano, uma vez que os animais tem apenas corpo. Descartes reservou na emoção lugar para as alterações fisiológicas e para o comportamento e também para processos mentais como a percepção, crença e memória.

Embora situasse as emoções na mente e por isso entre as mais elevadas capacidades do ser humano, para Descartes as emoções não são cognições claras e é arriscado julgá-las, pois a razão não pode influenciá-las.

Dessa forma, Descartes (1996) sustentou a primazia da razão, da capacidade de pensar, de raciocinar, em relação à emoção e à vontade, delimitando claramente uma separação entre essas instâncias. Pressupõe uma hierarquia de valores entre as faculdades psíquicas, na qual a razão constitui o instrumento fundamental para a compreensão do mundo, cuja ordem interna, aliás, teria um caráter racional. Em sua obra “Discurso do Método” publicado em 1637, discute a indubitabilidade da verdade a partir da razão, que traduz a profunda confiança que Descartes tinha na razão ou bom senso, fonte de todo o conhecimento seguro e verdadeiro, faculdade universalmente partilhada, que define o ser humano como tal, distinguindo-o dos outros animais.

Na mesma linha, valorizando a primazia da razão, Spinoza (1989) usou o termo “affectus” para se referir aos sentimentos, emoções e paixões, considerando-os como impotências da alma, que podem ser vencidas, desde que transformadas em idéias claras e distintas. Para esse teórico, o afeto é entendido como indesejável e, portanto, desvalorizado, sendo necessária sua redução ou anulação pela racionalidade. Ao refletir sobre a ação da afeição, considera que diante dela o ser humano é um ser meramente paciente, ao passo que o uso da racionalidade permite nos tornarmos agentes. Spinoza vai mais longe, apontando a racionalidade como a forma mais pura, verdadeira e mesmo divina de exercício da mente humana.

Idéias semelhantes foram reforçadas por Immanuel Kant. Em “Antropologia de um ponto de vista pragmático” o autor defendeu que as emoções são opostas aos princípios da razão. Para ele, *“A submissão às emoções e às paixões é uma doença do Gemüt. Em ambos os casos, a razão perde o controle do sujeito.”* (2006, p.251). As emoções, da mesma forma que os desejos e a imaginação, nascem da particularidade de nossa situação. Se alguém age a partir de sua matriz emocional e não de acordo com a pura representação do dever, está se contrapondo à verdade universal e, portanto, os fundamentos da ação precisam estar totalmente livres de tal interferência.

Para Kant, a emoção só pode ser *“saudável ou aceitável, quando surge numa direção favorável, congruente com os princípios morais que levam ao bem”* (2006, p. 253), ou seja, à medida que leva o sujeito a agir de imediato, de acordo com a lei moral, em conformidade com o imperativo categórico do dever.

O conhecimento do mecanismo da emoção é o que possibilita, no entender desse filósofo, “*um remédio contra seus efeitos*” (2006, p. 253) à medida que as emoções podem ser controladas e neutralizadas pela razão.

Como podemos perceber, as obras destes filósofos ofereceram ao estudo da afetividade muitos dos pressupostos que, ainda hoje, podem ser encontrados nos discursos do cotidiano. O enfoque fisiológico, conferido à afetividade por estes estudos iniciais da filosofia, fez com que as emoções fossem colocadas verdadeiramente em oposição à razão e, consideradas nesse contexto como processos fisiológicos inferiores, situados no corpo, desencadeados diante dos acontecimentos e controlados pela razão, enquanto que a razão foi situada na mente e considerada como responsável por todo o conhecimento e controle dos processos corporais. Embora reconhecessem a existência de componentes cognitivos nas emoções e considerassem que algumas emoções moldadas e direcionadas pela razão fossem importantes para uma vida virtuosa ou conduta moral, a razão foi considerada um processo superior e a participação das emoções no desenrolar dos processos cognitivos seria um fator de desagregação .

A evolução da metodologia de pesquisa científica possibilitou a realização de investigações empíricas no âmbito da biologia e fisiologia, estabelecendo uma base para o entendimento dos processos e mecanismos ativados no aparecimento dos fenômenos afetivos. De acordo com Ekman e Scherer (1984), tal avanço resultou em estudos dos aspectos fisiológicos e neurológicos da emoção que continuaram a situá-la no corpo, sob o controle de processos cerebrais, numa relação linear de estímulo-resposta, considerando os aspectos sociais e cognitivos como secundários à sua fundamentação biológica.

Considerando que os fenômenos mais claramente observáveis nas manifestações emocionais e, portanto, mais acessíveis à pesquisa científica, eram as modificações fisiológicas, essas investigações se orientaram para o estudo da natureza das emoções, dentro de uma perspectiva fisiológica.

A teoria James-Lange, proposta por William James e Carl Lange em 1884/1885, foi provavelmente a mais conhecida das teorias da emoção. Essa investigação limitou-se às emoções que tinham uma expressão corporal distinta e seus objetivos foram o de distinguir entre os processos mentais que não têm expressões simultâneas fisiológicas óbvias e aqueles em que ocorrem

modificações diretas e portanto facilmente observáveis. Através de experimentos, usando a observação e introspecção, James chegou à conclusão que as alterações fisiológicas são a base da emoção. Contrariando a seqüência usualmente aceita a respeito da manifestação da emoção que envolve inicialmente uma percepção mental que provoca o sentimento subjetivo da emoção e o sentimento leva à reações corporais características, sua teoria defende que, quando mentalmente apercebemo-nos de algo (um objeto, situação ou idéia) que funciona como estímulo, ele desencadeará reações corporais específicas a ele relacionadas e a sensação dessas reações permite ao indivíduo a consciência da emoção. Ou seja, para James-Lange não sentimos medo e trememos, mas sim trememos e a consciência dessas sensações viscerais faz com que sintamos medo. A hipótese por ele defendida foi a de que as descargas viscerais, associadas a uma situação externa, conduzem a uma emoção, tal como a conhecemos e experimentamos. As hipóteses de James estimularam a abertura de campos de trabalho de pesquisa em padrões corporais na emoção, pois geraram muitas reações e o desenvolvimento de outras várias abordagens teóricas, tais como Cannon-Bard (1915), Papez (1937), Lindsley (1957), Pilbran (1984) entre outros, que se dedicaram a investigar os mecanismos cerebrais de ativação da emoção, focalizando os processos neurológicos, bem como os sistemas que controlam sua expressão. Focados nos aspectos estruturais e fisiológicos do cérebro, esses trabalhos ofereceram elementos que permitiram a constatação da existência de atividades cognitivas empreendidas por áreas do cérebro destinadas à avaliação ou interpretação de estímulos, para a ativação de alterações fisiológicas subjetivas e impulsos para a ação.

Localizando os mecanismos e padrões fisiológicos que estão subjacentes às emoções e como esses sistemas interagem entre si, tais estudos a nosso ver, não se diferiram muito dos primeiros estudos filosóficos, pois, mesmo considerando a interdependência entre as emoções e os processos cognitivos, também sustentavam a supremacia da cognição sobre a experiência das emoções .

Na história da psicologia, o cenário não parece ter sido diferente. Segundo Strongman (2004), no início do século XX, a busca de objetividade e status científico a partir da adoção de modelos inspirados nas ciências físicas, contribuiu para o aparecimento de uma tendência no campo da psicologia de privilegiar as

pesquisas a respeito do funcionamento cognitivo e aprendizagem, evitando a investigação dos fatores afetivos, por envolverem estados subjetivos que não se constituíam temas adequados de estudos que pudessem ser medidos e investigados de forma objetiva, conforme pode confirmar a estratégia apontada por Gardner :

"houve uma decisão deliberada de diminuir a ênfase de certos fatores que podem ser importantes para o funcionamento cognitivo, mas cuja inclusão complicaria de forma desnecessária o empreendimento científico. Esses fatores incluem a influência de fatores afetivos ou emoções."
(Gardner, 1985, p. 6).

Ainda assim, com a consolidação de grandes teorias psicológicas como o behaviorismo, os cientistas comportamentais, buscaram investigar a afetividade a partir das manifestações emocionais, cujas modificações corporais evidentes eram susceptíveis de observação e medida direta e, portanto, mais acessíveis à investigação nos termos da ciência convencional. Nesse contexto, as emoções foram consideradas como respostas comportamentais fundamentalmente importantes para a vida e para a sobrevivência.

Watson, em 1930, elaborou a primeira teoria da emoção claramente comportamentalista. Encarando as emoções como padrões especiais de respostas, eliciadas inicialmente por estímulos incondicionados, Watson (1991), realizou experimentalmente uma experiência de condicionamento clássico das respostas de medo, mostrando que as emoções podem ser aprendidas e ampliadas a um grande número de situações a partir da associação de eventos e manipulação das variáveis ambientais.

Dando continuidade a essa linha de investigação, Millenson (1967) criou um modelo de compreensão comportamental da emoção, sugerindo que as respostas emocionais e outros comportamentos do indivíduo são respostas condicionadas sob o controle do ambiente, que podem ser aprendidas, eliminadas, mantidas e generalizadas.

Esses estudos, ao sugerirem que a maior parte do comportamento emocional humano pode ser aprendida através de condicionamento, enfatizaram o papel dos mecanismos de aprendizagem na aquisição e controle da emoção, estabelecendo uma relação de domínio dos processos cognitivos sobre a afetividade.

Pensamos que, embora seja inegável a importância desses primeiros estudos realizados pelos diferentes campos do conhecimento acerca das emoções para impulsionar o desenvolvimento de novos trabalhos a respeito das relações entre os processos cognitivos e emocionais na elaboração do pensamento, podemos verificar que eles apresentaram em comum uma perspectiva na qual, a relação estabelecida entre afetividade e cognição é de subordinação. Os processos cognitivos têm supremacia sobre os afetivos na elaboração do raciocínio na medida em que os controlam.

É portanto, desde essas investigações que a necessidade de tratar a dimensão afetiva considerando seus componentes cognitivos e vice-versa começa a ficar evidente.

2.2) A razão subordinada à emoção

Incluimos nessa perspectiva alguns estudos que privilegiam os aspectos afetivos e/ou inconscientes na constituição do pensamento e ação humanos, dedicando um papel secundário aos aspectos cognitivos, a medida que, suas discussões a respeito das relações da dimensão afetiva no funcionamento do psiquismo humano, têm como foco os processos emocionais subjacentes ao comportamento humano e sua motivação, em especial quando se manifestam em resposta inconsciente às influências ambientais. Os trabalhos desenvolvidos nessa linha sugerem que o substrato das emoções é inconsciente e que a emoção e os afetos são energias psíquicas e manifestações de conflitos instintivos.

Freud foi o primeiro a abordar a afetividade a partir de uma perspectiva dinâmica. Contemporânea ao próprio nascimento da psicanálise, a questão do estudo do afeto surge em uma rede intrincada com outros conceitos, especialmente a pulsão e a divisão topográfica da mente. Freud (1984) entende a afetividade como o conjunto de todos os movimentos mentais conscientes e

inconscientes, não-rationais, atribuindo especial importância ao conceito de afeto, definido por ele como um estado emocional que inclui toda a gama de sentimentos humanos, do mais agradável ao mais insuportável, expresso de forma física ou psíquica, de modo imediato ou adiado. O afeto constitui uma importante energia psíquica que está atrelada ao princípio do prazer, sendo o elemento que mobiliza a ação do ser humano em busca do equilíbrio e da harmonia.

Buscando entender a dinâmica do funcionamento psíquico, Freud sugere que as mudanças nos estados internos, que resultam do trabalho das estruturas internas do ser na tentativa de manter a condição interna inalterada para poder sobreviver, são percebidas pelo indivíduo como afetos, que geram ação e movimento do organismo para responder a eles. Não é somente a captação dos estados internos que vai resultar em bem-estar ou mal-estar. Mais do que isso, “*o afeto é a primeira manifestação que emerge desse dinamismo das estruturas internas, para mobilizar a ação do ser em busca de regulação interna*” (1984, p. 72).

Enfim, os afetos e as emoções são percepções dos estados internos do organismo, que desencadeiam os processos de homeostase ou auto-regulação para garantir a sobrevivência. Essa é a condição primordial que nasce como impulso motivacional básico e intrínseco do ser humano, ou seja, instinto de sobrevivência, no momento mesmo em que surge a vida. É sobre esse eixo que se constrói todo o processo de evolução, que se caracteriza pelo aperfeiçoamento dos elementos que compõem os recursos de sobrevivência dos seres vivos, os quais vão se tornando estruturalmente mais complexos, em busca de maior eficácia na adaptação ao meio e na manutenção da vida.

Outros representantes dessa abordagem, embora acrescentem novos conceitos estruturais, conservam basicamente as mesmas idéias a respeito do papel da afetividade.

Em Lacan (1982) por exemplo, embora a afetividade nunca tenha sido foco direto de nenhum de seus estudos, essa temática está presente em toda sua obra. Considera que a afetividade permeia todo o processo do pensamento humano. Para ele o afeto seria uma relação, um acesso direto ao verdadeiro eu, independente da cultura, da época ou da língua, uma vez que acredita que “*algo no afeto é verdadeiro como um signo, quer dizer, ele é imediatamente*

compreensível” (Lacan, 1982 p. 27). Sugere ainda que o afeto é uma paixão capaz de mobilizar o sujeito e levá-lo à ação. Como em seus trabalhos enfatiza o simbólico, propõe que para que um afeto possa ser tomado como verdadeiro na experiência analítica precisamos explorar aquilo que no afeto tem a ver com o inconsciente.

Considerando o contexto da complexidade a partir do qual estamos buscando investigar os fenômenos psíquicos, reconhecendo as diversas interações e interferências entre os elementos, podemos perceber que nessa perspectiva o estudo da dimensão afetiva, considera suas inter-relações com a dimensão cognitiva, entendendo a afetividade como uma importante energia para a cognição, à medida que os afetos, sejam eles conscientes ou não, dirigem e influenciam os processos cognitivos de forma essencial através da pulsão de vida e da busca pela excelência.

Podemos ainda depreender da leitura dos textos de Freud (1980) que tratam das neuroses e do processo terapêutico que essa abordagem reconhece ainda que, além de energia para a cognição e ação, a dimensão afetiva pode influenciar também na construção do conhecimento de si mesmo e do mundo, à medida que, o afetivo conectado ao simbólico através do relato na associação livre de idéias permite a reorganização do cognitivo e da consciência. Contudo, essa perspectiva parece relegar aos aspectos cognitivos um papel secundário na organização do raciocínio humano, numa relação de subordinação aos aspectos afetivos.

2.3. Emoção como atividade cognitiva, articulada à razão

Reunimos aqui, trabalhos acerca do estatuto da afetividade no funcionamento psíquico, que trazem em comum uma perspectiva de estudos que busca uma maior integração entre os processos cognitivos e as emoções na articulação do pensamento. Tais estudos, embora realizados em diferentes campos do saber, a partir de diferentes objetivos, têm em comum o fato de reconhecerem que as emoções só podem ser consideradas em um contexto interpretativo, socialmente produzido, à medida que consideram que a

experiência da emoção envolve uma atividade cognitiva, que inclui os conhecimentos, crenças ou a interpretação das circunstâncias.

Dentro dessa perspectiva, podemos incluir estudos contemporâneos da afetividade na filosofia que, segundo Calhoun e Solomon (1984), têm sido dirigidos por uma abordagem que focaliza a análise dos aspectos cognitivos presentes nas manifestações afetivas. Concentrando suas discussões na natureza das relações entre a cognição e os fenômenos afetivos, as pesquisas têm se dedicado à investigação das emoções considerando que, além de uma reação fisiológica, a emoção é também uma atividade cognitiva que envolve os conhecimentos, as crenças ou a interpretação das circunstâncias para classificar e identificar a emoção como uma emoção de certo tipo. Os trabalhos desenvolvidos recentemente na filosofia têm se concentrado nas conexões lógicas entre as emoções e a cognição, considerando nossas crenças sobre o mundo, nós mesmos e os outros.

Podemos distinguir nessa linha os estudos do próprio Solomon (1984) que defende uma teoria cognitiva das emoções, onde os juízos exercem um papel essencial. Esse teórico argumenta que existe uma conexão lógica entre as emoções e as crenças de valores, sustentando que as emoções são avaliações que se parecem com juízos de valor ou crenças. Também tem sugerido que as crenças são condições prévias para determinadas emoções, ou que podem ser um componente logicamente essencial para elas. Ainda que uma emoção possa parecer errônea ou inadequada a uma dada situação, ela o é porque temos crenças errôneas ou injustificáveis sobre a situação.

Em seus estudos, Solomon (1984) sugere que *“as emoções são racionais e propositas como muitas de nossas ações, ao invés de irracionais e intempestivas, e nós podemos escolher como nos manifestar emocionalmente diante das situações”* (p.306). Em sua visão parece que as duas dimensões, cognição e afetividade, funcionam de forma interdependente, de forma a exercer mútua influência. As emoções podem ser racionais e as crenças, afetivas.

No campo da sociologia, também foram desenvolvidos vários estudos que tentaram entender as relações entre a afetividade e o funcionamento cognitivo, estabelecendo como foco a dimensão social das manifestações afetivas,

“entendendo-as não apenas como manifestações presentes em seres humanos genéricos, mas sim em pessoas com características sociais definidas, que vivem numa dada época, em determinada cultura, enfim, que se encontram sob circunstâncias e relações sociais específicas” (Kemper,1991, pág. 301).

Nesse contexto, o estudo da afetividade focalizou basicamente a investigação das emoções, buscando tratar, não de aspectos individuais interiores, tais como os mecanismos fisiológicos presentes na emoção, mas sim de aspectos externos, relacionados à influência dos processos sociais nas manifestações emocionais e às conseqüências da ocorrência das emoções para a manutenção das estruturas sociais. Abordaremos alguns dos principais estudos que abriram campo para linhas de debates acerca das emoções na sociologia, que vêm se fortalecendo.

Durkheim ao investigar em 1915 as formas elementares da vida religiosa, foi o primeiro sociólogo a lançar as bases para o estudo das emoções, contribuindo para a construção de um campo sistemático de pesquisas na sociologia, a sociologia das emoções, que vem se ampliando nas últimas três décadas e constituindo um sólido referencial teórico.

Ao investigar os rituais presentes nas cerimônias religiosas primitivas, Durkheim (1996) reconheceu que através do desencadeamento de manifestações emocionais provocadas pelas práticas presentes nesses rituais, a cultura exerce seu poder sobre os indivíduos, reavivando a possibilidade da vida em conjunto, em uma esfera em que todos comungam das mesmas representações e princípios . Isso é possível à medida em que a interação direta que ocorre entre as pessoas durante os rituais dirige os processos de atenção, de fala, de linguagem corporal e das representações dos membros do grupo, culminando numa mobilização intensa das emoções associadas ao significado dos símbolos daquele grupo, que reforçam sua manutenção.

Contudo, foi a partir dos trabalhos de Kemper (1978) que os estudos sociológicos da emoção ganharam notoriedade e adquiriram características interdisciplinares, à medida que estimularam o debate entre os aspectos biológicos e sociais presentes nas manifestações emocionais .

Concordando que as emoções são geradas por alterações na fisiologia do indivíduo, provocadas por estímulos e situações que ativam os sistemas neurotransmissor, endócrino e muscular do corpo, Kemper concluiu que as manifestações emocionais são também o resultado de um condicionamento cultural à medida que, a experiência e expressão das emoções resultam da aprendizagem.

Suas investigações nesse campo de estudos consideram que a fisiologia envolvida no aparecimento da emoção é bastante difusa e generalizada para permitir a identificação de uma emoção específica pelo sujeito. As pessoas submetem as suas sensações fisiológicas aos rótulos e expectativas de comportamentos fornecidas pela cultura, que dizem respeito ao tipo de emoções apropriadas a serem sentidas em determinado tipo de situação social e à como essas emoções devem ser sentidas e mostradas. Da mesma forma, aprendem também o vocabulário que se refere as emoções, a lógica das emoções, regras dos sentimentos e ideologias de sentimentos da cultura.

Para ele, as emoções não ocorrem no vazio, mas em um contexto específico de relações sociais, que envolvem fatos reais, bem como expectativas e imaginação.

Gordon (1990) defende a existência de uma cultura emocional na sociedade, composta de ideologias, normas, crenças, lógica, vocabulário e conhecimento sobre as emoções, particularmente a respeito de quais emoções devem ser sentidas em várias situações. Através dos processos de socialização associados ao legado de experiências vividas, cada indivíduo vai internalizando a cultura emocional da sociedade mais ampla, bem como adquire os elementos específicos da sub-cultura emocional de seu grupo social como sua classe social, etnia, gênero e idade e passa a empreender esforços para agir conforme as imposições dessas culturas.

Como pudemos perceber a partir desses estudos, a sociologia das emoções vem se constituindo num campo bastante fértil de debates e alguns sociólogos como Kemper vem defendendo a necessidade de uma aproximação maior com outros campos de estudos para a obtenção de uma perspectiva mais abrangente dos fenômenos afetivos, considerando que qualquer estudo da afetividade deve ter em mente os aspectos biológicos, sociais e cognitivos que dela fazem parte.

Também no campo da psicologia, estudos conduzidos por neo-comportamentais como Gray (1971) e mais recentemente por Staats e Eifert (1990), admitem a existência de estados internos, tais como as sensações e sentimentos relacionados às emoções, chamados de comportamentos encobertos, que são considerados como eventos privados, naturais e observáveis por parte de quem os experimentam, e que obedecem às mesmas leis e princípios dos comportamentos expressos, sendo portanto passíveis de estudo através da introspecção.

Os estudos de Staats e Eifert sugerem também que a maior parte do comportamento emocional humano pode ser aprendida através de condicionamento, seja pela experiência direta, pela observação das experiências emocionais de outras pessoas ou ainda pela mediação da linguagem. Para eles, a linguagem utilizada para referência aos fenômenos emocionais pode funcionar como um agente de reforço, particularmente através do auto-reforço e pode exercer função incentivante. O reconhecimento de que as respostas emocionais possam ser adquiridas a partir de eventos baseados na linguagem possibilita a aceitação de que as emoções possam ser adquiridas cognitivamente.

Assim sendo, as discussões mais recentes de abordagem comportamental da afetividade nos sugerem que, apesar da ênfase dada aos mecanismos de aprendizagem, não existe como dissociarmos a dimensão cognitiva da afetiva. Embora as manifestações afetivas, como as emoções e os sentimentos a elas relacionados, sejam encaradas como respostas comportamentais que ocorrem a partir de estímulos específicos, mantidas por eventos reforçadores, as atividades de interpretação dos significados dos eventos presentes nessas aprendizagens envolvem atividades cognitivas a partir de conteúdos sociais, evidenciando os componentes cognitivos na afetividade. Por outro lado, os sentimentos e emoções desencadeados no sujeito em determinadas situações podem funcionar como elementos reforçadores para a aprendizagem de comportamentos cognitivos .

Uma outra linha de trabalhos, que teve suas raízes na psicologia cognitiva, mas que a partir da revolução cognitiva passou a constituir um novo campo de discussões, é a Psicologia Cultural, proposta por Bruner (1998), focada

no significado da experiência humana e da subjetividade. Também propõe algumas discussões acerca das relações entre as emoções e os processos cognitivos na organização do pensamento dos indivíduos. Essa linha defende que os sujeitos se envolvem ativamente na interpretação do significado da experiência, num mundo constituído culturalmente, que abre espaço para o desenvolvimento de suas capacidades e diferenças. Nessa abordagem, a cognição e a afetividade são concebidas como constituições culturais. Como tais, são aspectos indissociáveis do funcionamento psicológico humano, uma vez que é a cultura que estabelece que estados mentais são afetivos ou cognitivos, em que situações são desencadeados, de que forma devem ser manifestos.

A criança vai construindo representações do mundo com base nas interações que mantém com aqueles que constituem sua cultura imediata. As emoções e sentimentos vão, desde o início da vida, sendo contextualizados em situações sociais definidas, a partir de pistas sobre a maneira apropriada de sentir e reagir. Os estados afetivos envolvem, além da experiência subjetiva da emoção ou do sentimento, o conhecimento construído e subordinado dos significados da cultura em que é elaborado. A cognição, por sua vez, é desenvolvida numa cultura que valoriza diferentemente os diversos tipos de conhecimento e vai sinalizando formas específicas de atividades cognitivas aceitas e valorizadas nos diferentes contextos.

Nessa concepção, a cultura e o aspecto cognitivo parecem ter uma grande influência sobre a constituição da afetividade, atribuindo-lhe um caráter social e simbólico, delimitando suas possibilidades e formas de manifestação. Por outro lado, as atividades cognitivas parecem sofrer as influências da dimensão afetiva quanto ao direcionamento para a construção dos tipos de conhecimentos mais valorizados dentro de uma determinada cultura.

Dentro da abordagem cognitivista, dentre os estudos realizados a respeito do estatuto da afetividade no funcionamento psicológico, podemos citar o trabalho de Lazarus (1984), que postula que é difícil apresentar uma diferenciação entre emoção e cognição, pelo fato de serem conceitos interdependentes. Este autor considera que toda manifestação afetiva seria precedida por alguma forma de avaliação cognitiva, mesmo que inconsciente. Para ele, emoção sem cognição seria um simples estado de ativação, sem os

impulsos que distinguem e direcionam as emoções, diferenciando, por exemplo, medo de raiva. Segundo esta teoria, os pensamentos, por si só, são capazes de produzir emoções, e emoções não podem ocorrer sem que ocorra algum pensamento. Por isso, diz que os “*pensamentos são necessários e suficientes para a ocorrência de emoções*”. (p. 248)

Lazarus afirma ainda que a cognição é uma parte integrante da emoção, porque cada estímulo com o qual nos deparamos é por nós avaliado a respeito de seu significado para nosso bem estar e relevância para os nossos objetivos pessoais e o simples reconhecimento de que temos algo a ganhar ou perder, isto é, que o resultado de uma transação é relevante para nossos objetivos e bem-estar, gera uma emoção. Essa avaliação cognitiva é importante para o estabelecimento de significados dos eventos e estímulos para o organismo nas relações com o meio ambiente. As duas principais dimensões da avaliação são a relevância e a congruência motivacional e referem-se à significância do acontecimento para os objetivos e preocupações pessoais e à compatibilidade do acontecimento com os desejos pessoais. Sua teoria das emoções sugere que o processo da emoção envolve muitas variáveis que se organizam de modo interdependente numa configuração, definindo um significado relacional único, entre a pessoa e seu ambiente.

Até aqui, pudemos observar que, mesmo a partir de diferentes focos de investigação e abordagens, esses diferentes estudos filosóficos, sociológicos e psicológicos trazem em comum o reconhecimento da presença do componente cognitivo nas emoções, e admitem claramente a influência dos processos cognitivos na dimensão afetiva, seja para interpretar a realidade, atribuindo aos eventos significado e relevância para nosso bem-estar e objetivos pessoais, seja para atribuir à afetividade um caráter social e simbólico, delimitando suas possibilidades e formas de manifestação

Para esses autores, as emoções só podem ser consideradas em um contexto interpretativo, socialmente produzido e significado nas relações que acontecem no cotidiano das inúmeras práticas sociais. Os processos cognitivos interpretativos possibilitam a emoção. Os sujeitos negociam afetos assim como qualquer outro aspecto de suas vidas. Assim, alegria ou tristeza são

reconhecidas enquanto tais, de acordo com um contexto específico. Em outras palavras, as emoções não são reconhecidas apenas por sua sensação, mas através de seu contexto.

Em nosso entender, esta perspectiva de estudos compreende que emoções não são incontroláveis, pois existe um controle de sensações que determina quando esta será apresentada. A manifestação da emoção é, sobretudo, uma transação simbólica. Uma vez que essa atividade cognitiva interpretativa das emoções é abastecida com as informações da cultura emocional da sociedade, essas abordagens reconhecem também a possibilidade da cultura exercer influência sobre a forma de grupos sociais específicos sentirem e expressarem a emoção, explicando as diferenças nas formas de manifestação emocionais de sujeitos de diferentes gêneros, por exemplo .

Podemos dizer então que, nessa perspectiva, o cognitivo e o afetivo têm importância no funcionamento do psiquismo humano e as relações entre essas dimensões são articuladas. O conhecimento social influencia as emoções, oferecendo expectativas sobre o que sentir em determinada situação

Por outro lado, as atividades cognitivas parecem também sofrer as influências da dimensão afetiva tanto para o direcionamento da construção dos tipos de conhecimentos mais valorizados dentro de uma determinada cultura, quanto para a produção de uma estrutura cognitiva composta de conhecimentos a respeito de reações emocionais anteriores que têm efeitos sobre a geração de novas avaliações cognitivas

Quanto ao papel da afetividade no desenrolar dos processos cognitivos esses estudos já discutidos destacam que as emoções podem, junto com o raciocínio, atuar no direcionamento de outros processos, tais como atenção, memória, escolha de objetivos e prioridades motivacionais, oferecendo repertórios de prontidão e ação para certos tipos de situações, influenciando nossas interpretações de ambiente e estratégias de ação.

Embora esses estudos, a nosso ver, apresentem progressos em relação aos estudos realizados sob as perspectivas discutidas anteriormente, a medida que permitiram grandes avanços para a compreensão da dimensão afetiva do ser

humano e suas relações com outros aspectos do psiquismo, parece-nos que as emoções ainda estão relegadas a um papel secundário na organização do raciocínio, uma vez que a ênfase desses estudos recai sobre a importância dos aspectos cognitivos presentes nas emoções, não se enfatizando uma relação mais determinante dos estados afetivos no curso, conteúdo ou forma de organização do pensamento.

Vamos então a uma quarta perspectiva de estudos, que propõe uma visão mais sistêmica das relações entre os aspectos cognitivos e afetivos presentes na elaboração do raciocínio, e que mais se aproximam dos princípios que nortearam esse trabalho.

2.4. Emoção e razão integradas numa perspectiva dialética

Incluimos nesta perspectiva de estudos a respeito das relações entre a cognição e afetividade no funcionamento psíquico algumas abordagens teóricas, tanto do campo da psicologia quanto no campo da neurologia, que questionam os tradicionais dualismos, apontando caminhos e hipóteses no sentido de integrar dialeticamente cognição e afetividade, razão e emoções.

O surgimento de novas tecnologias de imageamento cerebral, que permitem observar em detalhes o cérebro humano, vêm impulsionando pesquisas mais abrangentes.

Alguns estudos recentes, de autores como Damasio(1996) e Maturana(2001) que representam campos muito próximos da ciência como a neurologia e biologia, vêm buscando a superação das dicotomias vigentes, situando em seus trabalhos as emoções como elementos centrais no processo de desenvolvimento humano, colocando-as no plano das relações e interações entre organismo e mundo, partindo de uma visão sistêmica de ser, organismo, sujeito. Apresentam teorias em que reconhecem um consenso acerca da influência das

emoções e afetos no funcionamento cognitivo, em situações nas quais é observado um comportamento tido como tipicamente racional como, por exemplo, resolver um problema de matemática.

A descrição dos casos clínicos pode elucidar as ligações entre razão e emoção propostas por Damásio (1996 b). Alguns pacientes por ele estudados, com lesões nos lobos pré-frontais, embora revelassem um bom desempenho em testes de inteligência, memória, aprendizado e cálculos aritméticos, apresentavam uma grande perturbação nos processos de tomada de decisão, associada à desajustamentos no contato social.

Dentre as características identificadas, destacou-se uma emocionalidade atenuada que, ao invés de favorecer o raciocínio, parecia impedir a sua funcionalidade nas situações cotidianas. Embora obtivessem bons resultados nos testes, na vida real, tinham dificuldades para tomar decisões. Nas relações que se estabelecem entre as pessoas, tomar uma decisão envolve analisar vantagens e desvantagens, ganhos e perdas, nas mais variadas instâncias sociais.

Damásio concluiu que a ausência de sentimentos e emoções nas atividades cognitivas parecia impedir a atribuição de valores e perturbar a tomada de decisão. O autor argumenta que o comportamento de decidir sobre algo parece incluir uma atividade cerebral explícita (sob o domínio de estruturas ou mecanismos cognitivos) e outra implícita (sob o domínio de mecanismos emocionais), que demonstram a complexidade da ligação entre emoção e cognição e apontam que as emoções são essenciais ao raciocínio e tomada de decisões:

"Parece existir um conjunto de sistemas no cérebro humano consistentemente dedicado ao processo de pensamento, orientado para um determinado fim, ao qual chamamos raciocínio, e à seleção de uma resposta, a que chamamos tomada de decisão, com uma ênfase especial no domínio pessoal e social. Esse mesmo conjunto de sistemas está também envolvido nas emoções e nos sentimentos e dedica-se em parte ao processamento dos sinais do corpo."(p. 84)

Os estudos de Damasio (1996) permitiram concluir também que as emoções e sentimentos são uma percepção direta de nossos estados corporais e constituem um elo essencial entre o corpo e a consciência, constituindo aspectos centrais da regulação biológica.

Baseado em seu amplo conhecimento do cérebro, ele apresentou uma clara explicação de como cognição e afetividade interagem para criar os processos de tomada de decisões, crenças e planos para agir. Para o autor, pensamentos e emoções estão interconectados, pois os circuitos neurais responsáveis pelo raciocínio e tomada de decisão são os mesmos implicados nas emoções e sentimentos. As emoções são mudanças nos estados corporais controladas por determinadas áreas do sistema cerebral que respondem ao conteúdo do pensamento do sujeito. O conteúdo dos pensamentos tem repercussão corporal, induzindo mudanças físicas. A percepção conjunta do sujeito dos estados corporais experimentados e dos pensamentos que se associam a tais estados geram os sentimentos e emoções e esses repercutem de maneira significativa no estilo e eficácia do funcionamento cognitivo, influenciando na maneira como o resto do cérebro e cognição se ocupam de suas tarefas.

Segundo Maturana, (2001) esta interdependência é reconhecida e, ao tratar da cognição há que se considerar a afetividade, constituída pela emoção, os afetos e a motivação, uma vez que são conceitos interdependentes, ou seja, cognição e emoção se entrelaçam de forma imbricada, exercendo mútua influência em seus processos de organização.

Para esses dois autores, é na relação entre organismo e meio que a emoção se produz, assumindo uma função, um lugar de relevo em suas elaborações; as emoções aparecem como algo que caracteriza, impulsiona ou (re)dimensiona as interações sociais, estando portanto no plano da ação, da experiência e da relação. Embora tenham fundamentado a compreensão das relações presentes no pensamento e emoção humanas na estrutura física do cérebro, sem discutir a emoção em sua dimensão social e a influência das emoções na atribuição de significados, esses estudos evidenciam uma preocupação em superar as tradicionais dicotomias entre as dimensões cognitiva e afetiva no funcionamento psíquico humano, procurando partir de uma concepção sistêmica.

Com raízes na psicologia cognitiva, a psicologia evolutiva vem se constituindo num novo campo de discussões. Alguns trabalhos recentes desenvolvidos nesse campo, em especial os estudos de Cosmides e Tooby

(2000) apresentam uma abordagem interessante que chamaram nossa atenção por não identificar cognição com pensamento, mas considerar cognição tudo o que se refere a processos psíquicos. Não falam em efeitos das emoções sobre a cognição porque para eles, cognição refere-se a todas as operações do cérebro, incluindo estados emocionais e raciocínio. Nessa visão abrangente da mente, razão e emoção, afetividade e cognição *“são faces da mesma moeda e não moedas diferentes”* (p. 92).

A psicologia evolutiva põe as emoções em foco,

“entendendo-as como programas super-ordenados que, junto com o raciocínio, atuam na coordenação de outros processos, tais como organização das percepções, atenção, aprendizagem, memória, escolha de objetivos, prioridades motivacionais, estruturas conceituais, categorizações, reações fisiológicas, decisões comportamentais, processos de comunicação, níveis de energia e de alocação de esforços, coloração afetiva de eventos e de estímulos, entre outros.” (p. 93)

Segundo Cosmides e Tooby, cada emoção atua sobre vários outros programas adaptativos, desativando alguns, ativando outros, permitindo que todo o sistema opere de modo eficaz e harmonioso, toda vez que se defrontar com certos tipos de condições. Numa situação típica de medo, por exemplo, ativa-se o circuito de detecção da presença de algo ameaçador. Ocorrem mudanças na percepção e na atenção e a mudança motivacional é notável; a segurança ganha prioridade máxima. Não se tem mais fome, não se pensa mais em conquistar um namorado, ou em treinar nova habilidade. Há um redirecionamento de objetivos: Onde está meu filho? Onde estão os que podem me proteger? Ganham prioridade determinadas categorias, como perigoso ou seguro.

A afetividade aqui pode ser compreendida como força impulsionadora, que combinada com nossas capacidades cognitivas, leva-nos a elaborar estratégias específicas de pensamento e ação. Tal enfoque mostra-se interessante à medida que permite vislumbrar a possibilidade dos aspectos afetivos, juntamente com os outros componentes do psiquismo humano intervirem no curso dos processos cognitivos, indo além do fator motivacional.

Podemos ainda incluir nessa perspectiva, o trabalho de três autores clássicos, que buscaram compreender as relações entre as dimensões afetiva e

cognitiva do funcionamento psíquico, a partir do estudo de sua gênese e evolução.

Um primeiro autor que podemos citar como tendo questionado as teorias que tratavam a afetividade e a cognição como aspectos funcionais separados foi o biólogo e epistemólogo suíço Jean Piaget. Em seu trabalho " The relation of affectivity to intelligence in the mental development of the child "(1962) o autor argumenta que a afetividade e a cognição, apesar de diferentes em sua natureza, são indissociáveis e presentes em todas as ações sensório-motoras e simbólicas, e constituem os dois aspectos complementares da ação. Para ele, toda ação e juízo comportam um aspecto cognitivo, representado pelas estruturas mentais e um aspecto afetivo.

Segundo Piaget ,

“É incontestável que o afeto desempenha um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem afeto não haveria interesse, nem necessidade, nem motivação; e conseqüentemente, perguntas ou problemas nunca seriam colocados e não haveria inteligência. A afetividade é uma condição necessária na constituição da inteligência mas, na minha opinião, não é suficiente.”

Para o autor, não existem estados afetivos sem elementos cognitivos, assim como não existem ações puramente cognitivas. Quando discute os papéis da assimilação e da acomodação cognitiva, Piaget afirma, por exemplo, que esses processos de adaptação também possuem um lado afetivo: na assimilação, o aspecto afetivo é o interesse em assimilar o objeto às estruturas de conhecimento, enquanto que na acomodação o aspecto afetivo se manifesta no interesse pelo objeto novo.

A afetividade, segundo Piaget, é a fonte de energia de que a cognição se utiliza para seu funcionamento. Na relação do sujeito com os objetos, com as pessoas e consigo mesmo, existe uma energia que direciona seu interesse para uma situação ou outra, e a essa energética corresponde uma ação cognitiva que organiza o funcionamento mental. A energética é responsável pelo interesse na interação com o objeto de conhecimento e esse interesse acaba sendo a fonte da

motivação para a ação do sujeito. Para explicar a energética da ação, Piaget incorpora a essa discussão outro componente, que são os valores.

Para ele, os valores pertencem à dimensão geral da afetividade no ser humano e surgem a partir de uma troca afetiva que o indivíduo realiza com o exterior, com objetos ou pessoas. Primeiramente, os valores surgem da projeção dos sentimentos positivos sobre os objetos. Os valores se originam nos primeiros anos de vida, a partir do sistema de regulações energéticas que se estabelece entre o sujeito e o mundo externo desde o nascimento, a partir de suas relações com os objetos, com as pessoas e consigo mesmo. Inicialmente os interesses da criança estão relacionados às suas necessidades orgânicas.

Posteriormente, à medida que a criança cresce, seus interesses intelectualizados pelas novas estruturas cognitivas que vão sendo construídas organizam-se de maneira mais estável, constituindo lentamente um outro sistema que vai se distinguir do sistema de regulações energéticas, formando escalas ou sistemas de valores.

Segundo Piaget, à medida que o sistema de valores se desenvolve nas trocas presentes nas relações interpessoais, torna possível valorações mais estáveis e o aparecimento de sentimentos interpessoais que condicionam as relações afetivas e os sentimentos morais. Essas valorações mais estáveis levarão os sujeitos a definir normas de ação, que serão organizadas em escalas normativas de valores. E, de certa forma, farão com que o sujeito consciente aja de acordo com eles.

Temos, então, que esses dois sistemas, o das regulações energéticas e o dos valores, são distintos, mas têm no interesse seu ponto de junção para direcionar as ações do sujeito. O interesse é um prolongamento da necessidade, uma vez que um objeto se torna interessante à medida que corresponde a uma necessidade. Assim sendo, o interesse é a orientação própria a todo ato de assimilação mental. O interesse apresenta-se sob dois aspectos complementares. De um lado, é regulador de energia, mobilizando reservas internas de força, bastando que um trabalho interesse para parecer fácil e a fadiga diminua. Por outro lado, implica um sistema de valores, relativos à própria atividade e que determinam finalidades para ação.

Para ele,

“ o afeto explica a aceleração ou retardamento da formação das estruturas; aceleração no caso de interesse e necessidade, retardamento quando a situação afetiva é obstáculo para o desenvolvimento intelectual, como no excelente estudo de Spitz sobre hospitalismo. Nessa interpretação, a afetividade explica a aceleração ou retardamento mas não a causa da formação da estrutura”.

Percebemos que Piaget não dissocia a cognição da afetividade para a elaboração do raciocínio, atribuindo a ela o papel de força motivacional que dará base para suas estruturações cognitivas e para regulação das trocas sociais e interpessoais.

Outro autor, que também procurou estudar o funcionamento humano segundo uma visão integradora de todos os aspectos que o compoem, foi o filósofo, médico e psicólogo francês Henri Wallon, que construiu uma teoria de desenvolvimento da personalidade onde a afetividade foi o tema central .

Para Wallon (1995), as emoções são fenômenos de caráter biológico, que ocorrem sob o comando do sistema nervoso central e que dependem da estrutura orgânica do indivíduo. A emoção surge através da ontogênese, no momento em que certas terminações nervosas desenvolvem-se até um nível de complexidade. À medida em que evoluem, as emoções se tornam cada vez mais responsáveis pela promoção da sobrevivência do indivíduo.

Wallon considera as emoções como a primeira ferramenta de interação com o meio que uma criança possuirá, visto que, ao nascer, não tem

"meios de ação sobre as coisas circundantes, razão porque a satisfação das suas necessidades e desejos tem de ser realizada por intermédio das pessoas adultas que a rodeiam. Por isso, os primeiros sistemas de reação que se organizam sob a influência do ambiente, as emoções, tendem a realizar, por meio de manifestações consoantes e contagiosas, uma fusão de sensibilidade entre o indivíduo e o seu entourage" (Wallon, 1995, p. 262).

Por exemplo, um bebê não tem condições de satisfazer suas necessidades sozinho, tampouco possui competência sobre a linguagem para comunicar do que precisa. Por isto, bebês choram: é a única maneira que a criança tem de comunicar que está necessitando de algo. Por outro lado, quando o bebê chora, espera-se que alguém vá ajudá-lo e satisfazer, talvez, sua necessidade. Wallon considera este o primeiro passo do estabelecimento gradual, pela criança, de relações entre seus atos e seu meio.

Para Wallon, a personalidade está alicerçada em categorias de atividades cognitivas específicas, às quais dá-se o nome de “*campos funcionais*”. Os campos funcionais são o movimento, a afetividade, a inteligência.

O movimento é um dos primeiros campos funcionais a se desenvolver, e que serve de base para o desenvolvimento dos demais. Os movimentos, enquanto atividades cognitivas, podem estar em duas categorias: *movimentos instrumentais* e *movimentos expressivos*. Os movimentos instrumentais são ações executadas para alcançar um objetivo imediato e, em si, não diretamente relacionado com outro indivíduo; este seria o caso de ações como andar, pegar objetos, mastigar. Já os movimentos expressivos têm uma função comunicativa intrínseca, estando usualmente associado a outros indivíduos ou sendo usados para uma estruturação do pensamento do próprio movimentador. Falar, gesticular, sorrir seriam exemplos de movimentos expressivos. Wallon dá especial ênfase ao movimento como campo funcional porque acredita que o movimento tem grande importância na atividade de estruturação do pensamento no período anterior à aquisição da linguagem.

A afetividade, por sua vez, é a primeira forma de interação com o meio ambiente e a motivação primeira do movimento. À medida em que o movimento proporciona experiências à criança, ela vai respondendo através de emoções, diferenciando-se, para si mesma, do ambiente. A afetividade é o elemento mediador primordial das relações sociais. A afetividade é um domínio funcional, cujo desenvolvimento é dependente da ação de dois fatores: o orgânico e o social. Entre esses dois fatores existe uma relação que impede qualquer tipo de determinismo no desenvolvimento humano, tanto que

“... a constituição biológica da criança ao nascer não será a lei única do seu futuro destino. Os seus efeitos podem ser amplamente transformados pelas circunstâncias sociais da sua existência, onde a escolha individual não está ausente.” (Wallon, 1995, p. 288).

As emoções são, também, a base do desenvolvimento do terceiro campo afetivo, a inteligência. Na obra de Wallon, inteligência tem um significado bem específico, estando diretamente relacionada com duas importantes atividades cognitivas humanas: o *raciocínio simbólico* e a *linguagem*. À medida em que a criança vai aprendendo a pensar nas coisas fora de sua presença, assim vai se desenvolvendo o raciocínio simbólico e o poder de abstração. Ao mesmo tempo e relacionadamente, as habilidades linguísticas vão surgindo no indivíduo, potencializando sua capacidade de abstração.

As relações entre estes três campos funcionais desenvolvem-se de maneira dialética. Segundo esse autor, é uma construção progressiva na qual se realiza a integração, segundo relações variáveis, de duas funções principais: a afetividade, vinculada às sensibilidade internas e orientada para o mundo social e, a inteligência, vinculada às sensibilidade externas e orientada para o mundo físico, para a construção do objeto. Essas funções não aparecem prontas. São construídas ao longo do desenvolvimento e, embora sejam diferentes, não podem ser interpretadas linearmente como uma bifurcação na trajetória do desenvolvimento. Constituem um par inseparável na evolução psíquica, uma vez que existe uma integração que permite que ambos os domínios funcionais, cognição e afetividade, possam conviver concomitantemente exercendo uma relação de influência e dependência entre si., pois para ele

“entre as duas não param de desenrolar ações e reações mútuas que mostram como vãs as distinções de espécies que os diferentes sistemas filosóficos fazem entre matéria e pensamento, existência e inteligência, corpo e espírito” (1995, p. 65).

Ao longo das etapas desenvolvimento humano, esses domínios funcionais irão se alternar, sendo que em cada momento um deles irá exercer uma dominância maior do que o outro. Porém apesar de alternarem a dominância, afetividade e cognição não se mantêm como funções exteriores uma à outra. Cada uma, ao reaparecer como atividade predominante num dado estágio, incorpora as conquistas, realizadas pela outra no estágio anterior, construindo-se reciprocamente, num permanente processo de integração e diferenciação.

Portanto, embora ao longo do desenvolvimento humano, existem fases em que predominam o afetivo e fases em que predominam a inteligência: percebe-se que a evolução da inteligência depende das construções afetivas, assim como a evolução da afetividade depende das construções realizadas no plano da inteligência.

A afetividade tem suas raízes na vida orgânica do bebê a partir do surgimento dos impulsos emocionais que desempenharão um papel central para a evolução da consciência de si. As emoções são o primeiro e mais forte vínculo da criança com o mundo, exercendo a função de comunicação e estabelecimento de vínculos com o meio humano nos primeiros meses de vida, garantindo sua sobrevivência. A atividade emocional que realiza a transição entre o estado orgânico do ser e sua etapa cognitiva e racional, só pode ser atingida através da mediação cultural, isto é, social. A consciência afetiva é a forma pela qual o psiquismo emerge da vida orgânica: corresponde à sua primeira manifestação. Pelo vínculo imediato que se instaura no ambiente social ela garante o acesso ao universo simbólico da cultura, permitindo a tomada de posse dos instrumentos com os quais trabalha a atividade cognitiva.

O progresso da capacidade de representação mental possibilita ao indivíduo acessar gradativamente o mundo simbólico, originando a atividade cognitiva, dando suporte ao surgimento de manifestações afetivas mais complexas. A afetividade passa a incorporar as construções da inteligência, adotando formas cognitivas de vinculação afetiva (sentimentos e paixões), ampliando suas formas de manifestação. Finalmente, com a aquisição do pensamento conceitual, o sujeito incorpora a função categorial nas relações sociais, possibilitando uma conduta que coloca novas exigências racionais às

vinculações afetivas, como por exemplo justiça, respeito, entre outros. O desenvolvimento da racionalidade proporciona a ampliação do campo afetivo

Há de se destacar que, de todas as manifestações afetivas, a emoção foi a mais explorada por Wallon, em função de sua complexa relação com o meio social e com o papel da cultura na transformação de suas expressões.

Ao se interessar pela dimensão afetiva Wallon trouxe contribuições significativas acerca da temática à medida que suas explicações foram além das concepções lineares, oferecendo uma visão sistêmica do funcionamento psicológico que admite uma relação de caráter dialético entre cognição e afetividade. Se por um lado, não existe nada no pensamento que não tenha surgido das primeiras sensibilidades, por outro lado, a luz da razão dá às sensibilidades um novo conteúdo.

Wallon defende que a afetividade é a fonte do conhecimento, uma vez que por meio das manifestações afetivas se estabelece a mediação entre a criança e os adultos que a rodeiam, que permitirá que a criança acesse o mundo simbólico e desenvolva as atividades cognitivas mais complexas. Porém, uma vez desenvolvida a capacidade de pensamento complexo, a influência da afetividade no funcionamento cognitivo parece restringir-se a desejos, intenções, motivos e vinculações que vão mobilizar ou não o sujeito na seleção de atividades e objetos a serem conhecidos, não interferindo no tipo ou direção do raciocínio aplicados, uma vez que nessa perspectiva, o domínio da afetividade está vinculado às sensibilidades internas e orientada para o mundo social enquanto a inteligência, vinculada às sensibilidades externas está orientada para o mundo físico, para a construção do objeto.

De forma semelhante, as relações entre afetividade e cognição também foram discutidas por Vygotsky. Embora tenhamos encontrado poucos trabalhos deste autor que se dirijam especificamente ao estudo das emoções, as preocupações com os aspectos afetivos e com a consciência perpassam toda a obra de Vygotsky. Em *Pensamento e Linguagem* (1989), o autor afirma que uma das principais deficiências da psicologia tradicional foi separar cognição e afetividade enquanto objetos de estudo. Essa dicotomia fechou a possibilidade de

se estudar as causas do pensamento, atribuindo a ele um poder mágico, capaz de determinar o comportamento humano a partir de um único sistema interno do indivíduo, bem como, impediu a possibilidade de se estudar as influências do pensamento no plano afetivo, resultando na apresentação do processo de pensamento como

“um fluxo autônomo de pensamentos que pensam a si próprios, dissociados da plenitude da vida, das necessidades e dos interesses pessoais, das inclinações e dos impulsos daquele que pensa”.(p.6, 1989)

Para combater a visão dualista que predominava até então, entre o pensamento e a dimensão afetiva, Vygotsky (1998) aprofundou-se nos estudos da afetividade, focando a emoção, a partir das teorias já formuladas sobre essa temática. Através da identificação dos aspectos contraditórios encontrados entre as teorias que enfatizavam os aspectos bio-fisiológicos da emoção, separando-a do pensamento¹, Vygotsky delineou uma abordagem que considerou a importância dos significados vinculados aos contextos que geram a emoção, propondo uma forma mais integrada de entender a afetividade, postulando que as emoções integram-se no funcionamento mental geral, tendo uma participação ativa em sua configuração.

Segundo Vygotsky (1998), a gênese da vida afetiva social é mediada pelos significados construídos no contexto cultural em que o sujeito se insere. O ser humano aprende por meio do legado de sua cultura e da interação com os outros humanos a agir, a pensar, a falar e a sentir.

A partir das interações sociais mediadas pela linguagem, as experiências emocionais iniciais, de caráter orgânico, vão sendo nomeadas, organizadas, concebidas e significadas de acordo com os modos de vida culturalmente elaborados e revestidas de sentidos particulares, que permitem ao sujeito compreender o mundo, relacionar-se e expressar-se.

¹ A Teoria James-Lange postulava que as emoções surgem a partir da percepção das reações orgânicas produzidas pelo sistema nervoso autônomo, a partir da percepção de um acontecimento. Cannon induziu artificialmente mudanças corporais associadas a uma emoção, buscando produzir a experiência da verdadeira emoção na ausência de seu contexto original de geração.

“ A forma de pensar, que junto com o sistema de conceitos nos é imposta pelo meio que nos rodeia, inclui também nossos sentimentos. Não sentimos simplesmente. Percebemos o sentimento em forma de ciúmes, ofensa...(1991, p. 86) As emoções nessa abordagem podem ser portanto organizadas e concebidas de forma diversas em diferentes grupos culturais

Reconhecendo as bases orgânicas sobre as quais as emoções humanas se desenvolvem, esse autor defende que a manifestação inicial da emoção parte da herança biológica, mas junto com outras funções psicológicas, nas interações sociais perde seu caráter instintivo para dar lugar a um nível mais complexo de atuação do ser humano consciente e auto-determinado.

. Vygotsky atribui ao intelecto, desenvolvido em função do crescente domínio dos instrumentos culturais, a capacidade de controle dos impulsos emocionais, à medida que se mostra um instrumento que possibilita a elaboração e refinamento de sentimentos, construindo um universo afetivo complexo.

Conforme o conhecimento conceitual e os processos cognitivos da criança se desenvolvem, as ferramentas culturais internalizadas vão constituindo instrumentos mediadores para as transformações do domínio afetivo ao longo do percurso da vida, afastando-o da origem biológica e dotando-o de conteúdos histórico culturais.

O que chamamos de manifestações emocionais como o choro, o riso, a agressão e mesmo o silêncio deixam de ser apenas os sinais que o corpo expressivo apresenta, e passam a ter o estatuto de signos, uma vez que esse corpo está imerso numa cultura repleta de significados. A mediação da linguagem dá condições de nomear, significar e tomar consciência das emoções que o afetam. O fato do ser humano dispor de ferramentas que o possibilita pensar sobre os afetos, elaborar sentimentos e emoções, altera sua vida psíquica.

De acordo com Vygotsky a qualidade das emoções sofre mudanças a medida que o conhecimento conceitual e processos cognitivos da criança se desenvolvem. Através da mediação do universo simbólico da linguagem, as emoções primitivas originais vão ganhando complexidade, ampliando suas formas de manifestação e sofrendo modificações qualitativas ao longo do desenvolvimento. Essas mudanças qualitativas dizem respeito à possibilidade de controle do homem por si mesmo. Nesse sentido, a vida emocional está conectada a outros processos psicológicos e ao desenvolvimento da consciência

Vygotsky atribui à razão a capacidade de controlar os impulsos e as emoções mais primitivas. A razão está a serviço da vida afetiva, à medida que é um instrumento de elaboração e refinamento dos instrumentos, construindo um universo emocional complexo

A participação dos sujeitos em práticas sociais define emoções mais complexas e mais submetidas a processos de auto-regulação, conduzidos pelo intelecto. Desta forma, em relação às emoções, Vygotsky (1996) considera que

“no processo de desenvolvimento ontogenético, as emoções humanas entram em conexão com as normas gerais relativas tanto à autoconsciência da personalidade quanto à consciência da realidade. Meu desprezo por outra pessoa entra em conexão com a valoração dessa pessoa, com a compreensão dela. E é nessa complicada síntese que transcorre a nossa vida. O desenvolvimento histórico dos afetos ou das emoções consiste fundamentalmente em que se alteram as conexões iniciais em que se produziram e surgem uma nova ordem e novas conexões.” (p. 127)

Ao analisarmos o estatuto atribuído à afetividade no funcionamento psíquico, podemos perceber com clareza que, assim como Piaget e Wallon, Vygotsky defende claramente que o afetivo e o cognitivo se relacionam e influenciam-se mutuamente.

É na interação dialética entre os vários planos genéticos que se dá a constituição do sujeito singular. Nessa perspectiva, a afetividade é constituída em relação com os outros componentes do funcionamento psicológico, tais como memória, pensamento, imaginação, percepção, conhecimento, linguagem, conceitos, significados e sentidos, estando, portanto, conectada a outros processos psicológicos e ao desenvolvimento da consciencia. Embora a afetividade tenha origem nas primeiras manifestações orgânicas, ela vai assumindo um caráter social, à medida que estas sofrem influencia do universo simbólico e cultural, que lhe conferem complexidade e ampliam suas possibilidades de manifestação. Dessa forma podemos perceber que os estudos de Vygotsky deixam claras as influências do pensamento no plano afetivo, porém, as influências da dimensão afetiva no curso das atividades cognitivas não foram do mesmo modo discutidas por ele.

Embora postule que uma compreensão completa do pensamento humano só é possível quando se compreende sua base afetivo-volitiva, a influência dos aspectos afetivos no curso das atividades cognitivas parece residir no fato de que o pensamento tem sua origem na esfera da motivação a qual inclui motivação, necessidades, interesses, impulsos, afeto e emoção, portanto os aspectos afetivos parecem ser de suma importância para direcionar a ação cognitiva para o conhecimento do mundo, mas não para influenciar seu conteúdo ou forma de organização.

Diante das idéias desses autores clássicos no campo da psicologia, podemos perceber que todos eles trouxeram contribuições significativas acerca das relações entre cognição e afetividade à medida que suas explicações foram além das concepções lineares, oferecendo uma visão sistêmica do funcionamento psicológico.

Ao analisarmos o estatuto que atribuem à afetividade no funcionamento psíquico, podemos verificar que esses autores defendem que o afetivo e o cognitivo se relacionam e influenciam-se mutuamente e que é nessa interação dialética que se dá a constituição do sujeito singular.

Para eles, as experiências afetivas iniciais, de caráter orgânico, vão sendo nomeadas, organizadas, concebidas e significadas de acordo com os modos de vida culturalmente elaborados e revestidas de sentidos particulares, que permitem ao sujeito compreender o mundo, compreender-se, relacionar-se e expressar-se.

A gênese da vida afetiva social é mediada pelos significados construídos no contexto cultural em que o sujeito se insere. O cognitivo influencia o afetivo através da mediação do universo simbólico da linguagem, atribuindo sentidos, complexidade e delineando suas formas de manifestação.

No entanto, ao referirem-se à influência dos aspectos afetivos no curso das atividades cognitivas percebemos que esses teóricos consideram que o pensamento tem sua origem na esfera da motivação a qual inclui motivação, necessidades, interesses, impulsos, sentimento e emoção. Portanto, nessas abordagens, os aspectos afetivos parecem ser de suma importância para direcionar a ação cognitiva para o conhecimento do mundo e para definir o tipo

de ação cognitiva valorizada pela cultura nas diferentes situações, mas não para influenciar seu conteúdo ou forma de organização. A influência da afetividade no funcionamento cognitivo parece restringir-se a desejos, intenções, motivos e vinculações que vão mobilizar ou não o sujeito na seleção de atividades e objetos a serem conhecidos, não interferindo no tipo ou direção do raciocínio aplicados.

Acreditamos na hipótese de que os aspectos afetivos e cognitivos interagem de forma dialética exercendo uma influência recíproca, determinando a forma como o pensamento se organiza para interpretar o mundo e decidir sua ação sobre ele, a partir das relações estabelecidas pelo sujeito entre os significados cognitivos atribuídos à realidade, os significados afetivos e o tipo de conduta representada. Em nosso entender, as referências cognitivas, sociais e culturais, influenciam o “sentir”, ou seja, as representações culturais e sociais influenciam a forma como os acontecimentos afetam o sujeito, o tipo de emoções ou sentimentos que serão desencadeados. Da mesma forma, os estados afetivos do sujeito, suas emoções e sentimentos, influenciam a forma e o conteúdo de seu “pensar”, ou seja, influenciam no juízo elaborado pelo sujeito a respeito da situação e sua conduta.

No capítulo III discutiremos mais detalhadamente nossa posição a respeito do funcionamento psicológico e das relações entre os aspectos afetivos e cognitivos.

Por hora, tomando a afetividade como foco de nosso trabalho de investigação a respeito do funcionamento psíquico humano e acreditando na estreita relação entre cognição e afetividade, parece-nos interessante buscar compreender um pouco mais a natureza dos sentimentos e emoções que permeiam o funcionamento cognitivo, buscando conhecer como alguns autores distinguiram alguns sentimentos e emoções específicas.

3. Entendendo a natureza dos sentimentos e emoções

Nas situações que vivenciamos em nosso cotidiano, podemos perceber claramente que nossas experiências emocionais não são um conjunto de fenômenos homogêneos: algumas emoções parecem ser mais físicas e fora de nosso controle, enquanto outras parecem ser mais ligadas as nossas crenças e dependentes de nossa vontade; algumas emoções parecem estar ligadas a circunstâncias imediatas da experiência vivida, enquanto outras parecem ser possíveis em quaisquer circunstâncias; certas emoções estão mais conectadas com o prazer e a dor, enquanto outras parecem mais idealizadas. Enquanto muitas de nossas emoções são simples e diretas, algumas experiências emocionais são complexas, envolvendo padrões de sentimentos diferentes que fazem com que nos sintamos em um estado de emoção indescritível e é essa complexidade que nos permite dizer qual é a experiência de uma emoção interior, se é desagradável ou agradável.

A preocupação em distinguir e entender essa diversidade de fenômenos emocionais, segundo Solomon (1984), tem levado muitos teóricos a tentar definir e classificar os tipos de emoções vivenciadas pelos seres humanos para melhor entender suas manifestações. Descartes (2006) por exemplo, fez uma lista das emoções que ele chamou de básicas, por se encontrarem em todas as pessoas desde seu nascimento, tais como medo, amor, ódio, desejo, prazer e tristeza, e sugeriu que todas as outras emoções seriam compostas por estas. Watson (1991) nomeou três emoções básicas: cólera, medo e amor, inatas, que seriam a base de nossa vida emocional, a partir das quais as outras emoções mais complexas seriam construídas.

Considerando que a emoção é sentimento interno, ligada uma referência externa (situação, objeto, pessoa ou idéia), ou interna (referente a si mesmo), que ocorre a partir do estabelecimento de relações de significados com essas referências, as discussões mais contemporâneas a respeito da distinção das emoções, além da descrição do tipo de emoção, passaram a incluir nessas análises, o objeto da emoção e o conjunto de circunstâncias ou relações que a provocam .

Dentro da concepção psicológica das emoções, Krech (1973) discute as emoções dentro de quatro categorias principais: emoções primárias (alegria, cólera, medo e tristeza); emoções referentes à estimulação sensorial (dor, repugnância, prazer e desprazer); emoções referentes à auto-estima (êxito, fracasso, vergonha, culpa e remorso), emoções referente a outra pessoa (amor, ciúme, inveja e ódio).

As emoções primárias são definidas por ele como reações emocionais inatas que estão programadas para reagir de modo pré-organizado, quando certos estímulos vindos do meio ambiente ou dos nossos corpos são detectados. As emoções primárias referem-se a um grupo de emoções consideradas como as mais básicas e mais simples (por exemplo, a alegria, a cólera, o medo e a tristeza) e que, de maneira característica, estão associadas à busca de objetivos e com altos graus de tensão.

A alegria é a réplica emocional do alívio de tensão que se dá com a realização do objetivo desejado. O alívio da tensão e a rapidez para se atingir o objetivo influenciam a intensidade da alegria. A condição essencial para o aparecimento da cólera é a barreira que se opõe à realização do objetivo, especialmente quando existe uma frustração contínua dessa realização, caso que se dá uma acumulação gradual de tensão. Inicialmente pode existir apenas um leve sentimento de irritação ou contrariedade; com a frustração prolongada, a pessoa pode tornar-se verdadeiramente encolerizada e atingir um estágio de raiva ou fúria. Num certo sentido a alegria e a cólera são emoções de “aproximação”, envolvem uma busca de um objetivo. Ao contrário, o medo é uma emoção de “afastamento” e envolve uma fuga do perigo

O segundo grupo discutido por Krech refere-se às emoções ligadas ao estímulo sensorial. De acordo com Krech (1973) as emoções de prazeres não devem ser confundidas com a alegria. Não são sentimentos de brusco alívio de tensão, ao contrário, são satisfações positivas. As fontes do prazer assim como do desprazer são inesgotáveis. Algumas são sensações agradáveis do corpo quando tocado, acariciado. Algumas decorrem de percepções de movimento e funcionamento do corpo – prazer na atividade muscular, na dança rítmica e no canto. E existem variedades ilimitadas de atividades que nos dão prazer como: jogar, ler, pensar, fazer esportes e exercícios físicos e etc.

A terceira categoria discutida por Krech engloba as emoções ligadas à auto-estima, que se referem aos sentimentos de êxito e fracasso, de vergonha, culpa e remorso, ligados à percepção que temos do nosso próprio comportamento com relação a vários padrões de comportamento.

Segundo Krech (1973) o fracasso e o êxito são determinados pelos padrões interiores do indivíduo e não pelos padrões sociais e externos, embora os fatores sociais desempenhem um papel importante na formação desses padrões íntimos. As emoções de orgulho e vergonha podem surgir quando a pessoa percebe os triunfos e os fracassos, na realização de seus objetivos. Geralmente o sentimento de orgulho resulta da percepção da pessoa de que o seu comportamento está de acordo com o exigido pela concepção do eu ideal. Já o sentimento de vergonha é a percepção que o seu comportamento se afasta do exigido pela imagem de seu eu ideal.

O sentimento de culpa corresponde a ter agido erradamente ou violado alguma regra e é geralmente considerado como angustiante e doloroso. Os sentimentos de culpa se ligam também a sentimentos de vergonha, na medida em que a pessoa percebe a ação culpada como se significasse um fracasso na tentativa de corresponder ao seu ideal de conduta.

Na última categoria estão as emoções ligadas a outras pessoas, como o amor, o ódio, a inveja e o ciúmes. A intensidade da experiência emocional do amor pode variar desde suave até profunda. O núcleo de sentimento de amor parece ser o sentimento de ser atraído para o outro e o de desejar ser atraído. A disposição do indivíduo para o ciúme depende de vários fatores. Um fator é a intensidade do amor, especialmente quando os desejos estão insatisfeitos porque o amor não é correspondido. Outro fator é o sentimento de diminuição da auto-estima, principalmente quando o indivíduo é desvalorizado pela pessoa que é muito importante na sua vida.

Lewis (1992), em seu trabalho significativo sobre o estudo da vergonha (*Shame: the exposed self*), apresentou uma distinção interessante a respeito das várias emoções do ser humano, relacionando-as com a consciência do *self*.

Para ele, emoções como alegria, tristeza, raiva, surpresa, medo e desgosto podem ser identificadas como emoções primárias, pois seu aparecimento não depende da opinião aparente de outras pessoas e nem necessita de uma introspecção ou auto-referência.

Emoções como o embaraço, orgulho, timidez, vergonha, culpa, inveja, ciúme e empatia são identificadas por ele como emoções secundárias, pois são mais complexas uma vez que envolvem uma consciência de si. Para ele, esses sentimentos e emoções são básicos para a constituição do *self*, pois envolvem uma auto-reflexão baseada em valores pessoais e no de outras pessoas, e o fracasso em atingi-los levará o sujeito a um estado que poderá fazê-lo vivenciar ou não o sentimento, dependendo da objetivação de sua reflexão.

Essas emoções são classificadas dentro de uma categoria chamada por esse autor de “*self-conscious emotions*”, porque seu aparecimento envolve a elaboração de processos cognitivos complexos como a noção de *self* e a avaliação global que o sujeito faz de si. Para sentir vergonha ou culpa, por exemplo a pessoa deve comparar se sua ação contraria ou não algum referencial próprio de suas representações pessoais e consciência de si ou de outras pessoas que lhe sejam significativas, e este fato requer uma tomada de consciência objetiva e uma avaliação complexa de sua ação.

O caráter cognitivo dessas emoções vinculadas ao *self* faz com que elas possam surgir tanto a partir da interpretação pessoal negativa que o indivíduo faz de uma situação em que está envolvido (relacionada à avaliação que faz de si e de seus valores, regras e objetivos pessoais); quanto pode advir de situações positivas em que seu *Eu* é exposto publicamente, como, por exemplo, no caso de receber aplausos.

No campo da psicologia moral, Campbell e Christopher (1996) apresentaram uma distinção interessante dos sentimentos. Ao analisarem as diversas fontes da moral, esses autores reconheceram que além do princípio de justiça e do direito, os sentimentos também exercem um papel essencial como reguladores morais da razão no juízo e na ação moral.

Para eles, a moral pode ser construída a partir de sentimentos morais de duas naturezas diferentes: sentimentos *other regarding*, que estão vinculados aos aspectos sociais, ao compromisso com os direitos e deveres relacionados aos outros e com o bem estar coletivo, ou sentimentos *self regarding*, sem vínculo social obrigatório, baseados em valores virtuosos integrados à personalidade dos sujeitos, que tem como fundamento seu compromisso para consigo mesmo, com a busca de sua felicidade e bem estar.

Tais conceitos foram retomados por Araújo(1999), ao estudar a vergonha como regulador moral e por La Taille (2000) em suas investigações acerca do desenvolvimento moral da criança. Esses autores defendem a importância das emoções e sentimentos para a elaboração do juízo e ação moral, e acreditam que o pensar e o agir morais estão articulados à construção da personalidade. A conduta humana é motivada pela busca de representações positivas de si e nesse contexto, os sentimentos e emoções vinculados à moralidade conduzem a conduta de forma a possibilitar a integração desses valores morais ao Eu (idéia de si mesmo), fortalecendo a força motivacional para o pensar e agir de acordo com eles.

Ao discutir os sentimentos morais, esses estudos apresentaram uma distinção dos sentimentos e emoções a qual julgamos interessante adotar em nosso trabalho. Os sentimentos podem ser agrupados em dois tipos, conforme sua orientação: O primeiro tipo de sentimentos, chamados de *other-regarding* ou hétero referenciados, envolve os sentimentos e emoções vinculadas às relações sociais, que dizem respeito ao outro ou que estão referenciados em nossas relações com o outro. Aqui encontramos sentimentos como amor, justiça, generosidade, gratidão, fidelidade, tolerância, entre outros.

No outro tipo, chamado de *self-regarding* ou auto referenciados, estão os sentimentos relacionados ao auto-conceito, à compreensão de si, à percepção que temos do nosso próprio comportamento em relação a nossa representação de nós mesmos e aos objetivos que os sujeitos estabelecem para si, e não somente suas relações e preocupações para com os outros. Encontramos aqui sentimentos tais como a humildade, vaidade, vergonha, orgulho, coragem, entre outros.

Embora nossa definição clássica de ética contemple um conceito de moral vinculada nas relações sociais, com regras e condutas decorrentes de deveres e direitos que dizem respeito ao outro, os sentimentos auto-referenciados, segundo demonstrado nesses estudos, baseados no compromisso do sujeito consigo mesmo e com sua representação de si, também desempenham papel de reguladores morais e devem ser contemplados pela Ética.

Vistos os referenciais que embasarão nossas discussões a respeito da natureza e orientação dos sentimentos e emoções presentes no funcionamento psíquico dos sujeitos, entendemos, então, que para dar prosseguimento ao nosso trabalho, se faz necessário que agora passemos a focalizar um pouco a questão das relações de gênero e violência, enfocadas como conteúdo sobre o qual nossa investigação a respeito do funcionamento psíquico foi realizada. Nessas considerações aprofundaremos a discussão a respeito dos processos de construção das representações de gênero, buscando explicitar como as formas de sentir e pensar dos sujeitos masculinos e femininos, construídas a partir de padrões culturais , podem influenciar os juízos elaborados a respeito das situações do cotidiano e as possibilidades de conduta .

CAPÍTULO II

As possíveis relações entre gênero, afetividade e violência.

1.Diferentes abordagens de gênero

Julgamos ser oportuno incorporar a temática das relações de gênero como conteúdo de nossa investigação acerca das correlações entre as dimensões cognitivas e afetivas no funcionamento psíquico, por acreditarmos que esse conteúdo nos possibilitará verificar como as representações e expectativas construídas socialmente acerca dos padrões afetivos e cognitivos de homens e mulheres, tidos como adequados e naturais dentro de uma cultura, influenciam os juízos elaborados e os significados afetivos atribuídos pelos sujeitos femininos e masculinos aos acontecimentos, contribuindo assim para ampliar as nossas discussões a respeito da dinâmica e complexidade das relações entre os diferentes aspectos do psiquismo humano.

Para possibilitar a realização das reflexões acerca das diferenças dos juízos e significados afetivos atribuídos aos acontecimentos por sujeitos femininos e masculinos, acreditamos ser importante inicialmente abordarmos algumas perspectivas teóricas que têm buscado explicar as diferenças de comportamentos entre os seres humanos decorrentes das diferenças sexuais e entender como são construídos os papéis sexuais ao longo do desenvolvimento.

Os termos sexo e gênero, apesar de ocasionalmente serem utilizados como sinônimos, denotam dois conceitos diferentes. Segundo Spínola-Castro (2005), sexo se refere à representação das características físicas, anatômicas e biológicas dos homens e mulheres, sendo uma construção natural, com a qual se nasce, enquanto o gênero é um conceito mais complexo, que envolve o conjunto de características psicológicas (comportamentos, atitudes, valores, sentimentos e crenças), sociais e culturais, que acompanham o sexo biológico e que são considerados como próprios ou característicos dos sujeitos daquele determinado sexo. As características de gênero são construções sócio-culturais que variam através da história e correspondem ao que cada sociedade considera “masculino” ou “feminino”.

Como nos alerta Harding (1993), o conceito de gênero está marcado com uma pluralidade de sentidos, muitas vezes divergentes. Algumas correntes teóricas acreditam que esse conjunto de características, correspondentes a um determinado sexo, são determinados predominantemente por aspectos biológicos e genéticos, outras correntes enfatizam o papel da aprendizagem e cultura na aquisição desses comportamentos, enquanto outras correntes defendem ainda o papel das relações sociais e de poder na constituição do gênero. Embora historicamente o conceito de gênero passasse a ser considerado como categoria de análise a partir da década de 60, devido à busca pela releitura das práticas sociais e das relações entre os sexos pelo movimento feminista, esse debate entre a influência da natureza e da educação e socialização na constituição do gênero já existiu há mais de um século e vem fornecendo subsídios para vários estudos que tentam entender o quanto dessas diferenças entre os gêneros são realmente pré-determinadas por fatores biológicos e quanto estão relacionadas aos processos de socialização e estrutura social de poder, e portanto passíveis de mudanças ou intervenção. Traçaremos aqui um breve panorama de algumas dessas perspectivas e estudos,

A. A abordagem biológica

Essa perspectiva de estudos considera que a base das diferenças entre os gêneros é constituída a partir das diferentes características biológicas de cada sexo e portanto seus estudos estão focados nas influências que as diferenças cromossômicas, estruturais e hormonais exercem sobre o funcionamento do corpo, atividade cerebral, processos de pensamento e estados de ânimo de homens e mulheres.

Segundo Fausto Sterling (1992), foi nessa perspectiva que começaram a ser realizados, no século XIX, os primeiros estudos sobre as diferenças do comportamento masculino e feminino, que prevaleceram até a década de 60, fortalecendo uma visão biológica determinista. Esses estudos buscaram relacionar a ação de determinados hormônios com a manifestação de determinadas tendências comportamentais ou com a ativação de domínios

cerebrais específicos. Ao defender, por exemplo, que os homens têm um comportamento mais agressivo do que o das mulheres em função da ação da testosterona, ou que as mulheres tem mais habilidade verbal e pensamento intuitivo, enquanto os homens têm mais orientação espacial e pensamento lógico em virtude da predominância da ativação do hemisfério do cérebro responsável por essas funções, esses estudos acabaram contribuindo para a criação de muitos mitos a respeito das diferenças entre os gêneros e oferecendo suporte científico para as relações de supremacia de um gênero sobre outro.

Pesquisas mais recentes como as Bem (1993) e Simpson & Kenrick(1997), ofereceram uma revisão desse ponto de vista ao mostrarem que os fatores biológicos responsáveis pelas diferenças entre os sexos podem sofrer influências da ação do meio ambiente. Esses estudos demonstraram que a ação das circunstâncias ambientais, assim como a aprendizagem exercem influência sobre a base biológica e que, em função desses fatores, o funcionamento do cérebro e ação dos hormônios não é exatamente igual nem entre pessoas do mesmo sexo e idade. Tais constatações contribuíram para o abandono de estereótipos biológicos, uma vez que comprovam que não há um modelo único de mulher ou de homem e existem muito mais similaridades em seu funcionamento biológico do que diferenças.

Nessa linha temos ainda, por exemplo, os trabalhos de Hampson e Moffat (2004), que vêm investigando os efeitos cognitivos resultantes da ação de hormônios específicos no sistema nervoso. Esses estudos, focados no funcionamento cerebral e nas habilidades mentais desenvolvidas por homens e mulheres, consideram que algumas de suas diferenças cognitivas e comportamentais decorrem da existência de uma predisposição biológica, consequência dos efeitos dos hormônios na forma de organização e ativação cerebral.

Embora não deixem de reconhecer que os aspectos culturais e a ação do meio influenciem e incentivem o desenvolvimento de habilidades específicas, ainda é evidente a ênfase que as pesquisas atuais de áreas como a psicobiologia, neurologia e endocrinologia, atribuem aos fatores biológicos para a determinação das diferenças entre os sexos, conforme explica a afirmação de Hampson (2004),

“ as pesquisas atuais nessa área têm se caracterizado pela preocupação em identificar quais diferenças cognitivas e comportamentais entre homens e mulheres são efeito das diferenças de suas estruturas biológicas e em aprender como os fatores do ambiente social interagem com essas predisposições biológicas acentuando ou minimizando esse impacto” (2004, p.38).

B. Abordagem Psicodinâmica

Essa abordagem considera que a aquisição do gênero é um processo de construção psicológica, desencadeado por mecanismos inconscientes de identificação do sujeito com uma das figuras parentais a partir das relações objetais estabelecidas, levando-o a incorporar o conjunto de características que definem o que é ser homem ou mulher.

Nessa abordagem, temos os trabalhos Freud (1980a e 1980b) que, embora não tenha se preocupado especificamente com o estudo das diferenças de gênero, ao descrever o processo psicológico envolvido no desenvolvimento psicosssexual do ser humano, responsável pela formação de nossa identidade sexual, nos ofereceu uma teoria de gênero construída a partir da prática, que enfatiza o processo individual, sem levar em consideração as circunstâncias sociais e culturais em que se dá essa diferenciação.

Segundo Freud, a dinâmica das interações familiares que a criança vivencia desde sua tenra infância exerce influência nos níveis subconscientes do indivíduo para a constituição interna de uma identidade de gênero. Embora, no geral, sua teoria tenha uma base biológica constituída pelos impulsos biológicos voltados para a satisfação dos desejos e necessidades, sua concepção de construção de gênero e identidade sexual está baseada nas percepções que os meninos e meninas têm a respeito de seus corpos, a partir das interações com o ambiente, em particular com as figuras parentais, para a obtenção de satisfação expressa em áreas específicas do corpo que vão se sucedendo em estágios: oral, anal e fálico e genital, sendo o fálico que merece grande atenção por ser o início da construção do gênero.

Para ele, a aquisição do gênero é um processo totalmente psicológico no qual a criança, que nasce psicosssexualmente neutra, a partir da dinâmica das

interações familiares, passa a identificar-se com a figura parental do mesmo sexo, incorporando suas características e modo de ser e construindo sua identidade masculina ou feminina.

A essência desse processo, chamado por Freud (1980a) de Complexo de Édipo (no caso dos meninos) ou Complexo de Electra (no caso das meninas) em alusão aos personagens da tragédia grega, consiste em que durante a fase fálica, o amor da criança pela figura parental do sexo oposto adquire conotações sexuais. Ela se transforma em um rival da figura parental do mesmo sexo. Como as figuras parentais representam figuras poderosas, a criança sente-se ameaçada e, para remover a ameaça, começa inconscientemente, a incorporar as características do pai do mesmo sexo para transformar-se nele, iniciando um processo de identificação sexual, enquanto as diferenças de gênero começam a emergir.

Nas últimas décadas, Nancy Chodorow (1990), uma das mais proeminentes teóricas psicanalíticas feministas, utilizou as relações objetais propostas por Freud para propor que a mulher define a si mesma em conexão com outras pessoas muito mais que a personalidade masculina o faz. Para ela, mães e filhas são fundamentalmente parecidas, enquanto mães e filhos são fundamentalmente diferentes. A menina, por se sentir mais identificada com a mãe, vivencia sentimentos de proximidade com ela, o que propicia o desenvolvimento de uma identidade de gênero que funde o apego com a identidade pessoal. Quanto aos meninos, a vivência da proximidade com a mãe, ou com a figura feminina mais próxima, ao contrário, leva-os a definir sua identidade de gênero com a separação da mãe de si mesmos, diminuindo, com isso, a ênfase no vínculo empático e aumentando os sentimentos de diferenciação.

Outras teóricas contemporâneas como Jane Flax (1983) e Juliet Mitchell (1988) também promoveram revisões na teoria freudiana, incorporando na teoria das relações de objeto suas preocupações ideológicas a respeito das relações políticas e sociais que caracterizam o contexto onde ocorrem os processos de identificação e às quais os indivíduos estão sujeitos, delineando os

modos nos quais um inconsciente cultural (inconsciente patriarcal) é formado, constituído e reconstituído .

Como pudemos perceber, essas abordagens oferecem perspectivas de explicação da constituição do gênero, ora focadas nos determinantes biológicos, ora nos processos psicológicos, considerando mecanismos inconscientes ou de aprendizagem, sem porém levar em conta as influências das relações sociais e políticas que caracterizam o contexto onde esses processos ocorrem e às quais os indivíduos estão sujeitos. Buscando explicações que reconhecessem os aspectos relacionais da construção do gênero no plano social, começou a construir-se na década de 60 uma abordagem de estudos, conduzida por mulheres que buscou avançar para além do determinismo, focando nas relações sociais e ideológicas construídas a partir das diferenças sexuais ao longo dos tempos.

C. Abordagem Sócio-cultural

Essa abordagem de gênero surge a partir das influências dos movimentos sociais feministas e das críticas ao determinismo biológico e considera que o gênero é, antes de tudo, uma construção sócio-cultural que emerge de uma complexa estrutura econômica e política permeada por relações de poder.

Segundo Nicholson (2000), as primeiras investigadoras feministas empregaram o termo gênero, contrapondo-o ao termo sexo, para repudiar o determinismo biológico e demonstrar a gama de variação em construções culturais da feminilidade e da masculinidade. Tinham como objetivo principal propor uma reflexão sobre a mulher, do ponto de vista feminino, para chegar a uma análise da realidade social que as mulheres vivem, mostrando que não há uma essência, uma determinação biológica pré-estabelecida a partir do sexo, ou uma constância feminina, mas sim uma construção histórica e social assentada em bases biológicas, portanto, arbitrária e reversível, de papéis e valores

atribuídos a um determinado grupo social, designada pela divisão social e sexual do trabalho.

Ao buscar entender o gênero como uma construção social, pretendeu-se, conforme discutiu Jane Flax(1991), desconstruir os significados aceitos até então para as diferenças biológicas e sexuais, e pesquisar as relações estabelecidas e papéis atribuídos historicamente a homens e mulheres em sociedades concretas.

Segundo Saffiotti (1976) , toda a cultura ocidental é um registro da história dessa construção de gênero que se faz de forma concretamente no cotidiano, mas também de forma sutil na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, que legitimam cientificamente a dicotomia na divisão do trabalho, no estabelecimento de funções sociais e na delimitação de espaços de atuação.

Scott (1995) discute que o termo "gênero" se refere a uma criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. *"Gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado"*. (Scott, 1995: p 75).

Segundo essa historiadora, o conceito de gênero foi sendo construído ao longo do percurso do desenvolvimento dos estudos feministas, adotando diferentes acepções a partir das contribuições de diferentes autoras. As primeiras pesquisadoras da realidade feminina adotaram o gênero como uma categoria de análise para se referir à organização social entre os sexos, porém uma revisão dos estudos centrados nas mulheres apontou para a necessidade de incorporar nessa análise o reconhecimento e a discussão das relações entre os gêneros, uma vez que a história das mulheres não poderia ser vista separada da história dos homens. O mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, não é uma esfera separada. Tomá-los como tal, reforça o mito de que a experiência de um sexo tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.

A reflexão sobre o gênero mostra que a realidade é atravessada por múltiplas linhas e portanto toda e qualquer informação sobre as mulheres implica pensar na multiplicidade dos outros/as. Assim há uma ênfase à rejeição de

estudos do ser humano separadamente, pois adotar perspectiva de gênero exige ampliar o repertório de experiências buscando

“visibilizar as multiplicidades que compõem as relações humanas trazendo à tona novas percepções sobre as mesmas. Implica ainda em entender que os significados não apresentam conteúdos fixos universais, podendo variar conforme os grupos sociais e culturais de acordo com o espaço e tempo” (Scott, 1995, p.80)

2 Relações de gênero

Uma vez que é na relação recíproca que mulheres e homens se constituem como sujeitos, a partir do que a cultura define como sendo masculino e feminino, o conceito de gênero não pode deixar de considerar o caráter relacional que o define,

Refletindo sobre o objeto das teorias feministas, Flax (1991) afirmou que as "relações de gênero" dizem respeito a uma categoria destinada a abranger um conjunto complexo de relações sociais, bem como a se referir a um conjunto mutante de processos sociais historicamente variáveis. Ou seja:

“as relações de gênero são processos complexos e instáveis, constituídos por e através de partes inter-relacionadas. Essas partes são interdependentes, ou seja, cada parte não tem significado ou existência sem as outras”(p. 228)

Traverso-Yépez (2005) discute que o conceito de gênero consolidado na expressão relações de gênero representa a aceitação de que a masculinidade e a feminilidade transcendem a questão da anatomia sexual, remetendo a redes de significação que envolvem diversas dimensões da vida das pessoas. Comporta a permanente interdependência entre o biológico e o psicossocial em cada cultura

específica. Como a autora destaca, homens e mulheres distinguem-se enquanto sexos, pois são dotados de corpos físicos diferentes e enquanto gêneros, uma vez que incorporam normas e valores sócio-culturais que dizem como um homem ou uma mulher devem se comportar.

Segundo a autora, é a esse processo de incorporação que se aplica a expressão socialização de gênero. Considerando o processo de socialização como permanente e sempre inconcluso, as categorias de gênero são permanentemente reconstruídas pelas pessoas em suas interações e com elas os valores, papéis, atribuições e normas de interação entre os sexos.

Na definição de Scott (1995), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e é também um modo primordial de dar significado às relações de poder. Embora o gênero não seja o único campo no qual o poder se articula, ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder em muitas sociedades

Segundo a autora, nas relações entre os gêneros se estabelecem divisões e atribuições diferenciadas de traços e capacidades humanos que se configuram como relações de dominação:

“As atribuições assimétricas de traços e capacidades, consequência das construções culturais sobre as diferenças sexuais, podem se consolidar e terminar por assumir o caráter de representações que tem implicações concretas, sociais e subjetivas na vida das pessoas.” (1995 p.)

A análise da divisão do trabalho e do estabelecimento de funções e papéis assimétricos, a partir das diferenças sexuais, deu origem à teoria do patriarcado desenvolvida por Millett (1970), que constituiu a base para várias análises críticas dos modos nos quais a cultura e suas instituições envolvem estruturas patriarcais em suas práticas naturais e ordinárias. Estas estruturas patriarcais que centralizam o poder em mãos masculinas e regulam as relações sociais, são definidas em termos de uma hierarquia diferencial de poder onde a distribuição de poder e valor na cultura existem de acordo com a identidade de gênero. Assim, ser *“generificada como uma mulher é ter menos poder e valor em*

comparação com aquelas pessoas generificadas como um homem.” (p.33) A subordinação feminina seria conseqüência de um desejo dos homens de dominar a reprodução da espécie e do tratamento sexual da mulher como objeto.

A teoria do patriarcado compartilha idéias da teoria marxista ao definir que elementos específicos inerentes à sustentação da existência humana (sistemas de poder por gênero e sexualidade) funcionam pré-consciente e regulativamente na sociedade. Portanto, até que

“estes elementos pré-conscientes passem a ser conscientes através da tomada de consciência, o mundo social continuará engendrando práticas de exploração identificadas como estruturantes das regras de opressão inerente à prática social.” (Millett, 1970, p.31)

. Em uma de suas mais importantes afirmações, Millett argumenta que estas estruturas fundamentais opressivas de sexualidade, dominação e poder, podem ser identificadas e definidas *"no plano do contato pessoal e na interação entre membros de grupos coerentes e bem definidos: raças, castas, classes, e sexos"* (1970, p.32). Em outras palavras, enquanto estas estruturas opressivas da cultura puderem ficar ausentes de uma consciência consciente, elas serão todavia praticadas como presentes na experiência. Assim, a teoria do patriarcado de Millett simultaneamente estabelece um compromisso para a contra-prática feminista: olhar para a sua interação diária como membros de categorias de gênero e sexo bem definidas para pôr fim às muitas estruturas que oprimem.

Estas idéias encontram apoio em Pierre Bourdieu (1995), para quem a divisão do mundo, fundada sobre as diferenças biológicas, que se referem à divisão sexual do trabalho, da procriação e da reprodução, opera como a mais fundada das ilusões coletivas. Estabelecidas como um conjunto objetivo de referências, as representações de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder, o gênero torna-se envolvido na concepção e na construção do poder em si mesmo.

Na visão de Lavinas (1997), as relações de gênero permeiam, dinamicamente, todo o tecido social, manifestando-se de formas específicas nos

diferentes grupos sociais, ainda que mantendo, geralmente, a hierarquização como marca. O sexo social, ou gênero, é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e influencia, ao longo de sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses. É nos espaços de convivência cotidiana, mais particularmente a família e a vizinhança, que meninos e meninas aprendem e internalizam seu gênero, de acordo com aquilo que a sociedade local exige que sejam.

Nesse sentido, para a autora, o cotidiano da família é fortemente influenciado pela organização de gênero que, vigorando para além do espaço doméstico, manifesta-se de forma marcante nas relações intra-familiares. Assim, a hierarquização de gênero perpassa tempos e rotinas, jogos e brincadeiras, perspectivas e projetos de futuro, reproduzindo os papéis de gênero vigentes no grupo social ao qual pertencem os sujeitos envolvidos.

Reproduzem-se, também, as contradições existentes, abrindo-se margem para possíveis rupturas. Por exemplo, mudanças no mercado de trabalho, dificuldades econômicas, processos de reivindicação do movimento de mulheres, repercutem na convivência familiar, especialmente a partir do desempenho de papéis que fogem aos tradicionais estereótipos masculino-dominante e feminino-submisso. Além disso, as crianças acham-se, ainda, expostas aos diferentes agentes de socialização para além do espaço familiar. A autora considera uma visão sistêmica dos processos de socialização, levando em conta não apenas os diferentes espaços e trocas inter-pessoais onde tais processos acontecem, mas também a influência que o indivíduo (seja criança, adolescente ou adulto) exerce sobre o grupo social.

Conseqüentemente, as relações de gênero, situadas sempre em contextos sociais específicos, demarcam espaços, delimitam possibilidades e configuram matrizes ou modelos de interação entre as pessoas, implicando pressões sobre aquelas que as transgridem ou subvertem. Destaca-se, assim, o fato de que as relações de gênero exprimem relações de poder, as quais nem sempre são vivenciadas de modo reflexivo, apesar das contradições e hierarquias que geram.

Cabe ainda destacar algumas contribuições de autoras marxistas como Coward (1983) e Rubin (1981) ao feminismo, que acrescentaram à discussão de gênero um enfoque histórico e material, buscando favorecer a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados. Essas discussões favoreceram ainda a interpretação da economia política em relação ao processo de trabalho capitalista e ao lugar do trabalho doméstico.

Para essa corrente, as várias faces das relações humanas originam-se dos processos materiais e históricos, desencadeados a partir das relações que homens e mulheres estabelecem com vistas à produção e reprodução de suas vidas e de suas necessidades, conformando uma totalidade indispensável à reprodução social da vida material. Essas contribuições foram importantes para mostrar que o lugar social das mulheres não era expressão de uma “natureza feminina” inata e situar nos processos socioeconômicos os elementos que conduziram à dominação masculina à medida que a divisão de trabalho entre homens e mulheres, institucionaliza-se como relação opressiva quando as mulheres perdem o controle sobre o trabalho e se tornam economicamente dependentes do homem. Assim, segundo Rubin (1981), a primeira forma de opressão origina-se por contingências materiais, e não por uma essência masculina dominadora. A família é algo construído e mediado pelas relações socioeconômicas ao longo do tempo e do espaço. Essa perspectiva histórica e material possibilitou pensar as práticas sociais, a construção das instituições, assim como os valores transmitidos através das gerações, como processos mutáveis, que ocorrem via uma agência humana ativa e dinâmica, não determinista e portanto passível de transformação.

3 As reflexões sobre gênero no Brasil e o papel da mulher em nossa sociedade

Segundo Minella (2006), na sociedade brasileira, ao longo de nossa história, *“gênero e poder/saber se constituíram reciprocamente, atribuindo-se ao feminino um papel secundário e complementar ao masculino”*. (p. 2)

Ao investigar o papel historicamente ocupado pela mulher no Brasil ao longo dos tempos, Rago (1985) observa que, nossa sociedade, guiada por um padrão patriarcal europeu, construiu em nossa cultura, *“ um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, que implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual”* (p.65) . Dentro desse modelo, a mulher ideal era aquela que, deliberadamente, se esquecia de si mesma e se realizava através dos êxitos dos filhos e do marido. A sociedade preocupou-se em manter a mulher dentro de casa, cuidando do lar, dos filhos e do marido, e em educá-la, não para que ela exercesse uma profissão, mas sim para torná-la mais apta a exercer sua função essencial: a carreira doméstica. Na visão da sociedade, o pai, o marido, o líder deveriam ser obedecidos e respeitados pelas mulheres, uma vez que as mesmas eram tidas como incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social oprimido.

Segundo a autora, em função dessas representações sociais, as mulheres foram por muito tempo, excluídas de direitos como, por exemplo, freqüentar a escola, votar, ter propriedades, trabalhar sem autorização do marido ou pai. A estrutura familiar contribuía para barrar a participação feminina na vida pública porque necessitava das mulheres na esfera privada, cuidando dos filhos e da casa. Utilizavam-se as diferenças biológicas entre homens e mulheres, sobretudo quanto à reprodução, para afirmar que elas eram inferiores ou, pelos menos, incapazes, como as crianças. Portanto, não tinham condições de exercer funções públicas de responsabilidade.

Arrazola e Rocha (1996), ao discutir sobre o espaço público e privado no Brasil, afirmam que a cultura brasileira, assim como outras culturas ao redor do mundo, sempre validou a esfera pública, social e econômica, tipicamente masculina, como espaço da produção social, incluindo educação, trabalho,

política e literatura e desvalorizou a esfera privada, constituída pelo ambiente doméstico-familiar, espaço tradicionalmente feminino, e desprovido de poder.

Assim, ao longo da nossa história, as instituições familiares, educacionais e assistenciais, adotaram uma perspectiva de socialização dos meninos e meninas, centrada nas referências ao desempenho dos papéis sexuais institucionalmente esperados, potencializados em função de sua classe social e etnia, e estimulados através da educação, da formação religiosa, do trabalho, das regras de sociabilidade, além dos jogos e brincadeiras, de modo a *“desenvolver saberes e definir estratégias de poder sobre a infância, projetando o futuro de meninos e meninas conforme as expectativas e os padrões de comportamento que vigoravam em cada época”* . (Minella, 2006, p. 4)

Os movimentos sociais feministas começaram a surgir no Brasil, a exemplo de outros lugares, a partir da década de 1970 e esses movimentos sociais resultaram, no final dos anos oitenta e no decorrer dos anos noventa, em novas formas de atuação e de inserção da mulher na sociedade. Esses movimentos foram heterogêneos e apresentaram diferentes abordagens, formas de ação e objetivos, que variaram conforme a região, a classe e raça dos sujeitos atuantes.

Ao longo dos diferentes momentos dos movimentos sociais feministas brasileiros surgiram estudos, que tiveram como objetivo entender as verdadeiras condições de vida das mulheres, a partir da ótica feminina, e para isso passaram a considerar o gênero e as relações de gênero como categorias de análise.

Para Soares (1994) os movimentos das mulheres nos anos setenta trouxeram uma nova versão da mulher brasileira, que *“ emergiu da esfera privada para ir às ruas na defesa de seus direitos e necessidades, denunciando as desigualdades, tornando-se assim visível na esfera social”* (p 13). Muitas pesquisadoras feministas preocuparam-se em estudar estas mulheres, que tornaram-se visíveis na sociedade e na academia, através de trabalhos como resgates históricos e biografias, que desvendassem a mulher como ser atuante e pensante.

O crescimento expressivo da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro a partir dos anos 1970 é apontado por Bruschini (1994) como uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país. Em função disso, no final da década de setenta, surgiram as primeiras pesquisas de gênero voltadas para a compreensão das relações de produção. O tema “mulher e trabalho”, no espaço urbano ou rural, marcou o início da pesquisa acadêmica, com destaque para os trabalhos das sociólogas Heleieth Saffioti (1978/ 1979/ 1981) e Eva Altermann Blay (1978).

A partir da década de 1980 os movimentos feministas levaram à participação das mulheres em vários setores da vida pública, lutando pelos seus direitos e necessidades e, denunciando as desigualdades sociais imputadas nas relações entre os sexos. As pesquisas passaram a apontar também o caráter relacional entre os sexos, construído socialmente a partir de relações de poder. As ciências sociais e as ciências do comportamento, tais como a psicologia, pedagogia, psicanálise voltaram seu olhar para os aspectos que constituem a subjetividade feminina. Temas como a sexualidade da mulher e direitos reprodutivos passaram a ser abordados nas pesquisas, como por exemplo, nos trabalhos de Suplicy (1986) e das demógrafas e sociólogas Elsa Berquó (1987) e Carmem Barroso (1978), que analisaram a queda da fecundidade no país, suas causas e conseqüências, denunciando a prática indiscriminada da esterilização feminina.

As mudanças econômicas e no mercado de trabalho, mostraram a necessidade da força do trabalho feminino nos mais variados setores abrindo caminho para mudanças nos papéis de gênero. A partir dos anos 1990, os movimentos feministas começam a dispersar-se e institucionalizar-se a partir do rápido crescimento das ONG's (Organizações Não Governamentais) feministas. Novas práticas sociais enfatizam a importância do estudo de temas, tais como, saúde da mulher, direitos, relações com meio ambiente, entre outros.

No entanto, apesar de vários avanços sociais decorrentes da conscientização proporcionada pelos movimentos feministas em favor de mudanças para maior igualdade de tratamento e oportunidades, o Brasil ainda permanece uma sociedade profundamente patriarcal, apresentando em seu

cotidiano muitas discriminações ligadas ao gênero, incluindo a violência contra a mulher, que atinge altos índices, conforme registros em trabalhos recentes que estudaram especificamente essa questão, como o de Venturini e Recaman (2004), que discutiremos mais adiante. No entanto, parece haver uma inclinação da sociedade para reconhecer a violência masculina como “normal”, como fosse um meio natural da resolução de conflitos, principalmente nas relações subjetivas e domésticas, de caráter privado.

4. Gênero e Violência

Ao discutirmos as relações entre gênero e violência estamos buscando refletir sobre as relações de desigualdade entre os gêneros que validam o uso da violência como pura relação de força, transformando as diferenças sexuais em relações hierárquicas de sujeição, de dominação, de imposição da vontade de uns em relação à vontade de outros, seja no mundo da casa, no espaço doméstico, seja no mundo público da rua.

Esse tipo de violência acontece em todas as classes sociais, religiões, em todas as idades ou condições e fere os direitos humanos, de mulheres e meninas, mantém e aprofunda as desigualdades da sociedade, de classe e de gênero, tornando-a cada vez mais discriminatória, excludente, atentatória à dignidade da mulher.

Discutindo sobre a questão da violência, faz-se necessário refletir sobre o próprio conceito de violência que norteou nossas reflexões.

Adotamos a contribuição de Michaud (1989) que oferece uma definição abrangente para o termo, considerando a violência como uma interação entre sujeitos, que inclui diversas intensidades e frequências de intervenções deliberadas de um sujeito ou grupo contra outro sujeito ou grupo, que podem ser de natureza física, psíquica, moral ou material.

Segundo esse autor, embora a violência que envolva danos físicos e materiais seja mais facilmente reconhecida, nossa sociedade se vale de outras formas de violência mais sutis, disfarçadas em práticas educativas e disciplinares, mas que também exercem efeitos danosos sobre a vontade e auto-estima do

indivíduo. É a violência institucionalizada (de gênero, étnico raciais, econômicas) predominante em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades. Ela também está presente no dia-a-dia da mulher. É a violência sofrida pelo simples fato de ser mulher. É exercida pelos homens e tem suas bases na existência de relações desiguais entre homens e mulheres, que são sustentadas pela construção social do ser mulher como gênero feminino, inferior ao ser homem como gênero masculino

Outra autora que traz contribuições importantes sobre essa temática é Hanna Arendt (1994), que diz que a violência é um fenômeno que pertence à esfera política. Em seu texto “Sobre a violência”, rompe com o tradicional pensamento vigente, que considera a violência como a mais flagrante manifestação de poder, e oferece uma nova forma de entender a articulação entre poder e violência. Na opinião da autora o poder é o resultado da ação comum, fundada na livre troca de opiniões divergentes. E, esse poder é legitimado quando, *“os atos, fundados na livre troca de opiniões entre iguais, são usados para criar realidades, a partir do consentimento e apoio dos outros.”* (p. 18)

Na perspectiva dessa autora portanto, ao invés de constituir a essência do poder, a violência, na verdade, se contrapõe a ele, negando-lhe suas condições. O aparecimento da violência é sempre sinal do enfraquecimento do poder e da necessidade do mesmo impor-se pelo uso da força.

Além do uso da força física, as instituições, tais como a família, a escola, as religiões, entre outras, criaram também outras formas eficazes de violência, para manter a repressão daqueles que se opõem aos padrões e regras estabelecidas. Elas exercem pressão sobre o intelecto, sobre a vontade, disposições e as paixões dos indivíduos através de dispositivos de disciplinação, discutidos por Foucault (1985), que permitem o controle de seus corpos e de sua vida.

As desigualdades das relações são mantidas através de práticas educativas e disciplinadoras que fortalecem uma ideologia do gênero. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta

das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que lhes pareça como desvio. Quando a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das mulheres e crianças aos desejos do patriarca, esse faz uso de uma forma mais explícita de violência. Com relação a crianças e a adolescentes, também as mulheres podem desempenhar, por delegação, a função patriarcal. No processo de educação das gerações mais jovens, mães, professoras e babás, exercem essa função e muitas vezes também se valem de práticas mais ou menos sutis de violência.

Bourdieu (1999) explica essa questão através do conceito de dominação simbólica:

"A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos; ..." (p. 15)

Neste sentido, a própria dominação constitui, por si só, uma violência.

"A violência simbólica institui-se por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominador (logo, à dominação), uma vez que ele não dispõe para pensá-lo ou pensar a si próprio, ou melhor, para pensar sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo senão a forma incorporada da relação de dominação, mostram esta relação como natural; ou, em outros termos, que os esquemas que ele mobiliza para se perceber e se avaliar ou para perceber e avaliar o dominador são o produto da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é o produto" (p. 41)

O contexto de opressão em que as mulheres vivem acaba fornecendo-lhes esquemas cognitivos coerentes com esta hierarquia masculina, como discutiu Bem (1983). Contudo, para a autora, faz-se necessário atentar para o fato de que nem todo o conhecimento é determinado pelas lentes do gênero. Graças a isto, mulheres podem oferecer resistência ao processo de dominação que age sobre elas. Não apenas no que concerne às relações de gênero, mas também atingindo as étnicas e as de classes, pode-se afirmar que mecanismos de resistência estão sempre presentes.

A violência conjugal contra as mulheres é um fenômeno cuja existência é conhecida, mas sobre o qual se fala pouco, contribuindo para que se reproduza sob o silêncio.

A face concreta da violência contra a mulher foi expressa em dados aferidos nacionalmente na recente pesquisa de Venturini e Recaman (2004), que buscou traçar um perfil sobre a situação da mulher brasileira nos espaços público e privado no início do século XXI. A pesquisa evidenciou dados alarmantes. Cerca de uma, em cada cinco brasileiras pesquisadas declararam espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem: cerca de 16% das entrevistadas relatam casos de violência física, 2% citaram alguma violência psíquica e 1% lembra do assédio sexual. Porém, quando estimuladas pela citação de diferentes formas de agressão, o índice de violência sexista ultrapassa o dobro, alcançando alarmantes 43%. Um terço das mulheres admite já ter sido vítima, em algum momento de sua vida, de alguma forma de violência física. Dentre as violências mais comuns destacam-se as agressões mais brandas, sob a forma de tapas e empurrões, e as violências psíquicas, como xingamentos e ofensas à conduta moral, críticas à atuação como mãe e a desqualificação constante do seu trabalho, dentro ou fora de casa. A projeção da taxa de espancamento para o universo investigado indica que pelo menos 6,8 milhões, dentre as brasileiras vivas, já foram espancadas ao menos uma vez na vida.

Esses resultados nos fazem refletir que, embora o importante trabalho feito pelo movimento feminista tenha promovido muitos avanços sociais para a redução das diferenças entre os gêneros como por exemplo o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares e as mudanças na legislação, reconhecendo os direitos da mulher como cidadã e seu papel da mulher como provedora e também responsável pela família, nossa sociedade ainda não conseguiu transformar as relações entre os gêneros em relações mais justas e igualitárias.

Talvez isso possa ser explicado por Bordieu (1999) pelo fato de que a modernidade não rompe totalmente com o passado e isso tem conseqüências na persistência da desigualdade entre os gêneros, mesmo com as mudanças sociais.

Para esse autor,

“as mudanças visíveis que afetaram a condição feminina apenas mascaram a permanência de estruturas invisíveis que só podem ser esclarecidas por um pensamento relacional, capaz de pôr em relação a divisão do trabalho e de poderes que a caracteriza, e os diferentes setores do mercado de trabalho (os campos) em que estão situados homens e mulheres. A esfera íntima não conseguiu romper com os costumes e ajudar a democratizar outros campos porque é justamente na intimidade que são reproduzidas as relações de dominação” .(p. 47)

Todas essas discussões nos levam a considerar a complexidade das inter-relações entre as dimensões afetivas e cognitivas de nosso psiquismo e a diversidade de influências a que essas relações estão sujeitas, bem como refletir como essas representações sociais referentes aos papéis masculino e feminino, impregnadas de sentidos cognitivos e afetivos, construídos num contexto cultural de dominação, interferem na forma como sujeitos masculinos e femininos interpretam as situações com que se deparam no cotidiano, atribuindo-lhes um significado cognitivo e afetivo e definindo formas de agir diante delas .

Considerando o papel da cultura na construção da experiência afetiva, uma vez que as emoções e sentimentos estruturam-se de acordo com a forma com que a pessoa compreende o mundo e, reconhecendo que ao longo da história da humanidade, a sociedade tem oferecido crenças e ideologias sobre os gêneros masculino e feminino, que apóiam e legitimam os papéis que devem assumir homens e mulheres , resta-nos questionar em que medida as diferenças de gênero influenciam na experiência e expressão da emoção.

5. Gênero e Afetividade

Julgamos importante aprofundarmos um pouco mais nossos estudos a respeito das relações que podem ser estabelecidas entre o gênero e a afetividade, no sentido de verificarmos em que medida as diferenças de gênero influenciam a experiência e a expressão da emoção.

A idéia de que as mulheres são mais emotivas e que expressam mais alguns tipos de emoções do que os homens é bastante divulgada na literatura e na cultura popular. Nossa sociedade está impregnada de ideologias que servem, de certa forma, como guias e justificativas das condutas do indivíduo, legitimando e contribuindo para que homens e mulheres adotem certos esquemas psicológicos e de condutas a respeito da formação dos papéis sexuais.

Buscando aprofundar-se nessa temática, Broddy e Hall (1993) realizaram um trabalho de revisão das pesquisas formuladas no âmbito da psicologia cognitiva que atribuem as diferenças existentes na experiência emocional e na expressão das emoções de homens e mulheres às diferenças de gênero. Essas pesquisadoras descobriram evidências de que a socialização e o processo de desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento dos papéis sexuais e da linguagem verbal podem produzir as diferenças encontradas nesse domínio.

As evidências dos diversos estudos acerca das diferenças na experiência emocional de homens e mulheres, revistos pelas autoras indicam que realmente, as mulheres, mais do que os homens, conseguem interpretar os sentimentos alheios e expressar verbalmente ou gestualmente uma grande variedade de sentimentos pessoais, tais como carinho, felicidade, amor, vergonha, culpa, medo e nervosismo. Esses sentimentos estão relacionados à afiliação, vulnerabilidade, consciência pessoal e responsabilidade social, e são consistentes com o menor status social e poder da mulher e com as funções que deve desempenhar em nossa cultura que incluem, por exemplo, o cuidado dos filhos, que lhes exige ser capaz de interpretar os sentimentos dos outros e de ser responsável pelo seu bem estar emocional. Raiva e outras emoções direcionadas aos outros, como desprezo e repugnância, surgem como exceções.

Os resultados apontam também que a raiva aparece com maior frequência nos relatos dos homens, assim como o orgulho e desprezo, consistentes com o papel masculino por eles desempenhado, que requer diferenciação e competição com os outros, com o objetivo de minimizar a vulnerabilidade e aumentar as chances de sucesso.

Segundo as autoras, as diferenças de gênero no funcionamento emocional são compatíveis com os papéis que homens e mulheres desempenham em nossa cultura e têm raízes na socialização dos modelos familiares e culturais, na

qual grande variedade de emoções são demonstradas e discutidas, muito mais com as meninas do que com os meninos. As autoras sugerem ainda que a linguagem verbal superior das mulheres pode ser resultado do modelo de relacionamento no qual os pais verbalizam mais sobre suas emoções com suas filhas do que com os filhos.

Mais tarde, ao estudar as diferenças entre os gêneros em relação aos sentimentos de raiva e medo relatados pelas pessoas diante de situações hipotéticas de conflito, Brody (1995) obteve fortes evidências de que o contexto em que ocorre a situação que desencadeia o sentimento é essencial para determinar o aparecimento ou não, de diferenças entre sujeitos masculinos e femininos. Mais especificamente, seus estudos demonstraram que as diferenças na intensidade e tipo dos sentimentos (medo ou raiva) eliciados diante das situações relatados pelos sujeitos, variavam entre os gêneros, em função de alguns aspectos presentes nos conflitos hipotéticos, tais como: o gênero das pessoas envolvidas no conflito, os estereótipos de gênero retratados na situação, e a qualidade de afeto carregada nos cenários. As situações que geraram mais diferenças entre os gêneros quanto aos sentimentos relatados foram os conflitos que descreveram cenários com situações provocadoras de raiva ou aterrorizantes, e as que retratavam estereótipos masculinos negativos (violento, cínico, controlador). Isso pode ser explicado pelo fato de ambas as situações terem em comum o potencial de eliciar sentimentos de vulnerabilidade. Os dados indicaram que nessas situações homens reportaram mais raiva, enquanto as mulheres mais medo, o que pode ser justificado pelo fato de que em caso de circunstâncias que envolvem riscos físicos ou psicológicos, diferentes sentimentos serão adaptativos para homens e mulheres devido a diferenças de gênero em força física, e em objetivos pessoais e inter-pessoais.

Crawford (1992) e colaboradores também assinalam diferenças nas emoções de homens e mulheres em seus estudos, evidenciando um dos aspectos mais básicos da emoção feminina, que é o da responsabilidade social. Para a autora, as meninas vivem um processo de socialização familiar, voltado a torná-las altamente responsáveis pelo bem estar emocional dos outros. Parece também existir uma enorme diferença entre homens e mulheres, que depende do lugar onde ocorrem as experiências emocionais. Para mulheres, o espaço

privado está mais relacionado com aspectos positivos da emoção, tais como calor e felicidade, enquanto o meio público, externo é percebido como frio e hostil.

No campo da Psicologia Moral, em suas pesquisas a respeito da moralidade humana, Carol Gilligan (1982) apontou para algumas diferenças em relação aos sentimentos e princípios éticos que orientam os juízos morais em sujeitos masculinos e femininos.

Essa autora preocupou-se em buscar explicações para os juízos morais formulados por homens e mulheres, que fossem além da ética proposta por Piaget e Kohlberg, baseada exclusivamente no princípio de justiça e focada na racionalidade, e que considerassem a representação dos valores sociais e as necessidades afetivas dos sujeitos, presentes nos conflitos cotidianos.

Seus estudos trouxeram importantes referências a respeito do desenvolvimento da moralidade humana, sob a perspectiva feminina, refutando assim a idéia partilhada até então por esses autores, de que as mulheres apresentavam um atraso no desenvolvimento moral, idéia essa decorrente do fato desses autores interpretarem as respostas morais femininas a partir de parâmetros que tinham como base a regra e a experiência masculina.

Em suas pesquisas, Gilligan (1982) percebeu que muitas vezes as mulheres orientavam seus juízos por um outro princípio moral que ia além do princípio de justiça e do direito, que as levava a priorizar as necessidades e o bem estar do outro em suas ações morais. A autora chamou esse princípio de ética do cuidado (*care*). Dessa forma, estruturou uma teoria moral que reconhece a existência de duas orientações complementares que caracterizam todas as formas de relação humana para explicar nossa moralidade : a ética da justiça e a do cuidado e responsabilidade, comuns a todos os seres humanos. As pessoas tendem a focalizar um ou outro aspecto - a justiça ou o cuidado - quando expostas a dilemas morais. Porém, seus estudos apontaram para o fato de, apesar de tanto homens como mulheres utilizarem as duas orientações, as mulheres tendem a focalizar mais o cuidado e os homens, a justiça.

Ao tentar entender a propensão encontrada nas respostas femininas em buscar estabelecer e manter vínculos e estar mais atenta às necessidades do

outro, Gilligan fez referência à leitura psicanalítica de Nancy Chodorow, que atribui esse fato às vivências infantis dos primeiros anos de vida quando se inicia a formação da identidade de gênero.

Na perspectiva de Chodorow (1990), nos três primeiros anos de vida o contato mais próximo da criança é principalmente com mulheres e esse fato proporciona uma dinâmica diferenciada nas experiências de formação de vínculos no início do desenvolvimento psicológico. Simplificando, pode-se dizer que a menina, por se sentir mais identificada com a mãe, vivencia sentimentos de proximidade com ela, o que propicia o desenvolvimento de uma identidade de gênero que une o apego com a identidade pessoal. Quanto aos meninos, a vivência da proximidade com a mãe, ou com a figura feminina mais próxima, ao contrário, leva-os a definir sua identidade de gênero com a separação da mãe de si mesmos, diminuindo, com isso, a ênfase no vínculo empático e aumentando os sentimentos de diferenciação.

Segundo Gilligan,

“a masculinidade define-se através da separação, enquanto a feminilidade define-se através do apego; a identidade de gênero masculina é ameaçada pela intimidade ao passo que a identidade de gênero feminina é ameaçada pela separação” (1982, p. 38).

Segundo a autora, o medo manifestado pelas mulheres em situações de competição e de disputas pelo sucesso não se relaciona à sua incapacidade, mas à preocupação com a preservação dos relacionamentos e vínculos. Acreditam que o cuidado seja o mais importante. No respeito pelo outro, há sempre a procura de “arrumar” as coisas para que ninguém seja magoado. As mulheres possuem sensibilidade para as necessidades dos outros, e a crença de que sejam responsáveis por terceiros leva-as a incluir pontos de vista alheios em seus julgamentos. Por esses motivos, sob a ótica do princípio de justiça e racionalidade, as mulheres foram definidas como “fracas moralmente”, confusas e imaturas em seus julgamentos. Contudo, é justamente na força da ética do cuidado que reside a sua força moral.

O fundamental é compreender que não há apenas uma forma de identificar as éticas que coabitam a existência humana. Gilligan(1988) , portanto, abre a possibilidade de pensarmos sobre outras além da justiça. A virtude da generosidade é uma delas. Em escritos mais recentes, com sua teoria mais amadurecida, a autora deixa definitivamente claro que as duas orientações estão presentes nos dois sexos. Homens e mulheres possuem as duas orientações na resolução dos conflitos morais, tanto a orientação da justiça quanto a orientação do cuidado.

“Em essência, esta pesquisa sugere que as pessoas compreendem duas lógicas de solução dos problemas morais, e que, analiticamente, distinguem as orientações da justiça e do cuidado, apontando diferentes formas de perceber e resolver conflitos. Se a orientação de justiça ou cuidado pode ser mais expressiva nos homens ou mulheres, respectivamente, também é fato que ambos são capazes de mudar de orientação considerando o conflito em questão” (Gilligan and Wiggins, 1988, pp. 118-119)

No campo da sociologia, Arlie Hochschild (1983) cunhou o termo “trabalho das emoções” para referir-se ao processo no qual as pessoas tomam como referência um padrão de sentimento ideal construído na interação social, e procuram manusear e administrar suas emoções profundas para adequá-las a essa expectativa quando não estão sentindo assim internamente. Como a autora observa, o trabalho das emoções é mais acentuado entre os subalternos do que entre os senhores, entre os dominados do que entre os dominantes. Assim, em uma perspectiva de gênero, ele é mais acentuado entre as mulheres do que entre os homens.

A análise de Arlie Hochschild sobre a divisão de gênero no trabalho emocional focaliza como as mulheres administram as emoções, quais os custos e benefícios de fazer isso em público e na vida privada. As emoções funcionam como um mensageiro do self, um agente que relata instantaneamente a conexão entre o que estamos vendo e o que esperávamos ver, informando-nos sobre o que nos sentimos preparados para fazer sobre isso. Sua proposta é enfatizar a perspectiva sociológica das emoções, relacionando os sentimentos como raiva,

luto, deferência, inveja, afeto, alegria, culpa, entre outros, a fatores e contextos sociais, adquirindo características externas em vez da visão que os mantém isolados no interior das pessoas. A forma consciente como os seres humanos atuam para suprimir a distância entre o que estão sentindo e o ideal que têm do que deveriam sentir é o trabalho emocional, que em muitas situações assume a característica de uma jornada de trabalho extra.

Finalizando, a partir de nossas reflexões, subsidiadas pelos trabalhos de diversos autores a respeito das relações que podem ser estabelecidas entre o gênero e a afetividade, no sentido de verificarmos em que medida as diferenças de gênero efetivamente influenciam na experiência e expressão da emoção de homens e mulheres, pudemos verificar que esses estudos evidenciaram a existência de diferenças entre os sexos. Contudo, a existência de determinadas emoções e sentimentos, mais presentes nos relatos de homens ou de mulheres, bem com as diferenças em sua forma de expressão, parecem estar relacionadas ao processos de socialização e de desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento dos papéis sexuais e da linguagem verbal vivenciados desde a infância por meninos e meninas. Tais diferenças são consistentes com o status social, poder e funções específicas atribuídos a homens e mulheres em nossa cultura, que são incorporados pelos sujeitos através das práticas sociais e conduzem ao desenvolvimento de habilidades específicas para cada sexo como por exemplo, o cuidado com o outro, a competitividade, entre outros.

Assim sendo, discutiremos agora nossa compreensão a respeito do funcionamento psicológico e das relações entre aspectos os afetivos e cognitivos, resgatando os princípios fundamentais que embasam nosso trabalho, considerando a complexidade do funcionamento psicológico do ser humano

CAPÍTULO III

Aspectos cognitivos e afetivos presentes na organização do pensamento do sujeito psicológico.

*“Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.
- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.
- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –, mas pela curva do arco
que elas formam.
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
- Então por que falar das pedras? É só o arco que importa.
Polo responde:
- Sem pedras o arco não existiria.”*

Ítalo Calvino , Cidades Invisíveis

Focaremos nesse capítulo nossa compreensão acerca do funcionamento psicológico do ser humano e dos processos que envolvem a organização do pensamento, apresentando os pressupostos teóricos que fundamenta a nossa posição.

Acreditamos que o funcionamento psicológico humano só pode ser explicado a partir de uma abordagem que possa comportar a complexidade de seu funcionamento e diversidade de relações entre suas diferentes dimensões e com o mundo ao seu redor . Assim sendo, elegemos a teoria da complexidade como base para nossas discussões. Abordaremos portanto alguns de seus aspectos

1. Teoria da complexidade

Para apresentar a idéia de complexidade utilizaremos como referência o trabalho de Edgar Morin (1997, 2001). Em suas discussões, Morin teceu críticas ao modelo paradigmático que, por muito tempo, norteou a ciência clássica e o método científico, fundamentado no princípio da simplificação, voltado para a busca da certeza e da verdade universal.

Na tentativa de compreender e controlar os fenômenos da natureza, o pensamento simplificador, orientado pelos princípios de disjunção, redução e abstração, fragmenta, simplifica e formaliza o real. Segundo Morin (2001), este tipo de pensamento desintegra a complexidade da realidade, a reduz e a trata

de maneira unidimensional, nos levando a uma compreensão distorcida, pois ao fragmentar e reduzir a realidade não leva em consideração a complexidade dos fenômenos.

O princípio de redução presente no pensamento simplificador leva a duas consequências: à redução do todo ao conhecimento das suas partes, vistas isoladamente, e à limitação do conhecimento àquilo que pode ser quantificável e formulável, excluindo todo conceito que não possa ser traduzido numa medida. Assim, submete a realidade à ordem e linearidade, selecionando os elementos de certeza, e descartando os elementos aleatórios que não se submetem à regularidade para assim, distinguir, hierarquizar e classificar os fenômenos

Morin(2001) considera que para abarcar a complexidade da realidade é preciso superar esse modelo do pensamento simplificador e construir um outro tipo de pensamento que seja capaz de tratar o real. Defende a necessidade de um tipo de pensamento que

“compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes e que reconheça e examine os fenômenos multidimensionais em vez de isolar, de maneira mutiladora cada uma de suas dimensões”. (p.88)

Propõe a adoção do pensamento complexo, que tem como objetivo integrar os modos simplificados de pensar, numa perspectiva multidimensional. Ao invés da compreensão linear dos fenômenos e das relações de causa-efeito, a complexidade é entendida por Morin (1997) como um fenômeno quantitativo que possui uma quantidade extrema de interações e interferências entre um número muito grande de unidades que desafiam nossas possibilidades de cálculo. Nas palavras do autor

“a complexidade é, efetivamente, o tecido de eventos, ações, interações, retroalimentações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Assim, a complexidade se apresenta com as características inquietantes do enredado, do intrincado, da desordem, da ambigüidade, da incerteza”. (1997,p.32)

Dessa forma, lidar com a realidade a partir da complexidade significa considerar que o conhecimento completo é impossível e portanto precisamos trabalhar com os princípios de incompletude e de incerteza que estão por detrás de todo conhecimento .

Segundo Morin, *“o paradigma de disjunção/redução/unidimensionalização deve ser substituído por um paradigma de distinção/conjunção que permita distinguir sem desarticular, associar sem identificar ou reduzir. (1997,p.34)”*

Pode-se entender assim que a complexidade incorpora em seu princípio uma forma dialética de compreender as oposições. Esta nova forma de ver a ciência, a natureza humana e suas relações com o mundo e com a cultura, não prioriza o objeto ou o sujeito, mas trabalha com o conceito de sistema .

Um sistema deve ser entendido como um todo constituído por diversos elementos, organizados de certa forma, articulados e inter-relacionados. Essa organização dos elementos não deve ser vista como a idéia de ordem defendida pelo pensamento simplificador, mas sim como de algo que integra o sistema e que traz solidez às ligações e relações entre os elementos do sistema e entre eles e o todo.

Nessa perspectiva, sistema, organização e inter-relação não podem ser considerados separadamente e considerar a complexidade de um sistema é considerar que o todo, constituído de partes é ao mesmo tempo mais e menos que a simples soma das partes, porque a organização impõe condições e propriedades às partes que o formam.

É a partir dos pressupostos acerca do pensamento complexo apresentados por Morin que buscamos compreender a organização do psiquismo humano, com toda a complexidade que lhe é inerente.

2. O sujeito psicológico

Entendemos que o ser humano pode ser definido como um sistema complexo, multidimensional, que comporta ao mesmo tempo as dimensões biológica, sócio cultural, afetiva e cognitiva e, qualquer teoria que busque entender o funcionamento psíquico do ser humano sem considerar esse caráter

multidimensional , a organização e as constantes inter-relações entre essas dimensões entre si e com o todo, oferecerá explicações reducionistas e parciais.

Buscando obter uma compreensão do psiquismo humano que fosse coerente com os princípios da complexidade, encontramos os trabalhos de Araújo (1999, 2003), que reconhecem a complexidade do ser humano e consideram os diversos fatores que influenciam seu funcionamento .

A partir de seus estudos no campo da moralidade humana, que tinham como objetivo compreender as relações entre o juízo e a ação moral, esse autor destacou as limitações das teorias morais clássicas para explicar o descompasso e contradições que podem existir entre o julgamento moral que o sujeito faz de uma situação e sua ação concreta quando tem que intervir diretamente nessas situações no cotidiano. O autor apontou para a necessidade de modelos teóricos que contemplassem a complexidade do ser humano, e considerassem a influência de fatores externos ao sujeito como o contexto histórico e cultural, e internos, como seus interesses pessoais, sentimentos e desejos na organização de seu juízo moral e representação da ação.

Buscando considerar o sujeito em sua totalidade, Araújo(1999) apresentou um modelo que tem como objetivo explicar o sujeito psicológico, sua constituição e funcionamento, coerente com a perspectiva de complexidade, o qual adotamos como fundamento para o nosso trabalho.

Seu modelo hipotético e sistêmico de funcionamento psíquico considera as interações entre diferentes dimensões constitutivas do sujeito e entre o sujeito e seu universo de relações.

Na opinião de Araújo, nós, sujeitos psicológicos, somos seres que sentimos emoções, que temos necessidades fisiológicas, que vivemos em relação com um universo objetivo e subjetivo e que possuímos capacidade intelectual e afetiva que nos permitem organizar e interpretar nossas relações com o mundo interno e externo.

Somos, pois, constituídos por diferentes sistemas: um sistema biológico, constituído por nosso organismo biológico, que tem uma forma específica e geneticamente determinada de funcionamento; um sistema afetivo, constituído pelos nossos sentimentos e valores; um sistema cognitivo, constituído pelos esquemas e estruturas de pensamento e raciocínio, e um sistema sociocultural, constituído a partir da apropriação da prática social e cultural. Para o autor a

Para esse autor, o funcionamento psicológico e a dinâmica que regula o pensamento e a ação do sujeito consciente procuram integrar, de maneira sistêmica, os diversos aspectos que compõem sua identidade e a natureza dos conteúdos com que interage, inter e intra-psiquicamente. O modelo proposto por ele tem um caráter dinâmico e, é composto por interações contínuas e dialéticas entre os diferentes sistemas representados. Reproduzimos, a seguir, o modelo elaborado por Araújo, destacando tratar-se de uma tentativa de representar graficamente um modelo que está em constante interação.

Nesta perspectiva, o sujeito é a totalidade das relações entre seus aspectos cognitivo, afetivo, biológico e sociocultural, organizando e interpretando as relações com o mundo interno e externo. Segundo Araújo, essa interação é dinâmica, presente nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo.

No modelo defendido por Araújo, a consciência é a instância do sujeito psicológico que regula nossas relações intra e inter-pessoais. Nossa consciência é constituída por sistemas que interagem entre si de maneira dinâmica e interdependente. Atuam nesse jogo funcional elementos reguladores, responsáveis pela coordenação e inter-relação entre os diferentes sistemas.

Cada sistema constituinte do sujeito psicológico é, por natureza, aberto e fechado ao mesmo tempo. Fechado, enquanto sistema que possui um funcionamento com leis próprias e, ao mesmo tempo aberto, porque se mantém em interação constante com os demais sistemas. Essa interação é mediada pelos reguladores, enquanto elementos pertencentes a um dos sistemas, mas que se relacionam com os demais interferindo em seu funcionamento. Ainda, segundo Araújo, os reguladores :

“posicionam-se na interface entre os diversos sistemas internos e ao mesmo tempo que regulam a relação do sujeito com o mundo externo”. (1999, p.76)

Isso significa que, em uma determinada ação, podem atuar no funcionamento psicológico do sujeito diversos reguladores vinculados ao sistema biológico, cognitivo, afetivo ou sociocultural. A intensidade e o papel de cada regulador, em cada situação que solicita juízos e ações, não podem ser previstos e estão relacionados à natureza do conteúdo externo ao sujeito, que pode ser físico, interpessoal ou sociocultural.

Araújo sugere que, nessa perspectiva, as emoções e sentimentos, juntamente com outros elementos, podem assumir um papel importante no funcionamento psíquico de ser humano, pois, constituindo-se como elementos pertencentes à dimensão afetiva, podem atuar como reguladores da interação entre as várias dimensões do sujeito psicológico e de suas relações com o mundo externo.

3.A afetividade e as dimensões constituintes do sujeito

Essa proposta sistêmica de funcionamento do sujeito psicológico, que considera a complexidade das inter-relações das várias dimensões que compõem o sujeito, traz importantes contribuições à nossa investigação.

Nessa perspectiva, as emoções e sentimentos do sujeito psicológico deixam de ser considerados apenas como elementos motivacionais ou energéticos em seu funcionamento cognitivo e, de certa forma, a ele subordinado, para assumirem um papel importante no sentido de interferirem na forma como o sujeito organiza seu pensamento, a partir da interação entre os vários aspectos constitutivos do sujeito e de suas relações com o meio.

Isso equivale a dizer que, os sentimentos e emoções do sujeito irão interferir na forma como ele interpreta e atribui significados às diferentes situações do dia-a-dia, e na forma como as várias dimensões irão interagir entre si e com o mundo externo, levando o sujeito a mobilizar ou não seus recursos para a ação.

Tal proposição nos permite entender que, diante de situações de conflito em seu cotidiano, o pensamento ou a ação de uma pessoa dependem da relação entre seus aspectos afetivos, biológicos, cognitivos e socioculturais. Essa relação pode ainda ser coordenada por seus sentimentos, emoções, valores e conhecimentos sociais que poderão interferir na forma como o indivíduo interpreta e atribui significados aos vários aspectos presentes nessa situação e na forma como as várias dimensões irão interagir entre si e com o mundo externo.

De acordo com Araújo(1999), as diferentes dimensões que compõem o sujeito psicológico é que fornecerão elementos que lhe permitirão representar o mundo interno e externo a partir de modelos de entendimento da realidade.

Acreditamos na hipótese de que, os aspectos afetivos e cognitivos interagem de forma dialética exercendo uma influência recíproca, determinando a forma como o pensamento se organiza para interpretar o mundo e decidir sua ação sobre ele, a partir das relações estabelecidas pelo sujeito entre os

significados cognitivos atribuídos à realidade, os significados afetivos e o tipo de conduta representada.

Ao buscar entender melhor as bases em que se dá o funcionamento psíquico do sujeito psicológico a partir desses modelos de entendimento da realidade, numa perspectiva que considerasse um papel mais ativo das diferentes dimensões constituintes do sujeito psicológico, encontramos as idéias de Moreno Marimon, Sastre, Leal e outras (2000), que propõem a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, cuja dinâmica e construção discutiremos, a seguir.

CAPÍTULO IV

A Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento

1. Origens da teoria

No percurso desse trabalho adotamos a “Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento”, formulada por Moreno Marimon, Sastre, Leal e Bovet(2000), como parâmetro de análise teórica e metodológica para compreender a influência exercida pela dimensão afetiva na forma como os sujeitos organizam seu pensamento para interpretar a realidade e construir sua representação da ação. Tal escolha se deu por acreditarmos que tal abordagem permitirá uma análise da complexidade dos vários elementos, significados e implicações presentes nas respostas dos sujeitos, bem como compreender os processos mentais utilizados por eles na elaboração dos modelos.

Moreno Marimón et al (2000) argumentam que na Psicologia, os fenômenos psicológicos, notadamente os da cognição, foram estudados quase exclusivamente pela via da regularidade. No entanto, segundo essa autora esse caminho é insuficiente, uma vez que os fenômenos psicológicos têm várias faces que nem sempre se encaixam nas explicações lineares de causa e efeito. É necessário, também, trilhar o caminho da diversidade e da complexidade, que aceite a regularidade e a não- regularidade.

Para a autora, desde quando a Psicologia passou a estudar o ser humano enquanto sujeito que evolui, ela incluiu na esfera psicológica a idéia de mudança. Mas em toda mudança há algo que permanece, e a conjunção da permanência e da mudança aumenta a complexidade dos novos fenômenos que se vislumbram, *"urgindo a necessidade de modelos capazes de descrever e interpretar simultaneamente o que permanece e o que muda, isto é, capazes de dar conta da complexidade"*. (Moreno Marimón et al., 1999, p.16-17).

Dentro do paradigma da complexidade e, buscando uma teoria que *“seja aplicável ao estudo do pensamento individual e coletivo e que permita interpretar tanto o que denominamos de cognitivo como o que denominamos de afetivo”* (

Moreno Marimón et al ,2000, p.17) é que está a raiz da Teoria dos Modelos Organizadores.

Considerando as propostas teóricas de Piaget e Johnson-Laird fundamentais para a compreensão do conhecimento, Moreno, Sastre, Leal e Bovet (2000), integraram elementos das ciências cognitivas e da epistemologia genética, para construir uma teoria de perspectiva evolutiva-construtivista, que explica as estratégias utilizadas pela mente humana na construção do pensamento, considerando a influência dos aspectos afetivos, do papel das estruturas cognitivas e a natureza dos conteúdos.

A. Modelos Mentais

As autoras consideraram como suporte para suas formulações o conceito de modelo mental, elegendo as contribuições de Johnson-Laird (1983) a respeito do raciocínio humano fundamentado em modelos mentais como base para suas formulações.

Esse autor considera que a compreensão do mundo implica a construção de modelos mentais a respeito dele. Os modelos mentais são representações internas de informações a respeito do mundo exterior, que correspondem, analogamente, em termos estruturais, ao que está sendo representado.

Ao investigar os modelos mentais elaborados pelos sujeitos a respeito de uma situação, a partir de enunciados verbais, Johnson-Laird(1983) chegou à conclusão de que a construção dessas representações internas envolve uma atividade cognitiva a partir da percepção de elementos considerados significativos pelo sujeito numa determinada situação concreta e, ao mesmo tempo, uma organização desses elementos. No modelo mental estão presentes os elementos da realidade, seus atributos, relações e estados presentes no fenômeno observado.

Na perspectiva do autor, os modelos construídos a partir de informações perceptuais e verbais de uma situação são provisórios e sujeitos à mudanças , uma vez que, os modelos iniciais formulados, a partir dos primeiros elementos

percebidos, irão, através de operações conceituais e analogias com outros conhecimentos, sucessivamente se aproximar de modelos mais elaborados.

Johnson-Laird considera ainda que os modelos mentais são essenciais para o entendimento da cognição humana, uma vez que, em sua visão, o raciocínio consiste na manipulação e combinação dos modelos mentais como blocos de construção cognitiva para entender o mundo. Nessa perspectiva, o raciocínio dos sujeitos não se utiliza apenas da lógica, uma vez que, muitos conceitos são elaborados a partir da combinação de modelos que tiveram como base a experiência concreta.

Ao sugerir que a lógica não está na construção de modelos adequados para captar distintos estados de coisas, mas na habilidade de utilizá-los e combiná-los e de verificar quaisquer conclusões a que se chegue usando tais modelos, Johnson-Laird abre espaço para que outros elementos além da lógica, como as percepções e sentimentos, possam atuar na construção dos modelos, determinando a escolha dos aspectos relevantes da realidade.

A atividade de representação, nessa teoria, assume grande importância, tanto na elaboração dos modelos, quanto no seu funcionamento e manipulação pelo pensamento. A partir da percepção, que gera os modelos mentais, o ser humano pode organizar possibilidades e verificar a validade de suas hipóteses a respeito dos fenômenos observados. Por dependerem das informações obtidas pela percepção do sujeito no momento da experiência, os modelos mentais propostos por Johnson-Laird possuem caráter local, já que não têm uma existência *a priori*.

O processo de elaboração de modelos enfatiza o papel dos conteúdos sociais no processo de produção de conhecimento e representação, bem como a importância da percepção. As situações do mundo exterior modelam a mente e sua estrutura, uma vez que a estrutura mental corresponde à percepção que o sujeito tem do mundo, e estruturam seu o raciocínio, cabendo ao sujeito perceber as situações e atribuir-lhes significado.

Moreno et al(2000) tece alguns questionamentos a respeito da ênfase dada à percepção como responsável por gerar os modelos, apontando que as diferenças entre os modelos mentais elaborados por diferentes sujeitos diante da mesma situação, não podem ser atribuídas apenas às diferenças de suas

percepções e tratamento da realidade. Segundo a autora, a abstração de diferentes elementos tidos como relevantes na mesma situação por diferentes sujeitos e, o estabelecimento de diferentes relações entre eles envolveriam outros processos cognitivos .

Buscando compreender o funcionamento cognitivo, a partir de uma perspectiva mais abrangente as autoras buscaram também referências em alguns conceitos presentes na teoria de Piaget.

B. Teoria Piagetiana

Os aspectos da teoria piagetiana que serviram de base para a formulação da teoria dos modelos dizem respeito ao reconhecimento da importância da natureza dos conteúdos no processo de construção do conhecimento e à representação mental.

Piaget buscou construir uma teoria universal do desenvolvimento do raciocínio humano, em cujo centro estava o sujeito epistêmico e suas ações. Para esse autor, a partir da interação com seu ambiente físico e social, o sujeito constrói as estruturas mentais sobre as quais vai organizar seu conhecimento. A aquisição dessas estruturas envolve os procedimentos funcionais de assimilação e acomodação, fundamentais para a equilíbrio.

Piaget preocupou-se em descrever as estruturas mentais fundamentadas no raciocínio lógico matemático, construídas pelos sujeitos e explicar a sua gênese e desenvolvimento através da sucessão em diferentes fases, ao longo das quais, o sujeito adquire novas possibilidades operatórias, que tornam as estruturas cada vez mais complexas, num movimento ascendente hierárquico. Uma vez adquirida a estrutura cognitiva, essa deveria poder ser aplicada pelo sujeito em quaisquer situações análogas. Piaget justificou como defasagens, o fato do sujeito eventualmente poder aplicar determinada estrutura em dada circunstância, e não conseguir aplicá-la em outra equivalente. Porém, a partir de suas investigações sobre causalidade, Piaget (1974) percebeu que determinados conteúdos (objetos) resistiam em ser assimilados pelas coordenações inferenciais do sujeito e suas antecipações, gerando contradições e desequilíbrios funcionais, que levavam à construções e reconstruções de novos

conhecimentos. Isso o levou a considerar uma maior contribuição da natureza dos conteúdos na cognição.

Dessa forma, Piaget mudou o enfoque de suas pesquisas, direcionando-as para a investigação acerca das características funcionais do processo de equilíbrio, levando em conta não somente as possibilidades das estruturas cognitivas dos sujeitos, mas atribuindo um papel mais relevante a natureza dos conteúdos.

Outro aspecto da teoria piagetiana que serviu de base para a teoria dos modelos foi a idéia da representação mental.

Piaget e Inhelder (1993), ao discutirem a distinção entre percepção e representação, definiram a representação como sendo, em princípio, uma imitação interiorizada. O sujeito toma os elementos que considera essenciais para caracterizar um objeto de conhecimento, presente na realidade, e constrói, a partir deles, uma imagem mental desse objeto. Essa imagem não constitui uma cópia fiel da realidade, mas sim numa imitação, visto que não contém todos os elementos presentes no objeto. Para a construção dessa imitação, existe um processo de seleção de elementos no qual o sujeito retém as partes ou características do objeto que lhe parecem mais destacadas.

A atividade cognitiva da representação se inicia desde cedo na criança, através de modelos simples, como a imagem mental. Posteriormente, a criança constrói modelos mais complexos de representação, cujo caráter organizador se dá sobre os diferentes elementos da representação tais como dados, propriedades e relações.

Em 1974, Inhelder, Sinclair e Bovet em seus estudos sobre aprendizagem e estruturas do conhecimento, propõem o desenvolvimento de outro enfoque para a análise do psiquismo humano, que também sustenta a idéia de um sujeito construtor de conhecimento, mas que oferece uma perspectiva complementar ao enfoque estrutural enfatizado até então. O estudo das estruturas e categorias universais próprias do sujeito piagetiano, que representa o que têm em comum todos os sujeitos psicológicos de um mesmo nível de desenvolvimento cognitivo, é complementado pelo desenvolvimento de investigações voltadas à compreensão do sujeito psicológico e do funcionamento dos procedimentos cognitivos individuais aplicados na resolução de problemas particulares. A equipe

de Inhelder passou a dedicar-se a pesquisar os procedimentos particulares de descobrimento das crianças

Juntamente com Guy Cellerier, Inhelder (1992), deu prosseguimento às pesquisas de Piaget sobre os aspectos funcionais da cognição, utilizando-se de estudos sobre a resolução de problemas, por entender ser essa uma ocasião onde o sujeito aplica seus conhecimentos a um contexto particular, o qual possibilitaria melhor compreender o papel das representações mentais sobre as quais se apóiam os esquemas de ação.

A perspectiva de pesquisa assumida por Inhelder na investigação do psiquismo humano estava voltada para a compreensão das microgêneses cognitivas,

“cujo estudo, evidencia as características do processo interativo entre o sujeito e o objeto, que havia sido analisado de modo muito geral por Piaget. Ele permite desvelar a coordenação e integração eventuais das soluções e dos sucessivos modelos parciais do sujeito” (Inhelder e Cellerier, 1992 p.12),

uma vez que refere-se à forma como o sujeito age e pensa em situações particulares, contemplando os valores, intenções e as significações atribuídas por ele, e permite identificar a multiplicidade de esquemas que o sujeito utiliza em sua conduta e seus procedimentos conforme suas finalidades particulares.

Em seus estudos, ao discutir o papel funcional das representações, Inhelder sugeriu ainda que os sujeitos aplicam em suas condutas, dois tipos diferentes de representações: integradas, quando pertencentes a programas comportamentais inferidos como condição necessária dos comportamentos observáveis, e móveis, quando funcionam de forma independente do sistema de conduta que incide sobre elas.

Seus estudos levaram ao reconhecimento de que na resolução de problemas, os sujeitos se utilizam desses dois tipos de representações como instrumentos cognitivos. Esses instrumentos formam seus modelos mentais, que envolvem representações locais, subjacentes aos comportamentos, que o sujeito utiliza para interpretar a situação e organizar suas ações, garantindo a coerência de conteúdos, permeadas por uma coerência estrutural, fruto de suas estruturas lógico-matemáticas, que lhe atribui um caráter de estabilidade.

Assim sendo, na perspectiva de Inhelder, o funcionamento cognitivo envolve tanto a utilização de representações locais, vinculados aos contextos e conteúdos, quanto a utilização das estruturas lógico-matemáticas, que são articuladas e conferem ao modelo uma coerência estrutural. É justamente essa perspectiva de análise, que considera simultaneamente forma e conteúdo que foi adotada nos estudos da teoria dos modelos organizadores.

2. Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento

Considerando essas idéias, os modelos organizadores pressupõem relações complexas entre estrutura mental e conteúdo e é composta pela realidade objetiva e subjetiva construída pelo sujeito. Segundo Moreno Marinon et al.(2000), os modelos são elaborados na interação do indivíduo com o meio, que atua como um regulador da atividade cognitiva. O sujeito - ativo nesse processo - assimila os dados de uma situação concreta e atribui significado e função a eles, construindo um modelo para explicar a situação.

As autoras postulam que o sujeito constrói modelos da realidade que lhe permitem orientar-se e conhecer o mundo interno e externo. Esses modelos organizadores são as organizações das representações que o sujeito realiza de uma determinada situação, articulando, ao mesmo tempo, conteúdo e forma, aspectos estruturais da cognição e os conteúdos presentes na realidade.

Um modelo organizador é definido como:

“o conjunto de representações que o sujeito realiza a partir de uma situação determinada, constituído pelos elementos que abstrai e retém como significativos entre todos os possíveis, aqueles que imagina ou infere como necessários, os significados e as implicações que lhes atribui, e as relações que estabelece entre todos eles. Os modelos organizadores do pensamento constituem aquilo que é retido pelo sujeito como a realidade, a partir da qual elabora pautas de conduta, explicações ou teorias”. (Sastre et al, 1994, p. 19).

Os resultados das interpretações que o sujeito realiza dos fatos ou dos objetos perceptíveis são os dados ou elementos de um modelo organizador. Esses elementos são

“produto de uma atividade interpretativa feita pelo próprio sujeito sobre a realidade, que tem sua origem: nas abstrações dos fatos observáveis; nas inferências sobre a situação com as quais se depara ou, ainda, na invenção de outros dados, em função da necessidade de compreensão da situação observada”. (Moreno et al, 2000, p.79)

O contexto de experiência é fundamental no processo de retenção de elementos de uma situação observada. Não são todos os dados possíveis a respeito da situação que são eleitos; somente aqueles que têm sentido ou aos quais são atribuídos significados, em função da própria experiência do sujeito. Isto não quer dizer que o sujeito desconheça os outros dados da situação, somente que não são considerados como representativos dela. . Essa seleção depende do nível de conhecimento do indivíduo, de suas experiências, de seus sentimentos, valores e de suas estruturas cognitivas. Os elementos que não existem na realidade (produto de inferências e de invenções) têm a mesma qualidade dos considerados reais, pois são parte da “realidade” do sujeito. Tal fato nos parece interessante, pois, possibilita compreender como outros aspectos, além dos de natureza lógica, por exemplo, os sentimentos, desejos e valores atuam na organização mental, possibilitando ao sujeito imaginar, fantasiar a realidade de maneiras peculiares, sem relação direta com a realidade objetiva.

Dessa maneira, os dados são um produto da interpretação que o sujeito faz dos objetos e fatos observáveis, não existindo dados objetivos ou unívocos. Os dados podem variar em diferentes indivíduos ou em um mesmo indivíduo em momentos diferentes. As variações de significado de um mesmo dado dependem do contexto mental em que este se insere ou estão intimamente relacionados a ele. Nenhum dado existe isolado de seu contexto, porque não teria sentido.

O processo de atribuição de significados é inerente a toda abstração de dados, visto que abstrair um dado de uma situação é *“diferenciá-lo do conjunto dos demais e essa diferenciação ou percepção traz implícita uma atribuição de significado em virtude do qual se diferencia do conjunto”*. (Moreno et al, 2000 p.91) A atribuição de significados e a abstração de dados são processos dialéticos, que ocorrem simultaneamente, visto que a atribuição de significados é condição fundamental para levar o sujeito a considerá-los pertinentes e, portanto, os abstrair da situação.

As atribuições de significado podem ser muito variadas, segundo indivíduos, segundo as culturas e segundo os contextos. Ressaltamos que um mesmo sujeito, em diferentes situações, pode atribuir significado diferente a um mesmo dado. Podemos então supor que, tanto na abstração de dados como no processo de atribuição de significados, vão estar em jogo as experiências significativas do indivíduo em relação a seus valores, sentimentos e representações, relacionados àquele contexto específico.

Os modelos organizadores também têm implicações:

“não cumprem só a função de servir de base para explicação de alguns fatos; servem também de ponto de partida para a ação, já que esta não tem como base a realidade, mas o que cada um acredita que é a realidade; dessa forma, nossas convicções guiam nossos atos mais que os fatos objetivos, o que equivale a dizer que construímos modelos da realidade”.(Moreno et al, 2000, p. 91).

As implicações dos significados atribuídos aos elementos são conseqüências concretas desse processo. A realidade subjetiva do sujeito é expressa pelos modelos organizadores e é a base para suas explicações e ações diante dos fenômenos e dos problemas que enfrenta no cotidiano.

As implicações estabelecidas derivam-se dos significados atribuídos aos elementos considerados relevantes, constituindo um processo simultâneo aos anteriores (abstração e atribuição de significados). Se os sujeitos podem atribuir diferentes significados aos mesmos dados em contextos diferentes, conseqüentemente, diferentes implicações ou conseqüências também poderão ser estabelecidas diante de um mesmo fato.

Em suas pesquisas a respeito das explicações infantis sobre os processos de flutuação e submersão de líquidos e sólidos, Moreno Marimón e Sastre constataram que a construção dos modelos organizadores do pensamento tem uma relação com a estruturação cognitiva dos sujeitos e que os modelos tornam-se mais complexos à medida que os sujeitos constroem estruturas cognitivas que tendem a um maior equilíbrio. Da mesma forma, as autoras destacam que a abstração de dados, atribuição de significados e elaboração de implicações, envolvem outros fatores além da lógica, tais como os conteúdos presentes nas

situação problema e os aspectos subjetivos do sujeito, como seus sentimentos, valores, desejos e representações sociais.

3. Contribuições da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento ao estudo da afetividade

Considerando que a forma como o pensamento se organiza a partir de uma situação, leva em conta, não apenas a lógica presente nas estruturas de pensamento, mas a relação dela com os desejos, sentimentos, afetos, representações sociais e valores do indivíduo, acreditamos que a perspectiva dos Modelos Organizadores permite um avanço metodológico significativo, que favorece uma apreensão mais abrangente da complexidade presente no modo como o sujeito pensa a realidade, já que apenas os recursos operatórios não são suficientes para explicar o funcionamento psíquico.

Incluem-se nas operações empregadas os valores, os sentimentos, os princípios e as regras envolvidos no raciocínio.

As contribuições trazidas à psicologia por esse aporte teórico podem ser comprovadas através das pesquisas realizadas sob a perspectiva teórica e metodológica dos Modelos Organizadores do Pensamento, que possibilitaram a obtenção de dados que ofereceram explicações a respeito do funcionamento psicológico, que rompem com as tentativas de leituras lineares, reducionistas e universais dos fenômenos pesquisados.

Dentre as pesquisas realizadas em torno dos modelos organizadores do pensamento, nos interessamos particularmente por aquelas realizadas no âmbito da psicologia moral, em função de focarem a busca da compreensão dos aspectos cognitivos e afetivos presentes na elaboração dos juízos morais e dos tipos de raciocínio utilizados pelos sujeitos na resolução de conflitos .

Nessa linha, temos por exemplo, a pesquisa de Sastre & Moreno (2000), que buscou compreender como ocorre a evolução dos modelos organizadores em sujeitos de diferentes idades, do sexo masculino e feminino, em relação à ética do cuidado e da justiça. Essa perspectiva de análise permitiu que as autoras

identificassem os modelos organizadores elaborados em cada faixa etária, bem como os dados mais significativos da situação que foram abstraídos, os sentidos e implicações deles decorrentes. A diversidade dos resultados obtidos demonstrou que, diante de situações hipotéticas semelhantes aos conflitos reais vividos no cotidiano por esses sujeitos, a evolução dos conceitos éticos nas diferentes idades, não ocorre de forma linear e nem no sentido de evoluir para aproximar-se cada vez mais do princípio de justiça e igualdade da moral teórica proposto por Kohlberg. Os resultados obtidos sugerem a necessidade de estudos que contemplem essa diversidade e levem em conta as diferenças e particularidades, referentes aos conteúdos, aos diferentes contextos de experiência e às necessidades e particularidades de cada sujeito na construção do juízo moral.

Embora tenham trabalhado a partir de diferentes temáticas, as pesquisas de Arantes(2000), Pavón Lupianez. (2002), Leal, (2002), Trevisol (2002) Lemos e Vasconcelos (2003), Sastre(2003), Martins (2003),Krokosc (2005) e Pupo(2007), realizadas na perspectiva teórica e metodológica dos Modelos Organizadores do Pensamento,permitiram a obtenção de resultados que reconheceram a diversidade de modelos organizadores aplicados pelos sujeitos e fortaleceram a idéia de que as interações entre a lógica presente nas estruturas de pensamento, desejos, sentimentos, afetos, representações sociais e valores dos sujeitos para a elaboração de juízos morais são extremamente complexas e que os conteúdos, contextos e interação entre os diferentes aspectos do psiquismo são importantes na construção dos raciocínios morais.

Pavón Lupianez (2002) investigou os modelos organizadores aplicados por sujeitos de diferentes idades ao resolver um conflito envolvendo as conseqüências afetivas de uma transgressão moral. Ao identificar os modelos aplicados pelos sujeitos, ao resolver como ajudariam um amigo/a que cometeu uma transgressão moral, os resultados desse estudo indicaram que as interações entre os valores sociais e o comportamento individual variam, de forma não linear, conforme a idade e sexo dos sujeitos.

Leal (2002) realizou um estudo sobre os diferentes modelos organizadores que sujeitos de diferentes idades elaboram para interpretar uma cena de um filme

de TV que expõe as atribuições dos papéis masculinos e femininos em relação ao trabalho doméstico. Ao analisar as relações que os sujeitos estabeleceram entre as cenas apresentadas e situações de sua própria realidade, a autora encontrou uma grande variedade de significados atribuídos, bem como de relações estabelecidas pelos sujeitos, enfatizando assim, a necessidade de desenvolvimento de estudos sobre a influência que os programas de TV exercem sobre o comportamento das crianças, não só a partir da análise das idéias e valores que eles disseminam, mas também a partir das representações internas construídas pelas pessoas a partir deles.

Ainda nessa linha, o trabalho de Lemos e Vasconcelos (2003) buscou compreender o funcionamento cognitivo na elaboração de raciocínios morais diante de situações de conflito. A investigação teve por objetivo identificar os modelos organizadores aplicados na resolução de conflitos morais hipotéticos por 20 adolescentes masculinos, autores de infração, que cumpriam medida sócio-educativa. Os modelos organizadores identificados refletiram a diversidade e as regularidades presentes nos raciocínios elaborados para resolver os conflitos apresentados. Concluiu-se que a variedade dos modelos organizadores identificados, evidencia a importância dos conteúdos na construção dos raciocínios morais.

Krokosz (2005) ao identificar quais os modelos organizadores aplicados por uma amostra de docentes na resolução de situações do cotidiano escolar, envolvendo alunos e alunas portadores do HIV/AIDS e, quais são os valores presentes em tais modelos, verificou uma grande variedade de representações nos modelos elaborados. Seus resultados evidenciaram a influência das crenças e conhecimento social nessas representações, permitindo avançar nas discussões sobre o cotidiano escolar dos alunos e alunas com aids em particular, e sobre as práticas escolares, em geral.

O trabalho de Martins (2003) buscou investigar o papel da dimensão afetiva na elaboração do juízo e representação que as pessoas têm de suas ações. Os sujeitos foram solicitados a posicionarem-se diante de um conflito de natureza moral a partir dos contextos impessoal e pessoal. Os modelos organizadores elaborados pelos mesmos sujeitos, para as duas diferentes

situações, permitiram constatar a importância do contexto para a interpretação da realidade, bem como, perceber que a presença da dimensão afetiva no contexto pessoal, afeta significativamente a forma como o sujeito organiza seu pensamento e elabora seu juízo .

A pesquisa de Trevisol (2002) buscou investigar como sujeitos de diferentes idades interpretam, organizam e julgam um conteúdo do conhecimento social, no caso , os direitos das crianças à educação e a proteção no trabalho. Os resultados encontrados permitiram a identificação de diversos modelos organizadores que representam diferentes formas de pensar e organizar o conhecimento social acerca desse conteúdo. Porém, não foram encontradas diferenças significativas na organização desses modelos entre as diferentes faixas etárias. A idade, embora seja um fator relevante na compreensão de um conteúdo social, não constituiu um critério suficiente para explicar as diferenças de compreensão dos sujeitos. Tal resultado nos evidencia que outros aspectos, além das possibilidades das estruturas cognitivas, tais como as representações sociais, as experiências anteriores, os sentimentos, emoções, valores, e crenças também possam exercer influência na forma como organizamos nosso raciocínio para interpretar o mundo.

Essa hipótese esteve presente nos estudos de Arantes (2000), que teve como objetivo compreender a correlação entre os aspectos afetivos e cognitivos subjacentes ao funcionamento psíquico, buscando identificar a influência dos estados emocionais na forma como as pessoas pensam e analisam uma determinada situação.

Essa pesquisadora trabalhou com professores e professoras, dividindo a amostra de pesquisa em três grupos distintos, sendo cada um deles induzido a experienciar um determinado estado emocional, antes de solicitado a resolver uma situação-problema. Foi escolhida uma situação dilemática relacionada a conteúdos de natureza moral , por ser de entendimento corrente que alguns conteúdos morais solicitam, implicitamente, a articulação entre os aspectos cognitivos e afetivos durante o raciocínio. Assim, foi apresentado um conflito ligado a uma temática que faz parte do cotidiano das escolas públicas brasileiras e que mobiliza a preocupação daqueles que ali trabalham: o consumo de drogas

pelos alunos e alunas. Foi solicitado aos docentes que opinassem sobre os sentimentos, pensamentos e ação diante do conflito.

Os resultados obtidos nessa investigação (Arantes, 2000; 2001) mostraram que um mesmo conflito pode receber tratamentos diferentes e antagônicos, dependendo do estado emocional prévio do sujeito que o enfrenta. Os sujeitos que passaram por experiências emocionais positivas (satisfação, felicidade), mostraram uma organização do pensamento mais coerente e complexa, elaborando estratégias mais solidárias e generosas para resolução do conflito, do que aqueles que passaram por experiências emocionais negativas (insatisfação, desagrado, frustração).

Tal estudo reforça a possibilidade desse referencial em permitir uma compreensão do funcionamento psicológico de maneira integrada, levando em consideração os diversos conteúdos (sentimentos, valores e representações) nos raciocínios e ações.

Também trabalhando com o papel dos sentimentos no âmbito da elaboração do juízo moral, temos o trabalho de Herrero e Sastre (2003). Essa pesquisa buscou analisar os modelos organizadores elaborados para a resolução de um conflito inter-pessoal, onde uma moça renuncia à realização de seu desejo, em benefício de seu companheiro. A situação experimental foi organizada de modo que, os resultados permitissem detectar e analisar com detalhe as distintas formas de articular as vertentes afetiva e moral implicadas na resolução da renúncia, onde as conotações de gênero desempenham papel importante. Solicitou-se que os sujeitos resolvessem o conflito a partir de 3 perspectivas diferentes: Justiça, felicidade e ajuda. Os sujeitos foram divididos em três grupos conforme a ordem seqüencial de apresentação dos perspectivas. Os resultados obtidos permitiram detectar as interações que têm lugar na construção do juízo moral entre a justiça, felicidade e ajuda. Ainda que, em alguns enfoques, a afetividade seja considerada como elemento perturbador da razão, o enfoque dos modelos permitiu constatar que a consideração prévia dos aspectos emocionais de um conflito pode repercutir positivamente na análise sob uma perspectiva de justiça. Por outro lado, foi detectado que a forma como homens e mulheres interpretavam o conteúdo, bem como a dinâmica que estabeleciam

entre justiça e felicidade eram diferentes. Porém, essas diferenças não estavam relacionadas nem com o nível cognitivo, nem com a orientação moral assumida, sugerindo portanto que a interpretação da realidade também se submete às representações sociais dos sujeitos a respeito dos papéis e comportamentos masculinos e femininos.

Por fim, podemos citar a os resultados do trabalho de Pupo (2007), a respeito das representações que alunas e alunos têm sobre a violência moral no contexto escolar, que também oferecem indícios a respeito do papel exercido pelas representações sociais dos sujeitos a respeito dos comportamentos masculinos e femininos na organização do raciocínio. Tomando como parâmetro de análise teórica e metodológica a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, a autora trabalhou com estudantes de diferentes faixas etárias, utilizando como instrumento a resolução de conflitos numa cena do cotidiano escolar envolvendo violência moral. Encontrou diferenças significativas nas representações femininas e masculinas em relação ao fenômeno da violência moral, especialmente no que diz respeito à percepção da ação esperada do sexo oposto nessas situações.

A partir dos resultados obtidos nessas diferentes investigações, percebemos que a perspectiva dos modelos organizadores do pensamento, nos possibilita considerar que a observação da realidade se submete ao estado afetivo, ao sistema de valores, às representações sociais e às possibilidades cognitivas de quem a observa. Nesse sentido, os estados afetivos poderão dar suporte ao significado atribuído ao dado ou variável que figura no modelo e poderão interferir na forma como o sujeito interpreta e atribui significados às diferentes situações do dia-a-dia, no julgamento de dados que considera relevantes e que, portanto, abstrai dessas situações, e nas implicações que irão levá-lo a mobilizar ou não os seus recursos para a determinada ação.

Parece-nos que os pensamentos e ações cotidianas, presentes, por exemplo, na forma como o indivíduo se posiciona diante de uma situação de conflito, são permeados por um tipo de funcionamento psicológico em que a cognição e a afetividade são indissociadas e reguladas pelo sistema de valores,

crenças e representações sociais de cada um, sem que um deles seja subordinado ao outro.

Ao deparar com a necessidade de solução para uma situação de conflito, por exemplo, o curso das atividades cognitivas empreendidas pelo sujeito para interpretar a situação, julgá-la e elaborar estratégias de resolução, bem como o conteúdo e forma do raciocínio a ser aplicado, dependeriam não só de suas capacidades cognitivas e experiências anteriores, mas também de seu estado afetivo naquele momento, de seu sistema de valores e das representações sociais construídas a respeito daquele contexto.

Além disso, essa perspectiva considera ainda que a forma como o indivíduo organiza seus sistemas perceptivos, cognitivos e afetivos diante de uma situação, interpretando-a e, organizando, ou não, seus recursos para a ação, envolve também uma grande quantidade de interações, incertezas e fenômenos aleatórios que fazem parte da realidade complexa a que os indivíduos estão expostos no cotidiano.

CAPÍTULO V

PLANO DE INVESTIGAÇÃO

Esta investigação teve como objetivo obter uma compreensão do funcionamento psíquico humano. Mais especificamente, buscamos melhor entender as relações existentes entre a dimensão afetiva e a cognitiva do ser humano na organização de seu raciocínio.

Para a construção do plano de investigação, inicialmente recuperamos algumas perspectivas teóricas que ao longo dos tempos têm discutido as relações entre afetividade e cognição no funcionamento psíquico, ressaltando o estatuto conferido à afetividade em cada uma delas. Buscamos também entender um pouco mais os tipos de sentimentos e emoções presentes em nossa dimensão afetiva, a partir da pesquisa de referenciais teóricos que se dedicaram a descrevê-los e distingui-los.

Ao procurarmos nesta trajetória de estudos entendermos o sujeito psicológico, sua constituição e as relações entre os aspectos cognitivos e afetivos presentes na organização de seu pensamento, percebemos a complexidade das relações presentes no funcionamento psíquico.

Passamos a acreditar que, para compreendermos as relações entre a afetividade e cognição e sua influência na elaboração do pensamento, teríamos que deixar de lado o pensamento linear, simplificador e reducionista e adotarmos como referência novos paradigmas que incorporassem a idéia de complexidade, discutida por Morin (1997). Tal idéia, defende a compreensão dos fenômenos a partir de uma grande quantidade de interações entre muitos elementos, entendendo-os como sistemas integrados que incorporam as oposições de uma forma dialética.

Baseando-nos no modelo de funcionamento psíquico proposto por Araújo (1999), e adotando a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento (Moreno, Sastre, Leal e Bovet, 2000), cujos pressupostos incorporam o conceito de complexidade, defendemos a idéia de que nossas relações com o mundo

interno e externo se dão por meio de modelos mentais que organizam nossos pensamentos e nossas ações.

Os processos mentais inerentes à aplicação dos modelos organizadores que incluem: a seleção e abstração dos dados de uma situação; a atribuição de significados; o estabelecimento de implicações entre os dados e sua organização em modelos mentais, decorrem da percepção e interpretação da situação pelo sujeito envolvido, com toda sua subjetividade. Pensamos que a base que fornece os elementos dessa subjetividade, para que tais processos ocorram, encontra-se no funcionamento intra e inter-psíquico do ser humano.

Assim, a inter-relação entre os inúmeros elementos pertencentes às distintas dimensões constitutivas da natureza humana (afetiva, biológica, sócio cultural e cognitiva) e entre estas e o mundo externo (físico, inter-pessoal e sociocultural), fornece o suporte para a elaboração dos modelos mentais que organizam as relações entre pensamentos e ações.

Dessa forma, pensamos que, diante de um conflito, a forma como o indivíduo vai organizar seu raciocínio para interpretá-lo e decidir sua ação sobre ele, não depende apenas de suas possibilidades e estratégias cognitivas e das informações de que dispõe, mas também dos diferentes conteúdos envolvidos no conflito, dos seus diferentes contextos de ocorrência e das relações estabelecidas entre os elementos das diversas dimensões psíquicas do sujeito, tais como seu estado emocional no momento e suas referências sócio-culturais , com as representações de gênero, por exemplo..

Qualquer alteração que ocorra nos elementos de uma das diferentes dimensões pode fazer com que o mesmo sujeito abstraia outros dados de uma mesma realidade ou atribua significados diferentes aos dados abstraídos anteriormente ou ainda estabeleça diferentes implicações. Assim sendo, variações nos estados emocionais em que o sujeito se encontra previamente ao resolver um conflito, poderiam resultar na aplicação de diferentes modelos organizadores diante da mesma situação.

Da mesma forma, as variações culturais , como por exemplo em relação ao gênero também poderiam resultar em variações nos modelos. Assim para entendermos um pouco mais sobre os aspectos sociais que norteiam a construção do gênero e a influência cultural na determinação de padrões

masculinos e femininos de pensar e sentir, recorremos aos estudos realizados na interseção entre gênero e afetividade.

Considerando esses pressupostos, a seguir apresentamos mais detalhadamente o nosso problema de pesquisa.

1. PROBLEMA DE PESQUISA

Buscamos neste trabalho, investigar as possíveis relações entre os estados emocionais e os modelos organizadores do pensamento que o ser humano aplica quando solicitado a resolver conflitos cotidianos. Como conteúdo para subsidiar a investigação, escolhemos trabalhar com o tema da violência de gênero.

Ao nos referirmos aos estados emocionais dos sujeitos, estamos nos remetendo a estados psicológicos subjetivos, que englobam os estados de ânimo, as emoções e sentimentos, entendidos como um conjunto de fenômenos que fazem parte da dimensão afetiva do sujeito.

Para constatar o papel exercido pela dimensão afetiva na organização do pensamento, nos pareceu ser interessante vincular o raciocínio do sujeito à influência de diferentes estados emocionais e verificar se existem variações na forma como o sujeito raciocina.

Metodologicamente, para possibilitar a investigação do raciocínio, optamos por trabalhar com a resolução de conflitos, por ser um instrumento interessante, uma vez que aciona os processos funcionais do pensamento, à medida que, faz com que o sujeito aplique seu conhecimento a contextos particulares.

Além disso, o conflito, aqui entendido como uma situação de interação inter-pessoal de confronto, desacordo ou frustração, pode ser resolvido de diferentes formas, dependendo justamente, dos recursos cognitivos e afetivos dos sujeitos pesquisados e dos contextos sociais em que ocorrem.

A escolha do tema violência de gênero se justifica pelo fato de ser uma problemática de natureza ética, que remete a aspectos inerentes da dimensão

sócio cultural dos sujeitos, cuja resolução mobiliza conjuntamente recursos cognitivos e afetivos, facilitando a compreensão de como estes aspectos interagem na regulação da conduta, conforme atestam os trabalhos de Arantes (2000) e Leme (2003).

Assim sendo, acreditamos que o problema geral que sustenta a presente investigação pode ser traduzido na seguinte pergunta:

-Os estados emocionais exercem influência na organização do pensamento humano em situações de violência de gênero?

A partir desta problemática, observamos os modelos organizadores do pensamento aplicados pelos sujeitos durante a resolução de um conflito hipotético, relacionado à violência de gênero, sob a influência de diferentes estados emocionais, acreditando que tal procedimento nos ofereceria pistas a respeito do papel exercido pelo estado emocional prévio dos sujeitos na organização de seu raciocínio.

Para melhor compreender a problemática geral da investigação e identificar elementos que ajudassem a responder ao problema geral apresentado, elaboramos algumas perguntas, apresentadas a seguir, que se configuraram como sub-problemas da pesquisa:

1-Os diferentes estados emocionais exercem alguma influência na elaboração dos modelos organizadores do pensamento aplicados na resolução de um conflito de violência de gênero?

Essa investigação nos permitiu entender melhor as possíveis relações entre os estados emocionais e a organização do pensamento humano, verificando as variações existentes entre os modelos organizadores aplicados pelos sujeitos, sob a influência de diferentes estados . Para respondermos essa questão, buscamos verificar se existiram mudanças nos modelos aplicados pelos sujeitos em diferentes estados emocionais na resolução de um conflito moral, quando o julgaram numa perspectiva emocional positiva e, quando o julgaram numa perspectiva emocional negativa.

Considerando que escolhemos a violência de gênero, como conteúdo para o conflito a ser resolvido pelos sujeitos, acreditamos que, poderíamos enriquecer nossas investigações, abrindo a possibilidade de observarmos também a inter-relação dos estados emocionais com o gênero dos sujeitos pesquisados, através da comparação entre as respostas dos sujeitos masculinos e femininos que resolveram o conflito de natureza ética sob diferentes estados afetivos. Para tal, buscamos responder à seguinte questão.

2-As diferenças de gênero exercem influência nos modelos organizadores do pensamento aplicados em situações de violência de gênero?

Ao respondermos essa questão, tentamos perceber se existiram mudanças nos modelos aplicados pelos sujeitos masculinos e femininos, sob diferentes estados emocionais, na resolução de um conflito. Ao verificar os diferentes modelos, aplicados por homens e mulheres, pretendemos aprofundar a compreensão sobre a influência da dimensão sócio- cultural na determinação de padrões masculinos e femininos de pensar, sentir e agir, em relação a esse conteúdo específico.

Finalmente, como consequência das investigações realizadas para a resolução das questões anteriores, pudemos através das respostas obtidas, analisar mais um sub-problema que merece ser discutido:

3. É possível identificar regularidades e não-regularidades no funcionamento psicológico do ser humano, ao resolver um conflito de violência de gênero?

Entendemos aqui por regularidade do funcionamento psicológico, os aspectos dos processos mentais aplicados pelos sujeitos que são universais, que não sofrem variações e que são aplicáveis a todos os sujeitos que experimentam o mesmo fenômeno psicológico. Na perspectiva da teoria dos modelos organizadores, buscamos identificar a universalidade do funcionamento psíquico através da verificação dos processos mentais inerentes à aplicação dos modelos,

tais como, seleção e abstração de dados da realidade, atribuição de significados, estabelecimento de implicações, e através da constatação das inter-relações entre esses elementos.

Como não regularidade do funcionamento psicológico, consideramos as variações ou mudanças apresentadas nos elementos desse funcionamento que ocorrem em função das diferenças culturais, dos diferentes contextos de aplicação ou conteúdo envolvido e das variações ocorridas nos elementos pertencentes às diversas dimensões constitutivas do ser humano.

Demonstrando as constâncias dos processos mentais inerentes à aplicação dos modelos e as variações que ocorrem nos modelos aplicados, em função da influência exercida pelos diferentes estados emocionais e pelos diferentes gêneros, acreditamos que, pudemos demonstrar as regularidades e não regularidades que ocorreram simultaneamente, de forma dialética, na aplicação dos modelos organizadores do pensamento pelos sujeitos psicológicos, evidenciando assim, as relações complexas entre os aspectos cognitivos e afetivos na elaboração de nossos juízos e representação da ação.

2. METODOLOGIA

Para realizarmos esta pesquisa, buscamos utilizar instrumentos, cujos pressupostos fossem coerentes com o paradigma da complexidade e com a perspectiva das teorias sistêmicas, assumidos neste trabalho.

Gostaríamos, de início, ressaltar que, para definir a metodologia a ser utilizada, levamos em consideração as dificuldades inerentes ao estudo do tema proposto. Pelo fato de nosso tema de pesquisa nos remeter à dimensão afetiva dos sujeitos pesquisados, estávamos cientes de que não poderíamos acessar esses conteúdos diretamente, a não ser através das representações dos sujeitos, obtidas através de seus relatos que, muitas vezes, podem conter uma reprodução do discurso que o indivíduo sabe ser politicamente correto ou socialmente valorizado, ou mesmo serem induzidos pelo próprio entrevistador.

Do mesmo modo, tivemos clareza de que nem sempre foi possível a dedução ou a inferência precisa dos estados emocionais que se encontravam subjacentes a um determinado depoimento, bem como reconhecemos que só pudemos ter acesso à representação construída pelo sujeito acerca de um determinado conteúdo, mas não à sua ação em si.

Considerando essas limitações relativas ao próprio tema, e que o nosso estudo enfatizou os aspectos subjetivos do pensamento humano, buscando entender que tipos de sentidos os sujeitos dão aos acontecimentos e interações que ocorrem em sua vida diária, entendemos que deveríamos caminhar para a realização de uma pesquisa que assumisse o caráter de investigação qualitativa, sem todavia deixar de considerar uma perspectiva quantitativa que pudesse nos assegurar certa representatividade dos dados obtidos.

Nosso esforço para melhor conhecer o pensamento e sentimentos dos sujeitos, buscou captar, tanto as interações dinâmicas, quanto o significado dos acontecimentos, a partir de uma situação real do cotidiano, levando em conta a existência dos vários elementos, influências e interações a que os sujeitos estão expostos. Nessa perspectiva:

“ os dados coletados são predominantemente descritivos e, a preocupação com o significado que as pessoas dão às coisas, será o foco de atenção especial do pesquisador” (Ludke e André, 1986)

A. População Pesquisada

Optamos por selecionar para nossa amostra de pesquisa, sujeitos que apresentassem algumas características de natureza sócio-cultural, tais como faixa etária, formação escolar, experiências de vida e nível sócio-econômico, que pudessem possibilitar aos sujeitos pesquisados uma maior aproximação e identificação com as personagens do conflito hipotético apresentado bem como favorecer a obtenção de uma maior riqueza e diversidade de dados.

Dessa forma, a pesquisa foi realizada com uma amostra de 120 sujeitos, adultos jovens, na faixa dos 18 aos 35 anos, alunos de cursos noturnos de um centro de educação profissionalizante, localizado numa pequena cidade da região metropolitana de Campinas – São Paulo, administrado pela rede pública, em parceria com a iniciativa privada, que promove gratuitamente cursos profissionalizantes para alunos egressos do nível fundamental e médio.

A escolha desta escola se justificou pelo fato de acreditarmos que este tipo de instituição poderia nos possibilitar o acesso a uma parcela de sujeitos que fosse efetivamente mais representativa do conjunto de adultos jovens da população em geral, uma vez que, nosso trabalho norteou-se também pela preocupação com a possibilidade de generalização, pois queríamos contribuir, a partir desse estudo específico, para a compreensão mais ampla da temática.

Participaram deste estudo, alunas e alunos de diferentes cursos (auxiliar de enfermagem, assistente de mecânico de manutenção e auxiliar contábil) da instituição, que tinham algumas características em comum, requeridas para o ingresso nesses cursos, tais como : classe média baixa, com baixa renda familiar e ensino fundamental ou médio concluído em escola pública ou supletivo. Além disso, os sujeitos trabalhavam durante o dia e estudavam à noite, e não possuíam hábitos de leitura, cinema e aquisição de produtos culturais (filmes, livros, Cds). Foi observada também a distribuição de gênero, sendo 50% dos sujeitos do sexo masculino e 50% feminino, de forma a obter um equilíbrio em relação a essa variável.

Todos eles se propuseram a participar voluntariamente da pesquisa

B. Coleta de dados

Em um primeiro momento, optamos por um estudo exploratório do centro educacional onde coletamos nossos dados, com o objetivo fundamental de conhecer sua realidade e características dos sujeitos atendidos. Apoiando-nos nas considerações de Ludke e André (1986) de que esse procedimento *“permite também que o pesquisador chegue mais perto da “perspectiva dos sujeitos”*(p 26),

realizamos nesta fase, visitas informais e tentamos “ganhar” um pouco de sensibilidade, que poderia nos possibilitar uma maior compreensão da vida de nossos sujeitos. Além disso, esse contato inicial nos possibilitou aproximar da equipe escolar e dos sujeitos a serem pesquisados para favorecer o estabelecimento de um clima de confiança, que possibilitasse uma coleta fidedigna de dados.

Considerando que nossa investigação teve como objetivo verificar se os estados emocionais exercem influência na organização do pensamento humano em situações de violência de gênero, buscamos construir um procedimento que nos permitisse observar os modelos organizadores do pensamento aplicados pelos sujeitos durante a resolução de um conflito hipotético relacionado à violência de gênero, sob a influência de diferentes estados emocionais, acreditando que, tal procedimento nos ofereceria pistas a respeito do papel exercido pelo estado emocional prévio dos sujeitos na organização de seu raciocínio.

Metodologicamente, buscamos vincular o raciocínio do sujeito à influência de diferentes estados emocionais ou afetivos em que o sujeito se encontrava e verificar se existiram variações na forma como o sujeito raciocinou. A resolução de conflitos foi considerado uma instrumento interessante, uma vez que poderia fazer com que o sujeito aplicasse seu conhecimento a contextos particulares, mobilizando seus aspectos cognitivos e afetivos

Buscando subsídios teóricos que nos permitissem elaborar uma metodologia de investigação e instrumentos adequados a captar esses elementos, tomamos como referência a metodologia elaborada por Arantes (2000, 2002) ao conduzir um trabalho investigativo a respeito da influência dos “estados de ânimo”, entendidos como um dos aspectos que compõem o mundo das emoções, sentimentos e afetividade, na organização do pensamento diante da resolução de conflitos morais.

Em seu estudo, ao trabalhar com professores da rede pública, a autora dividiu os sujeitos em três grupos e se utilizou de algumas técnicas de dinâmica de grupo, através da quais solicitou aos participantes que recordassem, relatassem e dramatizassem situações reais vivenciadas por eles

em qualquer âmbito de suas vidas que tivessem feito com que vivenciassem estados afetivos específicos, com o objetivo de induzi-los a experienciar novamente esses sentimentos e emoções, antes de serem solicitados a resolver uma situação problema. O primeiro grupo experienciou emoções positivas, o segundo grupo, considerado grupo de controle, não foi induzido a experienciar nenhuma emoção específica (neutro) e o terceiro grupo experienciou emoções negativas. Depois de imersos em estados afetivos específicos, os sujeitos foram solicitados a responder individualmente por escrito a um conflito moral hipotético apresentado. A situação apresentada se aproximava da realidade cotidiana vivida pelos professores e teve como característica a contextualização da situação e dos personagens. Os professores deveriam responder o que a personagem deveria fazer para resolver a situação, bem como buscar descrever os sentimentos, desejos e pensamentos da personagem naquela situação.

Face à semelhança de nossos objetivos de pesquisa, optamos por repetir o mesmo procedimento metodológico, porém com algumas modificações para torná-lo mais adequado ao alcance de nossas intenções.

Mantivemos a proposta de resolução de uma situação hipotética de conflito como instrumento de pesquisa, devido ao fato de considerarmos que a resolução de um conflito inter-pessoal é uma situação que mobiliza conjuntamente recursos cognitivos e afetivos.

Dentro da complexidade e riqueza de situações que poderíamos tomar como tema desse conflito, consideramos as discussões de Benhabib (1990, 1992) a respeito da importância de buscarmos avançar metodologicamente nas pesquisas em psicologia moral, integrando o “outro concreto” em nosso instrumento.

Assim sendo, a situação de conflito foi elaborada de forma a ser significativa para os sujeitos da investigação, fornecendo informações sobre o contexto, características dos personagens envolvidos, bem como os sentimentos e emoções presentes na situação, de forma que, apesar de ser uma situação hipotética, ela se aproximasse da realidade vivida pelos sujeitos. Procuramos então buscar um tema para o conflito que pudesse realmente ser significativo e representativo das reais situações vividas pelos homens e mulheres pesquisados.

Para tal, foi realizado um levantamento prévio junto a indivíduos com as mesmas características dos sujeitos da amostra, no sentido de se buscar

situações reais vivenciadas por eles em relação às relações de gênero, que tivessem suscitado conflitos inter-pessoais que mobilizaram seus sentimentos e emoções para se obter elementos que possibilitassem a elaboração de um conflito significativo.

Um conflito bastante recorrente, relatado por um grande número de participantes desse levantamento, estava ligado a uma temática bastante comum em nossa sociedade, que é a questão da oposição do companheiro quanto à saída da companheira da esfera doméstica de cuidado com os filhos, para o retorno aos estudos, mercado de trabalho e outras atividades voltadas para a esfera pública.

Dessa forma, elegemos essa temática para nosso conflito (anexo 1) e procuramos compor a situação hipotética a partir dos depoimentos dos sujeitos, contextualizando-a, fornecendo dados prévios do conflito e informações sobre os personagens, atribuindo-lhes sentimentos e desejos, fazendo com que o conflito se apresentasse gradativamente até culminar numa agressão física do marido à esposa.

Foi realizado um pré-teste (piloto) para verificar sua adequação em relação à finalidade e realizar possíveis ajustes. Nessa ocasião, o conflito foi apresentado aos “sujeitos-teste” e solicitado que os mesmos se colocassem na situação apresentada e respondessem por escrito o que pensariam, o que sentiriam e o que fariam se estivessem vivenciado eles próprios a situação em questão. Feitas as adequações necessárias, passamos para a coleta de dados.

Nosso procedimento metodológico consistiu em dividir nossa amostra de pesquisa de 120 pessoas em dois grupos distintos de 60 sujeitos (30 mulheres e 30 homens), sendo cada grupo induzido a experienciar um determinado estado afetivo antes de solicitado a responder as questões sobre o conflito.

O encontro com cada grupo teve a duração aproximada de 2 horas e 30 minutos. Inicialmente foi solicitado aos sujeitos que se recordassem com detalhes de alguma experiência pessoal ou passagem em suas vidas referentes ao seu relacionamento com seus companheiros ou companheiras (cônjuges, namorados, companheiros, entre outros) que lhes houvesse causado muita satisfação, alegria, agrado ou felicidade, no caso do grupo positivo e grande insatisfação, frustração ou tristeza no caso do grupo negativo. Após 10 minutos,

distribuímos uma folha para que descrevessem a situação recordada e como se sentiram naquele momento, deixando claro que não recolheríamos a folha, para que os sujeitos não se sentissem inibidos.

Posteriormente foi solicitado que voluntariamente algumas pessoas lessem ou relatassem a situação recordada. Foi escolhida a situação que mais sensibilizou o grupo e solicitou-se a alguns voluntários para dramatizá-la, questionando os atores sobre com estavam se sentindo no momento

Com tal dinâmica pretendeu-se que os sujeitos fossem imersos em estados emocionais específicos, de forma a possibilitar que fosse analisado como a dimensão afetiva interfere na organização de seus pensamentos, sentimentos e representação da ação. Na perspectiva da dimensão sócio-cultural e sua influência em tais processos, pretendeu-se verificar em que medida os diferentes gêneros poderiam influenciar as respostas dos sujeitos.

Após a indução do estado afetivo apresentamos o conflito por escrito e foi solicitado que respondessem individualmente por escrito às seguintes questões:

- O que você pensaria se estivesse na situação apresentada ?
- O que você sentiria se estivesse na situação apresentada ?
- O que você faria se estivesse na situação apresentada?

Podemos perceber que, embora tivesse sido mantido o mesmo procedimento metodológico, nosso trabalho se diferenciou do estudo de Arantes(2000) à medida que buscou ir além da atribuição de sentimentos, desejos e pensamentos às personagens, tentando captar os sentimentos, pensamentos e desejos do próprio sujeito, deixando-o livre para identificar-se ou assumir a posição de qualquer uma das personagens do conflito ,conforme o que lhe fosse mais significativo e buscar referências em suas próprias vivências e experiências.

Posteriormente, após recolhidos os questionários, os sujeitos foram incentivados a conversarem sobre o conflito em questão, explicitando seus pensamentos, sentimentos e representação da ação, discutindo-os entre os pares, relacionando-o com a realidade. Dessa forma, buscamos recolher elementos qualitativos que puderam nos fornecer mais informações e enriquecer nossos dados

CAPÍTULO VI

ORGANIZAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS

A partir da resolução do conflito hipotético pelos sujeitos de nossa amostra, pudemos acessar, numa situação formal, através das respostas fornecidas pelos mesmos, os seus pensamentos, sentimentos e representações da ação em relação àquela situação específica, reconhecendo que possíveis dúvidas com relação às suas respostas, advindas da limitação do método, talvez não pudessem vir a ser totalmente sanadas.

A análise dos dados envolveu a extração dos diferentes modelos organizadores elaborados e aplicados pelos sujeitos ao se posicionarem em relação ao conflito proposto.

Este processo, baseado na Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, consistiu em buscar nas respostas emitidas pelos sujeitos os elementos abstraídos e considerados relevantes na situação vivenciada, os significados que lhes atribuíram e as implicações que estabeleceram entre os elementos e seus significados. Tal procedimento nos permitiu investigar os modelos organizadores aplicados pelos diferentes sujeitos pesquisados diante do mesmo conflito, o que possibilitou o conhecimento da diversidade de formas de organização dos raciocínios empregados para resolvê-los.

Vale ressaltar que não trabalhamos com categorias de modelos organizadores pré-determinados. Eles foram extraídos a partir das respostas dos sujeitos e não a partir de inferências prévias do pesquisador. Isto indica que os modelos aqui encontrados podem não se repetir de maneira exata em outras situações similares ou com outra amostra de sujeitos.

Descreveremos a seguir os Modelos Organizadores do Pensamento aplicados pelos sujeitos de nossa pesquisa que foram detectados nas respostas oferecidas a cada uma das questões de nosso conflito hipotético.

1.DESCRICÃO DOS MODELOS ORGANIZADORES DO PENSAMENTO

Descrição dos modelos organizadores do pensamento aplicados pelos sujeitos em cada uma das questões

Inicialmente, analisamos os protocolos dos homens e mulheres que participaram desse estudo, buscando extrair de suas respostas às questões apresentadas, os Modelos Organizadores do Pensamento aplicados por eles, ao tentarem se colocar no lugar dos protagonistas do conflito hipotético apresentado, e imaginarem o que pensariam, o que sentiriam e o que fariam, se estivessem, eles próprios, vivenciando aquela situação.

Faremos, a seguir, a descrição dos Modelos Organizadores do Pensamento obtidos nas três questões formuladas pelo nosso instrumento de pesquisa, explicando cada um deles, e transcrevendo algumas respostas extraídas dos protocolos, para exemplificá-los.

1.1. Modelos Organizadores obtidos na questão 1: O que você pensaria se estivesse na situação apresentada?

Essa questão tinha como objetivo identificar as representações que os homens e mulheres pesquisados tinham a respeito das relações de gênero e de violência, suscitadas pelo conflito hipotético. Buscou captar o que cada sujeito pensou a respeito do conflito, o julgamento que fez das ações dos protagonistas e qual a perspectiva de análise que adotou para abordá-lo. Ao propor que os sujeitos se colocassem na situação apresentada, pretendíamos conhecer o que abstrairiam como mais significativo naquele contexto.

Após a leitura e análise das respostas, encontramos 6 diferentes modelos organizadores que foram aplicados pelos sujeitos e que descreveremos a seguir:

A.Modelos obtidos

Modelo 1

Ao se colocarem na situação proposta, explicando o que pensariam se estivessem vivendo aquele conflito, os sujeitos que aplicaram esse modelo, organizaram seu raciocínio tendo como foco principal a idéia de aceitação da situação e da atitude do marido e a defesa de uma atitude de passividade e submissão da mulher frente ao conflito. As respostas dadas a essa questão, de modo geral, implicam a submissão da protagonista à vontade de outra pessoa e no abandono de seus sonhos, diante da situação de conflito. Ao analisarmos detalhadamente os protocolos, percebemos algumas variações quanto aos dados abstraídos como significativos na aplicação deste modelo, o que nos levou a dividir esse modelo em dois sub-modelos, que apresentaremos a seguir:

Sub-modelo 1A

Os sujeitos que utilizaram esse modelo revelaram como idéias principais a passividade da mulher e a aceitação da situação de submissão, em função da naturalização social da condição da mulher e da violência em nossa sociedade. Adotaram uma perspectiva de análise mais neutra, considerando o ponto de vista social. Abstraíram como dado significativo do conflito, a mentalidade machista e ultrapassada que ainda persiste em nossa sociedade, interpretando a atitude do marido como sendo uma atitude comum, fruto desse contexto. Expressaram também como elemento relevante a dificuldade de ação ou reação da figura feminina diante da situação vivida, o que implica a adoção de uma postura passiva frente às circunstâncias apresentadas.

Seguem alguns exemplos de respostas que aplicaram esse modelo:

“Pensaria que ainda vivemos numa sociedade ultrapassada onde infelizmente, esse tipo de situação é comum : o homem trata as mulheres como seus objetos, e elas tem que se submeter às suas vontades ”(FP 3)²

“Que essa situação é comum. Muitas colegas no início de nosso curso passaram por isso e desistiram. A gente vê mulheres vivendo uma vida miserável, controladas pelo companheiro e pensa, nossa, porque não se separa logo? Mas é que as vezes a pessoa não tem opções, pensa nos filhos, não tem ninguém que a ajude... então é mais cômodo ficar e aceitar a vontade do marido”(FP22)

“Que esta situação é muito comum entre casais. Por mais que a mulher lute por seus direitos, infelizmente ainda vivemos numa sociedade machista, onde o homem acredita ser superior e as mulheres dependem de sua permissão para viver sua vida e acabam fazendo o que o marido deixa”(FN 7)

Sub- modelo 1 B

Ao responderem o que pensariam se estivessem na situação de conflito apresentada, os sujeitos que aplicaram o modelo 1 B, adotaram uma perspectiva de análise mais pessoal , e abstraíram como elemento significativo da situação a necessidade de evitar o conflito para o bem estar da família, interpretando que, para tal, a figura feminina deveria ter uma postura de submissão aos limites impostos e passividade frente às circunstâncias apresentadas, o que implicaria em abrir mão de seus desejos de retomar os estudos.

Seguem alguns exemplos de respostas representativas do modelo 1 B:

“ Pensaria que seria melhor eu desistir de meus sonhos pois caso contrário, não haveria um ambiente suportável na casa “ (FN4)

“ Que para estudar ia precisar de um tempo de dedicação aos estudos e de um apoio em casa que eu não iria ter, então, sem paz em casa seria melhor desistir ou esperar as crianças crescerem “ (FN 15)

“Já que a Dirce abandonou os estudos, ela deveria deixar as coisas quietas, sem criar clima de briga , se conformar e terminar de criar direito os filhos para depois pensar em voltar” (MP 6)

“Acho que pensaria que a Dirce não tinha necessidade de brigar,pois não estava faltando nada para ela. Ela deveria acatar a vontade do marido para manter a família unida” (M N 18)

² A referência utilizada na identificação dos sujeitos da pesquisa obedece ao seguinte critério: o uso das letras F ou M indicam o sexo dos sujeitos; as letras P ou N indicam o estado afetivo prévio em que o sujeito se encontrava quando respondeu ao conflito(positivo ou negativo) e o número corresponde ao número atribuído ao sujeito dentro de seu grupo de investigação para sua identificação. Optamos por essa caracterização para preservar a identidade dos sujeitos e ao mesmo tempo facilitar a identificação das particularidades relevantes neste estudo.

Modelo 2

Concentramos nesse modelo as respostas, nas quais os sujeitos abstraíram como elemento relevante do conflito, a conduta da personagem feminina, que foi amplamente criticada, atribuindo-se a ela um significado de inadequação e desrespeito à uma situação estabelecida anteriormente, que traria como implicações prejuízos aos cuidados com a casa e com os filhos. Apontamos, como exemplos desse modelo, as seguintes respostas:

“Que minha mulher estava vendo muita TV ou então sendo influenciada por alguém para ter essas idéias depois de tanto tempo. Que ela estava pensando só nela, sem levar em conta a segurança dos filhos ” (MN 8)

“Pensaria que aquela mulher não era a mesma mulher com quem eu me casei, pois ela quando casou aceitou uma situação, achando que estava tudo bem e depois aquilo não serve mais. (MN 10)

“Que a Dirce estava errada em querer sair de casa e deixar os filhos em segundo plano” (MN 24)

Modelo 3

Nesse modelo, reunimos as respostas dos sujeitos que julgaram que o elemento mais relevante na situação apresentada é a necessidade de solução do conflito, entendida como condição imprescindível para o restabelecimento do bem estar da família, implicando a utilização do diálogo, da argumentação, do reconhecimento das necessidades e ponto de vista de cada um dos cônjuges para se chegar a uma solução conciliatória.

Exemplos de respostas:

“Que deveria levantar mais argumentos e possibilidades para conversar mais e chegarmos a um acordo” (M P 26)

“O casal tem que fazer o possível para viver em harmonia. Isso só é possível se todos os membros estiverem bem. Acredito que o diálogo é a melhor solução.As pessoas tem que buscar a felicidade e as vezes isso exige algum sacrifício dos envolvidos”(MP 8)

“Que deveriam conversar para chegar a uma solução.O casamento inclui concessões e que às vezes as pessoas tem que abrir mão de seu ponto de vista e ceder” (MP 17)

“Pensaria que aquela situação deveria ser superada pelos dois, através do diálogo” (FP 7)

“Que a atitude dele é comum a maioria dos homens, mas tentaria convencê-lo que teríamos que chegar a um consenso pelo bem de nossa família” (F P 9)

Modelo 4

Concentramos nesse modelo as respostas, nas quais, os sujeitos abstraíram como elemento relevante do conflito a inadequação da conduta da personagem masculina, que foi amplamente criticada, atribuindo-se a ela um significado de inadequação, desigualdade e desrespeito, que trouxe diferentes implicações, ocasionando algumas variações na aplicação deste modelo, que foi subdividido em 2 sub-modelos, que descreveremos a seguir.

Sub-modelo 4A

Os sujeitos que aplicaram o sub-modelo 4A em resposta à questão 1, abstraíram como elemento significativo do conflito, a inadequação da conduta do marido, que foi interpretada como desrespeitosa e egoísta, evidenciando suas próprias limitações e medo de perder o controle da situação. Vejamos alguns exemplos de respostas nessa perspectiva:

“Pensaria que me casei com um homem ignorante que só pensa no seu próprio bem estar e felicidade, e que tem medo de perder o domínio da casa” (FN 27)

“Que meu marido me desrespeitou ao não permitir que eu estudasse, pois isso feriria sua masculinidade trazendo-lhe insegurança e fazendo com que se sentisse incompetente” (FN 23)

“Que falta compreensão da parte do marido e que ele é inseguro e injusto” (MP 11)

Sub-modelo 4B

Embora os argumentos dos sujeitos que aplicaram este sub-modelo, também tenham se concentrado nas críticas à atitude do marido, ele caracterizou-se pelo aparecimento de um novo elemento: a identificação da violência do marido dirigida a esposa. Desta forma, os sujeitos que aplicaram o sub-modelo 4B, além

de criticarem a ação inadequada do marido, abstraíram a agressão do mesmo à esposa como um elemento significativo, que implica na falta de respeito

Apresentamos exemplos que ilustram o sub-modelo 4B:

“Que meu marido, além de não se importar com minha felicidade, não confia em mim e na minha capacidade. E o pior, por ter me agredido não há mais respeito entre nós” (F N 9)

“Pensaria que ele demonstrou sua verdadeira personalidade egoísta e violenta, ao me desrespeitar e agredir” (FN 10)

“Que ele tinha perdido todo respeito, agredindo quando não tinha mais argumento para convencer a mulher” (FN 14).

Modelo 5

Consideramos nesse modelo, as respostas dos sujeitos sobre o que pensariam se estivessem no conflito, que analisaram a situação focando sua percepção na qualidade da relação do casal e nos sentimentos que deveriam permear essa relação. Um bom relacionamento significa um relacionamento amoroso, permeado pelo interesse, cuidado e apoio ao outro. Dessa forma, os sujeitos que aplicaram esse modelo abstraíram como elemento relevante do conflito, o relacionamento ruim vivido pelos cônjuges, que significa desamor e, conseqüentemente, implica o desinteresse pelas necessidades do outro e na ausência de apoio, demonstrados pelo marido. Seguem alguns exemplos de respostas que aplicaram esse modelo:.

“Que nosso relacionamento não é bom pois ele não me ama : se me amasse, me incentivaria e me apoiaria” (FP 15)

“Pensaria que nessa relação minhas qualidades não são consideradas”(FP 18)

“Pensaria que nesse casamento o marido só pensa nele e não se preocupa com a esposa” (FP 23)

“Pensaria que tem algo errado nessa relação, já que meu lado pessoal não importa , que meu marido me vê como alguém que cuida da casa e dos filhos”(FP 16)

“Pensaria que esse casamento não é o que eu esperava, visto que meu marido não estava conseguindo ver o meu lado no relacionamento, nem entendendo minhas necessidades” (FN 21)

Modelo 6

Os sujeitos que aplicaram esse modelo ao responderem o que pensariam a respeito do conflito, organizaram seus argumentos em torno da defesa dos interesses da figura feminina, ou seja, que a protagonista deveria persistir para voltar a estudar e realizar seus objetivos. Foi abstraída como relevante a atitude da esposa, que não deveria ser passiva, implicando em seguir em frente para realizar seu sonho de voltar a estudar independente da reação do marido.

Desta forma, esse modelo apresenta um foco diferente dos modelos anteriores, ao propor uma ação que preserve os interesses da esposa.

Vejam alguns exemplos deste modelo:

“Que mesmo diante de todos os obstáculos colocados pelo marido haveria solução. Não desistiria e lutaria para concretizar meu objetivo” (FP 4)

“Que deveria correr atrás de meus sonhos e objetivos e não dar atenção as idéias deste homem egoísta e ingrato” (FN 27)

“Que eu deveria dar mais atenção ao meu futuro e voltar a estudar para realizar meus sonhos” (FP 17)

“No lugar de Renato eu pensaria numa maneira de ajudar Dirce, pois quanto mais se pode aumentar a renda familiar melhor seria a situação social e econômica deles” (MP 2)

“Que a esposa deveria fazer o possível para estudar, trabalhar e cuidar da família” (MP 4)

“Pensaria que minha esposa já priorizou a criação dos filhos e portanto poderia voltar a estudar” (MP 10)

B. Apresentação parcial dos resultados relativos à questão 1

Apresentamos a seguir, as tabelas que sintetizam a distribuição das respostas dos sujeitos participantes da pesquisa, em relação aos modelos organizadores do pensamento aplicados, anteriormente descritos, por gênero e por estado afetivo, em resposta à **questão 1 : O que você pensaria se estivesse na situação apresentada?**

Tabela 1. Distribuição dos modelos por Gêneros- Questão 1

Modelos	Modelo 1			Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4			Modelo 5	Mod 6	outro	Total
Gênero	1A	1B	total			4A	4B	total				
Feminino	6	4	10	0	6	14	4	18	13	12	1	60
Masculino	0	12	12	12	15	6	0	6	2	11	2	60
TOTAL	6	16	22	12	21	20	4	24	15	23	3	120

Tabela 2. Distribuição dos modelos por Estados Afetivos - Questão 1

Modelos	Modelo 1			Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4			Modelo 5	Mod 6	outro	Total
Estado Afetivo	1A	1B	total			4A	4B	total				
Positivo	3	7	10	5	15	10	0	10	9	11	1	60
Negativo	3	9	12	7	6	10	4	14	6	12	2	60
TOTAL	6	16	22	12	21	20	4	24	15	23	3	120

* A categoria “outros” envolve os sujeitos que emitiram respostas, das quais não foi possível captar a lógica que usaram, impossibilitando identificar o modelo aplicado.

MODELOS:

Modelo 1 – Aceitação, passividade, submissão da figura feminina

1A: Aceitação da situação em função da naturalização da violência e condição da mulher na sociedade

1B: Aceitação e submissão da esposa para preservar a família

Modelo 2 - Críticas à conduta da esposa

Modelo 3 – Necessidade de resolução do conflito pelo diálogo

Modelo 4 – Críticas à conduta do marido

4A - Críticas à inadequação da conduta masculina

4B -Críticas à inadequação da conduta masculina e identificação da agressão

Modelo 5 – Foco na qualidade do relacionamento

Modelo 6 – Defesa dos interesses da figura feminina

Apresentamos também a tabela de distribuição geral das respostas dos sujeitos participantes da pesquisa, em relação aos diversos modelos aplicados para a resolução da questão 1, evidenciando o gênero dos sujeitos e estados afetivos prévios em que se encontravam, ao resolver o conflito proposto.

Tabela 3: Distribuição Geral dos modelos aplicados pelos sujeitos

Gênero	Estado Afetivo	Modelo 1			Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4			Mod. 5	Mod. 6	Outros	Total
		1A	1B	Tot			4A	4B	Tot				
FEMININO	POSITIVO	3	4	7	0	6	5	0	5	7	5	0	30
	NEGATIVO	3	0	3	0	0	9	4	13	6	7	1	30
MASCULINO	POSITIVO	0	3	3	5	9	5	0	5	2	6	0	30
	NEGATIVO	0	9	9	7	6	1	0	1	0	5	2	30
Total por Sub-modelo		6	16	22	12	21	20	4	24	15	23	3	
TOTAL		22			12	21	24			15	23	3	120

1.2. Modelos Organizadores obtidos na Questão 2: O que você sentiria se estivesse na situação apresentada?

Incluimos essa questão buscando abordar os aspectos afetivos envolvidos na interpretação dos fatos apresentados na situação hipotética. A pergunta teve como objetivo permitir a identificação dos tipos de sentimentos que o conflito hipotético despertaria nos sujeitos, caso estivessem naquela situação. Ao analisarmos as respostas dadas, percebemos claramente que, independentemente dos vários sentimentos apontados pelos sujeitos pesquisados, o que basicamente diferenciou suas respostas ao citar como se sentiriam naquela situação foi a perspectiva de análise adotada, a orientação de seus sentimentos (referenciado em si mesmo ou referenciados no outro) e a suas prováveis causas.

O conflito proposto envolveu dois protagonistas, um homem e uma mulher, e, embora não tivesse sido determinada previamente, qual perspectiva (masculina ou feminina) os grupos de sujeitos masculinos ou femininos que participaram do estudo deveriam adotar para analisar a situação e o que sentiriam se estivessem passando por ela, os sujeitos, ao buscarem se imaginar na situação proposta e apontarem os sentimentos que tal situação despertaria, assumiram, espontaneamente, a perspectiva da defesa dos interesses do protagonista feminino ou masculino, conforme os elementos que consideraram significativos na situação e as relações que estabeleceram entre eles. Além disso, sujeitos que apontaram por exemplo, sentimentos de raiva, atribuíram a esse mesmo sentimento diferentes orientações (raiva de si mesmo, raiva do outro) e o justificaram a partir diferentes causas (por ter acreditado no outro, por ter perdido tempo, por se sentirem injustiçado, entre outros), conforme a seleção que fizeram dos elementos do conflito que julgaram relevantes e as relações que estabeleceram entre os personagens.

Foi portanto a partir da análise detalhada dos elementos presentes nas respostas dadas a questão 2, que conseguimos identificar os modelos organizadores do pensamento aplicados pelos sujeitos .

A. Modelos Aplicados

Modelo 1

Consideramos nesse modelo as respostas dos sujeitos que adotaram para análise do conflito uma perspectiva neutra, que levou em consideração a situação de forma geral, tentando entendê-la sob um ponto de vista impessoal, sem identificar-se ou colocar-se diretamente no lugar de um dos protagonistas. Nessas respostas percebe-se que, o que foi considerado relevante e abstraído no contexto, foi a própria situação de conflito em si, interpretada como algo negativo, que impede o bem estar da família, sendo que a impossibilidade de resolução do mesmo pelos envolvidos, implica em tristeza e preocupação.

Seguem algumas respostas que podem exemplificar esse modelo:

“Me sentiria triste por não haver entendimento entre os dois” (FP 3)

“Me sentiria preocupado em relação aos filhos, que sofreriam com essa discussão entre os pais” (MP 6)

“Me sentiria muito triste, pois nessa situação os dois estão infelizes” (FN 7)

“Preocupação e tristeza pela situação se encaminhar dessa forma e com pena de todos os envolvidos” (MN 18)

Modelo 2

Consideramos nesse modelo as respostas dos sujeitos que, ao tentarem se imaginar na situação e descreverem como se sentiriam, relataram sentimentos referenciados em si mesmos (*self-regarding*), relacionados ao seu auto-conceito e aos objetivos que estabeleceram para si próprios. As respostas evidenciaram sentimentos relacionados a uma auto-imagem negativa e à frustração de suas intenções. Os sujeitos que aplicaram esse modelo, abstraíram como dado relevante da situação o rebaixamento moral vivenciado por um dos protagonistas, em função da desvalorização de suas capacidades, e da impossibilidade de alcançar os objetivos e padrões interiores que estabeleceram para si próprios. Consequentemente, essa interpretação implicou a promoção de sentimentos

negativos, relacionados a um sentimento de inferioridade e humilhação e à projeção de uma auto-imagem negativa.

Dividimos esse modelo em dois sub-modelos, conforme os dados selecionados como relevantes na situação e as implicações que estabeleceram, os quais, apresentaremos a seguir :

Sub- modelo 2 A

Agrupamos nesse sub-modelo as respostas dos sujeitos que relataram sentimentos auto-referenciados, relacionados a uma auto-imagem negativa. Os sujeitos que aplicaram esse modelo abstraíram como dado relevante da situação o rebaixamento moral de um dos protagonistas em função da desvalorização de suas capacidades; conseqüentemente, essa interpretação implicou a promoção de sentimentos negativos, relacionados a um sentimento de inferioridade e humilhação e a projeção de uma auto-imagem negativa.

Podemos tomar como exemplos da aplicação desse sub-modelo as seguintes respostas:

“Me sentiria desvalorizada e incapaz”(FP 7)

“Com certeza me sentiria desvalorizada, incompetente, humilhada, com minha auto estima lá embaixo”(FP 15)

“Me sentiria a última das pessoas. Se meu marido me chama de incompetente, vou acabar acreditando que sou” (FP 18)

“Envergonhado por minha mulher ter que estudar e trabalhar”(MP 6)

“Com o orgulho ferido, pois nunca precisei da ajuda da mulher” (MN 7)

“Me sentiria ofendido e humilhado, pois não estava deixando faltar nada pra ela”(MN 5)

Sub-modelo 2B

Os sujeitos que aplicaram esse sub-modelo também relataram sentimentos auto referenciados, relacionados a uma auto imagem negativa, porém, consideraram como elemento relevante do conflito, a intenção frustrada da protagonista da história em não conseguir alcançar os objetivos e padrões

interiores que estabeleceu para si, bem como os prejuízos sofridos por ela. Surgem aqui, sentimentos de tristeza e frustração e os prejuízos concretos que tiveram em virtude das intenções que não poderiam realizar.

Vejamos alguns exemplos desse modelo nas respostas abaixo:

“Me sentiria frustrada por saber que além de não poder me realizar profissionalmente, perdi a melhor parte de minha vida” (FP 4)

“Péssima, triste,frustrada e submissa por não poder realizar meu sonho. Minha vida ficaria um eterno vazio” (FN 27)

“Triste e frustrada por não poder voltar a estudar e não ter o apoio de meu marido. Não poderia evoluir nem pessoalmente, nem profissionalmente” (FN13)

Modelo 3

Nesse modelo, reunimos as respostas dos sujeitos que trouxeram em comum, o relato de sentimentos referenciados nas relações com o outro (*other-regarding.*), tais como raiva, mágoa, ódio e ciúmes. Aparentemente, o elemento abstraído como mais significativo no conflito por esses sujeitos foi a impossibilidade de manutenção ou alcance dos objetivos pessoais, o que gerou a projeção de sentimentos negativos em relação ao outro .Em consequência disso, muitos sujeitos se referiram à percepção de terem sido preteridos e traídos.Foram evocados sentimentos de ciúmes e raiva, dirigidos à protagonista feminina, e sentimentos de ódio e raiva dirigidos ao marido

Seguem alguns exemplos desse modelo

“A princípio ficaria com ciúmes por ela dividir a atenção dela com outras coisas e pessoas” (MN 8)

“Me sentiria traído por ela, como se só eu e os filhos não bastassem para ela estar feliz”(MN 10)

“Com raiva da Dirce por deixar nosso casamento em segundo plano”(MN 12)

“Sentiria muita raiva e ódio de meu marido por ele ser tão egoísta ”(FN 23)

“Muita raiva por ter feito tanto por ele e ele não reconhecer e ainda por cima me humilhar” (FN 5)

Modelo 4

Agrupamos nesse modelo as respostas dos sujeitos, cujo princípio fundamental foi o da observação dos princípios éticos envolvidos na situação, tais como o direito e justiça, implicando a defesa dos interesses da figura feminina e o relato de sentimentos relacionados a esses princípios. É um modelo mais elaborado, uma vez que está apoiado em princípios de igualdade e equidade. Embora os elementos considerados como relevantes sejam os mesmos, encontramos nas respostas algumas diferenças quanto aos significados e implicações deles derivados, o que nos levou a dividir esse modelo em 2 sub-modelos:

Sub-modelo 4 A

Nesse sub-modelo encontramos as respostas dos sujeitos que abstraíram como elemento significativo a desvalorização do direito da esposa de buscar sua realização. A atitude do cônjuge, percebida como injusta e desigual, implicou sentimentos de indignação e revolta. Como consequência disso, muitos sujeitos se referiram a percepção de terem sido injustiçados, de se sentirem atingidos em sua dignidade. Foram evocados sentimentos de revolta, mágoa e injustiça, dirigidas ao protagonista masculino, autor da injustiça e desrespeito. Seguem alguns exemplos desse modelo:

“Me sentiria revoltada pelo comportamento dele em duvidar da minha competência e honestidade” (FP 15)

“Me sentiria injustiçada por não ter direito a realização profissional só por ser mulher” (FP 18)

“Muito magoada e agredida no íntimo, com a dignidade ferida” (FP 23)

“Se estivesse no lugar de Dirce me sentiria como ela, infeliz e injustiçada” (MP 11)

“Me sentiria muito mal, oprimida em viver com essa injustiça ” (MP 5)

Sub-modelo 4B

Os sujeitos que aplicaram esse sub-modelo adotaram a defesa dos interesses da figura feminina como perspectiva de análise da situação e apresentaram em comum a percepção dos princípios éticos, como a solidariedade envolvida na situação.

Os sujeitos que aplicaram esse modelo abstraíram como dado relevante do conflito o direito da esposa de buscar seu crescimento pessoal, interpretando-o como algo positivo, o que implicaria a melhoria das relações familiares ou de suas condições materiais.

Dessa forma, foram relatados sentimentos positivos como, por exemplo, satisfação e orgulho, advindos da possibilidade de uma ação pautada em princípios éticos de respeito e solidariedade à iniciativa da mulher.

Vejamos alguns exemplos desse modelo nas respostas

“Me sentiria satisfeito em poder ajudar minha mulher a sentir-se mais realizada profissionalmente”(MP 5)

“Tranquilo , pois saberia que minha família ficaria mais feliz”(MP 3)

“Orgulho, por minha esposa buscar novos desafios e querer me ajuda a melhorar nossas condições de vida, para dar um futuro melhor para nossos filhos”(MP 2)

“Ficaria feliz em perceber que tenho uma mulher de boa vontade que se preocupa em crescer e ajudar o marido”(MP 10)

B- Apresentação parcial dos resultados relativos à questão 2

Apresentamos a seguir, as tabelas que sintetizam a distribuição das respostas dos sujeitos participantes da pesquisa em relação aos modelos organizadores do pensamento aplicados, anteriormente descritos, por gênero e por estado afetivo, em resposta à **questão 2 : O que você sentiria se estivesse na situação apresentada?**

Tabela 4. Distribuição dos modelos por gênero – Questão 2

Modelo Org. Gênero	Modelo 1	Modelo 2			Modelo 3	Modelo 4			total
		2 A	2B	total		4A	4B	total	
Feminino	4	19	13	32	9	15	0	15	60
Masculino	12	11	1	12	24	3	9	12	60
Total	16	30	14	44	33	18	9	27	120

Tabela 5. Distribuição dos modelos por estados afetivos – Questão 2

Modelo Org. Estado Afetivo	Modelo 1	Modelo 2			Modelo 3	Modelo 4			total
		2 A	2B	total		4A	4B	total	
Positivo	4	19	13	32	8	11	6	17	60
Negativo	12	11	1	12	25	7	3	19	60
Total	16	30	14	44	33	18	9	27	120

Modelo 1 – Sentimentos relacionados à situação: Perspectiva neutra - foco na impossibilidade de resolução do conflito

Modelo 2 – Sentimentos auto referenciados

2A : Sentimentos relacionados ao auto conceito negativo

2B: Sentimentos relacionados à frustração dos objetivos

Modelo 3 – Sentimentos referenciados na relação com o outro

Modelo 4 : Sentimentos relacionados aos princípios éticos

4 A: desvalorização do compromisso com os direitos- injustiça

4B: solidariedade e cooperação

Apresentamos também, a tabela de distribuição geral das respostas dos sujeitos participantes da pesquisa, em relação aos diversos modelos aplicados

para a resolução da questão 2, evidenciando o gênero dos sujeitos e estados afetivos prévios em que se encontravam ao resolver o conflito proposto:

Tabela 6: Distribuição Geral dos Modelos aplicados pelos sujeitos

GÊNERO	ESTADO AFETIVO	MODELO 1	MODELO 2			MODELO 3	MODELO 4			Total
			2 A	2 B	total		4A	4B	Total	
FEMININO	POSITIVO	4	11	7	18	0	9	0	9	30
	NEGATIVO	0	8	6	14	9	6	0	6	30
MASCULINO	POSITIVO	7	5	1	6	8	3	6	9	30
	NEGATIVO	5	6	0	6	16	0	3	3	30
Total por Sub-modelo			30	14	44	33	18	9		
TOTAL		16	44				27		27	120

1.3. Modelos Organizadores obtidos na Questão 3: O que você faria se estivesse na situação apresentada?

Essa questão teve como objetivo identificar as representações que homens e mulheres pesquisados tinham da situação de agressão de gênero, descrita no conflito hipotético. Ao propor que se imaginassem na situação e explicassem o que fariam se estivessem vivenciando aquele conflito, pretendíamos levantar as possibilidades de reação e as estratégias apresentadas pelos sujeitos para solucioná-lo

Ao realizarmos a análise das respostas, pudemos detectar cinco modelos organizadores que passamos a descrever:

A. Modelos aplicados:

Modelo 1

Ao se colocarem no conflito, explicando o que fariam se estivessem na situação proposta, os sujeitos que aplicaram esse modelo organizaram suas idéias tendo como foco principal a idéia de que, a aceitação da atitude do marido pela esposa e a adoção de uma atitude de passividade e submissão frente ao conflito implicando o abandono dos sonhos, seria a melhor forma de resolver o problema. Dividimos esse modelo em dois sub-modelos, conforme os dados que os sujeitos selecionaram como relevantes na situação e as implicações que estabeleceram, que, apresentaremos a seguir:

Sub- Modelo 1A

Nesse modelo encontramos as respostas dos sujeitos que abstraíram como elemento significativo da situação, a necessidade de evitar o conflito para o bem estar da família, interpretando que, para tal, a figura feminina deveria ter uma postura de submissão aos limites impostos e passividade frente às

circunstâncias apresentadas, o que implicaria sacrificar seus desejos de retomar os estudos.

Vejamos alguns exemplos de respostas que aplicaram esse sub-modelo:

-“A minha vontade com certeza seria realizar meu sonho, porém não sei se teria coragem para brigar com o marido se ele não me apoiasse. Talvez até me acomodaria e continuaria na mesma situação para evitar confronto” (FP 2)

“Não faria algo que ele não aprovasse para depois ter que agüentar aquele clima de briga dentro de casa”.(FP 3)

Sub-Modelo 1B

Embora os sujeitos que aplicaram esse modelo, ao responderem o que fariam a respeito do conflito, também acreditem que a protagonista deveria desistir de voltar a estudar e realizar seus objetivos, agrupamos aqui as respostas que adotaram uma perspectiva de defesa dos interesses masculinos. Estes sujeitos abstraíram como elemento significativo a possibilidade de proibição da realização do desejo da mulher pela autoridade masculina, interpretando que o homem tem poder para determinar o que a mulher pode ou não fazer, o que implicaria sua obediência e submissão, em detrimento de seus desejos . Vamos citar algumas respostas, que podem ilustrar esse sub-modelo:

“Não permitiria a volta dela aos estudos, pois isso não seria bom para nossa família”(MN 15)

“Não concordaria com o que ela quer por causa das crianças que teriam que ficar com estranhos; o lugar da mãe é com os filhos” (MP 22)

“Mostraria para ela que ela não precisa disso para se sentir valorizada, que ela é importante dentro de casa, com os filhos e lá ela já tem muito o que fazer” (MP 28)

“Acho que eu não cederia. A Dirce deve ficar em casa”(MN 9)

Modelo 2

Nesse modelo encontramos as respostas dos sujeitos que perceberam como elemento relevante na situação apresentada, a necessidade de solução do

conflito, entendida como essencial para o bem estar da família, o que implica a necessidade da utilização da conversa, da argumentação, do convencimento dos cônjuges das necessidades e ponto de vista de cada um pelo diálogo, para chegar a uma solução conciliatória, que beneficie a todos. Seguem alguns exemplos:

“Eu insistiria e conversaria muito com ele para mostrar a importância de eu contribuir com a casa de outra forma, para melhorar nossa qualidade de vida, até convencê-lo a me apoiar”(FP 5)

“Conversaria com o Renato sobre a melhor forma de fazer as coisas , buscando com ele uma forma de organizar a vida, sem prejudicar a rotina da casa e dos filhos” (FP 6)

“Tentaria dialogar para juntos arranjar uma solução”(MP 12)

“Sempre conversar de maneira calma para que os dois lados possam chegar a um acordo para que ela pudesse estudar e eu pudesse ter minha casa e meus filhos bem” (MP 13)

Modelo 3

Nesse modelo encontramos as respostas dos sujeitos que perceberam como elemento relevante para a interpretação da situação apresentada, a agressão do marido à esposa, julgando-a inadmissível e inadequada, implicando a não aceitação passiva da situação e no enfrentamento direto da agressão recebida .

Exemplos de respostas:

“Rodava a baiana com ele na hora do empurrão e o enfrentaria. Não deixaria ele me agredir fisicamente ou verbalmente...” (FN 17)

“Acho que sou meio esquentada também e é bem provável que eu revidaria o empurrão para me defender e depois iria prá delegacia da mulher registrar BO”(FN 30)

Modelo 4

Os sujeitos que aplicaram esse modelo ao responderem o que fariam a respeito do conflito, organizaram seus argumentos em torno da defesa dos interesses da figura feminina, selecionando como elemento relevante para a solução da situação, a possibilidade de realização dos objetivos da esposa, entendidos como algo positivo, o que implica esforços e cooperação para a realização dos mesmos. São exemplos de respostas:

“Eu iria incentivar a iniciativa dela e procurar participar mais da educação dos filhos para que ela pudesse se dedicar aos estudos”(MP 2)

“Deixaria a Dirce estudar e até ajudaria financeiramente se fosse em universidade particular”(MP 3)

“Ela poderia voltar a estudar e tentariamos achar um jeito de nos adaptar” (MP 5)

“Buscaria realizar meu sonho mesmo , pois o que almejo alcançar pode contribuir para uma melhor qualidade de vida para ambos” (FP 1)

“Enfrentaria o desafio e procuraria um jeito de meu marido me ajudar. iria investir na minha vida profissional” (FP 8)

Modelo 5

Consideramos, nesse modelo, as respostas dos sujeitos sobre o que fariam se estivessem na situação de conflito, que analisaram a situação, focando sua percepção na qualidade da relação do casal, à qual atribuíram uma situação de desigualdade. Dessa forma, os sujeitos que aplicaram esse modelo abstraíram como elemento relevante do conflito, a relação desigual vivido pelos cônjuges, que implica a ruptura do relacionamento para que a protagonista possa alcançar seus objetivos. Embora as respostas dadas a essa questão, de modo geral, impliquem a realização dos propósitos e objetivos da protagonista, ao analisarmos detalhadamente os protocolos, percebemos algumas variações quanto aos dados abstraídos como significativos na aplicação deste modelo, o que nos levou a dividir esse modelo em dois sub-modelos, que apresentaremos a seguir:

Sub-modelo 5 A

Os sujeitos que utilizaram esse modelo focaram sua atenção na falta de respeito e consideração que caracteriza a relação, significando-a como inadequada, o que implica a ruptura e separação do casal para solução do conflito e realização dos propósitos da mulher .

Alguns exemplos de respostas que podem ilustrar:

“Deixaria esse casamento onde não sou compreendida e valorizada e , buscaria o apoio de minha família e minha independência” (FN 11)

“Tomaria uma atitude radical pois esse casamento está falido: além de me desrespeitar como mulher, me desrespeitou como ser humano, me tratando como um ser sem direitos.” (FN 12)

“Persistiria com meus objetivos e caso ele não aceitasse ou não compreendesse que aquilo era importante para mim , me separaria dele”(FN 3)

“Não abriria mão de meus sonhos. Se ele não fosse capaz de compreender não seria a pessoa certa para mim e eu acabaria com nossa relação. (FN 8)

Sub-modelo 5 B

Nesse sub-modelo, os sujeitos também focaram sua atenção na qualidade da relação, porém introduzem um novo elemento relevante para a compreensão da situação: a identificação da violência do marido, entendida como inadmissível e como sinal de desamor, o que conseqüentemente implicaria a ruptura do relacionamento .

“Analisaria que o melhor para meu futuro seria uma vida profissional realizada e não um marido machista que não me ama nem respeita e no auge de uma discussão parte para a agressão quando não tem mais argumentos” (FN 21)

“ Me separaria e reconstruiria minha vida, afinal a agressão física não justifica nenhum amor; ao contrário mostra perda de respeito e amor (FN 23)

“Daria um pontapé no Renato e recomeçaria minha vida, pois depois de me agredir não merece mais meu amor ”(FN 27)

B. Apresentação parcial dos resultados relativos à questão 3

Apresentamos a seguir, as tabelas que sintetizam a distribuição das respostas dos sujeitos participantes da pesquisa em relação aos modelos organizadores do pensamento aplicados, anteriormente descritos, por gênero e por estado afetivo, em resposta à **questão 3 : O que você faria se estivesse na situação apresentada?**

Tabela 7. Distribuição dos modelos por gênero – Questão 3

Modelos Gênero	Modelo 1			Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5			Total
	1A	1B	total				5A	5B	total	
FEMININO	2	0	2	18	2	15	19	4	23	30
MASCULINO	0	21	21	24	0	13	2	0	2	30
Total	2	21	22	42	2	28	21	4	25	60

Tabela 8. Distribuição dos modelos por estado afetivo – Questão 3

Modelos Estado Afetivo	Modelo 1			Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5			Total
	1A	1B	total				5A	5B	total	
POSITIVO	2	7	9	27	0	19	5	0	5	30
NEGATIVO	0	14	14	15	2	9	16	4	20	30
Total	2	21	22	42	2	28	21	4	25	60

Modelo 1 – Aceitação da situação e passividade da figura feminina

1A - Submissão para evitar conflito garantindo o bem estar da família

1B- Submissão à proibição imposta pela autoridade masculina

Modelo 2 – Necessidade de resolução do conflito pelo diálogo e consenso

Modelo 3 – Enfrentamento direto da situação de agressão

Modelo 4 – Defesa dos interesses da figura feminina

Modelo 5 – Separação do casal

5 A : Separação do casal

5 B: Separação do casal-identificação da violência

Apresentamos também, a tabela de distribuição geral das respostas dos sujeitos participantes da pesquisa em relação aos diversos modelos aplicados para a resolução da questão 3, evidenciando o gênero dos sujeitos e estados afetivos prévios em que se encontravam ao resolver o conflito proposto.

Tabela 9: Distribuição geral dos modelos obtidos

Gênero	Estado Afetivo	Modelo 1			Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5			Total
		1A	1B	total				5A	5B	total	
FEMININO	POSITIVO	2	0	2	12	0	11	5	0	5	30
	NEGATIVO	0	0	0	6	2	4	14	4	18	30
MASCULINO	POSITIVO	0	7	7	15	0	8	0	0	0	30
	NEGATIVO	0	14	14	9	0	5	2	0	2	30
Total por sub-modelo		2	21	22	42	2	28	21	4	25	
Total		22						50			120

2. APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS DE MODELOS ORGANIZADORES DO PENSAMENTO APLICADOS

Com o objetivo de possibilitar nossas investigações a respeito das relações que poderiam ser observadas entre os modelos construídos a partir das representações de gênero e sob a influência da dimensão afetiva, acreditamos que o trabalho com categorias de modelos, também presentes nas pesquisas de Arantes (2000), Martins (2003), Lemos de Souza (2003) e Pupo (2007), nos ofereceria elementos que possibilitariam essas discussões.

Assim sendo, realizada a extração e descrição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos ao responderem a cada uma das questões de nosso conflito, organizamos os modelos encontrados, conforme os eixos e princípios privilegiados em seus conteúdos e implicações, que foram considerados como significativos em suas representações sobre a situação em questão. A partir desse exercício de organização, pudemos detectar duas grandes categorias de princípios presentes nos modelos aplicados por nossos sujeitos, que discutiremos a seguir.

Chamamos de “A”, a categoria que englobou os modelos em cujos raciocínios pudemos perceber uma preocupação com a dimensão ética e moral, presentes no conflito apresentado, caracterizada pela percepção da situação de desigualdade entre os protagonistas como inadmissível ou pela existência de uma preocupação com a defesa dos princípios de justiça e igualdade. Pensamos ainda, que os modelos incluídos nessa categoria, interpretaram a situação a partir de uma perspectiva articulada, que considerou o ponto de vista e bem-estar de todas as pessoas envolvidas na situação.

Na questão 1, incluímos nesta categoria os seguintes modelos: o modelo 3, que se articulou em torno da defesa do diálogo para se chegar a uma solução que buscasse o benefício de todos; o modelo 4, que considerou relevante a conduta inadequada do marido, percebida como injusta e inadmissível; o modelo 5, que abstraiu a relação de desigualdade vivida pelo casal como sinal de

desamor e o modelo 6, que se articulou em torno do apoio e defesa dos interesses da protagonista .

Na questão 2, consideramos que o modelo 1, que abstraiu o conflito como algo negativo, que impede o bem estar da família, evocando sentimentos negativos , e o modelo 4, organizado em torno de sentimentos éticos de justiça e solidariedade, poderiam fazer parte desta categoria

Incluímos também na categoria A, mais dois modelos aplicados nas respostas à terceira questão que se articularam em torno dos princípios éticos : o modelo 2, que defende a utilização do diálogo entre as partes envolvidas para uma solução conciliatória, e o modelo 4, que defende o apoio à realização dos objetivos da protagonista.

Na segunda categoria, que chamamos de “B”, reunimos os modelos que se articularam em torno de preocupações não-éticas, seja implicitamente, demonstrando tolerância à situação de desigualdade, seja explicitamente, defendendo a manutenção da desigualdade, ou buscando a solução da situação de forma favorável para um dos protagonistas, em detrimento do bem-estar do outro. Sugerimos que os modelos desta categoria consideram a situação a partir de uma perspectiva individualista, buscando soluções que possibilitassem o alcance dos objetivos pessoais de uma das partes, de forma nem sempre comprometida com a ética.

Na questão 1, consideramos como fazendo parte desta categoria os seguintes modelos: o modelo 1, que se organizou em torno da aceitação da desigualdade e manutenção da submissão da figura feminina e, o modelo 2, que se organizou em torno da crítica da conduta da mulher em buscar sua realização, considerada inadequada e inadmissível.

Na questão 2, também podemos encontrar nos modelos 2 e 3 os princípios presentes nesta categoria: o modelo 2, evocou sentimentos self-regarding , relacionados a auto-imagem negativa, em função da frustração, enquanto que, o modelo 3, se articulou em torno de sentimentos negativos, direcionados ao outro, em função da impossibilidade de realização de seus objetivos pessoais.

Para finalizar, encontramos ainda entre os modelos aplicados nas respostas à terceira questão, mais três modelos que se articularam em torno dos

princípios considerados na categoria B: o modelo 1, que defende a aceitação da situação de desigualdade e submissão da figura feminina, o modelo 3, que propõe o enfrentamento direto da situação e o revide da agressão e, o modelo 5, que propõe a separação do casal, como forma de resolver o conflito.

O quadro abaixo permite uma melhor visualização das categorias de modelos encontradas nas respostas a cada questão;

	CATEGORIA A	CATEGORIA B
Questão 1	Modelo 3 (Necessidade de resolução do conflito pelo diálogo, para bem de todos) Modelo 4 (Críticas à conduta do marido) Modelo 5 (Necessidade de rever a qualidade do relacionamento) Modelo 6 (Necessidade de defesa dos interesses da figura feminina)	Modelo 1 (Necessidade de aceitação, passividade, submissão da figura feminina) Modelo 2 (Críticas à conduta da esposa)
Questão 2	Modelo 1 (Sentimentos negativos relacionados à situação de conflito) Modelo 4 (Sentimentos relacionados aos princípios éticos)	Modelo 2 (Sentimentos auto referenciados relacionados ao auto conceito negativo) Modelo 3 (Sentimentos referenciados na relação com o outro)
Questão 3	Modelo 2 (Necessidade de resolução do conflito pelo diálogo e consenso) Modelo 4 (Defesa e apoio dos interesses da figura feminina)	Modelo 1 (Aceitação da situação e submissão da figura feminina) Modelo 3 (Enfrentamento direto da situação de agressão) Modelo 5 (Separação do casal para realização dos objetivos)

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

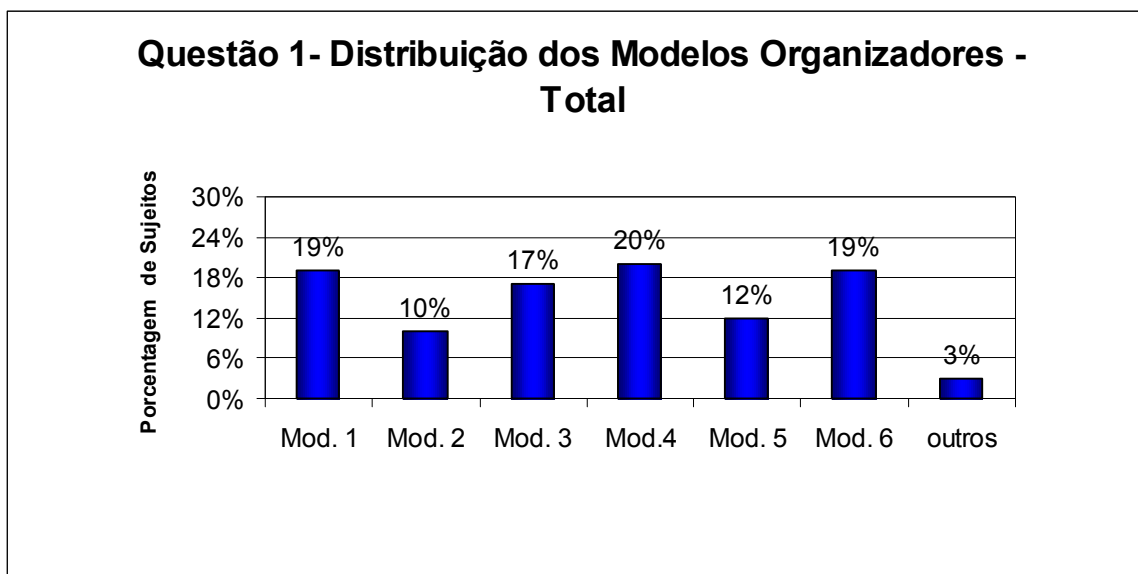
A partir da análise dos Modelos Organizadores do Pensamento extraídos das respostas dos sujeitos às questões, discutiremos, nas páginas seguintes, os resultados de nossa pesquisa, apresentando a distribuição e frequência dos modelos organizadores do pensamento aplicados em cada uma das questões do conflito hipotético, debatendo-os utilizando como subsídios, alguns dos suportes teóricos que deram base a esta investigação.

De modo a facilitar a leitura e visualização dos resultados optamos por apresentá-los utilizando gráficos de barra com a distribuição da porcentagem de sujeitos que aplicaram cada um dos modelos descritos nas diferentes questões e, na sequência apresentaremos também gráficos sob a clivagem de gênero e dos estados emocionais anteriores, que serão também objeto de discussão.

2.1. Apresentação dos resultados relativos à questão 1

O gráfico a seguir (gráfico1) permite a visualização da distribuição geral dos modelos organizadores de pensamento aplicados pelo grupo total dos sujeitos da amostra nas respostas à questão 1: **O que você pensaria se estivesse na situação apresentada?**

Gráfico 1 –Distribuição dos modelos organizadores aplicados na questão 1



Modelo 1 – Necessidade de aceitação, passividade, submissão da figura feminina

Modelo 2 - Críticas à conduta da esposa

Modelo 3 – Necessidade de resolução do conflito pelo diálogo, para bem de todos

Modelo 4- Críticas à conduta do marido

Modelo 5 – Necessidade de rever a qualidade do relacionamento

Modelo 6 – Necessidade de defesa dos interesses da figura feminina

Outros – respostas incompletas, das quais não foi possível a extração de modelos

Ao analisarmos a distribuição dos modelos organizadores aplicados nas respostas oferecidas pelo conjunto geral de sujeitos da amostra, pudemos constatar que, ao responderem o que pensariam se estivessem na situação apresentada, as respostas se articularam em torno de seis modelos organizadores básicos.

Percebemos uma tendência bastante equilibrada na aplicação dos diferentes modelos, principalmente entre os modelos 1, 4 e 6, que apresentaram uma variação pouco significativa em sua distribuição.

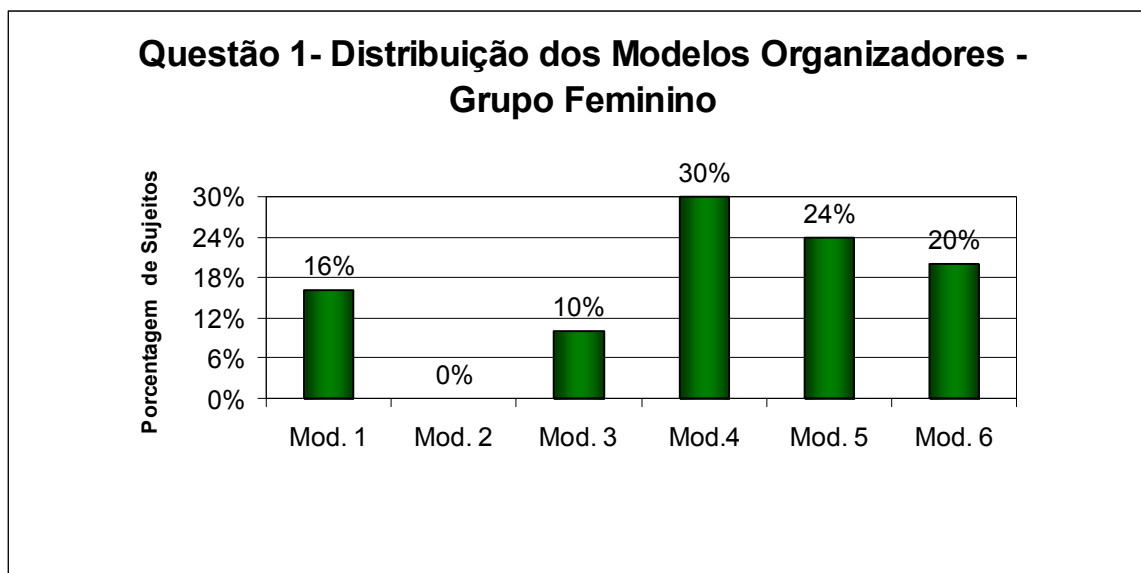
Porém, realizando nesses dados um recorte de gênero, pudemos observar variações interessantes na distribuição dos modelos aplicados pelos sujeitos dos diferentes sexos.

O gráfico abaixo (gráfico 2), nos oferece a distribuição dos modelos aplicados pelos sujeitos do sexo feminino.

Através de sua leitura atenta, pudemos observar que, ao organizar seu raciocínio sobre o que pensariam se estivessem na situação apresentada, um razoável número de mulheres participantes desse estudo (30%), utilizou o modelo

4, evidenciando uma leve tendência do grupo feminino a abstrair como elemento significativo do conflito a inadequação da conduta do personagem do sexo masculino, que foi amplamente criticada pelo fato de ser injusta, egoísta e não considerar a necessidade de crescimento e realização profissional da esposa.

Gráfico 2-Distribuição de modelos organizadores aplicados pelo grupo feminino à questão 1



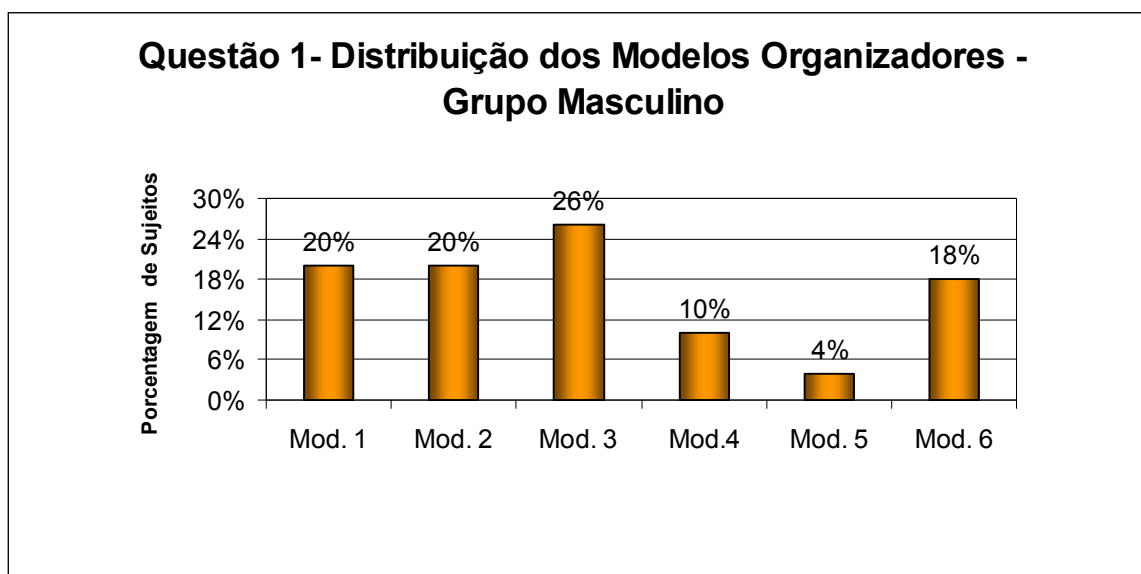
Notamos também que outro modelo aplicado por esse grupo com uma frequência razoável foi o modelo 5 (24%), que interpretou o conflito tomando como foco a qualidade dos sentimentos presentes na relação do casal, considerando mais especificamente a percepção do desinteresse do companheiro pelas necessidades da esposa e sua ausência de apoio, que evidenciaram seu desamor e um relacionamento desigual entre eles.

A aplicação desse modelo pelas mulheres pode encontrar respaldo nos estudos acerca das diferenças na experiência emocional de homens e mulheres, revistos por Brody e Hall(1993), que indicam que as mulheres, mais do que os homens, conseguem perceber e interpretar os sentimentos alheios relacionados às relações inter-pessoais. Este fato decorre do menor status social e poder da mulher e relaciona-se com as funções que deve desempenhar em nossa cultura que incluem por exemplo, o cuidado dos filhos, que lhes exige ser capaz de interpretar os sentimentos dos outros e de ser responsável pelo seu bem estar emocional .

Além disso, segundo Krech (1973), o núcleo de sentimento de amor parece ser o sentimento de ser atraído para o outro e o de desejar ser atraído. Porém, a experiência emocional do amor e sua intensidade, estão diretamente vinculadas aos aspectos sociais, ao compromisso com os direitos e deveres envolvidos nas relações com o outro. A sensação de desvalorização pelas pessoas que são importantes na vida, especialmente quando os desejos estão insatisfeitos e os compromissos não são correspondidos, acaba levando o indivíduo à percepção do desamor e à diminuição da auto-estima. Tal sentimento de baixa auto-estima foi relatado com frequência no grupo feminino, conforme discutiremos posteriormente

No gráfico 3 podemos verificar a distribuição dos modelos organizadores de pensamento aplicados pelo grupo masculino.

Gráfico 3-Distribuição de modelos organizadores aplicados pelo grupo masculino à questão 1



Ao analisarmos a distribuição dos modelos aplicados pelos homens que participaram desse estudo, podemos verificar que, cerca de 26% dos sujeitos perceberam como elemento relevante na situação apresentada, a necessidade de solução do conflito através da utilização do diálogo, para chegar a uma solução conciliatória (modelo 3). Porém, se somarmos as frequências de aplicação dos modelos 1 e 2, que adotam como perspectivas para sua interpretação da situação, a manutenção da submissão da esposa à situação, com o abandono de seus planos para evitar o conflito(modelo 1) e, a crítica à

conduta feminina, considerada inadequada pelo fato de buscar uma realização e crescimento fora do ambiente doméstico(modelo 2), verificaremos que um número significativo de sujeitos (40%) trouxe implícito nos modelos aplicados a idéia de submissão da mulher às determinações masculinas, julgando inadequada sua tentativa de busca de realização pessoal, conforme podemos perceber nas respostas abaixo:

“Pensaria que a Dirce deveria se acalmar e desistir disso pois estava errada em querer sair de casa e deixar os filhos em segundo plano” (MN 24)

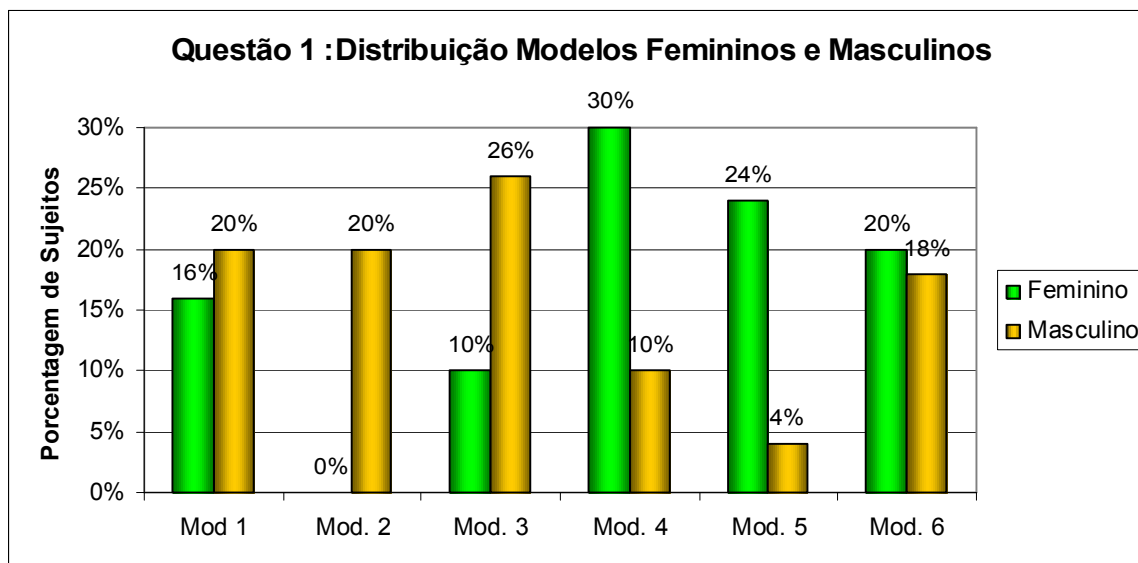
“Acho que pensaria que a Dirce não tinha necessidade de brigar, pois não estava faltando nada para ela. Ela deveria acatar a vontade do marido para manter a família unida” (M N 18)

Tais respostas parecem confirmar a existência de uma representação de um modelo de mulher condizente com aquele que Rago (1985) afirma ter sido construído em nossa cultura ao longo dos tempos, pelo padrão patriarcal europeu, *“simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, que implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual”* (p.65) . Dentro desse modelo, a mulher ideal é aquela que deve deliberadamente esquecer-se de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido.

Algumas respostas obtidas, tais como o exemplo que segue: *“Pensaria que o lugar da mãe é cuidando da casa e dos filhos pequenos, que precisam dela”* (MN 13), também nos indicam estar presente nas representações masculinas, a validação, promovida em nossa cultura, da esfera pública, social e econômica, como um espaço tipicamente masculino, e destinação da mulher à esfera privada, constituída pelo ambiente doméstico-familiar, e desprovido de poder (Arrazola e Rocha ,1996).

Vamos à comparação entre os modelos aplicados pelos homens e mulheres de nossa pesquisa:

Gráfico 4-Comparação dos modelos aplicados por homens e mulheres na questão 1



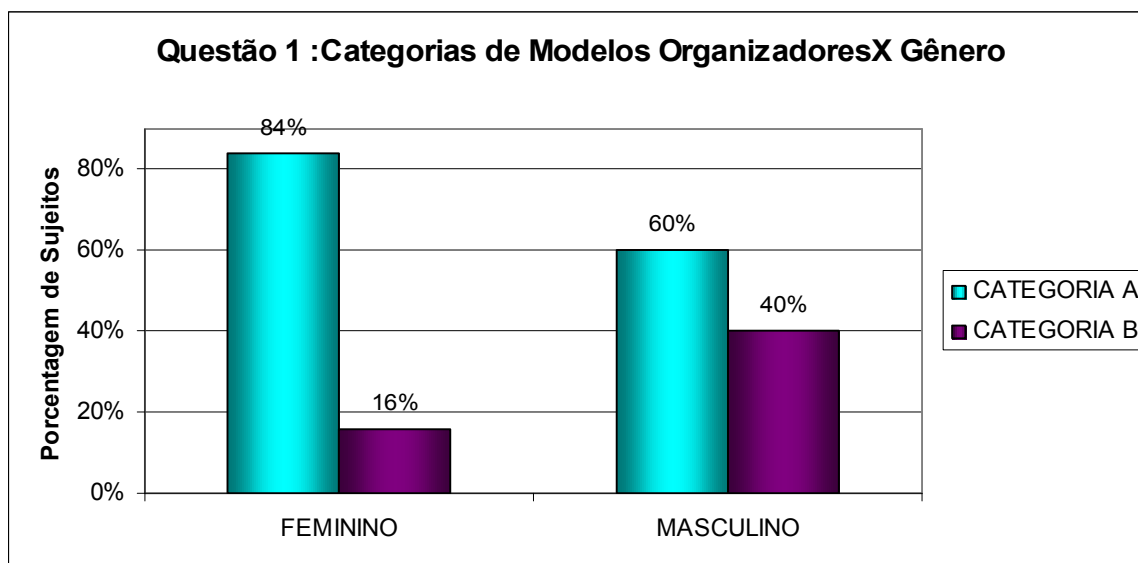
Nesse gráfico comparativo, podemos observar mais claramente as diferenças entre os modelos aplicados pelos diferentes sexos e perceber neles a existência de princípios de igualdade e de desigualdade de gênero, compatíveis com as representações sociais.

Os modelos femininos se articularam basicamente em torno de raciocínios que trouxeram implícita a interpretação da situação retratada no conflito, como desigual e injusta para a protagonista feminina, seja através da crítica ao comportamento egoísta do marido (modelo 4), através da percepção do desamor e da desigualdade na relação (modelo 5) ou ainda através da necessidade de defesa dos interesses da figura feminina (modelo 6). A presença de tais modelos demonstra a existência de uma preocupação com a defesa da igualdade de direitos entre os dois protagonistas.

Os modelos masculinos, por outro lado, se articularam basicamente em torno de raciocínios que preservaram a desigualdade de direito entre os gêneros, seja através da defesa da submissão da esposa (modelo 1), ou pela crítica à conduta feminina, pela busca de realização fora do lar (modelo 2).

Podemos verificar mais claramente essas diferenças entre os tipos de modelos aplicados por homens e mulheres no gráfico 5, que compara a frequência das categorias de modelos, aplicados pelos sujeitos dos diferentes sexos:

Gráfico 5-Comparação das categorias de modelo aplicadas pelos diferentes sexos à questão 1



Os dados comprovam que, entre o grupo feminino foi significativamente mais freqüente a aplicação de modelos da categoria A, que se fundamentaram na defesa de princípios éticos, tais como a justiça e igualdade entre os dois protagonistas, ao passo que, entre os homens, houve uma distribuição mais equilibrada entre modelos das categorias A e B.

Tais resultados podem indicar que, apesar de vários avanços sociais, decorrentes da conscientização proporcionada pelos movimentos feministas em favor de mudanças para maior igualdade de tratamento e oportunidades, nossa sociedade ainda permanece patriarcal, apresentando em seu cotidiano muitas discriminações ligadas ao gênero. As mulheres, por seu menor prestígio e poder social, constantemente são vítimas das discriminações e desigualdades e tendem a perceber mais claramente as injustiças presentes na situação e a se mobilizarem contra ela. Ao contrário, os homens, por interiorizarem os valores da cultura de maior prestígio e poder masculino sobre a mulher, apresentam menor propensão a identificar os direitos femininos e, conseqüentemente, perceber a situação como injusta .

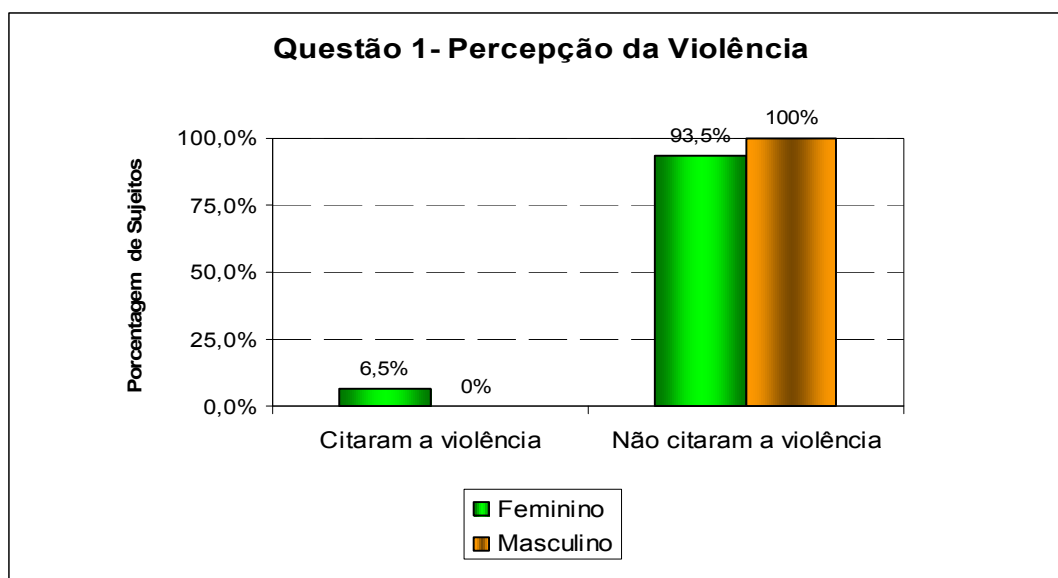
Nesse sentido, ao analisarmos mais especificamente a percepção da violência de gênero presente em nosso conflito hipotético, as respostas dos sujeitos nos indicaram que poucas pessoas perceberam a agressão do marido à esposa como um elemento significativo na situação.

A esse respeito, achamos importante lembrar que o conflito apresentado aos sujeitos da amostra para que se posicionassem em relação ao que pensariam, sentiriam ou fariam se estivessem eles próprios naquela situação, envolvia um episódio explícito de violência de gênero, no qual, durante uma discussão, o marido, após desqualificar a esposa, acaba por empurrá-la, fazendo-a cair.

Contudo, ao analisarmos as respostas oferecidas pelos homens e mulheres que participaram desta investigação à primeira questão, constatamos que a identificação da situação retratada no conflito como sendo uma situação de violência foi inexpressiva: apenas 4 pessoas do sexo feminino, num universo de 120 sujeitos, fizeram referência à violência ou à agressão como algo relevante para a interpretação da situação e, conseqüentemente, para a elaboração do juízo e representação da ação (sub-modelo 4B).

O gráfico abaixo evidencia a freqüência de aplicação de modelos que citam a agressão contra a personagem feminina como um elemento relevante para o juízo da situação.

Gráfico 6 –Distribuição de respostas que mencionam a violência nos grupos feminino e masculino



Como podemos observar, dentro de nossa amostra de pesquisa, apenas 6,5% das participantes do grupo feminino relataram a percepção da agressão do marido à esposa como uma situação de violência e, portanto, inadmissível. Entre os homens, a agressão não foi mencionada por nenhum dos sujeitos, o que nos

oferece fortes indícios da naturalização da violência de gênero em nossa sociedade

Tal constatação mostra-se consistente com os resultados encontrados no trabalho de Pupo (2007) que apontou diferenças significativas nas representações femininas e masculinas em relação ao fenômeno da violência. Podemos tentar interpretar esses resultados de várias formas, conforme segue.

Ao não reconhecerem a situação descrita como violenta, os sujeitos parecem endossar a posição assumida por Michaud (1989) que defende que as formas de violência direta, que envolvem danos visíveis, físicos ou materiais são mais facilmente reconhecidas, ao passo que as manifestações mais sutis, ou as de natureza psíquica ou moral, disfarçadas em práticas educativas ou de cuidado, não são percebidas como tal, apesar de exercerem o mesmo efeito danoso sobre a vontade e auto-estima do indivíduo.

Relacionado a essa perspectiva, a não-identificação da violência pode também relacionar-se ao fato desses sujeitos pertencerem a um segmento social usualmente menos respeitado em seus direitos e mais propensos a vivenciarem ou assistirem situações envolvendo formas mais concretas de injustiça e violência em seu cotidiano, o que poderia, portanto, torná-los mais resignados e tolerantes com as nuances mais sutis da violência, de forma que esses elementos acabariam não constituindo aspectos relevantes para o juízo da situação apresentada.

Por outro lado, também não podemos esquecer da naturalização da violência masculina em relação às mulheres em nossa sociedade, a partir da manutenção de práticas educativas e disciplinadoras, que fazem uso de estratégias mais ou menos sutis para fortalecer uma ideologia do gênero e reforçar as desigualdades das relações. Bourdieu (1999) explica essa questão através do conceito de dominação simbólica:

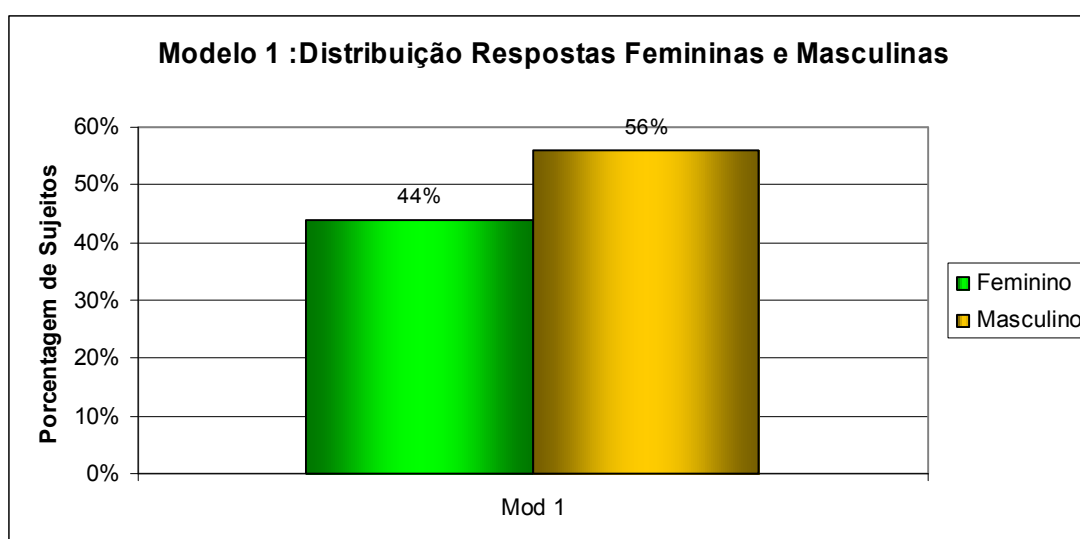
"A violência simbólica institui-se por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominador (logo, à dominação), uma vez que ele não dispõe para pensá-lo ou pensar a si próprio, ou melhor, para pensar sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo senão a forma incorporada da relação de dominação, mostram esta relação como natural; ou, em outros termos, que os esquemas que ele mobiliza para se perceber e se avaliar ou para perceber e avaliar o dominador são o produto da

incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é o produto" (p. 41)

O contexto de opressão em que as mulheres vivem acaba fornecendo-lhes esquemas cognitivos coerentes com esta hierarquia masculina, o que pode explicar o fato de, até mesmo entre as mulheres, poucas delas terem percebido a agressão contra a personagem como algo relevante ou, ainda, o fato de muitas mulheres adotarem uma perspectiva de análise da situação que favorece a defesa dos interesses masculinos em detrimento dos interesses femininos.

Exemplo disso é a presença também entre as representações femininas, da idéia de passividade da mulher e a aceitação da situação de submissão, em função da naturalização social da sua condição, interpretando a atitude do marido como sendo uma atitude comum, e que a resignação e sacrifício são necessários para evitar o conflito e manter um ambiente de harmonia na família, presentes no modelo 1, conforme atesta o gráfico abaixo.

Gráfico 7- Distribuição de respostas masculinas e femininas no modelo 1



Dentre o total dos sujeitos que aplicaram o modelo 1 ao responderem a primeira questão, podemos constatar que quase metade deles foram mulheres.

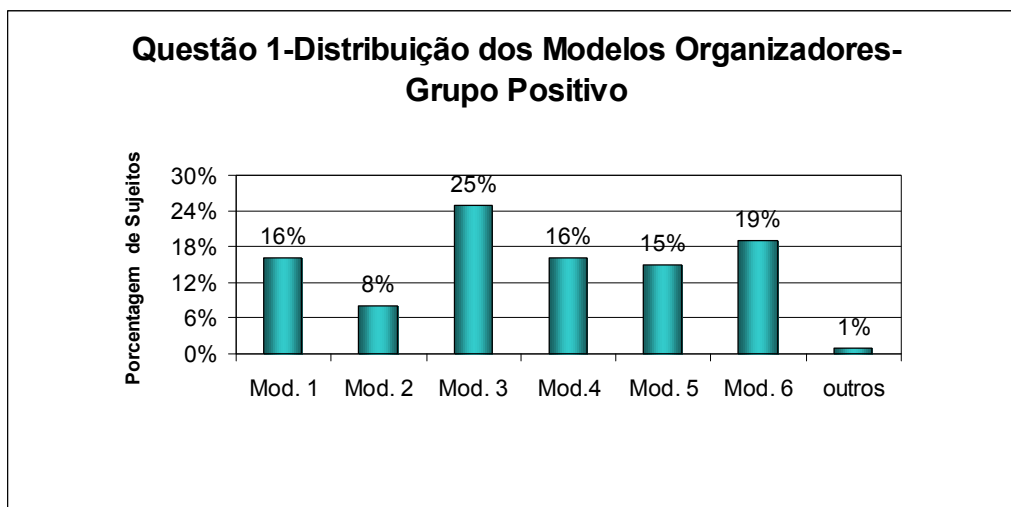
Respostas como o seguinte exemplo : “ *Pensaria que meus filhos estão em primeiro lugar. Se não houver um ambiente bom para eles na casa, acho que seria melhor eu desistir de meus sonhos* “ (FP4) evidenciam também a preocupação com o bem estar da família, o que é consistente com os estudos de Gilligan (1982) a respeito do princípio da ética do cuidado. Tal princípio presente nas

representações femininas leva as mulheres a priorizar as necessidades e o bem estar do outro em suas ações morais. Segundo a autora, a sensibilidade para as necessidades dos outros e a crença de que sejam responsáveis por terceiros leva as mulheres a incluir pontos de vista alheios em seus julgamentos. .

Continuando nossas discussões acerca dos resultados obtidos em nossa investigação, ao realizarmos em nossos dados um recorte a partir dos diferentes estados emocionais prévios, aos quais os sujeitos foram submetidos, poderemos observar variações interessantes na distribuição dos modelos aplicados pelos sujeitos do grupo positivo e do grupo negativo.

O gráfico 8 permite a visualização da distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos, que estavam no grupo que foi induzido a experienciar um estado afetivo positivo, antes da resolução do conflito:

Gráfico 8 –Estado afetivo positivo



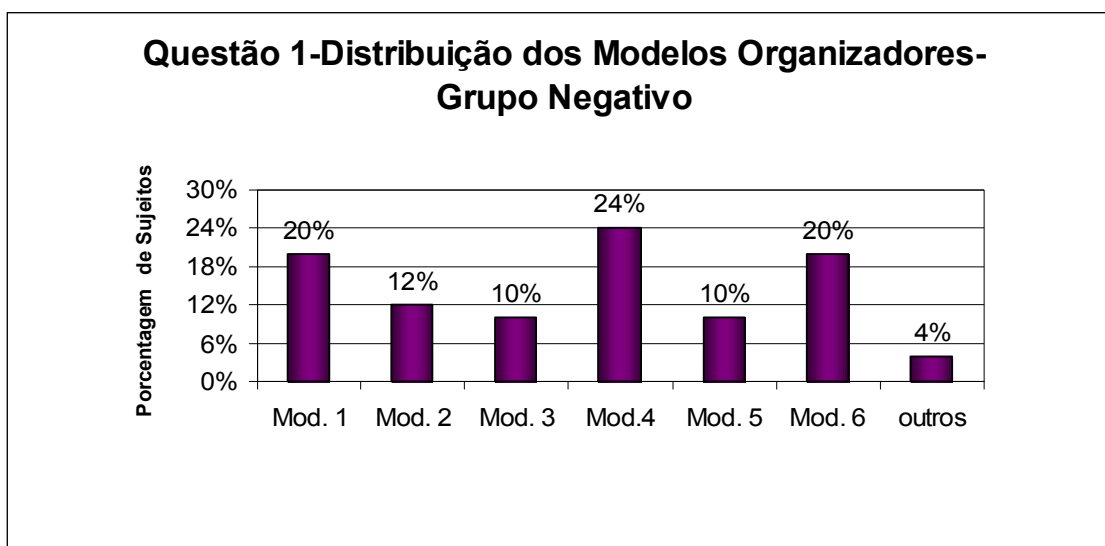
Embora, no grupo positivo, possamos perceber uma distribuição equilibrada entre os modelos organizadores aplicados, verificamos nas respostas desse sujeitos uma leve tendência à utilização de modelos que têm como foco a necessidade de resolução do conflito a partir de soluções mais solidárias, que considerem o ponto de vista do outro, seja através do diálogo e argumentação para uma solução conciliatória (modelo 3), ou pela defesa dos interesses da figura feminina (modelo 6) . Isso pode ser reforçado ainda pelo fato de poucos sujeitos deste grupo terem tecido críticas à conduta da personagem feminina ou

considerarem inadequada sua necessidade de busca de realização pessoal (modelo 2).

No grupo positivo foram encontradas, ainda, respostas articuladas em torno de uma perspectiva que considera a passividade da mulher e a aceitação da situação de submissão como comum, em função da naturalização social da condição da mulher e da violência em nossa sociedade(Modelo 1).

No gráfico 9, podemos visualizar a distribuição dos modelos organizadores do pensamento aplicados pelos sujeitos que estavam no grupo que foi induzido a experimentar um estado afetivo negativo, antes da resolução do conflito :

Gráfico 9- Estado afetivo negativo

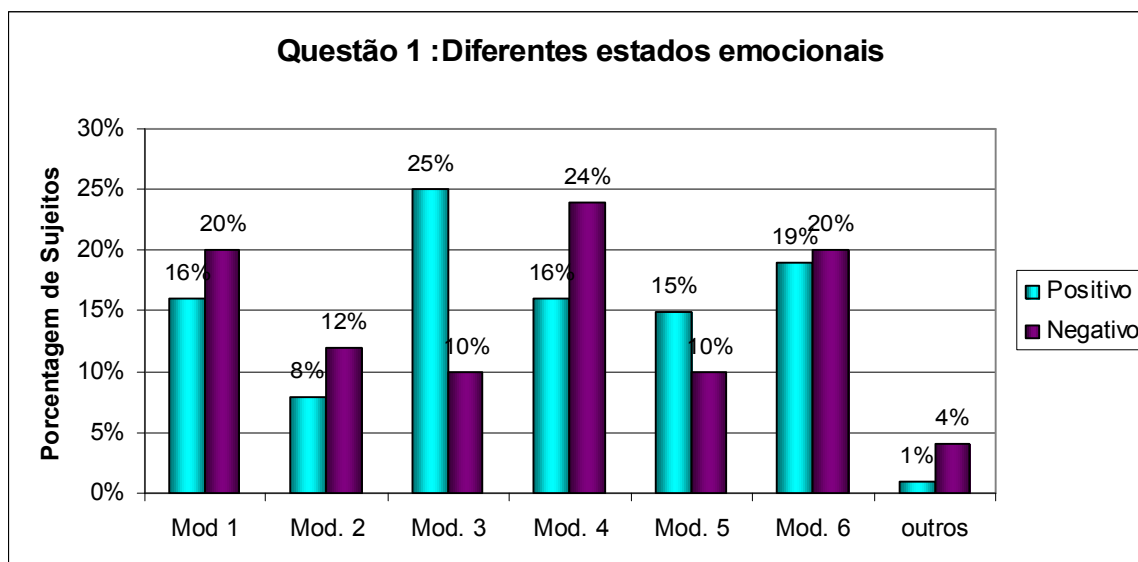


Ao contrário do que observamos no grupo anterior, nas respostas dos sujeitos do grupo negativo, pudemos verificar uma tendência mais forte a aplicar modelos que consideraram o conflito a partir de uma perspectiva mais crítica e que se concentraram mais na recriminação da inadequação da conduta do protagonista masculino (modelo 4). Também foram aplicados modelos que buscaram a solução do conflito de forma menos conciliatória, como por exemplo , pela submissão da esposa (modelo 1).

As respostas indicaram também que a agressão do marido para com a sua esposa foi percebida como um elemento significativo por parte desses sujeitos, o que implicou críticas à atitude de desrespeito

No gráfico comparativo abaixo, podemos observar mais claramente as diferenças entre os modelos aplicados pelos sujeitos nos diferentes estados emocionais :

Gráfico 10: Distribuição de modelos por estados emocionais



Modelo 1 – Necessidade de aceitação, passividade, submissão da figura feminina

Modelo 2 - Críticas à conduta da esposa

Modelo 3 – Necessidade de resolução do conflito pelo diálogo, para bem de todos

Modelo 4- Críticas à conduta do marido

Modelo 5 – Necessidade de rever a qualidade do relacionamento

Modelo 6 – Necessidade de defesa dos interesses da figura feminina

Outros – respostas incompletas, das quais não foi possível a extração de modelos

Entre os sujeitos do grupo positivo foram mais freqüentes respostas que abstraíram como elemento relevante da situação, a necessidade de resolução do conflito de forma a beneficiar a todos os envolvidos, quer através do diálogo para se chegar a uma solução conciliatória (modelo 3), quer pelo apoio e defesa dos interesses da figura feminina (modelo 6) . Ao contrário, nas respostas dos sujeitos que estavam no grupo que foi induzido a experienciar um estado afetivo negativo antes da resolução do conflito, a aplicação do modelo que privilegia a solução pelo diálogo (modelo 3) apareceu com uma freqüência bem menor, indicando menor disposição para negociação, para considerar o ponto de vista do outro

Entre os sujeitos do grupo negativo, pudemos verificar uma tendência mais forte a aplicar modelos que consideraram o conflito a partir de uma perspectiva mais crítica, que se concentraram mais na recriminação da inadequação da conduta dos protagonistas (modelos 2 e 4) , bem como modelos que consideraram a necessidade de solução do conflito a partir de uma perspectiva

mais individualista, de forma menos conciliatória, pela submissão da esposa (modelo 1). Entre os sujeitos do grupo positivo, a porcentagem de aplicação desses modelos foi menor.

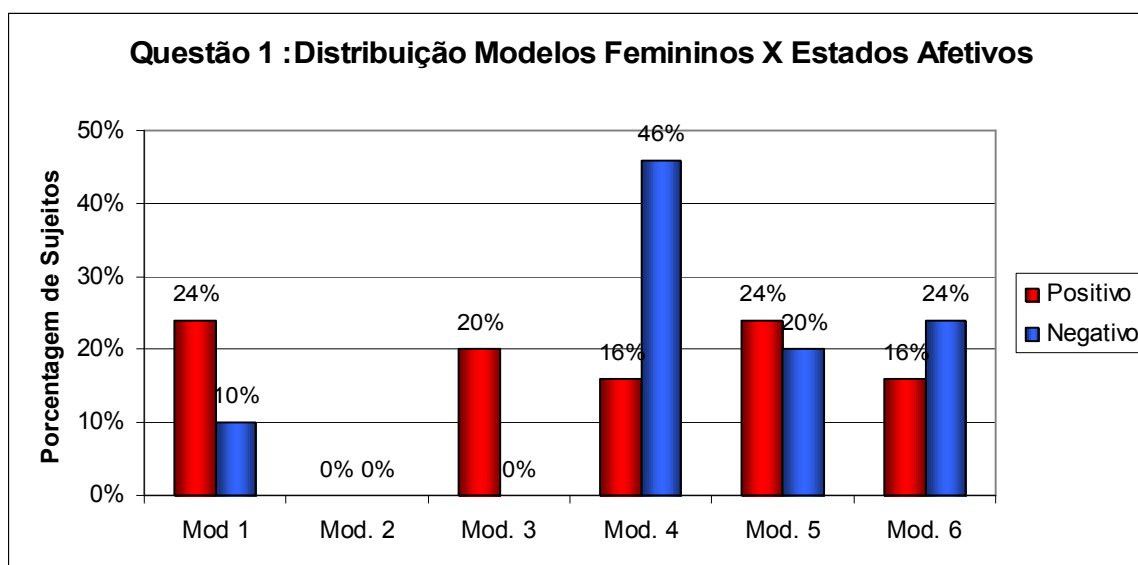
Podemos perceber também nos resultados obtidos em relação à essa questão, que, embora não tenha sido perguntado nada específico sobre o encaminhamento da ação para a solução do problema, quando questionados sobre seus juízos a respeito da situação, parte dos sujeitos organizou seu juízo incluindo possíveis condutas diante do conflito, enquanto outros focaram-se nas críticas dirigidas a um ou outro protagonista. Pudemos perceber que entre os sujeitos do grupo negativo a aplicação de modelos focados em críticas (modelos 2 e 4) foi maior do que entre os do grupo positivo, que, ao contrário, parece ter aplicado mais modelos voltados para uma ação diante do conflito.

Outro dado interessante que merece ser mencionado refere-se ao fato de que entre o grupo negativo, um número pequeno de sujeitos respondeu à questão apresentada, emitindo respostas incoerentes ou incompletas, das quais não foi possível captar a lógica subjacente, impossibilitando a identificação do modelo aplicado.

Este dado indica que a imersão em estados emocionais pode exercer também influência não só na organização do pensamento, mas também na própria disposição e motivação do sujeito em empenhar-se para formular uma resposta coerente.

Ao compararmos a distribuição dos modelos obtidos por gênero e por estados afetivos, pudemos constatar as diferenças nos modelos aplicados, conforme evidenciado no gráfico 11:

gráfico 11 –Distribuição modelos femininos por estados afetivos



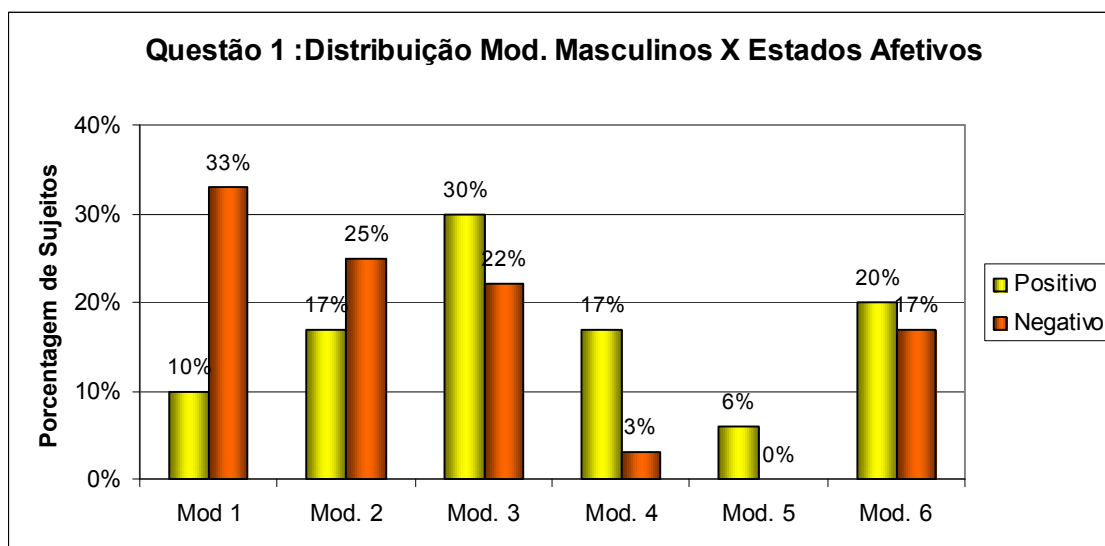
Dentre os modelos organizadores do pensamento aplicados pelas mulheres participantes de nossa amostra de pesquisa, verificamos que as mulheres que vivenciaram um estado afetivo positivo antes de responder ao conflito apresentaram uma distribuição mais equilibrada entre os modelos, demonstrando uma leve tendência a analisar o conflito, a partir de uma perspectiva mais conciliatória, que preservasse sobretudo o bem estar da família. Dessa forma, percebemos a aplicação do modelo 3, que defendia o diálogo para se chegar a uma solução conciliatória, que favorecesse a todos, e do modelo 1, que implicava no sacrifício dos ideais para evitar o conflito e manter um ambiente de harmonia .Notamos também a aplicação do modelo 5 , que teve como foco o relacionamento e a percepção da desvalorização dos sentimentos da esposa no relacionamento pelo companheiro, que levou ao conflito. A agressão não foi percebida como elemento relevante na situação, pelo grupo positivo

Por outro lado, as mulheres que vivenciaram um estado afetivo negativo antes de responder ao conflito,apresentaram forte tendência a observar o conflito a partir de uma perspectiva mais crítica , que abstraiu como elemento significativo a inadequação da conduta do protagonista do sexo oposto, que foi percebida como injusta e amplamente criticada (modelo 4). As respostas indicaram também que a agressão do marido para com a sua esposa foi percebida como um elemento significativo, que implicou a falta de respeito. Nenhuma mulher apontou como relevante a resolução do conflito a partir do diálogo (modelo 3).Houve

também uma tendência a abstrair a necessidade da legitimidade da defesa dos interesses da figura feminina como um aspecto relevante a ser considerado no conflito (modelo 6).

Vejamos a distribuição dos modelos aplicados no grupo de sujeitos masculinos no gráfico 12 .

gráfico 12 –distribuição modelos masculinos por estados afetivos



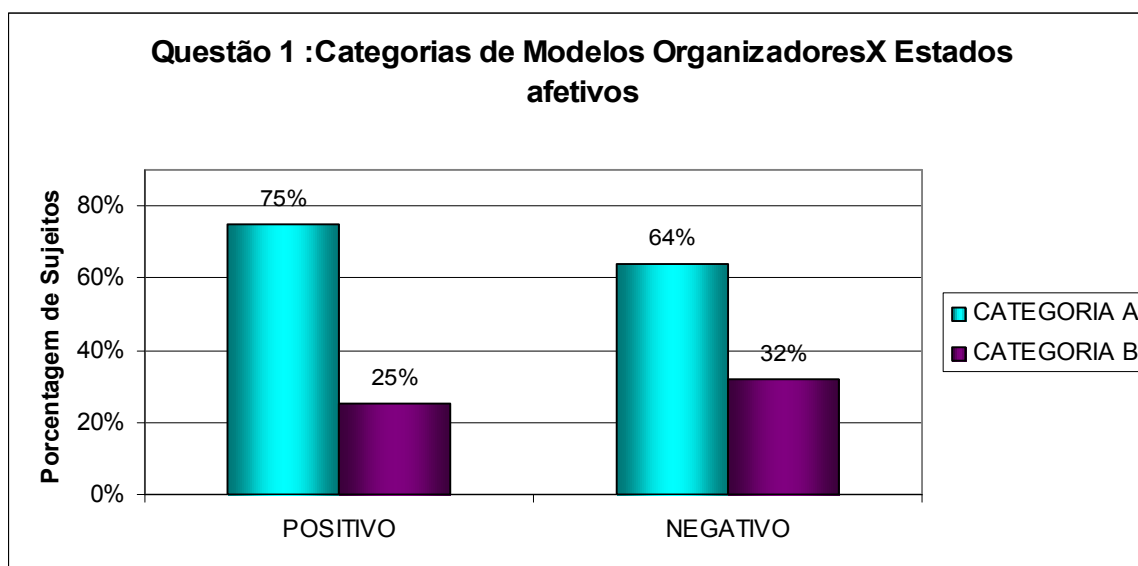
Os homens que vivenciaram um estado afetivo positivo antes de responder ao conflito,apresentaram tendência a observar o conflito, a partir de uma perspectiva de análise mais conciliatória, que extraiu como elementos relevantes da situação, a necessidade de solução do conflito através do diálogo para um acordo mútuo que garantisse a satisfação de todos e o bem estar da família (modelo 3). Embora a agressão não tenha sido percebida como elemento relevante na situação, pareceu haver uma tendência maior à empatia, que levou muitos sujeitos masculinos a elaborarem raciocínios solidários e generosos, que levaram em conta a necessidade de defesa dos interesses da figura feminina (modelo 6). Percebe-se que existe um equilíbrio quanto à crítica da conduta dos personagens: alguns sujeitos criticaram a conduta da personagem feminina (modelo 2), mas com igual freqüência também foram tecidas críticas ao comportamento do protagonista masculino do conflito hipotético (modelo 4), o que evidenciou a disposição dos homens para analisar o conflito a partir da perspectiva feminina.

Por outro lado, os homens que vivenciaram um estado afetivo negativo antes de responder ao conflito,apresentaram tendência a apresentar raciocínios menos solidários e mais egoístas, aplicando com maior freqüência modelos

centrados na necessidade da figura feminina adotar uma postura de submissão aos limites impostos e abandono de seus desejos de retomar os estudos, a fim de evitar o confronto e garantir o bem estar da família (modelo 1), ou na crítica à conduta do protagonista do sexo feminino(modelo2). A agressão não foi mencionada nas respostas dos sujeitos desse grupo.

O próximo gráfico nos permite comparar as categorias de modelos organizadores do pensamento aplicados pelos sujeitos imersos nos diferentes estados afetivos. Nossos resultados indicaram que no grupo positivo a frequência de aplicação de modelos da categoria A, que denotam uma preocupação com princípios éticos foi significativamente maior do que a frequência de aplicação de modelos da categoria B , fundamentados em princípios não éticos(75% X 25%).

Gráfico 13: Comparação de categorias de modelos por estados afetivos

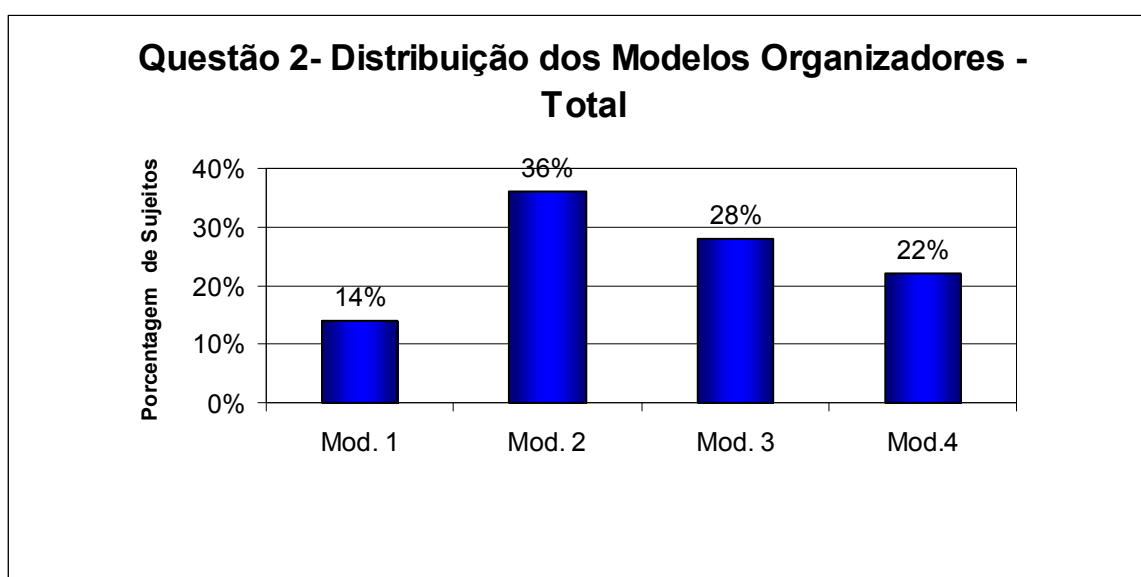


Entre os sujeitos do grupo negativo, embora também prevaleça a aplicação de modelos da categoria A, a diferença na frequência de aplicação de modelos das duas categorias é menor, tendendo para uma aplicação mais equilibrada entre as duas categorias

2.2. Apresentação dos resultados relativos à questão 2

O gráfico 14 permite a visualização da distribuição geral dos modelos organizadores de pensamento aplicados pelo grupo total dos sujeitos da amostra nas respostas à questão 2: **O que você sentiria se estivesse na situação apresentada ?**:

Gráfico 14- Distribuição de modelos organizadores aplicados na questão 2



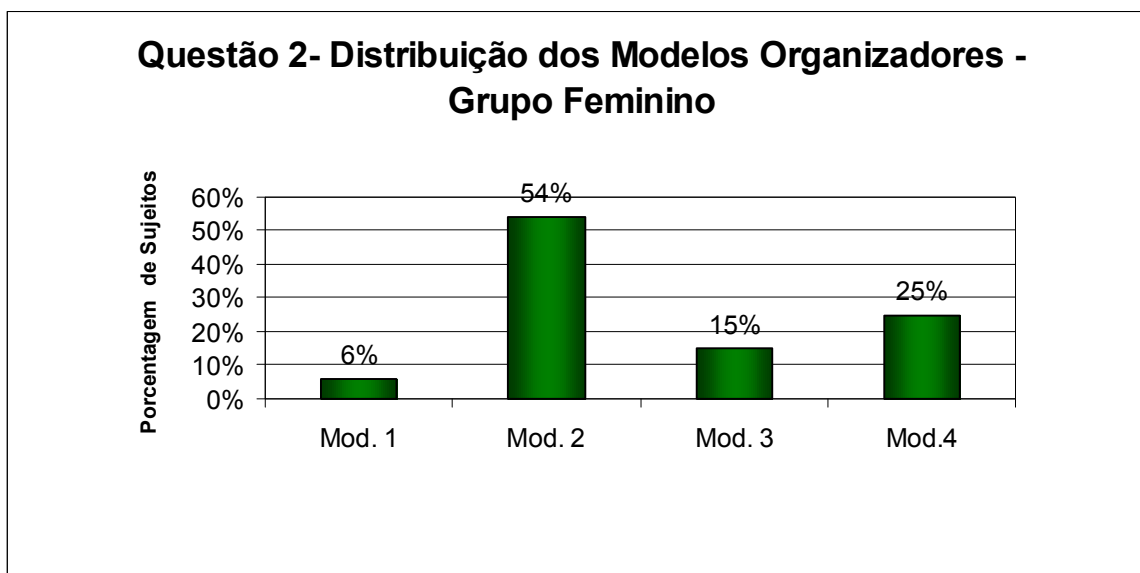
Modelo 1 – Sentimentos negativos relacionados à situação de conflito :
Modelo 2 – Sentimentos auto referenciados relacionados ao auto conceito negativo
Modelo 3 – Sentimentos referenciados na relação com o outro
Modelo 4 : Sentimentos relacionados aos princípios éticos

Ao analisarmos a distribuição dos modelos organizadores aplicados nas respostas oferecidas pelo conjunto geral de sujeitos da amostra, percebemos que, ao responderem o que sentiriam se estivessem na situação apresentada, as respostas se articularam em torno de quatro modelos organizadores básicos.

Embora tenha prevalecido uma tendência equilibrada na distribuição dos diferentes modelos aplicados, ao olharmos mais atentamente, encontraremos uma frequência levemente maior na utilização de modelos que se focaram em sentimentos relacionados a um auto-conceito negativo (modelo 2) ou em sentimentos negativos direcionados ao outro, em decorrência da impossibilidade de manutenção ou alcance dos objetivos pessoais (modelo 3) .

Ao realizarmos nesses dados um recorte de gênero, poderemos observar no Gráfico 15, a distribuição dos modelos organizadores de pensamento aplicados pelo grupo feminino:

Gráfico 15- Distribuição modelos aplicados pelo grupo feminino



Ao analisarmos a distribuição dos modelos, podemos perceber que o gráfico evidencia uma tendência do grupo feminino para a aplicação de modelos organizadores baseados em sentimentos auto referenciados (*self-regarding*), relacionados ao auto-conceito (Modelo 2).

As mulheres apresentaram tendência a abstrair como dado relevante da situação o rebaixamento moral e impotência da esposa, em função da desvalorização de suas capacidades pelo marido e, conseqüentemente, essa interpretação implicou a promoção de sentimentos negativos, relacionados a um sentimento de inferioridade, fracasso e humilhação e à projeção de uma auto-imagem negativa, que pode ser exemplificada na frase a seguir: *“Com certeza me sentiria desvalorizada, incompetente, humilhada, com minha auto-estima lá embaixo”* (FP 15).

Respostas freqüentes, tais como: *“Me sentiria humilhada e frustrada por não poder evoluir nem pessoalmente, nem profissionalmente, porém tentaria me conformar e levar a vida sem me lamentar para não prejudicar meus filhos”* (FP13), também

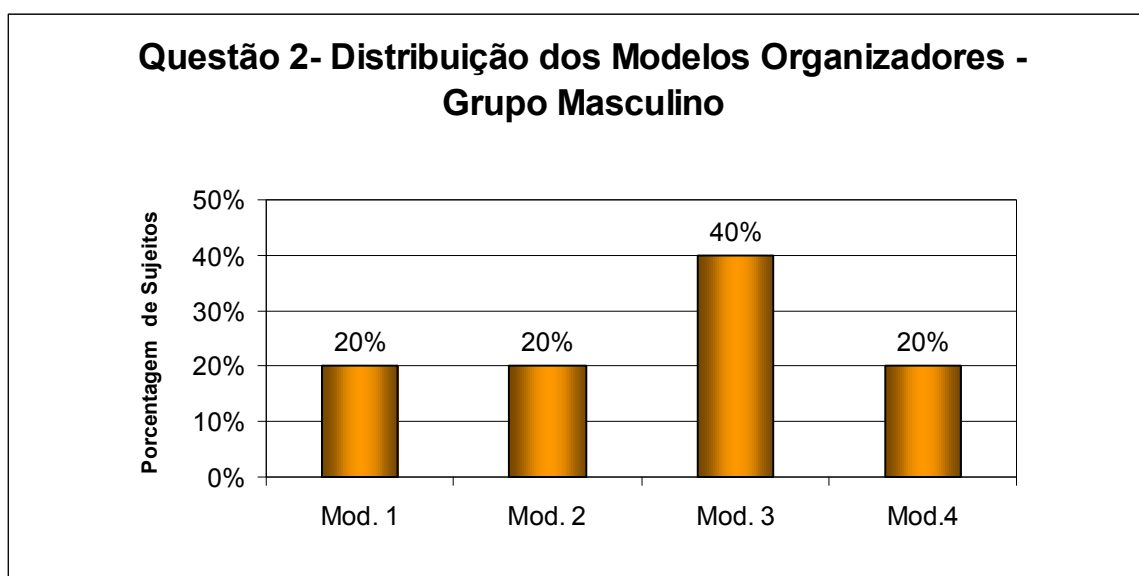
exemplificaram o que Arlie Hochschild (1983) chamou de “trabalho das emoções”, mais freqüente nos grupos de menor status social, no qual o sujeito empreende um esforço para adequar seus sentimentos às expectativas sociais, tomando como referência um padrão de sentimento ideal construído nas interações sociais pelos grupos dominantes.

Em menor escala, verificamos também a aplicação de modelos fundamentados na preocupação com os princípios éticos (modelo 4), referenciados na percepção da desigualdade presente na situação, que gerou sentimentos de revolta, indignação e injustiça. Alguns sujeitos se referiram a percepção de se sentirem atingidos em sua dignidade, como no exemplo abaixo:

“Me sentiria indignada por não ter direito a realização profissional só por ser mulher. Isso é uma injustiça. Ficaria com a dignidade ferida” (FP19)

No Gráfico 16 podemos observar a distribuição dos modelos organizadores de pensamento aplicados pelo grupo masculino:

Gráfico 16-Distribuição modelos aplicados pelo grupo masculino na questão 2



Ao analisarmos a distribuição dos modelos, podemos perceber que o gráfico evidenciou uma leve tendência à aplicação de raciocínios baseados em sentimentos referenciados na ação do outro (modelo 3). O foco principal, em torno do qual as idéias foram organizadas parece ter sido a percepção da

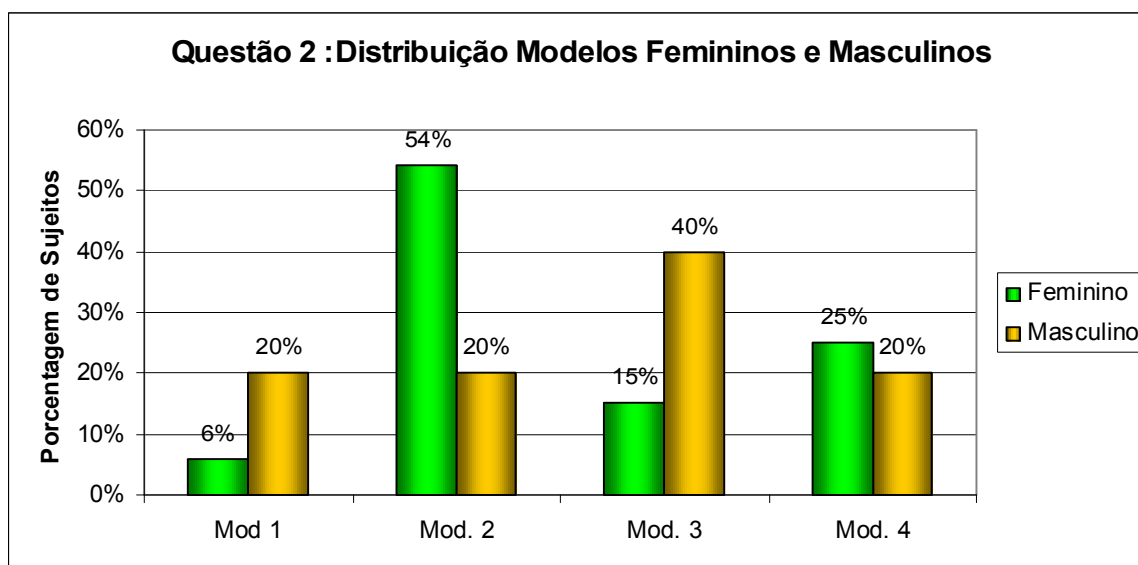
mudança da situação de desigualdade, anteriormente acordada e estabelecida. A possibilidade de saída da mulher do ambiente doméstico implicou o não cumprimento dos acordos estabelecidos anteriormente no relacionamento, gerando sentimentos de raiva, ciúmes e traição, dirigidos à mulher, conforme constatamos no exemplo a seguir: *“Me sentiria traído por ela, como se só eu e os filhos não bastassem mais para ela estar feliz”*(MN 10)

Em menor escala, também surgiram respostas do modelo 2, que evocaram sentimentos auto-referenciados, como o exemplo que se segue : *“Me sentiria envergonhado por minha mulher ter que estudar e trabalhar fora”* (MP 6), que indicam que os sujeitos abstraíram como dado relevante da situação o rebaixamento moral do protagonista masculino em função da desvalorização de suas capacidades de provedor do lar (modelo 2) e, conseqüentemente, essa interpretação implicou a promoção de sentimentos negativos, relacionados a um sentimento de inferioridade e humilhação e a projeção de uma auto-imagem negativa.

Millet (1970) em sua teoria do patriarcado, discutiu que estruturas patriarcais centralizaram o poder de produção e trabalho em mãos masculinas, tornando as mulheres dependentes economicamente dos homens, o que favoreceu o estabelecimento de papéis assimétricos. Culturalmente, o homem é visto como provedor da família. O fato de a mulher querer trabalhar fora pode indicar aos olhos da sociedade que ele não está cumprindo seu papel. A percepção do fracasso ou impossibilidade de atingir os referenciais próprios de suas representações acerca do papel masculino, gera o sentimento de inferioridade e vergonha.

No gráfico abaixo, podemos verificar mais claramente as diferenças na frequência dos modelos aplicados pelos homens e mulheres de nossa amostra.

Gráfico 17: Comparação entre os modelos aplicados pelos diferentes gêneros



O gráfico evidencia algumas diferenças que nos parecem ser bastante significativas. Podemos verificar, por exemplo que, enquanto no grupo masculino, 20% dos sujeitos organizou seu raciocínio a partir de sentimentos auto-referenciados de baixa auto-estima (modelo 2), entre o grupo feminino, mais da metade das mulheres apresentou tendência a abstrair como dado relevante da situação o rebaixamento moral e impotência da esposa em função da desvalorização de suas capacidades pelo marido, implicando sentimentos de inferioridade, fracasso e humilhação .

A utilização desse tipo de raciocínio com maior freqüência pelo grupo feminino pode ser justificada pela leitura feita pelas mulheres de seu status e posição social inferior, que as leva a assumirem como verdadeira sua presumida inferioridade, gerando uma baixa auto-estima e maior fragilidade. Para Elias (1990), indivíduos oprimidos vivenciam afetivamente sua inferioridade de poder social, como uma inferioridade humana, estabelecendo a partir daí uma baixa auto imagem.

O mesmo peso do papel da cultura pode também justificar as diferenças encontradas na freqüência de aplicação do modelo 4, por homens e mulheres. Uma porcentagem um pouco menor dos homens percebeu a desigualdade presente na situação e organizou seu raciocínio em torno de sentimentos de indignação pela injustiça, ou solidariedade e apoio à causa feminina, enquanto

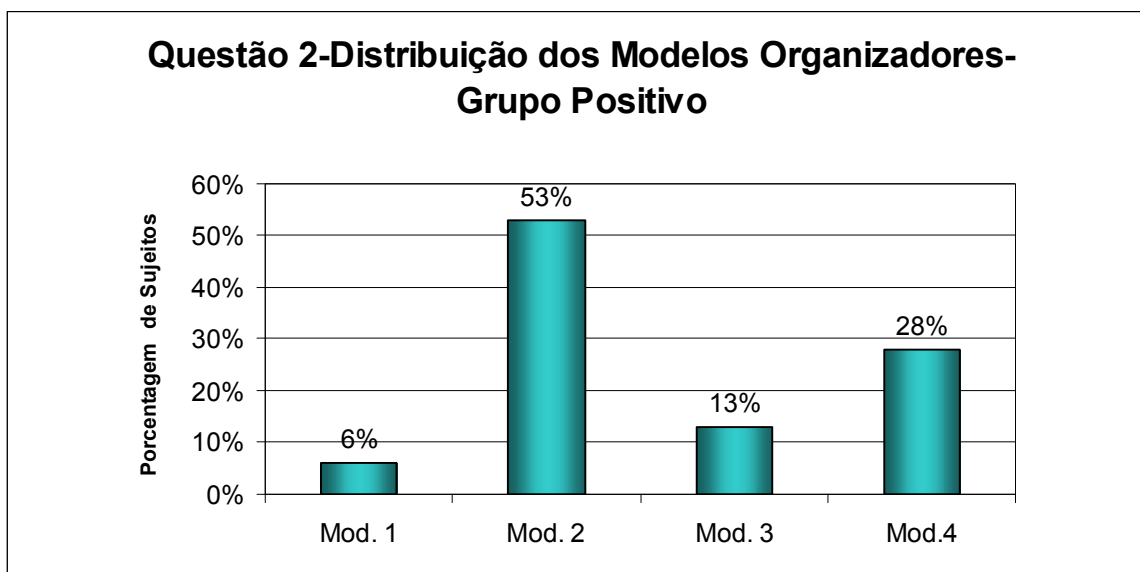
que, entre as mulheres, a percepção da injustiça esteve presente numa percentagem um pouco maior de respostas

Foram mais freqüentes entre os homens, as respostas organizadas em torno de sentimentos de raiva dirigidos ao outro (modelo 3), enquanto entre as mulheres, esse modelo foi pouco aplicado. Segundo Krech (1973), a condição essencial para o aparecimento da raiva é a percepção de uma barreira que se opõe à realização do objetivo. A frustração dessa realização pode provocar desde um leve sentimento de irritação ou contrariedade ou desencadear um acesso de raiva ou fúria. Talvez a percepção de frustração de seus objetivos seja maior entre os sujeitos masculinos, pois, culturalmente, as mulheres nutrem poucas expectativas quanto à sua profissionalização fora do lar, enquanto que, para os homens, existe uma valorização e expectativas fortes a respeito da presença da mulher em casa, em tempo integral, para o cuidado e atenção à família. Além disso, conforme discutem os estudos de Broddy e Hall (1993) acerca das diferenças existentes na experiência emocional e na expressão das emoções de homens e mulheres, emoções dirigidas ao outro, como raiva, desprezo e ciúmes, são mais encontradas nos relatos masculinos e são consistentes com o papel social masculino por eles desempenhado, que requer maior competição com os outros, com o objetivo de minimizar a vulnerabilidade e aumentar as chances de sucesso, na disputa por trabalho e parceira.

Ao observarmos a distribuição dos modelos organizadores de pensamento aplicados pelos sujeitos imersos nos diferentes estados afetivos, podemos perceber algumas diferenças interessantes entre os grupos .

‘ Abaixo,o gráfico 18 permite a visualização da distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos que estavam no grupo que foi induzido a experienciar um estado afetivo positivo, antes da resolução do conflito:

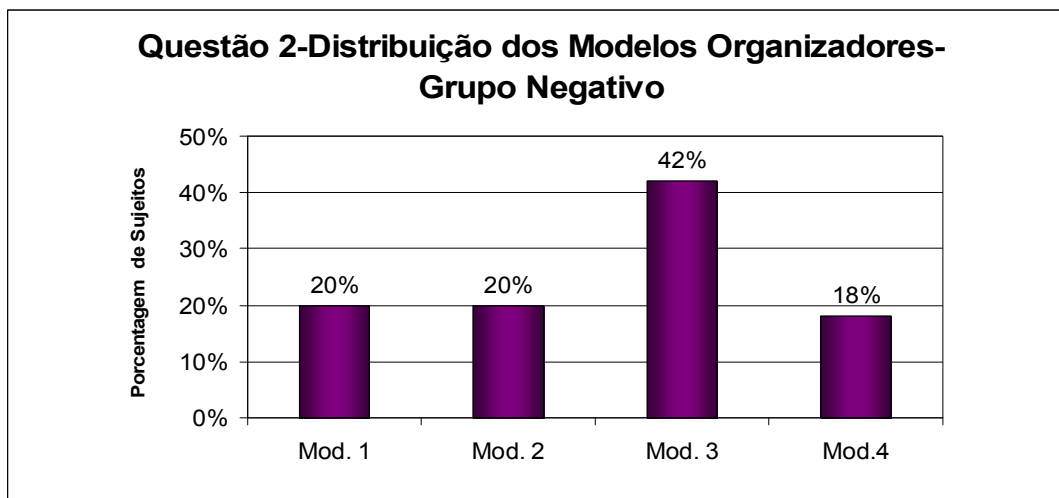
Gráfico 18 –Distribuição modelos –grupo positivo



Podemos perceber que, no grupo positivo, grande parcela dos sujeitos participantes, ao interpretar o conflito hipotético, aplicou modelos organizadores referenciados em sentimentos relacionados à baixa auto-estima (modelo 2), fruto de uma tendência menos crítica e mais reflexiva de abordar o conflito. Percebemos também uma frequência razoável de aplicação do modelo 4 cujo foco baseia-se em sentimentos éticos de justiça e solidariedade, o que pode evidenciar uma disposição desses sujeitos a um olhar mais generoso e comprometido diante das pessoas que sofrem injustiças. Fato que contribui para reforçar essa idéia é a constatação de respostas do modelo 4 baseadas em sentimentos positivos, de satisfação, felicidade e orgulho advindos da possibilidade de cooperação para o bem estar da família, indicando uma disposição mais generosa nas relações com os outros.

A seguir, o gráfico 19, permite a visualização da distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos que estavam no grupo que foi induzido a experienciar um estado afetivo negativo antes da resolução do conflito:

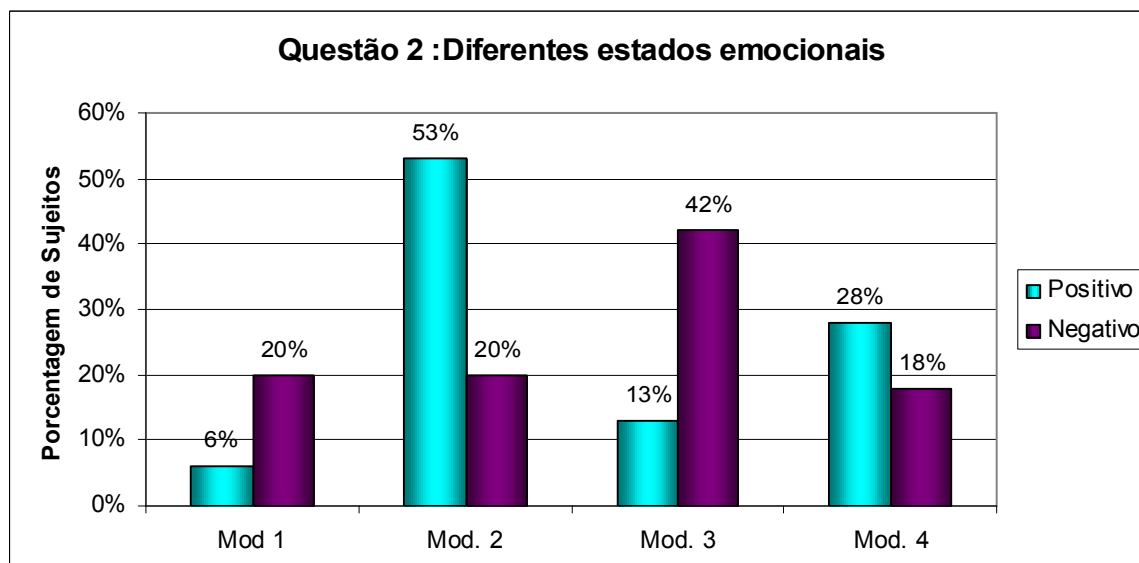
Gráfico 19 –Distribuição modelos –grupo negativo



Os dados visualizados no gráfico destacam a aplicação de modelos que comportam sentimentos predominantemente negativos, referenciados na ação do outro, tais como sentimentos de ciúmes, traição e raiva dirigidas a protagonista feminina e raiva dirigidas ao protagonista masculino(modelo 3). Tais dados sugerem que o conflito parece ter despertado nesses sujeitos que vivenciaram um estado afetivo negativo anterior, uma disposição bastante crítica para analisá-lo a partir de estratégias mais individuais

O gráfico 20 nos permite uma visualização mais clara das diferenças encontradas

Gráfico 20- Comparação de modelos organizadores aplicados nos diferentes estados emocionais



A aplicação do modelo 2, organizado em torno de sentimentos auto-referenciados de baixa auto-estima, foi significativamente maior entre os sujeitos do grupo positivo, enquanto que, a aplicação do modelo 3, cujo raciocínio teve por base sentimentos dirigidos ao outro, foi expressivamente mais utilizado entre os sujeitos do grupo negativo. Também se percebe maior incidência de modelos baseados em sentimentos éticos entre os sujeitos do grupo positivo.

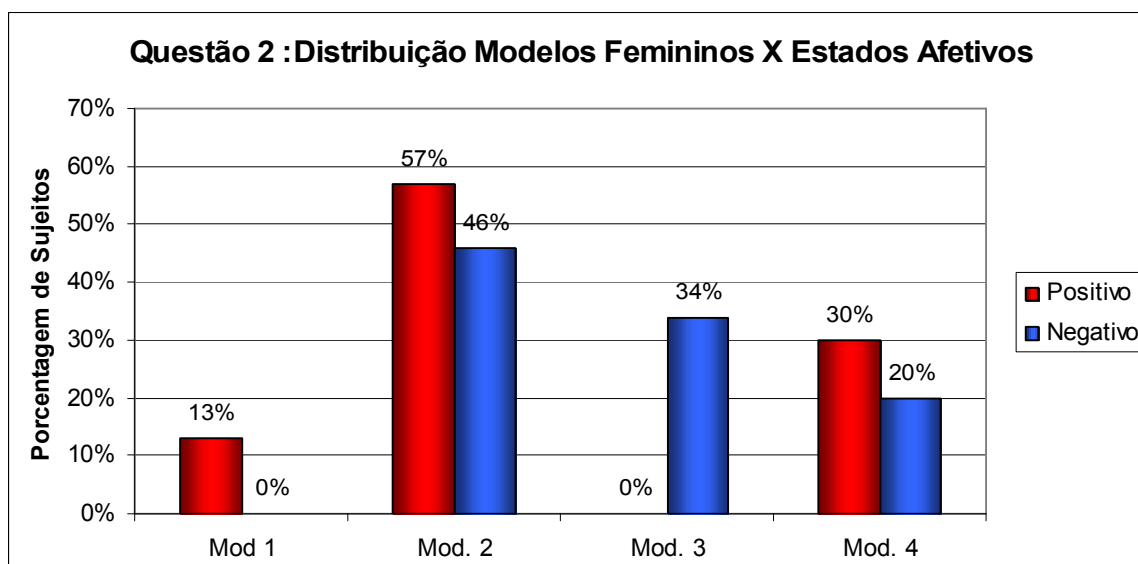
Tais evidências podem indicar que pessoas satisfeitas e felizes apresentam tendência a uma análise mais introspectiva e reflexiva dos conflitos, sentindo-se mais comprometidas e responsáveis, buscando assim avaliar suas próprias atitudes com mais rigor, e encarando com maior tolerância as atitudes alheias.

Por outro lado, pessoas infelizes e insatisfeitas tendem a um olhar mais crítico diante dos conflitos, julgando com mais severidade e intolerância o comportamento alheio, atribuindo -lhes a responsabilidade pela situação.

Essas hipóteses podem ser reforçadas ao verificarmos a distribuição dos modelos obtidos por gênero e por estados afetivos.

No gráfico 21, poderemos constatar as diferenças nos modelos aplicados no grupo feminino:

Gráfico 21-Distribuição de modelos organizadores femininos por estados afetivos



Dentre os modelos organizadores do pensamento aplicados pelas mulheres participantes de nossa pesquisa podemos verificar que, as mulheres que vivenciaram um estado afetivo positivo antes de responder ao

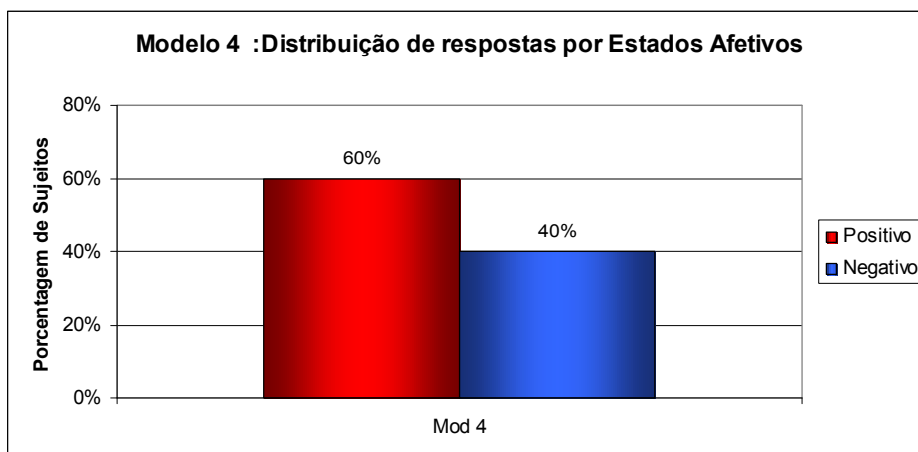
conflito, apresentaram tendência a abstrair como dado relevante da situação o rebaixamento moral da esposa em função da desvalorização de suas capacidades pelo marido e conseqüentemente essa interpretação implicou a promoção de sentimentos negativos, relacionados a um sentimento de inferioridade e humilhação e a projeção de uma auto-imagem negativa (modelo 2). A leitura do gráfico evidencia ainda, uma razoável aplicação do modelo 4, fundamentado na percepção da situação como injusta e desigual, que provocou sentimentos éticos de indignação.

Para o grupo de mulheres que vivenciaram um estado afetivo negativo antes de responder às questões, o conflito parece ter despertado também sentimentos referenciados na ação do outro. Parece ter havido uma grande tendência entre as mulheres desse grupo de abstrair como elemento significativo no conflito, a frustração do alcance dos objetivos pessoais, provocada pela atitude do marido, direcionando para ele, sentimentos negativos de raiva e ódio.

Não surgiu no grupo negativo nenhum sujeito que adotou uma perspectiva neutra.

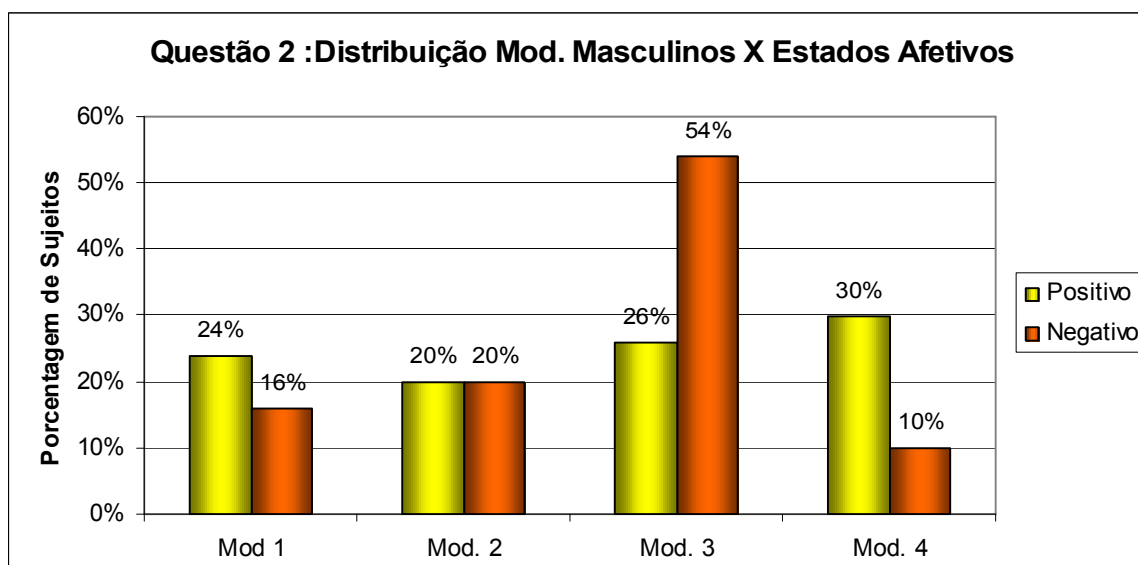
Se compararmos a freqüência de aplicação do modelo 4 entre as mulheres do grupo positivo e as do grupo negativo, poderemos verificar que a freqüência de aplicação desse modelo é maior no grupo positivo, o que pode indicar que tal estado afetivo induz a um olhar mais crítico e solidário diante das injustiças.

Gráfico 22: Distribuição das respostas femininas do modelo 4 por estados afetivos



Vejamos agora a distribuição dos modelos masculinos no gráfico 23:

Gráfico 23- distribuição dos modelos organizadores masculinos por estados afetivos



Dentre os modelos organizadores do pensamento aplicados pelos homens participantes de nossa amostra de pesquisa, podemos verificar que, o grupo positivo apresentou uma distribuição de modelos mais equilibrada, com uma leve tendência para analisarem a situação a partir de sentimentos mais generosos e solidários.

Tal afirmação pode ser constatada ao verificarmos a porcentagem de sujeitos que analisaram a situação a partir de uma perspectiva articulada, que se baseou na defesa dos interesses da figura feminina e considerou os princípios éticos, como a solidariedade e justiça, envolvidos na situação (modelo 4).

Foram oferecidas por sujeitos desse grupo muitas respostas fundamentadas em sentimentos positivos, de satisfação, felicidade e orgulho advindos da possibilidade de cooperação para o bem estar da família, tais como o exemplo abaixo, que indicam uma disposição mais generosa nas relações com os outros:

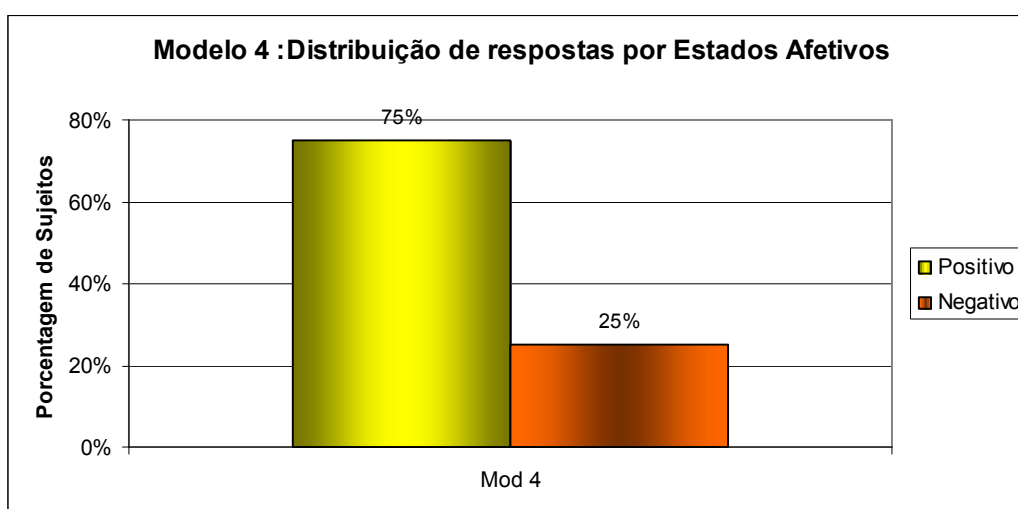
“Sentiria-me satisfeito em poder ajudar minha mulher a sentir-se mais realizada profissionalmente” (MP 5).

Conforme discute Krech (1973), as emoções de satisfação e orgulho geralmente resultam da percepção da pessoa de que o seu comportamento está de acordo com os padrões interiores, exigidos pelos valores e princípios de seu eu ideal. Dessa forma, tais respostas podem indicar que esses sujeitos organizaram seu raciocínio, considerando como elementos relevantes para o

entendimento da situação, valores e princípios ligados à igualdade e solidariedade.

Isso pode ser reforçado pelos dados do gráfico abaixo, que mostra a frequência de aplicação do modelo 4 entre os homens do grupo positivo e os do grupo negativo. Poderemos verificar que, do total de homens que aplicaram o modelo 4, a maioria deles era do grupo positivo, o que pode indicar que tal estado afetivo, induz a um olhar mais solidário e empático .

Gráfico 24- Distribuição de respostas masculinas do modelo 4 por estados afetivos

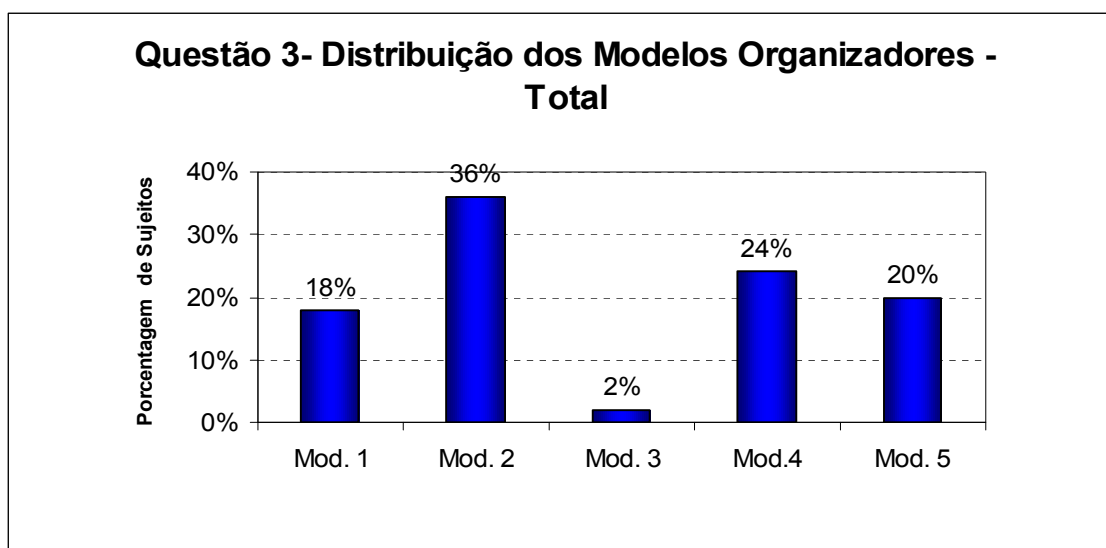


Por outro lado, podemos verificar que, o conflito parece ter despertado nos homens que vivenciaram um estado afetivo negativo, predominantemente sentimentos negativos referenciados na ação do outro (Modelo 3). Parece ter havido uma tendência entre os homens desse grupo em abstrair como elemento significativo no conflito as possíveis mudanças que a saída da mulher do ambiente doméstico poderiam gerar no relacionamento do casal, interpretadas aqui como negativas e o que poderiam implicar uma traição .Como consequência disso, muitos sujeitos se referiram a percepção de terem sido traídos e foram evocados sentimentos de ciúmes e raiva dirigidos a protagonista feminina(53%).No grupo negativo, poucos sujeitos adotaram uma perspectiva de análise que levasse em conta a defesa dos interesses femininos.

2.3. Apresentação dos resultados relativos à questão 3

O gráfico a seguir (gráfico 25) permite a visualização da distribuição geral dos modelos organizadores de pensamento aplicados pelo grupo total dos sujeitos da amostra nas respostas à questão 3: **O que você faria se estivesse na situação apresentada ?**:

Gráfico 25 : Distribuição Geral dos Modelos Organizadores Aplicados pelo total dos sujeitos da amostra à questão 3



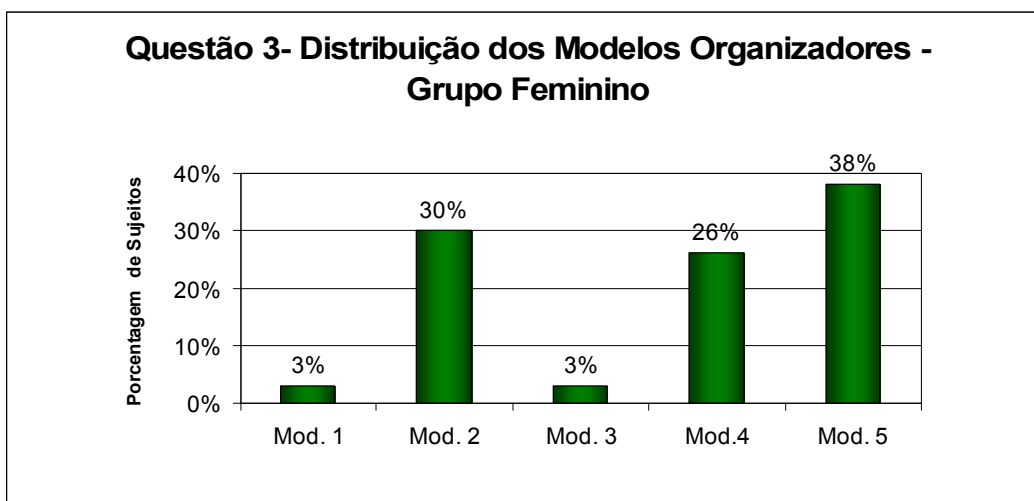
Modelo 1 – Aceitação da situação e submissão da figura feminina
Modelo 2 – Necessidade de resolução do conflito pelo diálogo e consenso
Modelo 3 – Enfrentamento direto da situação de agressão
Modelo 4 – Defesa e apoio dos interesses da figura feminina
Modelo 5 – Separação do casal para realização dos objetivos

Ao analisarmos a distribuição dos modelos organizadores aplicados nas respostas oferecidas pelo conjunto geral de sujeitos da amostra, podemos perceber que, ao responderem o que fariam se estivessem na situação apresentada, as respostas se articularam em torno de cinco modelos organizadores básicos.

Podemos observar pela leitura dos dados acima que, apesar de uma distribuição equilibrada dos modelos aplicados, uma parte significativa dos sujeitos pesquisados, sugeriu como possibilidade de ação, a solução do conflito através de um acordo mútuo para o bem estar da família (modelo 2). A defesa e apoio dos interesses da figura feminina (modelo 4) também foram apontados como possíveis ações diante do conflito, por parcela dos sujeitos.

O Gráfico 26 permite a visualização da distribuição dos modelos organizadores de pensamento aplicados pelo grupo feminino:

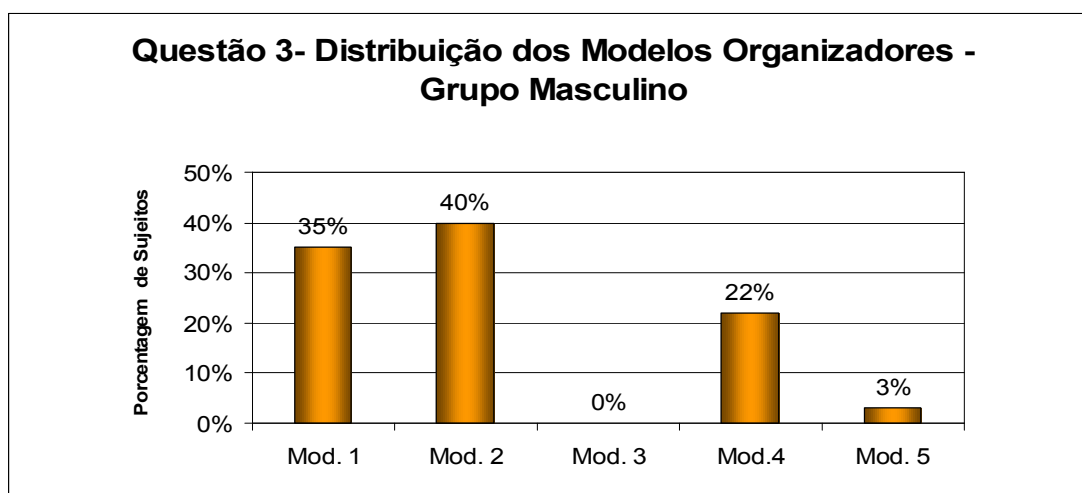
Gráfico 26- Distribuição dos modelos aplicados pelo grupo feminino na questão 3



Ao analisarmos a distribuição dos modelos aplicados pelas mulheres participantes deste estudo, podemos perceber que 38% delas, ao organizarem seu raciocínio para a representação da ação, respondendo ao que fariam se estivessem na situação apresentada, aplicaram modelos que consideraram como foco principal de sua ação, a separação do casal para possibilitar a realização dos objetivos da protagonista (modelo 5). Em segundo lugar, com uma frequência um pouco menor, surge a necessidade de solução do conflito através de um acordo mútuo para o bem estar da família (modelo 2). Outro modelo também aplicado, foi o modelo 4, que se organizou em torno do apoio e da defesa dos interesses da esposa

Vejamos o gráfico 27, com a distribuição dos modelos organizadores obtidos no grupo masculino :

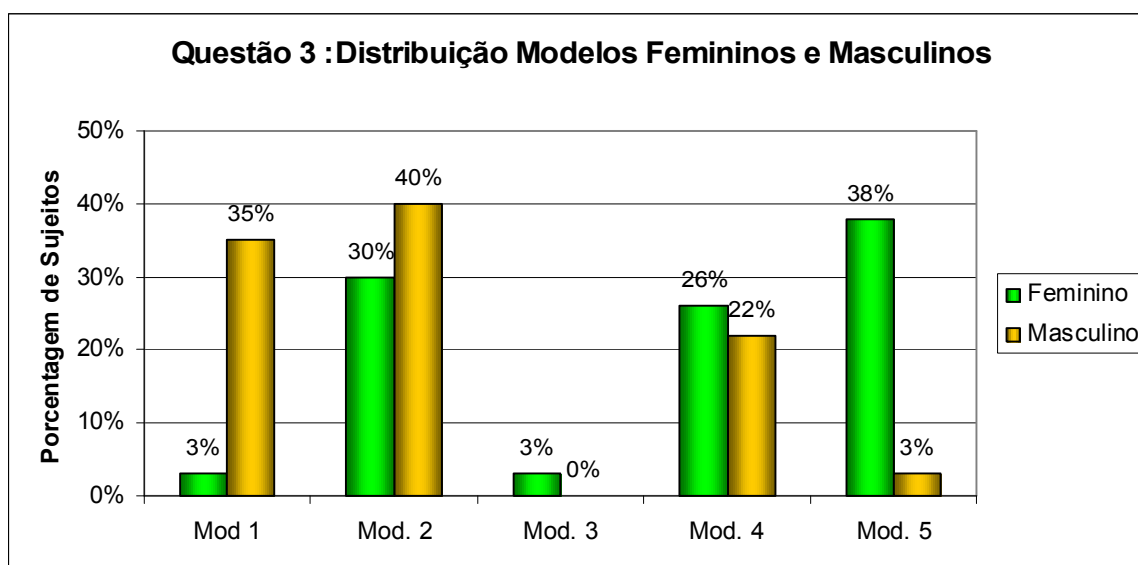
Gráfico 27- Distribuição dos modelos aplicados pelo grupo masculino :



Ao analisarmos a distribuição dos modelos, podemos perceber que um grande número dos homens participantes desse estudo ao organizarem seu raciocínio para a representação da ação, respondendo o que fariam se estivessem na situação apresentada, considerou como foco principal de sua ação a necessidade de solução do conflito através de um acordo mútuo para o bem estar da família (modelo 2) e a submissão da esposa em decorrência da proibição de realização dos seus objetivos, imposta pelo marido (modelo 1).

O quadro abaixo nos oferece uma visão mais clara das dessas diferenças entre os modelos aplicados pelos diferentes sexos:

Gráfico 28- Comparação entre os modelos organizadores aplicados pelos diferentes sexos na questão 3



Modelo 1 – Aceitação da situação e submissão da figura feminina
 Modelo 2 – Necessidade de resolução do conflito pelo diálogo e consenso
 Modelo 3 – Enfrentamento direto da situação de agressão
 Modelo 4 – Defesa dos interesses da figura feminina
 Modelo 5 – Separação do casal

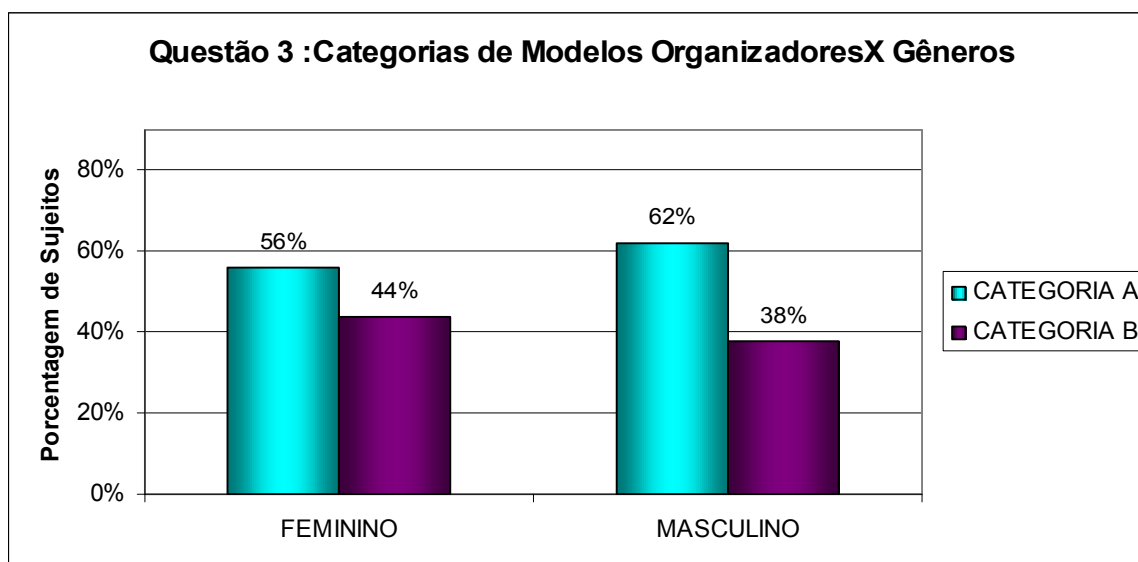
Podemos constatar que os modelos aplicados com maior frequência entre o grupo feminino (modelos 5,2 e 4) apresentaram em comum o fato de, reconhecerem de alguma forma, a legitimidade dos desejos da protagonista e buscarem sua realização, seja de forma mais radical (separação) ou menos radical(diálogo).

No grupo masculino, embora possamos notar que 35% dos sujeitos, tenham aplicado o modelo 1, que se articulava em torno da manutenção da situação de desigualdade, através da proibição imposta à figura feminina de

realizar seus objetivos, ainda prevaleceram os modelos que reconheceram a importância da defesa dos interesses femininos (modelos 2 e 4).

Podemos confirmar tal tendência, observando o gráfico que compara as categorias de modelos aplicadas pelos homens e mulheres de nosso estudo

Gráfico 29: Comparação das categorias de modelos organizadores aplicados pelos diferentes gêneros

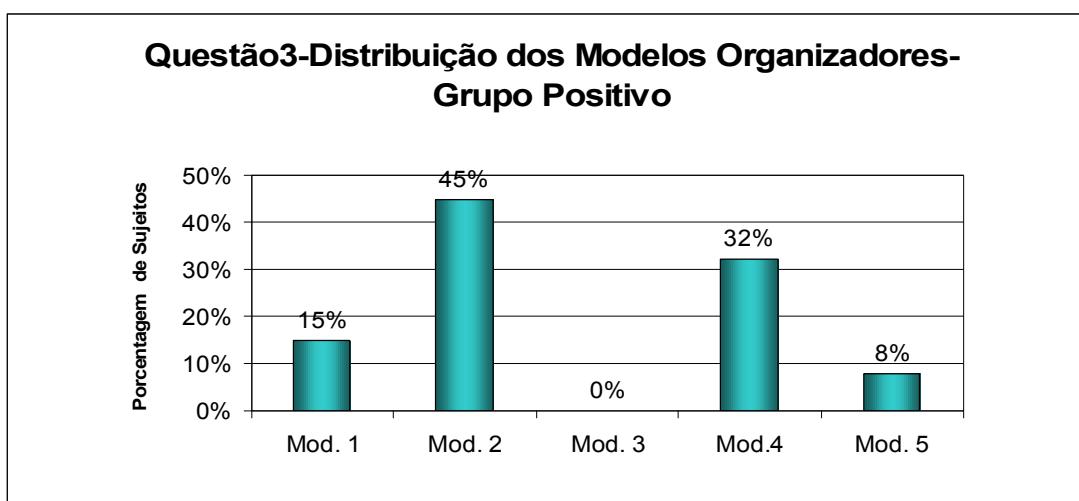


Os resultados parecem fortalecer as discussões de Lavinas (1997), que apontam para o fato de que, assim como a sociedade reproduz os papéis de gênero vigentes no grupo social ao qual pertencem os sujeitos envolvidos e as relações de poder, reproduz também, as contradições existentes, abrindo margem para possíveis rupturas. Por exemplo, mudanças no mercado de trabalho, dificuldades econômicas, processos de reivindicação do movimento de mulheres, repercutem na convivência familiar, permitindo que, apesar de toda opressão, muitas pessoas fujam dos estereótipos estabelecidos e reconheçam a igualdade de direitos entre os sexos, mobilizando-se para uma ação mais justa.

Ao observarmos a distribuição dos modelos organizadores de pensamento aplicados pelos sujeitos imersos nos diferentes estados afetivos, podemos perceber algumas diferenças interessantes entre os grupos .

A seguir, o gráfico 30 permite a visualização da distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos que estavam no grupo que foi induzido a experimentar um estado afetivo positivo antes da resolução do conflito:

Gráfico 30 - Distribuição de modelos por estados afetivos

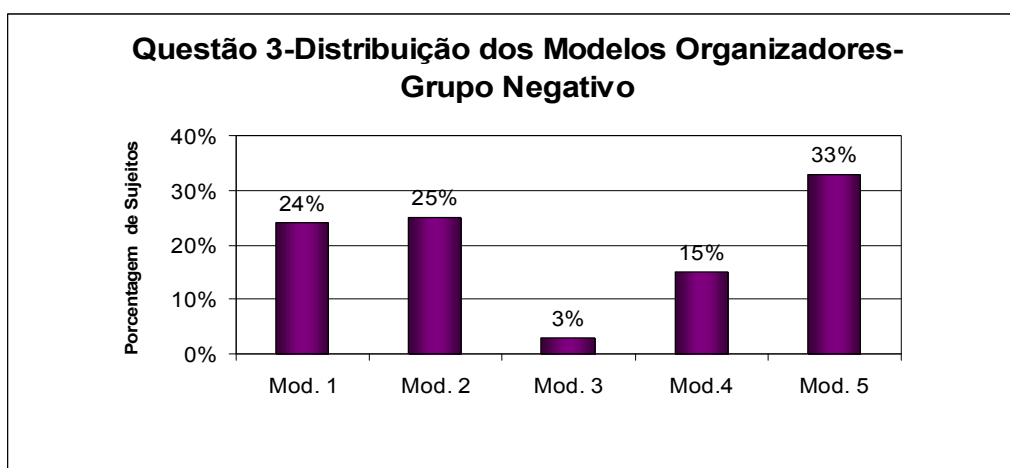


Podemos perceber que, no grupo positivo, houve uma tendência dos sujeitos a organizarem seu raciocínio e representação da ação a partir de soluções para o conflito que envolveram estratégias mais conciliatórias e generosas.

Nossos resultados destacaram a predominância do modelo 2 que privilegiou o diálogo e argumentação para uma solução conciliatória e superação do conflito, buscando o bem-estar de todos. Percebemos também certa frequência do modelo 4, que considerou como foco principal de sua ação a busca e defesa dos interesses femininos, porém entendendo que isso implicaria a obtenção do apoio do marido. Os modelos 5 e 3, que estavam focados em ações mais radicais, como a separação do casal e o enfrentamento da agressão pouco foram aplicados pelos sujeitos desse grupo. Da mesma forma a agressão não foi mencionada por eles. Percebe-se ainda o aparecimento do modelo 1, que propôs a possibilidade de sacrifício dos objetivos pessoais para evitar o confronto e garantir o bem estar e manutenção da família.

O gráfico 31 permite a visualização da distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos que estavam no grupo que foi induzido a experienciar um estado afetivo negativo, antes da resolução do conflito:

Gráfico 31:Distribuição de modelos por estados afetivos

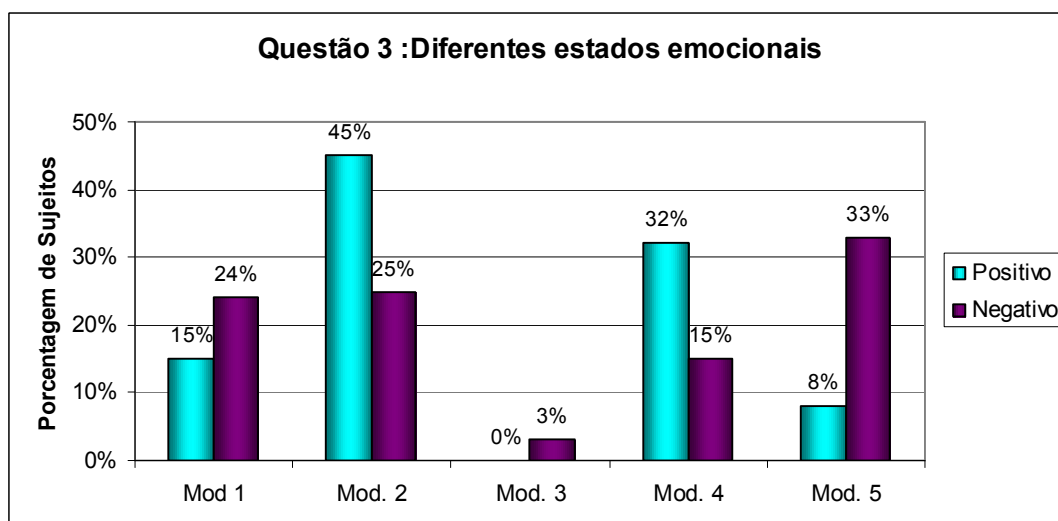


Podemos perceber que no grupo negativo parece ter havido uma tendência dos sujeitos a organizarem seu raciocínio e representação da ação a partir de soluções para o conflito que envolveram estratégias mais radicais e egoístas.

Embora o modelo 2, que focava o diálogo e argumentação para a superação do conflito, tenha sido aplicado por uma parte dos sujeitos, os resultados destacaram uma distribuição mais equilibrada dos modelos focados em soluções mais voltadas para ações mais radicais, com incidência do modelo 5 que apontava o término da relação e conseqüentemente a separação do casal como forma de resolução do conflito e, do modelo 1 que buscava a defesa dos interesses da figura masculina, em detrimento do sonho da esposa.

Essas diferenças entre os estados afetivos podem ser melhor constatadas no gráfico abaixo.

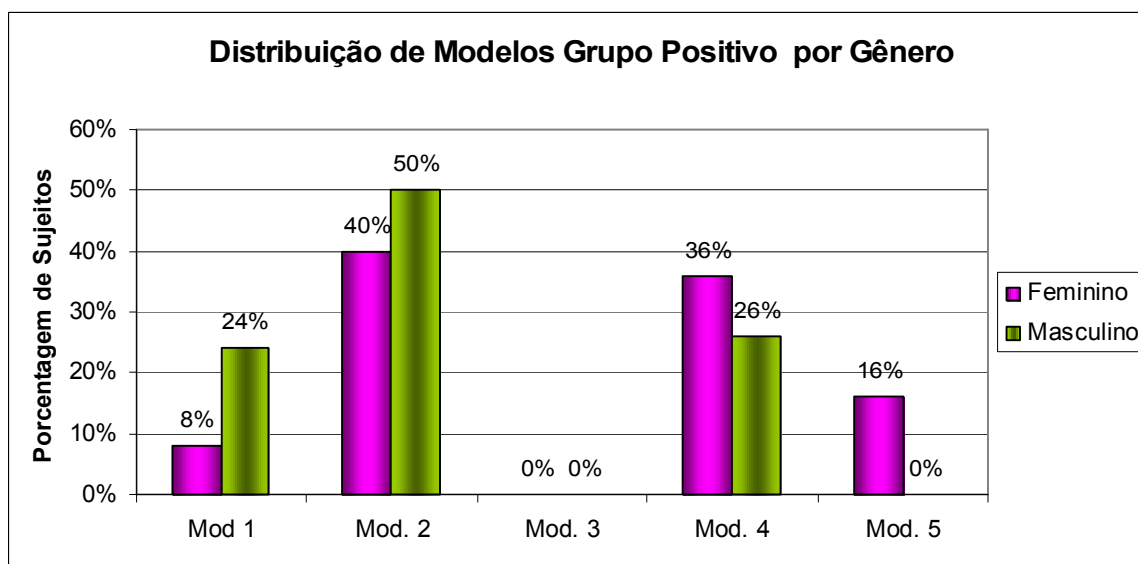
Gráfico 32- Comparação entre os modelos aplicados nos diferentes estados emocionais



Ficam evidentes diferenças de frequência, relevantes ao nosso estudo , principalmente em relação à aplicação do modelo 2(diálogo) e do modelo 5 (separação) pelos sujeitos do grupo positivo e negativo. Apenas 8% do grupo positivo sugeriram a ruptura como ação possível diante do conflito, enquanto essa alternativa de ação foi proposta por um terço do grupo negativo. Podemos perceber também que, entre os sujeitos do grupo negativo, a agressão foi identificada pelos sujeitos como elemento relevante para a compreensão da situação e encaminhamento da ação (modelo 3), enquanto no grupo positivo esse modelo não foi aplicado , nem a agressão tampouco mencionada.

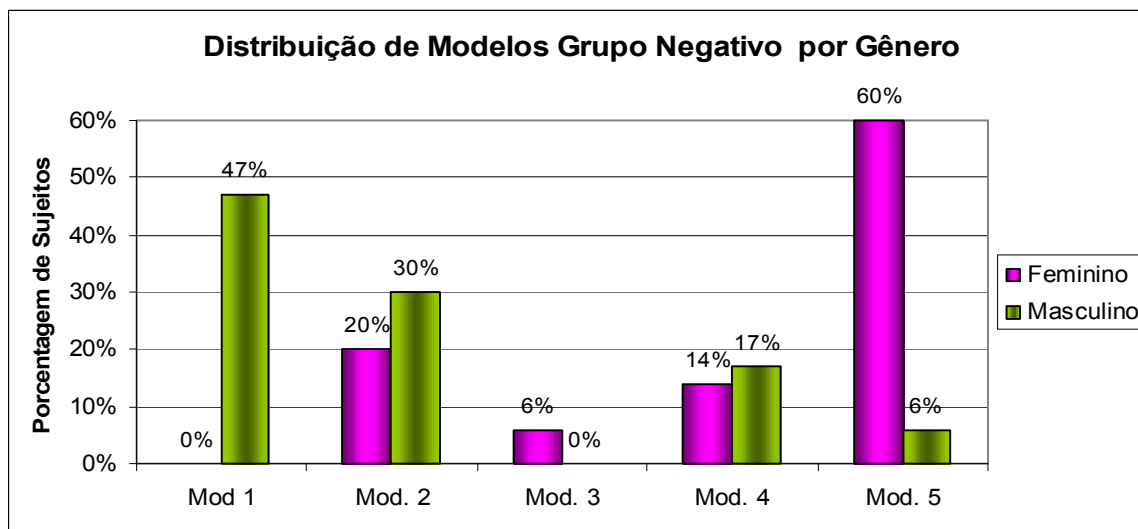
Ao verificarmos a distribuição de modelos aplicados pelos sujeitos do grupo positivo por gênero, podemos perceber, no gráfico abaixo,que tampouco homens ou mulheres aplicaram em suas respostas modelos que incorporavam encaminhamentos mais radicais (modelo 3- enfrentamento da agressão). Predominaram os modelos 2 e 4, com poucas diferenças nas variações de frequência encontradas em relação aos gêneros (modelo 2-feminino 40%, masculino 50%; modelo 4- feminino 36%, masculino26%)

Gráfico 33-Distribuição dos Modelos Organizadores do Grupo Positivo por Gênero



Por outro lado, ao compararmos a distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos do grupo negativo por gênero, conforme o gráfico que se segue, podemos perceber alguns elementos interessantes para nossas análises.

Gráfico 34-Distribuição dos Modelos Organizadores aplicados pelo grupo negativo por gênero

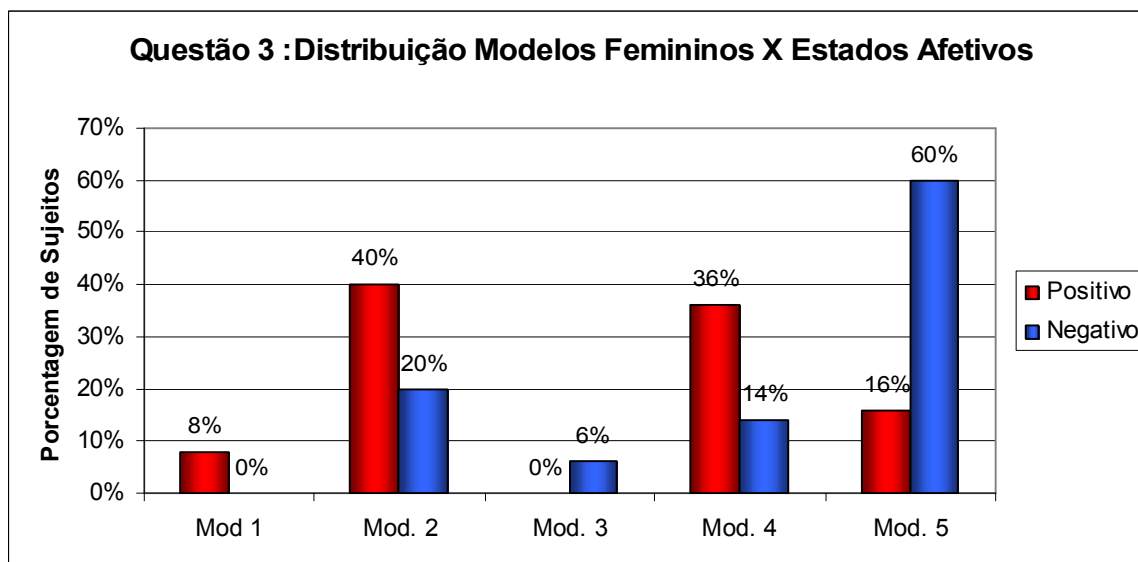


Embora entre os sujeitos do grupo negativo tenha havido maior frequência de aplicação de modelos envolvendo atitudes mais radicais e individualistas(modelos 1 e 5), talvez em função das disposições geradas por seu estado de ânimo negativo, podemos perceber uma visível variação entre os modelos aplicados por homens e mulheres. As mulheres aplicaram , em sua maioria(60%) o modelo 5, que sugere o rompimento da relação, enquanto parcela significativa dos homens(47%) sugeriu o modelo 1, que sugere a proibição da realização do desejo da esposa.

Tais elementos nos sugerem que talvez, no estado positivo, as disposições emocionais possam exercer uma influência no sentido de direcionar a elaboração de raciocínios voltados para preocupações mais éticas, cujos princípios se sobrepõem às representações sociais acerca dos papéis sexuais.Por outro lado, as disposições emocionais negativas, permitem que o raciocínio se ocupe de preocupações não-éticas, e, nesse as representações culturais adquirem maior peso na organização do pensamento .

Ao compararmos a distribuição dos modelos obtidos por gênero e por estados afetivos, poderemos constatar as diferenças nos modelos aplicados ,conforme evidenciado no gráfico 35 a respeito do grupo feminino:

Gráfico 35- Distribuição dos modelos organizadores femininos por estão emocional

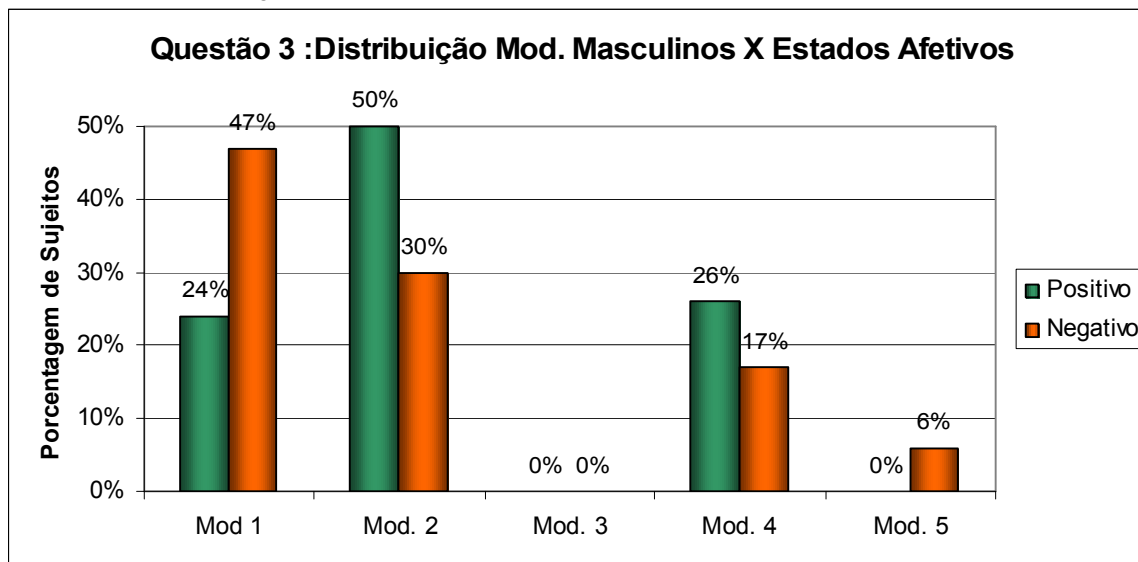


Nas respostas do grupo feminino pudemos verificar entre as mulheres que vivenciaram um estado afetivo positivo antes da resolução do conflito, uma forte tendência de aplicação de modelos, cuja representação da ação parece estar mais dirigida a formas de soluções para o conflito mais conciliatórias, predominando a indicação do diálogo como forma resolução da situação(modelo 2) e a busca dos ideais com o apoio do marido(modelo 4). Nesse grupo, a agressão não foi considerada como elemento relevante para o encaminhamento da ação.

No grupo de mulheres que vivenciou estados afetivos negativos, percebemos uma tendência para aplicação de modelos, cuja representação da ação, pareceu estar mais dirigida a formas de soluções para o conflito que privilegiaram a defesa dos interesses da figura feminina, mesmo que isso tenha implicado soluções mais radicais, como a separação do casal (modelo 5). Nesse grupo, encontramos algumas respostas que indicam que a violência foi considerada como elemento relevante para o encaminhamento da ação: as respostas que aplicaram o modelo 3 que defendem o enfrentamento da agressão e as respostas que aplicaram o modelo 5B ,que identificaram a agressão, como motivo para a ruptura da relação do casal.

O gráfico 36 nos mostra a distribuição a distribuição dos modelos obtidos por gênero e por estados afetivos, entre os sujeitos masculinos:

Gráfico 36-Modelos por gênero e estados afetivos



Nas respostas do grupo masculino, pudemos verificar que os homens que participaram do grupo positivo, evidenciaram uma forte tendência de aplicação do modelo 2, cuja representação da ação pareceu estar mais dirigida a formas de soluções para o conflito mais conciliatórias, predominando a indicação do diálogo, como forma resolução da situação.

Essa disposição parece ser reforçada, ainda, pelo fato de um número considerável de homens do grupo positivo ter aplicado o modelo 4, cuja representação da ação está dirigida a formas de soluções para o conflito que privilegiem o apoio e colaboração do marido, para a realização dos objetivos femininos.

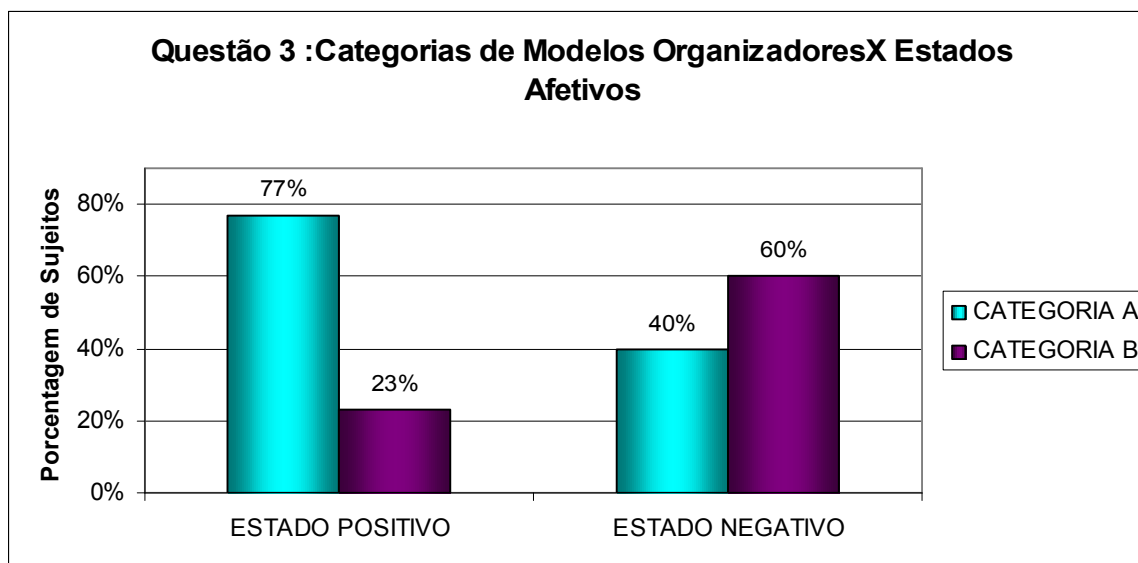
Nas respostas dos homens que participaram do grupo negativo, ao contrário, pudemos perceber uma tendência para aplicação do modelo 1, cuja representação da ação pareceu estar mais dirigida a formas de soluções para o conflito, que privilegiaram a defesa dos interesses da figura masculina, mesmo que isso implicasse soluções mais radicais, como a proibição da saída da mulher de casa para estudar.

Estas diferenças, evidenciadas no tipo de encaminhamento proposto pelos sujeitos que vivenciaram diferentes estados emocionais antes de responder as

questões, ficam ainda mais claras, ao compararmos as categorias de modelos aplicados por eles.

O gráfico abaixo nos oferece a distribuição e frequência das categorias de modelos organizadores, aplicados pelos sujeitos imersos nos diferentes estados afetivos. Vejamos:

Gráfico 37- Comparação das categorias de modelos organizadores aplicados por estado afetivo



Podemos ver que, entre os sujeitos imersos em um estado emocional prévio positivo, as propostas de ação oferecidas em suas respostas foram, em sua grande maioria, baseadas em raciocínios que tiveram como suporte, a preocupação com os princípios éticos presentes na situação, no sentido de preservar a igualdade e direitos dos sujeitos e a busca do bem estar dos envolvidos, a partir de uma perspectiva articulada, que considera os interesses de todos(categoria A).

Entre os sujeitos imersos previamente em um estado emocional negativo, verificamos uma distribuição mais equilibrada entre a aplicação de modelos organizadores das categoria A e B, com uma leve predominância de modelos da categoria B, que trazem propostas de ação baseadas em preocupações não éticas e menos solidárias, que buscaram a solução da situação de forma favorável para um dos protagonistas, ainda que em detrimento do bem estar do outro

2.4. Apresentação da Variação Intrapessoal dos Modelos Organizadores do Pensamento

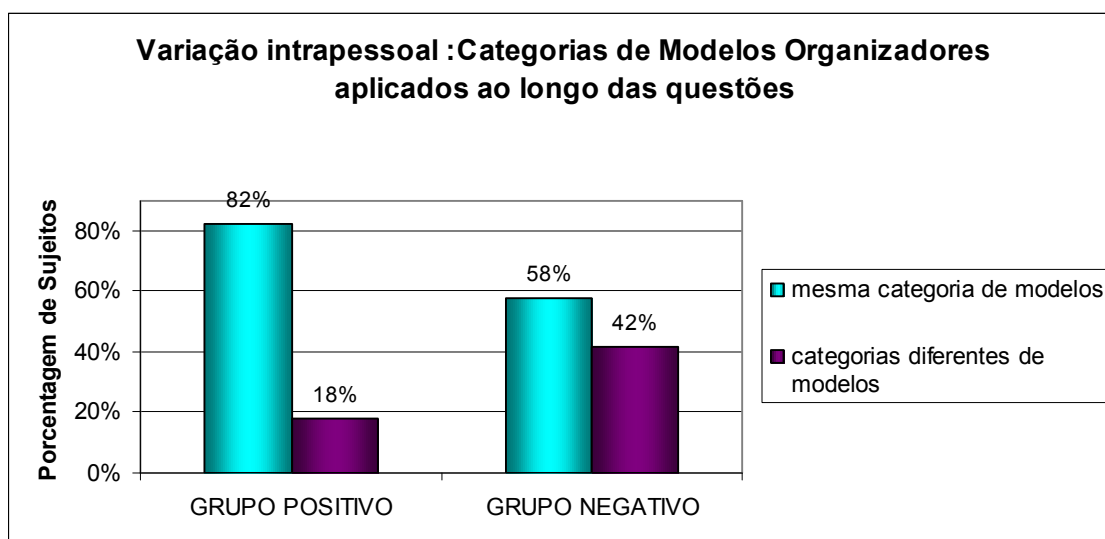
Após verificarmos os resultados obtidos nas respostas oferecidas pelos sujeitos às três questões do conflito hipotético apresentado, pareceu-nos relevante verificar se existiria alguma correlação entre o julgamento elaborado pelos sujeitos a respeito da situação apresentada, as representações dos sentimentos evocados por eles diante do conflito e, as representações da ação formuladas como possibilidade de encaminhamento. Ou seja, entre o que pensariam, o que sentiriam e o que fariam se estivesse vivenciando a situação em questão.

Com o objetivo de obter informações a respeito dessas possíveis relações, buscamos analisar os dados, verificando se existiram variações intrapessoais nos tipos de modelos organizadores aplicados pelos sujeitos ao longo das questões.

Para isso, comparamos as categorias de modelos organizadores(A ou B) aplicadas por cada um dos sujeitos, dos diferentes grupos (diferentes estados emocionais), a cada uma das três questões do conflito.

O gráfico a seguir mostra a distribuição dos sujeitos que aplicaram a mesma categoria de modelos organizadores às três respostas (A, A, A ou B,B,B) ou categorias de modelos organizadores diferentes (B,A,A; A,B,A; A,A,B; B,B,A; B,A,B ou A,B,B), nos dois estados emocionais.

Gráfico 38- Variação intrapessoal nas categorias de modelo por estado emocional



Podemos perceber que, entre os sujeitos do grupo positivo, a frequência de aplicação de modelos da mesma categoria nas três respostas foi significativamente maior, do que a de aplicação de modelos de diferentes categorias. Podemos citar como exemplo desse caso, as respostas abaixo, nas quais, o sujeito aplica modelos organizadores de categoria A à todas as questões:

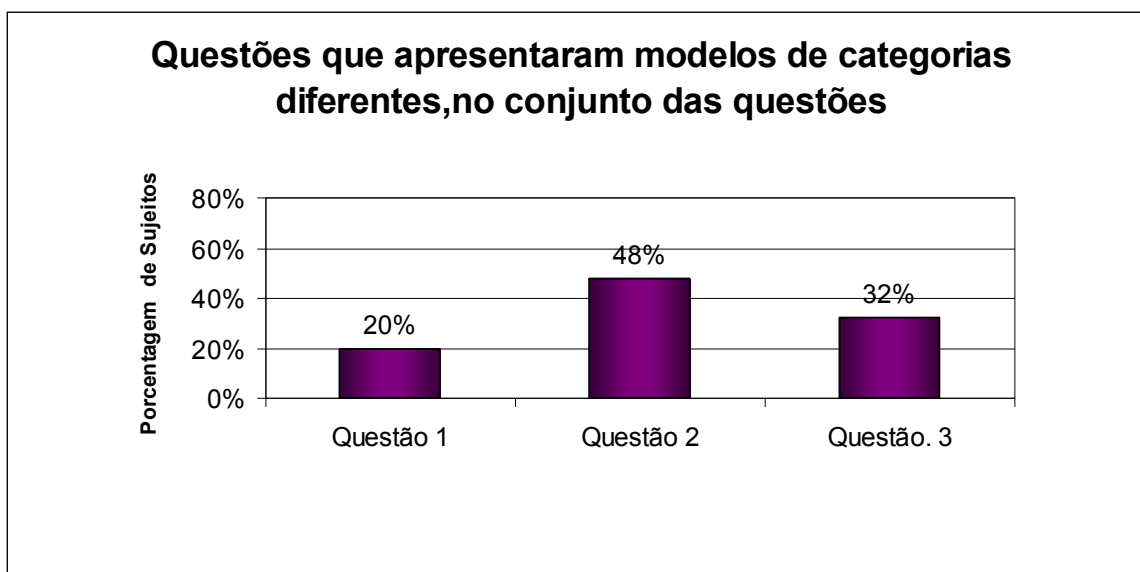
- “1.O que pensaria se estivesse na situação apresentada?
-Pensaria que aquela situação deveria ser superada pelos dois, através do diálogo
- 2.O que sentiria se estivesse na situação apresentada?
- Me sentiria tranquilo e orgulhoso de minha esposa, por buscar desafios e dar conta deles.
- 3.O que você faria se estivesse na situação apresentada?
- Eu iria incentivar a iniciativa dela e procurar participar mais da educação dos filhos para que ela pudesse se dedicar aos estudos”

Por outro lado, entre os sujeitos do grupo negativo, foram mais frequentes as variações entre as categorias de modelos aplicados às três questões.

Um dado que chamou nossa atenção ao realizarmos essas análises comparativas e que julgamos relevante relatar é que a maior parte das variações encontradas foi em relação a utilização de categorias de modelos diferentes nas respostas à questão dois, que envolvia a representação do sentimento evocado pela situação. Ao contrário do esperado, as variações nas categorias de modelos aplicados entre as questões 1 (o que pensaria) e a 3(o que faria), portanto, entre o binômio juízo-representação da ação, não surgiram com tanta frequência, ao passo que, as variações mais frequentes observadas nessa amostra foram em relação à representação dos sentimentos, que não estavam consistentes com as categorias aplicadas ao juízo e à representação da ação, conforme nos evidencia o gráfico que segue.

:

Gráfico 39 –Variações de modelos por questões



O exemplo a seguir abaixo pode ilustrar o que acabamos de discutir:

1. O que você pensaria se estivesse na situação apresentada?
- Que deveria levantar mais argumentos e possibilidades para conversar mais e chegarmos a um acordo”
2. O que sentiria se estivesse na situação apresentada?
- Se estivesse no lugar de Dirce sentiria raiva e ódio do Renato por ele ser tão ignorante.
3. O que você faria se estivesse na situação apresentada?
- Tentaria dialogar para juntos arranjar uma solução

Como podemos perceber, o sujeito em questão aplica modelos de categoria A nas respostas às questões 1 e 3 e ao expressar seus sentimentos, aplica um modelo da categoria B.

CAPÍTULO VII

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo passaremos à análise e discussão dos resultados obtidos nesta investigação.

Conforme apresentamos no capítulo 6 deste trabalho, a pergunta norteadora que definiu o problema a ser investigado foi:

-Os estados emocionais exercem influência na organização do pensamento humano em situações de violência de gênero?

Para melhor compreender a problemática geral da investigação e identificar elementos que ajudassem a responder ao problema geral apresentado, elaboramos algumas perguntas, apresentadas a seguir, que se configuraram como sub-problemas da pesquisa que foram investigados:

1-Os diferentes estados emocionais exercem alguma influência na elaboração dos modelos organizadores do pensamento aplicados na resolução de um conflito de violência de gênero?

2-As diferenças de gênero exercem influência nos modelos organizadores do pensamento aplicados em situações de violência de gênero?

3-É possível identificar regularidades e não-regularidades no funcionamento psicológico do ser humano, ao resolver um conflito de violência de gênero?

Com essas questões e, tendo como referência a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, identificamos os modelos aplicados pelos sujeitos investigados em cada uma das questões, cuja descrição e resultados apresentamos no capítulo anterior.

Passamos nesse momento a abordar a cada uma das questões que se constituíram nossos sub-problemas de pesquisa, tentando interpretar as

respostas obtidas de acordo com os objetivos a que nos propusemos e procuraremos concluir com aportes que possam ser relevantes.

1)Análise e discussão da questão 1

Começaremos discutindo os resultados que nos permitirão responder à primeira questão que se configurou como um dos sub-problemas de nossa investigação geral : ***Os diferentes estados emocionais exercem alguma influência na elaboração dos modelos organizadores do pensamento aplicados na resolução de um conflito de violência de gênero?***

Achamos importante destacar que a metodologia utilizada em nossa pesquisa não se limitou a estudar a atribuição de emoções a outro. O conflito moral foi abordado a partir de uma perspectiva cognitivo-afetiva, a qual proporcionou a imersão dos sujeitos nos diferentes estados afetivos e solicitou eles se posicionassem não só em relação ao que fariam se estivessem vivenciando o conflito hipotético sobre violência de gênero que lhes apresentamos, mas também em relação aos seus sentimentos e pensamentos diante dele. Acreditamos ser esse um avanço metodológico, à medida que, tentou captar os sentimentos, pensamentos e desejos do próprio sujeito, deixando-o livre para identificar-se ou assumir a posição de qualquer uma das personagens do conflito ,conforme o que lhe fosse mais significativo, e buscar referências em suas próprias vivências e experiências.

Assim, analisamos as respostas apresentadas por todos os sujeitos da amostra, extraindo os modelos organizadores aplicados em seus raciocínios e organizamos os modelos de acordo com os princípios em comum que os fundamentava. Tal processo resultou em duas categorias básicas de modelos organizadores: categoria A, articulada em torno de princípios éticos, e categoria B, articulada em torno de princípios não éticos. Comparamos a distribuição e frequência das categorias de modelos aplicados pelos sujeitos que foram imersos nos diferentes estados afetivos(positivo e negativo) com o objetivo de investigar se existiriam diferenças consistentes entre os tipos de modelos organizadores

aplicados pelos sujeitos do grupo positivo e os do grupo negativo e, assim verificarmos a influência do estado emocional no raciocínio e organização do pensamento dos sujeitos.

Ao compararmos os modelos organizadores aplicados pelos sujeitos às três questões propostas por nosso instrumento, os dados obtidos nos permitiram perceber a variedade e complexidade de representações dos sujeitos participantes em relação aos elementos presentes no conflito, envolvendo relações de gênero e violência. Houve uma grande quantidade de interações e interferências que abriram diferentes possibilidades de leitura do problema. Todavia, apesar da diversidade das respostas fornecidas pelos sujeitos às questões, elas se articularam em torno de modelos organizadores, que focaram algumas possibilidades básicas de interpretação do problema, orientadas pelos elementos da cultura relacionados à situação proposta, uma vez que, sujeitos de uma mesma sociedade, todos estão expostos aos mesmos significados culturais. A diferença significativa centrou-se na frequência em que sujeitos imersos anteriormente em estados emocionais positivos ou negativos aplicam mais modelos de uma ou outra categoria, provavelmente em função das disposições geradas por seu estado de ânimo.

A primeira questão do conflito hipotético (**o que você pensaria se estivesse na situação apresentada?**) buscava conhecer as representações sociais e culturais que os sujeitos tinham a respeito das relações de gênero e violência e a forma como organizaram seu raciocínio para interpretar e julgar a situação.

Constatamos que, a maioria das respostas oferecidas a essa questão pelos sujeitos que estavam no grupo que foi induzido a vivenciar um estado afetivo positivo, antes da resolução do conflito (75%), foi respostas que se organizaram a partir de raciocínios que levaram em consideração os princípios éticos subjacentes ao conflito. Esses modelos organizadores aplicados por eles, pertencentes à categoria que chamamos de A, se caracterizaram pela percepção da situação de desigualdade entre os protagonistas como inadmissível, ou pela existência de uma preocupação com a defesa dos princípios de justiça e igualdade. Ao elaborarem juízos acerca do conflito apresentado, os sujeitos

imersos em estados afetivos positivos analisaram a situação considerando-a a partir de uma perspectiva articulada, que levou em conta o interesse e ponto de vista de todas as pessoas envolvidas. Entre os sujeitos do grupo positivo, apenas 25% deles aplicaram modelos organizadores do pensamento da categoria B.

Ao contrário, nas respostas dos sujeitos que estavam no grupo que foi induzido a vivenciar um estado afetivo negativo antes da resolução do conflito, embora também tenha prevalecido a aplicação de modelos da categoria A (64%), pudemos verificar entre esses sujeitos, uma maior tendência a aplicar modelos organizadores do pensamento da categoria B (32%). Esses modelos se articularam em torno de preocupações não-éticas, seja implicitamente, demonstrando tolerância à situação de desigualdade, seja explicitamente, defendendo a manutenção da desigualdade, ou tomando partido de um dos protagonistas, em detrimento do ponto de vista do outro. Os sujeitos imersos em estados emocionais negativos elaboraram com mais frequência, juízos da situação a partir de uma perspectiva mais individualista, interpretando o conflito a partir do ponto de vista de um dos envolvidos.

Tais resultados se mostram consistentes com os estudos de Arantes (2000; 2001) que comprovaram que um mesmo conflito pode receber tratamentos diferentes, dependendo do estado emocional prévio do sujeito que o enfrenta e reforçam as conclusões do trabalho de Martins (2003), que demonstrou a importância do contexto para a interpretação da realidade, e que a dimensão afetiva influencia significativamente a forma como o sujeito organiza seu pensamento e elabora seu juízo.

Outro aspecto relevante, também observado nos resultados obtidos em relação a essa questão, foi que, quando questionados sobre seus juízos a respeito da situação (o que pensariam), embora não tenha sido perguntado nada específico sobre a ação para a solução do problema, muitos sujeitos, espontaneamente, organizaram seu juízo em torno de possíveis condutas diante do conflito. Tal conduta evidencia que o sujeito ao organizar um modelo de pensamento para entender a realidade, pode incorporar elementos ao seu raciocínio que não figuram concretamente na situação proposta. Este fato é consistente com os pressupostos da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, que reconhece que o sujeito pode incorporar em seu raciocínio, por

inferência ou imaginação, elementos que considere relevantes para o entendimento da situação.

A segunda questão do conflito hipotético (**o que você sentiria se estivesse na situação apresentada?**) buscava identificar as representações dos sentimentos dos entrevistados, desencadeadas ao imaginarem-se eles próprios na situação proposta. Ao analisarmos as respostas suscitadas por essa questão, buscamos identificar em que medida os diferentes estados emocionais prévios, vivenciados pelos sujeitos, influenciaram o tipo de sentimentos expressos por eles.

Ao analisarmos a distribuição dos modelos organizadores aplicados nas respostas oferecidas pelo conjunto geral de sujeitos da amostra, percebemos que, ao responderem o que sentiriam se estivessem na situação apresentada, os sentimentos apontados se articularam em torno de quatro perspectivas básicas: sentimentos referenciados na ação do próprio sujeito; sentimentos referenciados na relação com o outro; sentimentos referenciados em valores éticos e, os referenciados no ambiente, numa perspectiva mais neutra de análise.

Diante da situação de violência, uma parcela significativa dos sujeitos do grupo positivo (53%) apresentou uma propensão a relatar sentimentos e emoções *self-regarding* (Campbell e Cristopher, 1996), revelando uma imagem de si, fundamentada em sentimentos negativos, de desvalorização e inferioridade, tais como humilhação, fracasso, impotência. Para Lewis (1992), emoções como a impotência, vergonha, fracasso, e humilhação envolvem uma consciência de si e uma auto-reflexão baseada em valores pessoais, cuja experiência, está ligada à impossibilidade de atingir os referenciais próprios de suas representações. A ocorrência de modelos articulados a partir desse tipo de sentimento, parece evidenciar uma tendência desse grupo a abordar o problema de forma mais reflexiva.

Por outro lado, entre os sujeitos que experienciaram um estado emocional negativo antes de resolverem o conflito, foram comuns (42%) respostas que destacaram a aplicação de modelos organizadores do pensamento comportando sentimentos predominantemente negativos, referenciados na ação do outro, tais como sentimentos de raiva e ciúmes dirigidos aos protagonistas.

Tais dados sugerem que a vivência de um estado emocional negativo anterior, despertou nesses sujeitos, uma disposição de análise do conflito a partir de uma perspectiva mais crítica.

Percebemos também que, entre os sujeitos do grupo positivo houve uma maior frequência de aplicação de modelos da categoria A, baseados na defesa dos princípios éticos, como a solidariedade e justiça, do que entre os sujeitos do grupo negativo. Muitos sujeitos relataram sentimentos positivos, de satisfação, felicidade e orgulho advindos da possibilidade de cooperação para o bem estar da família, indicando uma disposição mais generosa nas relações com os outros, como podemos perceber nessa resposta : *“Me sentiria satisfeito em poder ajudar minha mulher a sentir-se mais realizada profissionalmente e pessoalmente”*(MP 5).

Nas respostas oferecidas à terceira questão (**o que você faria se estivesse na situação apresentada?**), buscamos verificar as possibilidades de reação apresentadas e assim, conhecer as estratégias que os sujeitos mobilizariam para resolver essa situação, bastante comum em nossa sociedade, conforme suas predisposições emocionais.

Pudemos perceber que no grupo positivo pareceu haver uma tendência dos sujeitos a organizarem seu raciocínio e representação da ação a partir de soluções para o conflito, que envolvessem estratégias mais conciliatórias e generosas. Nossos resultados destacaram a predominância da aplicação de modelos da categoria A (77%), que propuseram soluções que levaram em conta a defesa dos princípios de justiça e igualdade, a partir de uma perspectiva articulada, que buscou a preservação do direito e bem-estar de todas as pessoas envolvidas na situação. Nesse caso, se destacam respostas como o exemplo abaixo, que apóiam e defendem a realização dos interesses femininos:

“Eu iria incentivar a iniciativa dela e procurar participar mais da educação dos filhos para que ela pudesse se dedicar aos estudos”(MP 2).

Um dado interessante é que, embora tenham surgido entre os sujeitos do grupo positivo, algumas poucas respostas que apresentam propostas de ação favoráveis à submissão da mulher, elas trouxeram de maneira subjacente uma preocupação ética, uma vez que, estavam relacionadas a uma estratégia

feminina generosa, de sacrifício dos objetivos pessoais, para evitar o confronto e garantir o bem estar e manutenção da família.

Entre os sujeitos do grupo negativo, pudemos perceber uma tendência dos sujeitos a organizarem seu raciocínio e representação da ação, a partir de soluções para o conflito, envolvendo estratégias mais radicais e egoístas, que não trouxeram, nem implicitamente, preocupações com as dimensões éticas do conflito. Foram aplicados com maior frequência modelos da categoria B (60%), que propuseram ações para o alcance dos objetivos pessoais, ainda que de forma nem sempre comprometida com a ética., defendendo a manutenção da desigualdade, ou sugerindo soluções radicais, favoráveis para um dos protagonistas, em detrimento do bem-estar do outro.

Diante desses resultados pudemos concluir que os diferentes estados emocionais vivenciados pelo sujeitos exercem influência na elaboração dos modelos organizadores do pensamento aplicados por eles na resolução de um conflito de violência de gênero.

Os resultados encontrados indicam, de forma bastante consistente, a existência de diferenças significativas entre as categorias de modelos organizadores aplicados pelos sujeitos do grupo positivo e os do grupo negativo. Os sujeitos que passaram por experiências emocionais positivas antes de solicitados a resolver o conflito (satisfação, felicidade) mostraram uma organização do pensamento mais coerente e complexa, aplicando modelos que envolviam estratégias mais solidárias e generosas para resolução do conflito, do que aqueles que passaram por experiências emocionais negativas (insatisfação, desagrado, frustração).

Os dados obtidos parecem indicar que as pessoas submetidas a estados emocionais negativos são mais propensas a encarar com menor tolerância o comportamento alheio que não está de acordo com seus padrões. Evocam mais frequentemente sentimentos direcionados ao outro, como raiva, ciúmes, revolta, que as movem a propor soluções que possibilitem o alcance de seus objetivos pessoais, ainda que seja de forma individualista e nem sempre comprometida com os princípios éticos e com o bem estar coletivo.

As pessoas submetidas a estados emocionais positivos tendem a uma análise mais generosa e empática dos conflitos, estabelecendo juízos mais reflexivos, considerando sua própria responsabilidade na situação e o ponto de vista do outro. São mais tolerantes com o comportamento alheio, ainda que correspondam a um padrão socialmente estabelecido desigual, que não lhes favoreça diretamente. Evocam sentimentos mais auto referenciados ou fundamentados em princípios éticos, que as movem a buscar soluções mais solidárias, comprometidas com o bem estar de todos, sendo inclusive capazes de sacrificar seus objetivos para o bem dos outros.

Um dado que chamou nossa atenção nessas análises foi como o estado emocional prévio dos sujeitos, configuraram diferentes implicações na percepção da violência, como um elemento relevante para o juízo da situação e representação da ação. Entre as respostas dos sujeitos do grupo positivo, a violência não foi identificada ou considerada relevante na situação. Já no grupo negativo, surgiram respostas que indicaram que a atitude agressiva do marido foi percebida como um elemento significativo para o juízo da situação, que implicou críticas à atitude de desrespeito, bem como elemento determinante para o encaminhamento da ação dos sujeitos(enfrentamento ou separação do casal).

Além disso, ao analisarmos individualmente as respostas oferecidas pelos sujeitos de nossa amostra a cada uma das três questões do conflito, para verificar se havia coerência entre as categorias de modelos organizadores aplicados por eles em cada uma delas, um dado interessante nos chamou a atenção.

As respostas obtidas indicam que, embora grande parte dos sujeitos tenha mantido o mesmo tipo de raciocínio ao longo das três questões e aplicado modelos organizadores análogos ou coerentes, alguns sujeitos alteraram seu raciocínio ao longo das questões, ou mesmo emitiram em alguma das questões, respostas incoerentes ou incompletas, das quais não foi possível captar a lógica subjacente, impossibilitando a identificação do modelo aplicado. Coincidentemente, esses sujeitos pertenciam ao grupo que experienciou experiências emocionais negativas antes de resolver o conflito.

Tal dado pode indicar que parece existir uma tendência do grupo positivo a aplicar um raciocínio mais elaborado e coerente no julgamento das situações e a manter maior coerência na forma de organizar seu raciocínio, articulando de

forma mais consistente seu juízos, sentimentos e representações da ação. Ao contrário, os sujeitos em estado emocional negativo, revelaram de forma mais freqüente um descompasso entre o pensar, sentir e o fazer, aplicando modelos de princípios diferentes ao responder as questões.

Nossos dados sugerem ainda que a esfera mais susceptível a sofrer variações de raciocínio foi a relacionada ao universo dos sentimentos. Entre os sujeitos no estado negativo, que apresentaram variações nas categorias de modelos aplicados às três questões, as desarticulações mais freqüentes foram relacionadas aos modelos aplicados à segunda questão, demonstrando que os sentimentos evocados pareciam estar fora de sintonia com o tipo de juízo e representação da ação, elaborados pelos sujeitos.

A ocorrência deste tipo de discrepância nos sugere que a imersão em determinado estado afetivo parece exercer uma maior influência na esfera da representação do sentimento, enquanto que as esferas do juízo e representação da ação, podem ser menos susceptíveis a essa influência em relação ao conteúdo em questão, em virtude de sofrerem simultaneamente uma influência maior das representações sociais e culturais a respeito dos papéis sexuais e relações de gênero.

Encontramos ainda elementos que nos sugerem que no estado positivo, as disposições emocionais possam exercer uma influência no sentido de direcionar a elaboração de raciocínios voltados para preocupações mais éticas, cujos princípios se sobrepõem às representações sociais acerca dos papéis sexuais. Por outro lado, as disposições emocionais negativas, permitem que o raciocínio se ocupe de preocupações não éticas, e, nesse as representações culturais adquirem maior peso na organização do pensamento.

De qualquer forma, acreditamos que essas questões são promissoras e poderiam ser melhor investigadas em outra oportunidade.

Finalizando, diante dos dados obtidos em nossa pesquisa e das discussões até então realizadas, acreditamos ser legítimo considerar que os estados emocionais, mais do que se constituírem numa importante força motivacional, que possibilita uma maior integração do pensamento e um comportamento mais ético diante dos conflitos, exercem também um papel importante na organização do pensamento, juntamente com as estruturas

cognitivas e com as representações sociais, interferindo em seu conteúdo e forma. Assim sendo, a elaboração do raciocínio, bem como seu conteúdo e coerência, estão também sujeitos às influências dos estados emocionais dos sujeitos e não decorrem apenas das suas aquisições cognitivas lógico-matemáticas.

Esses resultados nos fazem constatar a estreita relação entre cognição e afetividade, evidenciando que os pensamentos e ações cotidianas, presentes na forma como o indivíduo se posiciona diante de uma situação de conflito, são permeados por um tipo de funcionamento psicológico em que a cognição e a afetividade são indissociadas e reguladas pelo sistema de valores, crenças e representações sociais de cada um, sem que um deles seja subordinado ao outro.

Ao deparar com a necessidade de solução para uma situação de conflito, por exemplo, o curso das atividades cognitivas empreendidas pelo sujeito para interpretar a situação, julgá-la e elaborar estratégias de resolução, bem como o conteúdo e forma do raciocínio a ser aplicado, dependem não só de suas capacidades cognitivas e experiências anteriores, mas também de seu estado afetivo naquele momento.

2)Análise e discussão da questão 2

Para respondermos à segunda questão que se configurou como um dos sub-problemas de nossa investigação geral :***As diferenças de gênero exercem influência nos modelos organizadores do pensamento aplicados em situações de violência de gênero?***, analisamos as respostas apresentadas por todos os sujeitos da amostra, extraindo os modelos organizadores aplicados em seus raciocínios e comparamos a distribuição e frequência das categorias de modelos aplicados pelos sujeitos masculinos e femininos, ao se posicionarem em relação ao que pensariam, sentiriam ou fariam, se estivessem, eles próprios, vivenciando o conflito hipotético que lhes apresentamos.

Ao compararmos os modelos organizadores aplicados pelos homens e mulheres às três questões propostas por nosso instrumento, os dados obtidos nos permitiram perceber que, apesar da diversidade das respostas fornecidas pelos sujeitos às questões, elas se articularam em torno de um número limitado de modelos organizadores, que focaram algumas possibilidades básicas de interpretação do problema. Isso pode indicar que, embora um mesmo fato possa ter várias interpretações de acordo com o contexto vivido pelos sujeitos envolvidos, podemos verificar certa regularidade nos elementos que as pessoas abstraíram como relevantes e nos significados que atribuíram, em função dos significados, valores e relações atribuídos pela cultura da sociedade onde esses indivíduos estão imersos.

Dessa forma, observamos em nossos resultados que os modelos organizadores do pensamento aplicados por homens e mulheres ao julgar a situação proposta, foram compatíveis com as representações sociais a respeito das relações de gênero e dos papéis sociais masculino e feminino oferecidos por nossa cultura.

A primeira questão (**o que você pensaria se estivesse na situação apresentada?**) buscava conhecer as representações que os homens e mulheres tinham a respeito das relações de gênero e papéis sociais em nossa sociedade e, em que medida, essas representações sociais e culturais influenciariam os modelos organizadores do pensamento aplicados por eles para julgar a situação.

As respostas oferecidas pelos sujeitos do grupo feminino e masculino a essa questão nos permitiram perceber a existência de princípios de igualdade e de desigualdade de gênero, compatíveis com as representações sociais dominantes em nossa cultura.

As respostas femininas se articularam basicamente em torno de raciocínios que trouxeram, mesmo que de forma implícita, a interpretação da situação retratada no conflito, como desigual e injusta para a protagonista feminina, predominando de forma significativa a aplicação de modelos da categoria A(84%), fundamentados em princípios éticos, que consideraram a igualdade de direitos entre os dois protagonistas.

Por outro lado, boa parte das respostas masculinas a essa questão, se articulou em torno de raciocínios pouco igualitários, que preservaram a desigualdade de direito entre os gêneros, apresentando uma distribuição mais equilibrada entre modelos das categorias A e B (60% e 40%).

Tais resultados comprovam a influência das divisões e atribuições diferenciadas de traços e capacidades humanos pela nossa sociedade, que são incorporadas nas representações dos sujeitos a respeito dos sexos, se configurando como relações de dominação, uma vez que:

“ As atribuições assimétricas de traços e capacidades, consequência das construções culturais sobre as diferenças sexuais, podem se consolidar e terminar por assumir o caráter de representações que tem implicações concretas, sociais e subjetivas na vida das pessoas.”
(Scott, 1995 p.)

Ao analisarmos as respostas suscitadas pela segunda questão (**o que você sentiria se estivesse na situação apresentada**) buscamos identificar o papel da cultura na construção da experiência afetiva, e em que medida as diferenças de gênero influenciam na experiência e expressão da emoção.

Ao analisarmos as respostas oferecidas pelos homens e mulheres de nosso estudo a essa questão , achamos bastante relevante o fato de que, tanto entre as respostas dos sujeitos do grupo feminino, como entre as respostas do grupo masculino, existiu uma freqüência significativamente maior de aplicação de modelos de categoria B , fundamentados em princípios não éticos. Prevaleceram os raciocínios organizados a partir de perspectivas mais individualistas.

Entre as respostas do grupo feminino, surgiram com maior freqüência modelos baseados em sentimentos auto-referenciados de baixa auto-estima (modelo 2), que abstraíram como dado relevante da situação, o rebaixamento moral e impotência da esposa, em função da desvalorização de suas capacidades pelo marido, implicando sentimentos de inferioridade, fracasso e humilhação.

Entre os homens foram mais freqüentes respostas organizadas em torno de sentimentos de raiva e ciúmes dirigidos ao outro (modelo 3). A possibilidade

de saída da mulher do ambiente doméstico implica o não cumprimento dos acordos estabelecidos anteriormente no relacionamento, gerando sentimentos de raiva, ciúmes e traição, dirigidas à mulher, conforme constatamos no exemplo a seguir: *“Sentiria ciúmes imaginando que Dirce poderia cair nos braços de outro homem”* (MN 24).

A alta porcentagem de aplicação de modelos desse tipo nas resposta de homens e mulheres pode demonstrar que, ao se posicionarem diante da temática de violência de gênero, esses sujeitos articularam em seu raciocínio, elementos, significados e implicações, relativos aos padrões masculinos e femininos de pensar e sentir socialmente estabelecidos, mesmo quando estes não estavam explicitamente ou concretamente presentes no contexto. Exemplo disso foi a inferioridade pessoal da mulher, abstraída a partir das representações sociais acerca de sua inferioridade de poder social, ou ainda , a possibilidade de traição da esposa, abstraída pela possibilidade de convivência numa esfera social mais ampla. Tal fato pode ser explicado pela própria Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento e demonstra que a elaboração dos modelos organizadores passa pela interpretação do sujeito, o qual (re)organiza internamente a realidade objetiva a partir daquilo que, estando ou não presente no contexto, considera significativo. Diante da ocorrência destes dados, podemos afirmar que os seres humanos incorporam elementos vinculados à dimensão cultural na forma de pensar e de posicionar-se frente às situações cotidianas, o que indica que, de uma maneira geral, os aspectos culturais, internalizados pelos indivíduos em sua relação com os grupos e com a sociedade, podem influenciar a própria organização de seu pensamento.

O mesmo peso do papel da cultura pode também justificar as diferenças encontradas na frequência de aplicação do modelo 4 por homens e mulheres. Uma porcentagem um pouco menor dos homens perceberam a desigualdade presente na situação e organizaram seus raciocínios em torno de sentimentos de indignação pela injustiça ou solidariedade e apoio à causa feminina, enquanto que entre as mulheres a percepção da injustiça esteve presente numa porcentagem maior de respostas.

Nas respostas oferecidas à terceira questão **(o que você faria se estivesse na situação apresentada)** buscamos verificar as possibilidades de

reação apresentadas e assim conhecer as estratégias que os sujeitos mobilizariam para resolver essa situação, bastante comum em nossa sociedade, conforme as normas e valores sócio-culturais incorporados que dizem como um homem ou uma mulher devem se comportar.

A análise das respostas do grupo feminino ao conflito nos permitiu verificar que foram aplicados com maior frequência, modelos que tinham em comum o fato de reconhecerem de alguma forma, a legitimidade dos desejos da protagonista e proporem sua realização, seja de forma mais radical (separação) ou menos radical (diálogo). Encontramos ainda no grupo feminino algumas respostas que indicaram que a violência foi considerada como elemento relevante para o encaminhamento da ação, como é o caso das respostas que aplicaram o modelo 3, defendendo o enfrentamento da agressão e das respostas que aplicaram o modelo 5, que identificaram a agressão, como motivo para a ruptura da relação do casal.

Embora entre os homens, de forma similar, as respostas também tenham se articulado predominantemente em torno de modelos que reconhecem ou apóiam a defesa dos interesses femininos (modelos 2 e 4), a agressão não foi mencionada ou identificada como elemento relevante para o encaminhamento da ação.

Tal resultado pode indicar que apesar de vários avanços sociais decorrentes da conscientização, proporcionada pelos movimentos feministas em favor de mudanças para maior igualdade de tratamento e oportunidades, nossa sociedade ainda é tolerante com as discriminações ligadas ao gênero, que são interiorizadas nas representações dos sujeitos.

Ao analisarmos as variações intra-pessoais nos modelos organizadores aplicados por sujeitos masculinos e femininos às diferentes questões, para verificar se havia coerência entre as categorias de modelos organizadores aplicados por eles em cada uma delas, um dado interessante nos chamou a atenção.

As respostas obtidas indicam que, embora grande parte dos sujeitos tenha mantido o mesmo tipo de raciocínio ao longo das três questões e aplicado modelos organizadores análogos ou coerentes, alguns sujeitos alteraram seu raciocínio ao longo das questões. Percebemos que, principalmente entre as

mulheres, surgiram algumas diferenças no raciocínio aplicado entre o juízo estabelecido a respeito da situação, e a ação proposta diante dela.

Como pudemos visualizar no gráfico 5 (p.164), ao responderem a primeira questão, referente ao julgamento estabelecido a respeito da situação proposta, 84% das mulheres aplicaram em suas respostas modelos da categoria A, enquanto que, 16% aplicaram modelos da categoria B. Nas respostas à terceira questão, referente à representação da ação, o gráfico 29 (p.191) nos mostra que 56% das mulheres aplicaram modelos da categoria A, enquanto que, 44% delas, aplicaram modelos da categoria B . Entre as respostas masculinas não se percebeu uma variação intra-pessoal significativa.

A ocorrência desse descompasso entre o juízo e a ação moral, observada entre as respostas femininas, pode ser decorrente de uma maior influência dos aspectos sociais e culturais na esfera do pensamento, do que na esfera da ação. O trabalho crítico feito pelo movimento feminista para transformar as relações entre os gêneros em relações mais justas e igualitárias, favorece a internalização das representações do “politicamente correto” ao nível do julgamento e do discurso, porém nas propostas de ação prevalecem incorporadas as representações das relações de dominação que a modernidade não ainda não conseguiu romper.

Por outro lado, respostas femininas que apresentaram propostas de ação favoráveis à submissão da mulher, embora essa submissão tenha sido percebida como injusta e desigual no julgamento que fizeram da situação, podem também serem compatíveis com a preocupação com o bem estar da família e com o princípio da ética do cuidado (Gilligan,1982), presente nas representações femininas, que leva as mulheres a priorizar as necessidades e o bem estar do outro em suas ações morais, sacrificando os objetivos pessoais, para evitar o confronto e garantir o bem estar e manutenção da família.

Todas esses resultados nos levam a considerar a complexidade das inter-relações entre as dimensões afetivas e cognitivas de nosso psiquismo e a diversidade de influências a que essas relações estão sujeitas, bem como refletir como essas representações sociais referentes aos papéis masculino e feminino, impregnadas de sentidos cognitivos e afetivos, construídos num contexto cultural de dominação, interferem na forma como sujeitos masculinos e femininos

interpretam as situações com que se deparam no cotidiano, atribuindo-lhes um significado cognitivo e afetivo e definindo formas de agir diante delas.

Após essas análises, podemos responder à segunda questão de nossa pesquisa, concluindo que, as diferenças de gênero realmente exercem influência nos modelos organizadores do pensamento aplicados em situações de violência de gênero. As representações e expectativas construídas socialmente acerca dos padrões afetivos e cognitivos de homens e mulheres, tidos como adequados e naturais dentro de uma cultura, influenciam os juízos elaborados e os significados afetivos atribuídos pelos sujeitos femininos e masculinos aos acontecimentos.

Isso evidencia o papel da cultura na construção da experiência afetiva, uma vez que as emoções e sentimentos estruturam-se de acordo com a forma com que a pessoa compreende o mundo.

Diante dos dados que organizamos em nossa pesquisa e das discussões até então realizadas, constatamos ser legítimo considerar que os estados emocionais, juntamente com as estruturas cognitivas e com as representações sociais, exercem um papel importante na organização do pensamento, interferindo em seu conteúdo e forma. Assim sendo, a elaboração do raciocínio, bem como seu conteúdo e coerência, estão também sujeitos às influências dos estados emocionais dos sujeitos e de suas representações sociais.

3) Análise e discussão da questão 3

Buscando compreender a organização do psiquismo humano, com toda a complexidade que lhe é inerente e, considerando os pressupostos do pensamento complexo apresentados por Morin, passamos à discussão da última questão de nossa pesquisa : **É possível identificar regularidades e não-regularidades no funcionamento psicológico do ser humano, ao resolver um conflito de violência de gênero?**

A partir da perspectiva da teoria dos modelos organizadores do pensamento, que norteou nosso trabalho, analisamos as respostas apresentadas por todos os

sujeitos da amostra às três questões de nosso conflito, extraindo os modelos organizadores aplicados em seus raciocínios para permitir o conhecimento da diversidade de formas de organização do pensamento empregadas para resolvê-los.

Procuramos, assim, verificar se existem aspectos dos processos mentais aplicados pelos sujeitos que são universais, que não sofrem variações e que são aplicáveis a todos os sujeitos que experimentam o mesmo fenômeno psicológico, e, detectar se existem variações ou mudanças apresentadas nos elementos desse funcionamento, que ocorrem em função das variações ocorridas nos elementos pertencentes às diversas dimensões constitutivas do ser humano, limitadas nessa investigação ao estudo das variações decorrentes das diferenças culturais, ou dos diferentes estados emocionais vivenciados pelos sujeitos.

Os resultados encontrados contribuíram para a compreensão dos processos do pensamento, para além dos aspectos e processos cognitivos da mente humana, á medida que, contemplou não apenas as regularidades presentes, mas atentou também para as não-regularidades, as incertezas e aleatoriedades que regem os fenômenos observados.

Desta forma, o que chamou a atenção na investigação foi o fato de que, mais do que as regularidades encontradas e já discutidas ao buscarmos responder as questões anteriores, foram encontradas também algumas mudanças e variações, tanto na forma que os sujeitos organizaram seu pensamento, quanto no grau de influência exercida pelos diferentes estados emocionais e pela dimensão sócio-cultural de gênero nos modelos organizadores identificados.

A seguir, apresentamos as regularidades e não-regularidades identificadas diante dos dados apresentados, as quais vêm, a nosso ver, confirmar a complexidade dos processos que envolvem o pensamento humano.

Identificamos a universalidade do funcionamento psíquico através da constatação da ocorrência constante da utilização dos processos mentais inerentes à aplicação dos modelos organizadores do pensamento que possibilitaram a organização do raciocínio dos sujeitos. Ou seja, ao formularem as respostas solicitadas, todos os sujeitos pesquisados desenvolveram processos mentais que envolveram a seleção e abstração de dados da realidade, a

atribuição de significados, o de estabelecimento de implicações, articulando e organizando esses elementos a partir de inter-relações estabelecidas entre eles.

Ao compararmos os modelos organizadores aplicados pelos sujeitos às três questões propostas por nosso instrumento, os dados obtidos nos permitiram perceber a variedade e complexidade de representações construídas pelos sujeitos participantes em relação aos elementos presentes no conflito envolvendo relações de gênero e violência.

Foi possível observar, através dos argumentos trazidos pelos sujeitos, que existe uma diversidade no tipo de elementos selecionados e inferidos diante de uma mesma proposta tais como, no que cada sujeito considera significativos para explicar o fenômeno, nos significados atribuídos e implicações que lhe seguem. Isso ocorre porque, ao abstrair um dado ou relação de uma situação, o sujeito o diferencia dos demais e essa diferenciação traz implícita uma atribuição de significado. Essa atribuição de significado pode ser variada, conforme as experiências significativas, capacidade cognitiva, valores, sentimentos e representações de cada um, relacionados àquele contexto. Tal fato vem corroborar a linha de investigação que adotamos durante essa pesquisa de que, nossa forma de organizar nossos sistemas perceptivos, cognitivos e afetivos para o entendimento da realidade é substancialmente influenciada pelos nossos recursos cognitivos, estados afetivos e representações sócio-culturais.

A mesma situação de violência de gênero apresentada aos sujeitos da investigação deu origem a raciocínios diversos, de modo que, em cada uma das três questões analisadas foram aplicados vários modelos organizadores diferentes. Dentre esses modelos, nem todos foram elaborados levando em conta apenas os elementos relevantes, concretamente presentes na situação. Foram incluídos nos modelos, outros elementos, produtos de inferências e de imaginação, necessários ao entendimento da situação para o sujeito. Tal fato pode ser explicado pela própria Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, e demonstra que a elaboração dos modelos organizadores passa pela interpretação do sujeito, o qual (re)organiza internamente a realidade objetiva a partir daquilo que, estando ou não presente no contexto, considera significativo. Isso inclui suas fantasias, inferências, experiências anteriores, sentimentos e representações sociais, por exemplo.

Todavia, apesar da diversidade das respostas fornecidas pelos sujeitos às questões, elas se articularam em torno de modelos organizadores, que focaram algumas possibilidades básicas de interpretação do problema. Podemos verificar certa regularidade nos elementos que as pessoas abstraem como relevantes e nos significados que lhes atribuem, em função dos significados, valores e relações atribuídos àquele contexto e situação em particular pela cultura da sociedade onde esses indivíduos estão imersos, que acabam por determinar formas culturais de funcionamento cognitivo.

Conforme atestam os resultados já discutidos ao respondermos as questões anteriores da pesquisa, percebemos uma variação consistente na frequência e tipo de modelos aplicados pelos sujeitos da amostra, em função de seu gênero ou dos diferentes estados emocionais a que esses sujeitos foram previamente submetidos, comprovando que as representações sociais e estados emocionais exercem influência nos modelos organizadores do pensamento aplicados em situações de violência de gênero. Essa variação decorrente da influência dos sentimentos, emoções, e representações sociais na abstração de dados, atribuição de significados e elaboração de implicações, é compatível com a visão sistêmica, presente na perspectiva da complexidade que subsidia a teoria dos modelos organizadores do pensamento e que, considera o funcionamento psíquico como um sistema integrado que leva em conta a complexidade das inter-relações das várias dimensões que compõem o sujeito psicológico.

Tal proposição nos permite entender que, diante de situações de conflito em seu cotidiano, o pensamento ou a ação de uma pessoa dependem da relação entre seus aspectos afetivos, cognitivos e socioculturais. Os seus sentimentos, emoções, valores e conhecimentos sociais poderão interferir na forma como o indivíduo interpreta e atribui significados aos vários aspectos presentes na situação.

Dessa forma, consideramos que a grande quantidade de interações constatadas em nossos resultados que abriram diferentes possibilidades de leitura do problema e acarretaram em variações dos modelos aplicados pelos diferentes sujeitos, em função da influência exercida pelos diferentes estados emocionais e pelas representações sociais, pode ser entendida como uma regularidade.

Pudemos constatar que, sujeitos do mesmo sexo, ou que foram imersos nos mesmos estados emocionais prévios, apresentaram certa tendência a reter como significativos os mesmos elementos da situação apresentada, atribuindo-lhes semelhantes significados e implicações. Podemos citar como exemplos de tal afirmação as respostas dos sujeitos do grupo positivo à terceira questão do conflito, que demonstraram uma tendência a aplicação de modelos de categoria A, que articulavam estratégias mais conciliatórias e generosas, a partir de princípios éticos.

Por outro lado, constatamos também que sujeitos pertencentes a um mesmo sexo, ou estado emocional, que incorporam nas suas respostas, os mesmos elementos como significativos, também acabaram estabelecendo, no entanto, raciocínios totalmente opostos, à medida que estabeleceram entre esses elementos significados, relações e implicações totalmente diferentes em função de outros fatores tais como experiência anterior, contexto de aplicação, entre outros. É o que podemos observar, por exemplo, nos modelos 1 e 4 da questão 3: enquanto num deles(1) os sujeitos masculinos fundamentam-se nas atribuições sociais femininas para justificar a necessidade de submissão feminina ao desejo do marido, no outro(4), os sujeitos consideram os mesmos elementos para justificar sua necessidade de cooperar para o alcance dos objetivos femininos.

Assim, sujeitos de um mesmo sexo ou estado emocional, ao responderam à mesma questão, fundamentados nos mesmos elementos e representações sócio-culturais, puderam tanto formular respostas semelhantes, como partir para direções completamente diferentes. Essa não-regularidade percebida deixa claro que a internalização dos elementos sócio-culturais ocorre de forma não-linear, e em meio a outros processos subjetivos, tais como estados emocionais, valores, estruturas cognitivas, entre outros, que podem levar o sujeito a aceitar ou contestar, de forma mais ou menos intensa, aquilo que lhe é sugerido pela cultura. Desta maneira, a organização do pensamento do sujeito pode sofrer a influência das representações sócio-culturais ou dos estados emocionais, mas não é necessariamente determinada por elas, pois na interpretação da realidade, entram em ação os outros elementos pertencentes a outras dimensões do sujeito psicológico ou mesmo os fenômenos aleatórios, que interferem nas inter-relações entre os elementos que formam esse sistema integrado que compõe seu funcionamento psíquico.

Outra não-regularidade a respeito do funcionamento psicológico dos sujeitos observada em nossos resultados foi que diante da temática de violência de gênero, embora a grande maioria dos sujeitos tenham mantido o mesmo tipo de raciocínio ao longo das três questões e aplicado modelos análogos ou “coerentes”, um número pequeno de sujeitos alterou seu raciocínio, isto é aplicou modelos organizadores de diferentes categorias ao responder às questões apresentadas.

Este dado pode indicar que a influência dos estados emocionais prévios ou das representações sociais na organização do pensamento, no caso dos sujeitos que participaram de nossa investigação, não foi tão intensa a ponto de garantir uma coerência no pensamento dos mesmos. O que fica evidente, portanto, é a aleatoriedade, ou seja, a influência dos estados emocionais vivenciados previamente pode não ter sido determinante, e isso, por sua vez, conduz-nos para o fato de que os modelos organizadores elaborados pelos sujeitos diante de situações semelhantes podem variar de acordo com o contexto, influenciados por outros fatores como os valores, a cultura e as experiências anteriores do sujeito, apenas para citar algumas hipóteses.

Os resultados que discutimos até aqui demonstram que é possível identificar regularidades e não-regularidades no funcionamento psicológico do ser humano, que ocorrem simultaneamente, de forma dialética, que são incorporadas a sistemas integrados na aplicação dos modelos organizadores do pensamento pelos sujeitos psicológicos, evidenciando, assim, as relações complexas entre os aspectos cognitivos e afetivos na elaboração de nossos juízos e representação da ação.

Concluindo, podemos afirmar que os resultados obtidos com nossa investigação trazem indícios para respondermos à terceira questão de nossa pesquisa, afirmando que é possível identificar regularidades e não-regularidades no funcionamento psicológico do ser humano, ao resolver um conflito de violência de gênero, evidenciando que as relações entre os estados afetivos, os aspectos sócio-culturais e o pensamento humano são permeadas por uma série de outros fatores que atuam simultaneamente durante a organização do raciocínio, isto é, na elaboração dos modelos organizadores. Tais fatores podem ser de ordem inter

e intrapsíquica, sendo que, neste último caso, podem estar relacionados, supomos, a diferentes dimensões constituintes do sujeito: afetiva (através da atuação de sentimentos e valores); biológica (com o próprio funcionamento cerebral); cognitiva (influenciada pelos esquemas de ação e estruturas cognitivas) e até mesmo outros aspectos da própria dimensão sociocultural (influência da linguagem e representações sociais).

4) Análise e discussão de nossa questão central de pesquisa

Após as discussões aqui realizadas para respondermos às três questões que se configuraram como subproblemas de nossa pesquisa, reunimos elementos para respondermos à pergunta geral norteadora que definiu o problema a ser investigado : ***Os estados emocionais exercem influência na organização do pensamento humano em situações de violência de gênero?***

Ao buscarmos melhor entender as relações existentes entre a dimensão afetiva e a cognitiva do ser humano, na organização de seu raciocínio, discutindo as relações entre os estados emocionais e o pensamento humano, a partir de uma perspectiva de complexidade, partimos do princípio de que a dimensão afetiva, ao fazer parte da individualidade do sujeito, passa a influenciar o próprio funcionamento mental, a organização do pensamento, atuando juntamente aos processos cognitivos.

Dessa forma, pensamos que, diante de um conflito, a forma como o indivíduo vai organizar seu raciocínio para interpretá-lo e decidir sua ação sobre ele, não depende apenas de suas possibilidades e estratégias cognitivas e das informações de que dispõe, mas também dos diferentes conteúdos envolvidos no conflito, dos seus diferentes contextos de ocorrência e das relações estabelecidas entre os elementos das diversas dimensões psíquicas do sujeito, tais como seu estado emocional no momento e suas referências sócio-culturais.

Qualquer alteração que ocorra nos elementos de uma das diferentes dimensões pode fazer com que o mesmo sujeito abstraia outros dados de uma mesma realidade ou atribua significados diferentes aos dados abstraídos

anteriormente ou ainda estabeleça diferentes implicações. Assim sendo, acreditávamos que variações nos estados emocionais em que o sujeito se encontra previamente ao resolver um conflito, poderiam resultar na aplicação de diferentes modelos organizadores diante da mesma situação.

Ao observarmos os modelos organizadores do pensamento aplicados pelos sujeitos durante a resolução de um conflito hipotético relacionado à violência de gênero, sob a influência de diferentes estados emocionais, os resultados obtidos nos permitiram afirmar que os estados emocionais realmente exercem influência na organização do pensamento humano na resolução de conflitos envolvendo situações de violência de gênero.

Os dados da pesquisa, demonstraram que os modelos organizadores aplicados sofreram a influência dos elementos relativos à dimensão afetiva, Por outro lado, foi verificado também que tal influência atuou em conjunto a outras variáveis concernentes ao funcionamento psíquico dos sujeitos em questão, como por exemplo as representações culturais de gênero, evidenciado pelas variações nos modelos organizadores encontrados, tanto entre os diferentes grupos entrevistados quanto na análise das respostas de um mesmo sujeito.

CAPÍTULO VIII

CONSIDERAÇÕES FINAIS E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

O presente trabalho buscou discutir as relações entre os estados emocionais e o pensamento humano, a partir de uma perspectiva de complexidade. Partimos do princípio que a dimensão afetiva, ao fazer parte da individualidade do sujeito, passa a influenciar o próprio funcionamento mental e a organização do pensamento, atuando juntamente aos processos cognitivos.

Os resultados obtidos mostraram que os modelos organizadores aplicados incorporaram elementos relativos à dimensão afetiva, indicando que estas de fato influenciam a organização e coerência do pensamento. Por outro lado, foi verificado também que tal influência atuou em conjunto a outras variáveis concernentes ao funcionamento psíquico dos sujeitos em questão, como por exemplo as representações culturais de gênero, evidenciado pelas variações nos modelos organizadores encontrados entre os sujeitos de diferentes sexos dentro do grupo submetido ao mesmo estado emocional.

Diante de todo o exposto, gostaríamos de encerrar as discussões com algumas considerações suscitadas pelo estudo feito e pelos resultados obtidos.

Não nos resta dúvida de que o funcionamento mental do ser humano deve ser compreendido a partir de uma perspectiva de complexidade. Pensamos que os resultados apresentados vêm confirmar ainda mais a necessidade de considerarmos que os processos do pensamento humano, diante da infinidade de variáveis que neles atuam, só podem ser de fato compreendidos levando-se em conta que as não-regularidades existem tanto quanto as regularidades, e que as possibilidades não são necessariamente previsíveis.

Implicações educacionais

Após a análise dos resultados de nossa pesquisa, abordaremos aqui, algumas implicações dessas constatações para o campo educacional, objeto principal de nossas preocupações, discutidas já na introdução desse trabalho.

A primeira implicação decorrente é que, se a dimensão afetiva exerce um papel motivacional e organizativo no funcionamento psíquico, fica evidente a importância de pensarmos em uma escola que privilegie a qualidade das relações inter-pessoais e das intervenções pedagógicas que ocorrem na sala de aula. As vivências de estados emocionais positivos, de satisfação interna, decorrentes de relações inter-pessoais que privilegiem o respeito, a valorização das potencialidades e o diálogo e, de situações de aprendizagem significativas, que levem à reflexão e à construção ativa, são essenciais para conferir um sentido afetivo positivo para a atividade de conhecer, permitindo que esta venha a constituir para os alunos, uma experiência interessante e cheia de prazer.

A segunda implicação, relacionada à primeira e a ela complementar, diz respeito à necessidade de que, além do trabalho cognitivo de construção de conteúdos sócio-históricos e científicos, a escola inclua entre suas responsabilidades para a formação para a cidadania, o trabalho com a dimensão afetiva da personalidade, estimulando seus alunos à construção de sua autonomia moral, através da aprendizagem da cooperação, respeito e de estratégias adequadas para a solução conjunta de problemas e conflitos.

Pensamos que esse trabalho pode ser desenvolvido a partir de duas perspectivas.

A primeira consiste em incorporar o estudo sistematizado dos sentimentos e emoções ao cotidiano das escolas, encarando-os como objetos de conhecimento, trazendo-os como tema transversal, cujos conteúdos relacionados à vida pessoal e afetiva podem ser introduzidos no trabalho educativo, perpassando os conteúdos de matemática, de língua, de ciências, artes e outros. Assim, o princípio proposto é de que tais conteúdos sejam trabalhados na forma de projetos que incorporem, de maneira transversal e interdisciplinar, os conteúdos tradicionais da escola e aqueles relacionados à dimensão afetiva.

Uma boa estratégia metodológica para esse trabalho pode ser a proposta de resolução de conflitos, uma vez que apresentam características éticas que solicitam aos sujeitos considerar ao mesmo tempo os aspectos cognitivos e afetivos que caracterizam os raciocínios humanos. Nesses conflitos podem ser incorporados temas do cotidiano e da atualidade como violência, relações de

gênero, sexualidade, saúde, entre outros, permitindo que essas situações inspiradas no cotidiano possam ser objeto de reflexão e debate, contribuindo para a desconstrução de naturalizações, preconceitos, entre outros.

Outra perspectiva de trabalho consiste em permitir que as situações e os conflitos reais do cotidiano da escola, vivenciadas pelos alunos, envolvendo questões éticas e de convivência possam ser transformados em instrumentos de discussão coletiva, através da construção de um espaço autônomo de reflexão e ação, que permita aos alunos e alunas enfrentarem os conflitos pessoais e sociais. Nesta perspectiva, consideramos que tomar consciência, expressar e controlar os próprios sentimentos, permite que os sentimentos, as emoções e os valores sejam encarados como objetos de conhecimento. Por outro lado, a educação da afetividade pode levar as pessoas a se conhecerem e a compreenderem melhor suas próprias emoções e as das pessoas com quem interagem.

Dessas propostas de trabalho resulta uma terceira implicação educacional. Trabalhar com a dimensão afetiva na escola requer dos educadores a disponibilidade de se aprofundarem em novos campos de conhecimentos para realizarem as articulações solicitadas pelas temáticas abordadas, bem como algumas habilidades interpessoais para conduzir os trabalhos de discussão e reflexão, respeitando o diálogo democrático e o respeito às diferentes posições.

Ou seja, para que nossos educadores possam abordar de forma mais eficiente essas temáticas, estimulando seus alunos ao desenvolvimento intelectual e à construção de sua autonomia moral, através da aprendizagem da cooperação, respeito e de estratégias adequadas para a solução conjunta de problemas e conflitos, é preciso considerar que eles próprios estejam vivenciando estados emocionais positivos, baseados na satisfação interna. Isso passa pela sua auto-estima, sua autoconfiança e sua capacidade de conhecimento. Um professor que não sabe identificar, expressar corretamente ou controlar seus próprios sentimentos, dificilmente conseguirá colaborar para que seus alunos aprendam a fazê-lo. Um educador inseguro, insatisfeito com seu trabalho, pode ser mais facilmente abatido pelo medo, pela disputa e pela insegurança no seu relacionamento com os alunos, ou com os colegas. Por isso, faz-se importante

pensar também em um trabalho com os aspectos afetivos, que se inicie com o próprio grupo de professores e professoras porém, sem desconsiderar as reais condições materiais de ensino, a (des) valorização da profissão e as possibilidades e limitações oferecidas por nossas políticas educacionais.

É indiscutível a importância da formação continuada no desenvolvimento profissional dos profissionais da educação, como constituição de um espaço formal para a obtenção de maiores subsídios teóricos e de oportunidades de ação. Muitas vezes, mais do que uma resistência pura e simples a uma determinada forma de trabalho, os profissionais não conduzem sua prática de outra forma, porque não sabem como fazê-lo, pois lhes faltam subsídios teóricos e metodológicos. Daí a necessidade de um espaço, onde seja possível aos sujeitos testarem novas possibilidades, enriquecendo suas capacidades de reflexão sobre a intencionalidade de suas ações e de estabelecimento de relações dialéticas entre teorias e prática, o que pode sem dúvida contribuir para a melhoria da qualidade de seu trabalho pedagógico.

Porém, nem sempre a oportunidade de participação em cursos de formação continuada propicia necessariamente uma maior disposição do professorado em promover mudanças em suas representações. Ao longo dos anos, os resultados de muitos programas de educação continuada já nos mostraram que o modelo clássico adotado pelas instituições, cujos conteúdos eram selecionados visando o desenvolvimento apenas da dimensão cognitiva, para que os professores compreendessem e implementassem novas metodologias, sem considerá-los também como produtores de saber e sem propiciar uma reflexão sobre as particularidades de cada escola, não trouxe os resultados esperados.

Isso nos leva a crer que, uma vez que constatamos o valor da afetividade na organização do pensamento, não podemos perder de vista a perspectiva de um trabalho de formação continuada que também leve em conta, os aspectos afetivos. Isso poderá ser possível, se os cursos de formação oferecerem aos professores e professoras, oportunidades de vivenciarem enquanto alunos e alunas nesses cursos de formação, situações de aprendizagem significativas, que levem à reflexão, à construção ativa e à experimentação de novas metodologias

de trabalho, que permitam o resgate de sua auto confiança e capacidade de conhecimento, investindo no auto-conhecimento e valorização profissional.

Portanto, é preciso que os cursos de formação procurem uma aproximação com os saberes dos professores, principalmente os saberes experienciais, passando a perceber os professores como sujeitos do conhecimento e também como produtores de saberes e ofereçam condições para que os próprios professores possam se perceber dessa forma.

Parece-nos imprescindível oferecer a oportunidade de vivências que possam se constituir como experiências interessantes, agradáveis e satisfatórias, valoradas positivamente, à medida que permitam o resgate da alegria de saber, de conhecer o mundo e a si mesmo e poder escolher criticamente as diversas possibilidades oferecidas pela realidade. Dessa forma, nossos educadores poderão resgatar sua confiança e autonomia, e terão ferramentas para lutar por melhores condições para realizar um trabalho de maior qualidade. Poderá então vir a desenvolver uma relação pedagógica que realmente possibilite um encontro entre pessoas vivas e cheias de emoções e promover a conquista da mesma alegria para seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES (1998) *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Jr. Lisboa: INCM Editora

_____(2001) *Da alma: (de anima)* Introdução, tradução e notas por Carlos Humberto Gomes, Lisboa :INCM Editora.

_____(1985) *Ética a Nicômaco*. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

ADORNO, Sérgio(1989) . O Brasil é um País Violento. *Tempo e Presença*. R. Janeiro. CEDI: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, nº 246:11-15, out.

_____(1995) A violência na sociedade brasileira: um painel incluso em uma democracia não consolidada in *Sociedade e Estado*. Revista semestral de sociologia vol X n.2 Edição Relume Dumara Brasília jul-dez pp299-342

ALMEIDA, Ana Rita ,S (1999) *A emoção na sala de aula*. Campinas: Papirus.

ALVES, Rubem (1993) *A paixão e o prazer de ensinar* Revista dois Pontos Primavera. p.17-22.

ARANTES Valéria A.(2000 a) *Estados de animo e os modelos organizadores do pensamento: um estudo exploratório sobre a resolução de conflitos morais*. Teses de Doutorado.Barcelona: Facultat de Psicologia-Universitat de Barcelona

ARANTES, Valéria . (2000 b) Cognição, Afetividade e Moralidade. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.26, n.2, p.137-153, jul./dez.2000

ARANTES, Valeria & SASTRE, Genoveva. Moralidad, Sentimientos y Educación. *Educar*, Barcelona. (no prelo)

ARAUJO, Ulisses F.(1998) *O sentimento de vergonha como um regulador moral*.Tese (doutorado), São Paulo, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo

_____(1999) *Conto de escola: a vergonha como regulador moral*. São Paulo : Moderna; Campinas: Editora da Universidade de Campinas.

_____(2002)Disciplina, indisciplina e a complexidade do cotidiano escolar In OLIVEIRA, Marta K.; SOUZA, Denise T. ; REGO Tereza C. (orgs) *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo:Moderna.

_____(2002) *A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências*. São Paulo: Moderna.

ARENDT, Hanna.(1994) *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara.

ARRAZOLA, Laura Duque & ROCHA, I. (1996). Mulher, natureza, cultura: Apontamentos para um debate. Em G. Rabay (Org.), *Mulheres e sociedade* (pp. 45-55). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.

BARROSO, Carmem (1978) A situação das mulheres chefes de família. In *Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina*. Rio.

BEM, Sandra .L., (1993) *The Lenses of Gender*, London: Yale University Press (bookshelf).

BERQUO, Elza(1987) Controle de natalidadeX planejamento familiar no Brasil *Centro Brasileiro de Estudos de Saúde* Thierry Linard de Guertechin , Archiamae

BLAY, Eva Alterman (1978) *Trabalho domesticado*. São Paulo: Ática.

BOURDIEU, Pierre(1999) *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BRODY,Leslie. HALL,Jen (2000) Gender and emotion In M. Lewis & J. M. Haviland-Jones (Orgs.), *Handbook of Emotions* (2ª ed., pp. 91-115). New York: Guilford.

_____, LOVAS,G (1995) ; Hay D. Gender differences in anger and fear as a function of situational context in *Sex Roles: A Journal of Research*, Jan, 1995

BRUNER, Jerome. (2001). *A cultura da educação*. Porto Alegre: Artmed.

BRUNER, Jerome (1998) *Realidades mentais, mundos possíveis*, Trad. M S Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas.

BRUSCHINI, Cristina.(1994) O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, H., MUNHOZ; BRUSCHINI (Org.) *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

BUSQUETS, Dolores. et al.(1998) *Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral*. São Paulo: Ática.

CAMPBELL, R.; CRISTOPHER, J. (1996) Moral development theory: a critique of its kantian presuppositions. *Developmental review*, v.16, n.1, p. 1-47.

CANNON, W.B.(1984) Bodily Changes in pain, hunger fear and rage in CAILHOUN,C., SOLOMON, R *What is an emotion – classic readings in philosophical psychology*. New york: Oxford University Presss.

CHODOROW, Nancy(1990). *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

COLLINS(1991) Stratification, emotional energy and transient emotions in KEMPER T.D. *Research agendas in the sociology of emotions*. Albany: State University of New York Press.

COSMIDES, Leda. & TOOBY, John. (2000). Evolutionary psychology and the emotions. Em M. Lewis & J. M. Haviland-Jones (Orgs.), *Handbook of Emotions* (2ª ed., pp. 91-115). New York: Guilford.

COWARD, Rosalind.(1983) *Patriarchal Precedents: Sexuality and Social Relations*.London, Routledge & Kegan Paul.

DAMÁSIO, Antônio R(1996). *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras.

DAMASIO, Antonio. R. (1996b). The somatic marker hypothesis and the possible functions of the prefrontal cortex. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, 351, 1413-1420

DAMÁSIO, Antônio R.(2000) *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras.

DANTAS, Heloysa(1992) . A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. In: DE LA TAILLE, Piaget, Vygotsky e Wallon: *teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus.

DEL BARRIO, Cristina., Martín, Elena., Almeida, Ana. y Barrios, Angela. (2003) Del maltrato y otros conceptos relacionados con la agresión entre escolares, y su estudio psicológico. *Infancia y Aprendizaje*, 26 (1), 9-24.

DESCARTES (1996) *O discurso do método* Martins Fontes, 1996

DESCARTES (20006) *As paixões da alma* Martins Fonte Coleção Clássicos 2006

DURKHEIM E. (1996). *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.

ELIAS,Norbert (1990) *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar Editor

ENGELMANN, A. (1978) *Os estados subjetivos:uma tentativa de classificação de seus relatos verbais*. São Paulo: Ática.

FAUSTO STERLING, A., (1992) *Myths of Gender, Biological Theories about Women and Men*, (p269) New York: Basic Books

FLAX, Jane.(1991) Pós-Modernismo e as Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, p.218

FERNANDÉZ, Alicia. (1991) *A inteligência aprisionada*. Porto Alegre: Artes Médicas.

FOUCAULT, Michel.(1985) *Microfísica do poder*. 5.ed., Rio de Janeiro: Graal.

FREUD, Sigmund (1984). The unconscious in CAILHOUN, C. , SOLOMON, R *What is an emotion –classic readings in philosophical psychology*. New York :Oxford University Press.

FREUD, S. (1980). A dissolução do complexo de Édipo (C. M. Oiticica, Trad.). Em J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira de *obras completas* de Sigmund Freud (Vol. XIX, pp. 217-228). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924).

FREUD S. (1980). Fragmento da análise de um caso de histeria (V. Ribeiro, Trad.). Em J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud (Vol. VII, pp. 5-127). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).

GALVÃO, Izabel (1996) . *Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis, R.J.: Vozes.

GARDNER, Howard (1985) *Inteligências Múltiplas - a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas

GILLIGAN, Carol. (1982) *Uma Voz Diferente*. RJ: Rosa dos Tempos.

_____ ; WIGGINS, Grant (1998) . The Origins of Morality in Early Childhood Relationships. In Gilligan, Carol, et. al. *Mapping the Moral Domain*. Boston: Harvard Press.

HAMPSON, E. & MOFFAT, S. D. (2004). The psychobiology of gender: Cognitive effects of reproductive hormones in the adult nervous system. In: A. H. Eagly, A. E. Beall, & R. J. Sternberg (Eds.), *The Psychology of Gender* (2nd ed), pp. 38-64. New York: Guilford Press

HARDING, Sandra (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-32.

HOCHSCHILD, Arlie .R (1990) *Ideology and emotional management a perspective and path for futures research* in Kemper research.

HOCHSCHILD, Arlie. R. (1983) *The managed heart: commercialization of human feeling*. Berkeley, University of California Press

HUME, David (2001) - *Tratado Sobre a Natureza Humana*. São Paulo. UNESP.

INHELDER, Barbel & CELLÉRIER, Guy (Orgs.) (1996) , *O desenrolar das descobertas da criança: Um estudo sobre as microgêneses cognitivas* (pp. XI-XIV). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1992)

INHELDER, Barbel ; SINCLAIR, H. ; BOVET, M. (1975) *Aprendizaje y estructuras del conocimiento*. Tradución Luis Echevarria. Ediciones Morata, Madrid..

JAMES, William (1984) . *What is an emotion* in CAILHOUN, C. , SOLOMON, R *What is an emotion –classic readings in philosophical psychology*. New York :Oxford University Press.

JOHNSON-LAIRD, P. N. (1983). *Mental Models*. Cambridge, M. A.,Harvar University Press

KANT, I *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Trad. Cecília Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

KEMPER,T.D.(1991) *An introduction to the sociology of emotion* in STRONGMAN, K.T. International review of studies on emotion. Chichester :Wiley

KEMPER, T.D.(1978) *A social interactional theory of emotions*. New York: Wiley.

KEMPER,T. D.(1984) *Power, Status and emotions:a sociological contribution to a psychophysiological domain*. In SCHERER, K.R. , EKMAN,P. *Approaches to emotion*. New Jersey EUA: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

KRECH, D.(1973). *Elementos da psicologia*. São Paulo: Pioneira.

KROKOSZ, Marcelo(2005) *Aids na escola: representações docentes sobre o cotidiano dos alunos e alunas soropositivos*.Dissertação de mestrado.São Paulo,Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

LACAN, J. (1982)*O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

LA TAILLE,Yves (2000) *Vergonha, a ferida moral*. São Paulo: Ed. Vozes.

LAVINAS, Lena(1997). "Gênero, cidadania e adolescência". In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos. p. 11-43.

LAZARUS, Richard .S(1984) *.Thoughts on the relations between emotion and cognition*. In SCHERER, K.R. , EKMAN,P. *Approaches to emotion*. New Jersey EUA: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

LEAL, Aurora.(2002) Television stories and children's representations: The gender roles *Cultura y Educación*, Volume 14, Number 3, 1 October 2002, pp. 313 -326(14).

LEME, Maria .Isabel S(2003). *Cognição e afetividade na perspectiva da psicologia cultural* In ARANTES,V (org) *Afetividade na escola : Alternativas Teóricas e Práticas*. São Paulo: Summus.

LEWIS, Michael (1992). *Shame - the exposed self*. New York, The Free Press.

_____ (1993). *Self-conscious emotions: embarrassment, pride, shame and guilt* . in: Lewis, M. & Haviland, J. (eds). *Handbook of Emotions*. NewYork, The Guilford Press.

MACCOBY. E.E, Jacklin. C.N, (1974) *The Psychology of Sex Differences*, Stanford: Stanford University Press.

MARTINS, Silvia M.P.(2003) *Juizo e representação da ação moral : um estudo na perspecitva dos modelos organizadores do pensamento*. Dissertação de Mestrado Campinas: Faculdade de Educação. Unicamp.

MATURANA, Humberto R.(2001) *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo horizonte: Editora da UFMG.

MICHAUD, Y. (1989) *A Violência*. São Paulo, Ática.

MILLENSON,John.R (1967) *Princípios de análise do comportamento* Brasília: Ed Coordenada.

MILLET, Kate.(1970) *Política Sexual* . trad. de Alice Sampaio. Portugal: Dom Quixote

MINELLA Luzinete .S (2006) Papéis sexuais e hierarquias de gênero na História Social sobre infância no Brasil *Cadernos Pagu* n.26 Campinas jan./jun.

MITCHELL, Juliet (1988) Freud e Lacan: teorias psicanalíticas da diferença sexual. In: *Psicanálise da sexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Campus, p 27 - 54.

MORENO, Marimon (1998) Sobre el pensamiento y otros sentimientos. Cuadernos de Pedagogia, Barcelona, 271, p. 12-20.

MORENO, Marimon. et al.(1999) *Falemos de Sentimentos: a afetividade como um tema transversal na escola*. São Paulo: Moderna.

MORENO, Marimon. et al(2000) . *Conhecimento e mudança: os modelos organizadores na construção do conhecimento*. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Unicamp.

MORIN , Edgar (1997) El paradigma de complejidad. In *Introducion al pensamiento complejo*. Barcelona. Gedisa

_____(2001) *A cabeça bem feita: repensar a reforma, re formar o pensamento* Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2001

OATLEY K e JONHSON LAIRD P N (1987) Towards a cognate theory of emotions. In *Cognição and emotions* 1 pp 29-50.

OLIVA,Angela.D et al (2006) Razão, emoção e ação em cena: a mente humana sob um olhar evolucionista In *Psicologia Teoria e Pesquisa*, abril 2006, vol 22 n.1, p. 53-61.

OLIVEIRA, Ivone M.(2001) *O sujeito que se emociona: signos e sentidos nas práticas culturais*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de Campinas. Campinas.

OLIVEIRA, Marta. K.(1992) O problema da afetividade em Vygotsky. In: DE LA TAILLE, *Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus.

_____ e REGO,Tereza C(2003) Vygotsky e as complexas relações entre cognição e afeto In ARANTES,V (org) *Afetividade na escola : Alternativas Teóricas e Práticas*. São Paulo: Summus.

PAVÓN LUPIAÑÉZ, T.(2002) *Los modelos organizadores y el razonamiento moral. El sentimiento de culpa*. Barcelona. 165p. Tese (Doutorado em Psicologia).

PEREIRA, M. I. G. G. (1998) *Emoções e conflitos: análise da dinâmica das interações numa classe de educação infantil*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

PIAGET, Jean. (1954) Intelligence and affectivity: their relationship during child development . Annual Reviews, Palo Alto-CA, (ed.USA, 1981).

PIAGET, Jean. The relation of affectivity to intelligence in the mental development of the child. [transl. by Pitsa Hartocollis]. In *Bulletin of the Menninger clinic*. - 1962, vol. 26, no 3. Three lectures presented as a series to the Menninger school of psychiatry March, 6, 13 and 22, 1961. Publicação original em língua inglesa, 1962. Tradução Paulo Slomp –disponível na FACED-UFRGS.

PIAGET, Jean. Inteligencia y afectividad. Buenos Aires: Aique, 2001.

PIAGET, Jean. INHELDER, Barbel *A representação do espaço na criança* Porto Alegre Artes Medicas 1993.

PIAGET, Jean (1981) *Lógica e Conhecimento Científico* [*Logique et Connaissance Scientifique*, 1967]. Porto: Livraria Civilização.

_____.(1971) *Epistemologia Genética*. [L'Épistémologie Génétique, 1970]. Petrópolis: Vozes.

_____. (1974) *Understanding Causality*. [Les Explications Causales, 1971] New York: W.W.Nort

PLATÃO .(1980) *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Tradução do texto grego editado por J. Burnet - Platonis Opera. T.IV. Oxonii e Typographeo Clarendoniano, 1949. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

PUPPO, Kátia R.(2007) *Violência moral no interior da escola : um estudo exploratório das representações do fenômeno sob a perspectiva de gênero* Dissertação de mestrado.São Paulo, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

RAGO, Margareth.(1985) *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RYLE, Gilbert(1949) *The concept of mind* New York barnes & Noble.

ROSEMBERG, M. (1990) Reflexivity and emotions. *Social Psychology Quarterly* 53 pp 3-12

RUBIN, Gayle.(1981) *The Traffic in Women*. In YOUNG, Robert e LEWIDOW, Les. (eds.) *Science, technology and the labour process*. 2 vols., London, CSE e Free Association Books.

SAFFIOTTI, Heleieth(1976) . *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petropolis. Vozes.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. (1992) Abuso sexual incestuoso. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq. *Investigação realizada na cidade de São Paulo, com 52 famílias incestuosas, por meio de entrevistas gravadas com as vítimas, suas mães e agressores*, entre 1988 e 1992.

_____ (1994a) Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: SAFFIOTI, H.I.B., MUÑOZ-VARGAS, Monica (orgs.) *Mulher Brasileira é Assim*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos/NIPAS; Brasília: UNICEFp. 151-185.

_____ (1994b) Violência de Gênero no Brasil Atual, *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, Nº especial/2º semestre/94, p. 443-461

SASTRE, Genoveva. & MORENO, Monserrat.(2002) *Resolução de conflitos e aprendizagem emocional: gênero e transversalidade*. São Paulo : Moderna

SCHERER, K.R. , EKMAN,P.(1984) *Approaches to emotion*. New Jersey EUA: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

SCOTT, Joan.(1994) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul-dez 1990; Prefácio a *Gender and Politics of History*. Cadernos Pagu (3), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp.

SNYDERS, George. (1993) *Alunos felizes*. São Paulo: Paz e terra.

SOARES, Barbara Musumeci (1999) *Mulheres invisíveis – violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOLOMON, Robert (1993) The philosophy of emotions In M. Lewis & J. M. Haviland-Jones (Orgs.), *Handbook of Emotions* (2ª ed., pp. 3-15). New York: Guilford.

SOLOMON, Robert (1984) The philosophy of emotions In in CAILHOUN,C. , SOLOMON, R *What is an emotion –classic readings in philosophical psychology*. New york :Oxford University Presss.

SOUZA, Leonardo L e VASCONCELOS, Mário Sérgio(2003) .Modelos organizadores do pensamento:um estudo dos juízos morais com adolescentes autores de infração. *Psicol. estud.*, July/Dec. 2003, vol.8, no.2, p.47-59. ISSN 1413-7372.

SPINOLA-CASTRO A.M. *Intersexo: aspectos éticos e psicológicos*. In Arquivos Brasileiros de Endocrinologia 2005; 49: 46-59.

SPINOZA, B(1989) *Etica traduções: Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes, Antonio Simões*. -São Paulo: Nova Cultural.

STAATS, A. , EIFERT E. (1990), The paradigmatic behaviorism theory of emotions clinical psychology review 10 p 539-566.

STERNS, P.N(1993) . *History of emotions The Issue for change* in M. Lewis & J. M. Haviland-Jones (Orgs.), *Handbook of Emotions* (2ª ed., pp. 91-115). New York: Guilford.

STRONGMAN, KennethT.(1984) *A psicologia da emoção* Lisboa Climepsi editores.

SUPLICY, Marta(1986) *Reflexões sobre o cotidiano* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.

TASSONI, Elvira Cristina M (2000) *Afetividade e Produção escrita : a mediação do professor em sala de aula* Dissertação de mestrado Unicamp.

TRAVERSO-YEPEZ , Marta (2005) Socialização de gênero e adolescência *Rev. Estudos. Femininos* vol.13 no.1 Florianópolis Jan./Apr.2005.

TREVISOL, Maria Teresa Ceron (2002) *A construção do conhecimento social: um estudo dos modelos organizadores do pensamento em sujeitos entre 8 a 14 anos* São Paulo : Instituto de Psicologia USP Tese de Doutorado em Psicologia Escolar

TURNER J (2005) *The sociology of emotions* .Cambridge.

VENTURINI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.)(2004). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. 1. ed. São Paulo: Editora e Fundação Perseu Abramo.

VILARRASSA, Genoveva S., MARIMÓN, Montserrat M., HERRERO, Mónica T.(1998) Razonamiento Moral y Educación. *Educación: Spain*, 22-23, 1998, pp.155-177.

_____ ; _____ ; PAVON, Teo (1998).
Cultura de Género y Diversidade en el Razonamiento Moral. *Educar*: Spain, 22-23, 1998, pp.141-153.

VILARRASA, Genoveva, MORENO Marinon,M (2000)Repensar la ética desde una perspectiva de género Intervención psicosocial: *Revista sobre igualdad y calidad de vida*, ISSN 1132-0559, Vol. 9, Nº. 1 , pags. 35-48.

VILARRASA, G TIMON Herrero Mônica(2003) Los sentimientos en el ámbito de la moral Year: 2003 Volume: 29 - Issue: 2 *Educação e Pesquisa*.

VYGOTSKY, Lev. S.(1996) *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.

VYGOTSKY, L.S(1998) As emoções e seu desenvolvimento na infância. In *O desenvolvimento psicológico na infância*. São Paulo Martins Fontes.

_____ (1991) *A formação social da mente* São Paulo, Martins Fontes.

_____ (1991)*Obras escogidas*, Madri: Visor , v 1.

_____ (1989)*Pensamento e Linguagem*. ed. São Paulo. Martins Fontes.

WALLON, Henri. (1989)As origens do pensamento na criança São Paulo Ed Manole.

_____ (1995) *As origens do caráter na criança*. São Paulo: Nova Alexandria

WATSON, J. B.(1991) *Behaviorism* in STRONGMAN, K.T. International review of studies on emotion. Chichester :Wiley.

ANEXO 1
(Conflito Hipotético apresentado aos sujeitos e questionário)

A HISTÓRIA DE DIRCE E RENATO

Dirce e Renato têm 30 anos de idade. Quando tinham 18 anos e estavam na última série do ensino médio, Dirce ficou grávida e eles se casaram. Com o nascimento do filho, Dirce achou melhor abandonar os estudos para dedicar-se à família e à casa, já que Renato havia conseguido um bom emprego, ganhando o suficiente para o sustento deles.

O tempo foi passando e Dirce e Renato tiveram mais dois filhos. Ele era um bom pai e carinhoso com a família. Dirce, embora amasse seu marido e filhos, e cuidasse deles com carinho, começou a ficar cada vez mais insatisfeita com sua situação de vida, sentindo-se desvalorizada, sem objetivos. Pensou que talvez fosse hora de retomar os estudos que tinha abandonado por ocasião do nascimento de seu filho e resolveu conversar com o marido a respeito da possibilidade de voltar a estudar.

Tomado de surpresa, Renato sentiu-se ofendido e questionou se estava lhe faltando algo, se ele não estava conseguindo suprir as despesas e necessidades da família com seu trabalho. Dirce explicou que não se tratava disso, mas sim que estava se sentindo infeliz, faltando algo em sua vida. Renato perguntou ironicamente se ela já não tinha obrigações de sobra, pois já não estava dando conta nem do que já tinha de fazer. Dirce tentou manter a calma e explicar que sempre teve sonhos de investir em sua vida profissional, e que isso contribuiria para melhorar a situação financeira deles.

Renato manifestou então sua preocupação em relação aos filhos (que tinham entre 7 e 12 anos), como ficariam, quem tomaria conta deles se Dirce saísse para estudar. Argumentou que ela não conseguiria fazer tudo: estudar, cuidar dos filhos e da casa, pois ela não tinha estrutura para isso e alguma coisa iria ficar mal feita ou para trás. Além disso afirmou que ela não teria competência para passar em um vestibular e tudo isso era perda de tempo.

Após Dirce contra-argumentar muito e Renato perceber que ela realmente estava decidida, passaram a discutir de maneira mais agressiva. Renato disse que o ambiente da faculdade não seria adequado para ela, pois iria conhecer pessoas com a cabeça muito diferente, que os homens poderiam “dar em cima” dela, enquanto Dirce dizia que não estava interessada nesse tipo de coisa e que não se deixaria influenciar.

Muito nervoso, Renato gritou com Dirce, dizendo agressivamente que ele não iria deixar que ela voltasse a estudar. Dirce também gritou com Renato, dizendo agressivamente que ele não era o dono de sua vida. Renato perdeu o controle, agarrou Dirce pelos braços e lhe deu um empurrão que a fez cair no chão.

QUESTÕES

1) O QUE VOCÊ PENSARIA SE ESTIVESSE NA SITUAÇÃO APRESENTADA?

2) COMO VOCÊ SE SENTIRIA SE ESTIVESSE NA SITUAÇÃO APRESENTADA?

3)O QUE VOCÊ FARIA SE ESTIVESSE NA SITUAÇÃO APRESENTADA?

4)EM SUA OPINIÃO, POR QUÊ RENATO SE COMPORTOU DESSA MANEIRA?